

RONNIE JORGE TAVARES ALMEIDA

RELIGIÃO, CIÊNCIA, DARWINISMO E MATERIALISMO NA BAHIA IMPERIAL:
DOMINGOS GUEDES CABRAL E A RECUSA DA TESE INAUGURAL
“FUNÇÕES DO CEREBRO” (1875)

Dissertação apresentada ao Mestrado de Ensino, Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre.

ORIENTADOR: PROF. DR. CHARBEL NIÑO EL-HANI

SALVADOR, 2005

AGRADECIMENTOS

A EXU

A OGUM

A XAPANÃ

A NANÃ

Ao Professor Charbel Niño El-Hani, meu orientador e, principalmente, meu amigo, pela orientação, paciência e camaradagem dedicadas a este orientando inexperiente e rebelde.

Ao professor Osvaldo Pessoa Jr., amigo, companheiro e incentivador; presença fundamental nos momentos iniciais deste trabalho.

Ao professor Olival Freire Jr. pela generosidade em momentos de dúvidas.

Ao Professor José Carlos Barreto de Santana pela ajuda na compreensão de alguns pontos fundamentais para meu trabalho.

SUMÁRIO

RESUMO	04
ABSTRACT	05
INTRODUÇÃO	07
RELIGIÃO <i>VERSUS</i> CIÊNCIA, RELIGIÃO & CIÊNCIA OU RELIGIÃO CIENTÍFICA	14
1. A GUERRA ESTÁ NO AR	15
1.1 GALILEU ERA HEREGE?	16
1.2 CUIDADO PARA NÃO CAIRV.....	19
1.3 A INVENÇÃO DA GUERRA	20
1.4 A NOVA REVOLUÇÃO: A ORIGEM DAS ESPÉCIES	24
2. SEPARADAS, MAS COM RESPEITO!!	29
2.1 GALILEU E AS DUAS GRAMÁTICAS	29
2.2 STEPHEN JAY GOULD E OS MAGISTÉRIOS NÃO-INTERFERENTES	30
3. UM MESMO CAMINHO: CIÊNCIA E RELIGIÃO DE BRAÇOS DADOS	33
4. RECAPITULANDO	37
SABER CIENTÍFICO NO BRASIL DO SÉCULO XIX	40
1. POSITIVISMO	44
1.1 POSITIVISMO NO BRASIL	45
2. POSITIVISMO E MEDICINA NO RIO GRANDE DO SUL	50
2.1 A TESE	51
2.2 ATITUDE POSITIVISTA	54
2.3 O POSITIVISMO DE GUEDES CABRAL	55
3. A ALMA HUMANA COMO OBJETO DE ESTUDOS CIENTÍFICOS NO SÉCULO XIX	57

3.1 PEREIRA BARRETO E A ALMA HUMANA	57
4 DARWINISMO NO BRASIL	60
DOMINGOS GUEDES CABRAL E A DIVULGAÇÃO DAS NOVAS DESCOBERTAS NEGATIVAS	67
1. A RECUSA DE “FUNÇÕES DO CÉREBRO”	68
1.1 DR. DOMINGOS GUEDES CABRAL (O FILHO)	69
2. A MEDICINA COMO A VERDADEIRA PHILOSOPHIA	72
3. CÉREBRO	78
4. CÉREBRO E SENSAÇÃO	81
5. CÉREBRO E MOVIMENTO	85
6. CÉREBRO E PENSAMENTO	89
7. CÉREBRO E SENTIMENTO	113
8. PROPOSIÇÕES	122
9. RECAPITULANDO	124
ANTECEDENTES DA RECUSA: IDÉIAS MATERIALISTAS E PROPAGANDA REPUBLICANA NO BRASIL IMPERIAL	127
1. OS PRIMEIROS DARWINISTAS DO BRASIL	127
1.1 “O FIM DA CREAÇÃO OU A NATUREZA INTERPRETADA PELO SENSO COMMUM”	128
1.2 DARWINISMO NO RIO DE JANEIRO: AUGUSTO CEZAR DE MIRANDA AZEVEDO	133
1.3 SYLVIO ROMERO E “A FILOSOFIA DO BRASIL”	136
2. DURKHEIM E HAECKEL: O BOM, O BELO E O VERDADEIRO.....	137
2.1 DURKHEIM E A SOCIOLOGIA TOTALIZADORA DO CONHECIMENTO	137
2.2 HAECKEL E A RELIGIOSIDADE MONISTA	140
3. DOMINGOS GUEDES CABRAL (O PAI)	141
4. A ERA DOS JORNAIS	143
4.1 “A CHRONICA RELIGIOSA”	144

4.2 “O HORIZONTE”	145
4.3 OS DOIS DISCURSOS	152
4.3.1 O DISCURSO CONTRA O MATERIALISMO	152
4.3.2 O DISCURSO A FAVOR DO MATERIALISMO	154
4.4 OUTROS EXEMPLOS DE JORNAIS DA ÉPOCA	155
5. A TESE RIVAL	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	173

RESUMO

O presente trabalho discute a recusa da tese de doutoramento “Funções do Cerebro”, apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia por Domingos Guedes Cabral no ano de 1875. Um dos objetivos do trabalho é investigar as razões que levaram a congregação da Faculdade a recusar a tese desse aluno, um evento raro na instituição. O trabalho em questão era fortemente inspirado pelas idéias evolucionistas de Charles Darwin, T. H. Huxley, Ernst Haeckel, entre outros naturalistas. Após a recusa da tese, o aluno foi obrigado a apresentar um outro trabalho, feito às pressas, para poder formar-se. Revoltados com a intromissão da Faculdade nas opiniões intelectuais dos doutorandos, os alunos dos mais diversos anos de ingresso na instituição arrecadaram fundos para que a tese, embora recusada como tal, fosse editada em forma de livro no ano seguinte.

Algumas questões aparecem de forma marcante na tese recusada. Primeiro, trata-se de um dos primeiros trabalhos de orientação darwinista produzido por um brasileiro, aceitando inclusive a descendência simiesca do homem - coisa pouco comum à época. Segundo, estamos diante de um trabalho produzido dentro da mais exata conformidade com a filosofia positivista de Augusto Comte - sendo o principal objetivo de “Funções do Cerebro” encontrar a localização e a função da alma humana. De acordo com o projeto positivista do século XIX, deveria ser possível localizar empiricamente o local onde estaria alojada a alma humana, que, nesse período, se confundia com o que atualmente denominamos ‘mente’. Caso não fosse possível localizá-la, isso demonstraria, de acordo com esse projeto, a inexistência da alma. Fortemente influenciado pelos estudos empíricos de naturalistas europeus, o doutorando acreditava que, uma vez tendo demonstrado a inexistência da alma, teria conseguido também “provar” a inexistência de Deus, envolvendo-se em um conflito aberto tanto com a religião do Estado de então, o Catolicismo, quanto com outras formas de religiosidade representadas na Bahia imperial.

O autor foi duramente atacado através da imprensa local, principalmente naquela de inspiração católica. Cansado de responder a editoriais em diversos jornais, terminou por mudar-se para Laranjeiras, no Estado de Sergipe. Ao invés de encontrar um local de paz e tranquilidade, onde pudesse começar sua carreira de médico, foi recebido de forma hostil por um editorial no jornal local, o qual convidava os habitantes da cidade a enfrentar o novo ateu que havia chegado.

No nosso entender, as dificuldades que a tese enfrentou eram, de certa forma, esperadas pelo autor, embora a recusa fosse praticamente impossível de prever, já que não havia ocorrido situação semelhante antes na Faculdade de Medicina da Bahia. O jovem estudante aparece totalmente integrado à geração da década de 1870 que pretendia modernizar o Brasil usando o discurso científico. As querelas com o governo e com a religião do Estado eram coisa comum na vida daquele pensador que, além de ser filho de um dos mais importantes propagandistas da República no período imperial, de quem herdou o nome, podia ser encontrado três anos antes da recusa envolvido tanto com propaganda republicana quanto com a defesa de idéias materialistas, em um jornal da época, “O Horizonte”, com o qual ele estava profundamente envolvido. Parece-nos que um dos principais motivos envolvidos na recusa reside na necessidade de a Faculdade impedir que um discurso materialista, que buscava “provar” a inexistência de Deus, saísse com a chancela da Instituição.

ABSTRACT

This work discusses the rejection of the thesis “Funcções do Cerebro” (“Functions of the Brain”) presented by Domingos Guedes Cabral to the Faculty of Medicine of Bahia, in 1875. One of the goals of this work is to investigate the reasons why the Faculty decided to reject this thesis, an event which was rather rare in this institution. Guedes Cabral’s work was strongly inspired by the evolutionary ideas of Charles Darwin, T. H. Huxley, Ernst Haeckel, among other naturalists. After the rejection of the thesis, the student was forced to present another work, done in a hurry, to be able to conclude his course. Revolted with the interference of the Faculty in the students’ intellectual views, medical students who entered the institution at diverse years gathered together to raise funds for publishing the thesis, even though rejected, as a book in the following year.

Some issues are remarkable in the rejected thesis. First, it is one of the first work of a Darwinian orientation produced by a Brazilian, accepting even the animal origins of mankind, something which was not usual at that time. Secondly, this is a work produced in the most exact conformity with Auguste Comte’s positivist philosophy; the main goal of “Funcções do Cerebro” was to find the location and function of the human soul. In accordance with the nineteenth century positivist project, it ought to be possible to empirically locate where the human soul – which at that time was conflated with what we currently call ‘mind’ – was harbored. If it was not possible to locate it, this would show, according to this project, the inexistence of soul. Strongly influenced by empirical studies made by European naturalists, Guedes Cabral believed that by showing the inexistence of soul he had also “proved” the inexistence of God. He engaged, thus, in an open conflict with both the then State religion in Brazil, Catholicism, and other forms of religiosity found in Imperial Bahia.

The medical student was violently attacked in local newspapers, mainly those of Catholic inspiration. Weary of answering to editorials in diverse newspapers, he decided to move to Laranjeiras, in another State, Sergipe. But instead of finding a peaceful and soothing place there, where he could finally begin his career as a doctor, he faced a hostile reception by means of an editorial in a local newspaper, which invited the people of the city to confront the new atheist who was arriving.

In our understanding, the difficulties faced by the thesis were to a certain extent expected by the author, even though the rejection itself was almost impossible to predict, since no such event had occurred before in the Faculty of Medicine. The young student was wholly integrated into the 1870’s generation which intended to turn Brazil into a modern country through the scientific discourse. Quarrels with the government and the State religion were rather common in the life of that thinker, who was the son of one of the most important advocates of Republicanism in the Imperial period, from whom he inherited the name. Furthermore, he could be found three years before the thesis rejection defending both a Republican government to Brazil and materialist ideas in a newspaper called “O Horizonte” (“The Horizon”), in which he was deeply engaged. In our view, one of the main reasons for the rejection of the thesis lies in the necessity that the Faculty avoided that a materialist

discourse seeking to “prove” the inexistence of God receive the support of the institution.

Introdução

Quando a saúde do velho Goriot¹ atingiu a fase mais difícil, na qual ele nem conseguia reconhecer os amigos mais próximos, o jovem estudante de medicina, Bianchon, decide consultar um “aluno do Dr. Gall”. Dessa entrevista, Bianchon sai convencido da dupla importância de ajudar o velho doente. A primeira, estaria ligada aos seus compromissos como ser humano; a segunda, teria a ver com a causa da ciência. A doença do pai Goriot se apresentava como uma possibilidade de se fazer uma pesquisa empírica e descobrir o que se passava com alguém que, após passar por uma grande emoção, entrava em estado de apoplexia. Quando um outro personagem, Eugênio, mostra-se surpreso diante da ajuda oferecida pelo jovem estudante de medicina, Balzac assume a palavra e, como bom cronista que era, nos brinda com o espírito de sua época. Fazendo o jovem estudante responder a Eugênio: “Oh!, trata-se de um estudo científico – redargüiu o estudante de medicina, com todo o ardor de neófito”.

O século XIX representou um momento de amadurecimento da ciência em todo o mundo ocidental. Neste período, os naturalistas começaram a tentar substituir, de forma mais contundente e em domínios ainda mais intocados, explicações do campo religioso por explicações do campo científico. A obra de diversos escritores, a exemplo de Balzac na França ou Júlio Ribeiro no Brasil, estão repletas deste espírito. O que pretendemos chamar a atenção é que, no Brasil, em concordância com o resto do mundo, também se estava tentando substituir explicações religiosas por explicações científicas. No nosso caso, essas mudanças eram vistas como necessárias pela maioria dos pensadores do Brasil Imperial. Para estes homens, o principal caminho para forjar uma nação civilizada aqui nos Trópicos era assumir o discurso científico como bandeira de luta. Esse tipo de argumentação aparece de forma marcante na obra do médico baiano Domingos Guedes Cabral, personagem de que nos ocuparemos nesse estudo.

Da obra de Domingos Guedes Cabral restou-nos apenas um único livro, sua tese de doutoramento, que, recusada como tal em 1875, foi publicada na forma de livro no ano seguinte. O autor afirmava ter escrito outras duas obras, mas,

¹ O velho Goriot é o personagem principal do livro do escritor francês Honoré de Balzac, escrito em 1834, cujo título é “O Pai Goriot”.

infelizmente, estas nunca foram encontradas. Pretendemos responder duas questões de pesquisa sobre Domingos Guedes Cabral e seu livro “Funções do Cerebro”: quais foram os motivos que levaram a Faculdade de Medicina da Bahia a recusar sua tese de doutoramento? E quais as motivações que levaram Guedes Cabral a escrever uma tese inaugural com tantas chances de ser recusada? Principalmente porque, como defenderemos ao longo deste trabalho, Guedes Cabral tentou provar a inexistência de Deus. Consideramos que fornecer uma resposta precisa a estas duas questões, que não foram, ao nosso ver, suficientemente esclarecidas pelos autores que trataram anteriormente do episódio da recusa, constitui uma contribuição significativa para a história das ciências no período imperial brasileiro.

A maneira como a história das ciências no Brasil era vista no passado não estimulava a realização de estudos como o que estamos empreendendo, principalmente, porque diversos historiadores importantes acreditavam na inexistência de produção científica durante o período Imperial. Para esses historiadores, a ciência brasileira era, então, apenas uma serva da ciência produzida nos grandes centros. Nosso trabalho pretende lançar mão das opções metodológicas oferecidas a partir das revisões desse ponto de vista, que começaram a ser engendradas nos anos oitenta do Século XX. Nossa concepção está de acordo com o norte que nos indica Santana (2001), em seu estudo sobre Euclides da Cunha:

“A opção metodológica dos trabalhos que se contrapõem à historiografia tradicional é a adoção de uma concepção mais relacionada à história social das ciências, que a vê como uma construção social, importando entendê-la para além dos pensamentos e idéias, como um componente cultural, o que significa levar em consideração os parâmetros da época da sua produção, estudando os processos que levaram à adoção e modificações de seus conceitos, modelos e práticas, contextualizando-os em meio a outros fatores ideológicos, políticos, econômicos, etc. (Santana; 2001:27)

Após assumirmos este compromisso com um modelo de história das ciências que busca evidenciar a importância da cultura e do mundo social para a construção de conhecimentos científicos, cabe-nos identificar as fontes utilizadas em nossa investigação e as dificuldades encontradas na reconstrução do fato histórico da recusa da tese “Funções do cérebro” pela Faculdade de Medicina da Bahia.

1. Fontes e dificuldades da pesquisa

Em relação às fontes primárias, a primeira e mais importante foi, sem dúvida, a própria tese recusada. Nesse documento, encontramos, na visão de Guedes Cabral, quais foram os inimigos que teriam impossibilitado a defesa de sua tese. Infelizmente, o autor não lista os possíveis apoios, dos quais possivelmente usufruiu, para enveredar em um empreendimento tão ousado como aquele presente em “Funções do Cerebro”. Esta tese não está disponível no acervo do Memorial da antiga Faculdade de Medicina da Bahia, já que foi recusada como tese inaugural. E, embora Guedes Cabral seja um filho ilustre daquela instituição, por seu nome aparecer em diversos trabalhos acadêmicos que tratam tanto da recusa de sua tese inaugural como de sua história como jornalista republicano, não encontramos nenhum registro sobre sua vida no Memorial da Faculdade, nem mesmo encontramos a tese que teve de escrever para formar-se e que versava sobre qual o melhor tratamento para a febre amarela. Para dificultar ainda mais o trabalho do pesquisador, diversas informações pessoais que deveriam estar disponíveis no Memorial, como os documentos de matrícula do estudante, desapareceram, ao ponto de uma funcionária ter-nos dito que “Dr. Guedes Cabral não queria ser encontrado”.

Encontramos o livro “Funções do Cerebro” em dois locais, e usamos, em momentos distintos, exemplares das duas instituições: primeiro, consultamos o exemplar disponível na Fundação Clemente Mariani; depois, fizemos duas releituras nos exemplares disponíveis na Biblioteca Central da Bahia. Pretendíamos, inicialmente, comparar o discurso presente na tese recusada com os diversos editoriais que saíram contra Guedes Cabral em diversos jornais baianos, nos primeiros meses de 1876. Descobrimos que esses jornais, quando existiam na Bahia, estavam sem condições de serem manuseados devido a sua má condição de conservação. Esta dificuldade prática nos possibilitou, contudo, vislumbrar uma nova linha de investigação, ainda não discutida nos textos sobre o incidente da recusa. Percebemos que, se queríamos entender os motivos que levaram a Faculdade de Medicina da Bahia a recusar essa tese, deveríamos buscar informações anteriores ao evento da recusa.

A partir de informações disponíveis em Blake (1893), Freire (1982) Collichio (1988), saímos em busca de algumas fontes importantes. Primeiro, fomos

buscar o jornal “O Horizonte”, publicado em 1872, que, segundo Freire (1982), tinha Guedes Cabral como um de seus integrantes. Consultamos alguns números deste jornal, entre os meses de agosto e outubro de 1872, e descobrimos que esse periódico já estava em luta aberta com a igreja Católica três anos antes da recusa. Resolvemos, então, consultar o jornal que, segundo Sacramento (1893), havia atacado Guedes Cabral de forma mais intensa, “A Chronica Religiosa”. Diante do novo encaminhamento do projeto, optamos por analisar o discurso desse jornal alguns anos antes da recusa, particularmente, em períodos próximos àqueles em que o jornal “O Horizonte” estava em funcionamento. Por este motivo, consultamos alguns números publicados entre junho de 1872 e junho de 1873. Para nossa surpresa, as dificuldades de conseguir jornais do ano de 1875 terminaram por possibilitar uma melhor compreensão dos motivos da recusa. Passamos a assumir que as disputas entre Guedes Cabral e a Igreja Católica, que, de acordo com o doutorando, foi a responsável pela recusa de sua tese, não haviam surgido com o episódio da recusa, mas eram antes, disputas antigas.

Resolvemos, então, procurar explicações na história de vida do doutorando e terminamos por descobrir que seu pai, de quem herdou o nome, foi também um homem de idéias avançadas para a época. Era republicano e positivista convicto. Este personagem, assim como seu filho, também sofreu diversas perseguições políticas e religiosas durante sua vida, vindo a falecer em 1871, apenas um ano antes de o filho ajudar a fundar o jornal “O Horizonte” (Sacramento: 1893).

Uma outra fonte de consulta que se mostrou muito útil foram os jornais de divulgação científica da época. Consultamos alguns números do “Instituto Acadêmico”, do “Norte Acadêmico” e de “O Incentivo”, entre junho de 1874 e setembro de 1875, alguns desse jornais, a exemplo do “Instituto Acadêmico”, se diziam representantes das idéias correntes na Faculdade de Medicina da bahia. Esta escolha possibilitou o acesso a uma das informações mais importantes conseguidas neste trabalho, a presença de um discurso contra e outro discurso a favor do ensino do materialismo na Faculdade de Medicina da Bahia, discutido no último capítulo desta dissertação. Analisamos, também, o livro “O Fim da Creação ou a Natureza Interpretada pelo Senso Commum”, escrito em 1876, por José de Araújo Ribeiro, Visconde do Rio Grande, obra esta considerada como sendo um dos primeiros trabalhos darwinistas produzidos no Brasil. Na nossa opinião, merece um exame

detalhado, que não poderemos fazer no presente trabalho, visto que fugiríamos aos nossos objetivos. Tentaremos, ao menos, fazer uma apresentação desse material, que, acreditamos, não havia sido ainda investigado.

Por fim, consultamos a tese “Categoria Organo Funcional do cerebro”, escrita em 1876, pelo doutorando João Ferreira de Campos, que pretendia ser uma resposta espiritualista à tese de Guedes Cabral. Tentamos, mesmo sabendo das dificuldades e dos riscos dessa empreitada, comparar as duas teses e dar uma idéia geral da resposta espiritualista.

Quanto às fontes secundárias, optamos por privilegiar autores que dessem apoio à abordagem que buscamos seguir nesse trabalho. Citá-los aqui é desnecessário, visto que são devidamente referenciados ao longo da dissertação. Principalmente porque, para tratar do tema que escolhemos, tivemos de lidar com muitas questões, um sobrevôo sobre a dissertação possibilitará ao leitor perceber como o trabalho foi organizado.

2. Um Breve Vôo Panorâmico

No primeiro capítulo, apresentamos as possibilidades de relacionamento entre ciência e religião. Na primeira, ciência e religião aparecem em guerra; na segunda, aparecem separadas e com discursos próprios; na terceira, aparecem integradas em um único discurso. Diante das necessidades de nosso trabalho, terminamos por nos ocupar mais da primeira possibilidade, porque, embora nos dias atuais a idéia de guerra entre esses dois saberes tenha perdido força, essa explicação bélica era bastante plausível no momento em que Guedes Cabral escreveu sua tese. Além do mais, acreditamos que, de forma pontual, ainda podemos encontrar, mesmo nos dias atuais, exemplos de guerra entre ciência e religião. Quando discutimos o relacionamento entre esses dois saberes, é comum terminamos enveredando em discussões sobre o darwinismo e, em particular, sobre o livro “A Origem das Espécies”, escrito por Charles Darwin. Neste trabalho, essa situação é mais do que desejável, uma vez que Domingos Guedes Cabral foi um dos primeiros darwinistas brasileiro.

No segundo capítulo, discutimos a presença de um saber científico no Brasil Imperial e tentamos rechaçar duas idéias difundidas pelo historiador das ciências

Simon Schwartzman. A primeira, já bastante discutida na bibliografia, e por isso mesmo mais fácil de ser atacada, diz respeito à idéia de que só teremos produção científica no Brasil no segundo quartel do século XX; a segunda, é em relação à crença de Schwartzman de que o positivismo teria impedido o desenvolvimento da ciência brasileira no período Imperial. Procuramos evidenciar a fragilidade dos argumentos desse autor e, em particular, seus diversos preconceitos em relação à filosofia positiva. O trabalho de Domingos Guedes Cabral serve como exemplo tanto de uma produção científica para aquele período, como de um trabalho científico de qualidade escrito nos moldes da filosofia positiva.

Procuramos, também, apresentar no capítulo 2 um outro exemplo de tese recusada, no Rio Grande do Sul, em 1906, e compará-la com a recusa ocorrida na Bahia. E, por fim, mostramos a possibilidade de se tomar a alma humana como objeto de estudo científico no século XIX, como fez Cabral, de uma perspectiva materialista e darwinista.

No terceiro capítulo, procuramos dar voz a Guedes Cabral e apresentamos uma parte significativa de “Funções do Cerebro”. Tentamos, também, apresentar Guedes Cabral como divulgador de “descobertas negativas”, aquelas nas quais um naturalista procura “algo” para mostrar que esse “algo” não existe.

No quarto e último capítulo, apresentamos algumas questões centrais para nosso trabalho. São elas: a) uma discussão sobre os primeiros darwinistas do Brasil; b) a apresentação de Guedes Cabral como um pré-kantiano, mostrando que algumas de suas idéias, como aquelas sobre a criminalidade, eram fruto da crença de que o bom, o belo e justo só podem aparecer juntos; c) o argumento, apoiado em diferentes fontes, de que as respostas para a recusa podem ser encontrada alguns anos antes de a própria recusa acontecer; d) a apresentação dos dois discursos, um contra e outro a favor ao materialismo dentro da própria Faculdade de Medicina da Bahia; e) a discussão de alguns jornais da época, que nos pareceram importantes para respaldar nossas conclusões sobre a recusa; f) e, por fim, um tratamento da tese espiritualista de Campos com uma comparação com a tese de Guedes Cabral e alguns comentários sobre sua cientificidade.

Uma questão que merece ser esclarecida para o leitor que pretenda fazer essa viagem conosco é a seguinte: esse texto foi pensado como um todo e, assim, não está

dividido, como é muito comum nos dias atuais, em capítulos que podem ser simplesmente separados e apresentados como artigos. Por este motivo, algumas questões são apresentadas em um determinado momento e, só mais à frente, são discutidas e incorporadas ao texto como um todo.

Capítulo I

RELIGIÃO *VERSUS* CIÊNCIA, RELIGIÃO & CIÊNCIA OU RELIGIÃO CIENTÍFICA?

“Destarte, vê-se que tanto em nome de Deus quanto da Ciência, o homem faz-se poder contra o homem. Atualmente, quando os discursos científicos são mais assimilados que as profecias religiosas, o poder contra o homem ganhou mais eficiência e novas estratégias. Não é conveniente julgar qual prática de poder foi ou é mais catastrófica, mas convém analisar a História e compreender a práxis das relações de poder implícitas e ativas dentro das Instituições.” (Sá, 1998:72)

No curso do século XIX, o pensamento religioso enfrentou uma profunda oposição no Ocidente. Essa oposição contou principalmente com uma parcela das classes mais cultas e mais abastadas, fazendo com que muitos filósofos naturalistas e romancistas (no caso brasileiro, muitos deles de orientação positivista) anunciassem que o fim da religião estava próximo e que, do século em questão em diante, só haveria lugar para um Deus, que seria reverenciado no Templo da Ciência. Um dos mais radicais nessa postura foi, seguramente, Auguste Comte², que defendeu a ciência e a religiosidade, desde que esta última não buscasse sua validade em explicações “metafísicas”, que recorressem a deuses, anjos, santos etc.

As interpretações sobre o relacionamento entre ciência e religião começaram a mudar nas últimas décadas do século XX e a idéia de que sempre existiu um confronto entre essas duas formas de pensar tem sido relativizada. Como indica Sepulveda (2003), nos dias atuais, existem pelo menos três formas distintas de conceber o relacionamento entre ciência e religião: na primeira, as duas aparecem envolvidas em uma disputa entre concepções totalmente incompatíveis, a famosa “guerra” entre religião e ciência; na segunda, as duas explicações surgem como “forças culturais complementares”, cabendo a cada uma um tipo de explicação específica acerca das necessidades humanas - é a aceitação da idéia de separação

² Comte acreditava que a religiosidade estava de acordo com as necessidades humanas. Principalmente após ter aceito o altruísmo como o principal valor a ser perseguido tanto por sociedades como por indivíduos, ele passou a defender uma religião que tinha como base a vida social e a sociedade. Sobre esse tema, ver Comte (1978; 2002)

entre explicações científicas e religiosas. Cada lado, além de respeitar o outro, deve reconhecer seus próprios limites. A terceira, procura demonstrar a existência de uma aproximação não-problemática entre estas duas formas de pensar o mundo - é como se, a partir das “pistas” apontadas pelo conhecimento religioso, a ciência pudesse desenvolver-se mais facilmente. É o que Gould (2002:166) descreve como “sincretismo moderno”. Seus adeptos esperam que a religião e a ciência formem “uma grande família feliz”, esta última, apenas corroborando informações fornecidas pela primeira.

Um ponto que nos parece importante é examinar se as explicações que encontramos para essas três teses, que procuram dar conta da relação entre ciência e religião em termos gerais, podem ser aceitas para o Brasil do século XIX. Será que as mesmas questões e preocupações que atingiram religiosos Protestantes na Inglaterra e nos Estados Unidos poderiam ser transplantadas para padres Católicos no Brasil? Será que cientistas Europeus possuíam as mesmas inquietações dos nossos pesquisadores nacionais? E finalmente, como estavam as relações entre as duas forças cristãs (Protestante e Católica) no Império brasileiro à época? Enfim, procuraremos problematizar estas três formas de conceber o relacionamento entre ciência e religião no Ocidente Cristão e tentaremos entender quais são as principais dificuldades que tiveram de enfrentar no seu processo de construção. Refletiremos, em seguida, se é aceitável pensar que as mesmas hipóteses sobre o relacionamento entre essas duas formas de explicar o mundo sirvam tanto para o Brasil Imperial Católico como para a Inglaterra e os Estados Unidos Protestantes.

1. A guerra está no ar

Das possibilidades de conceber-se o relacionamento entre ciência e religião, uma das mais populares é a que defende que, entre essas duas formas de conhecimento, existe um fosso intransponível, não existindo nenhuma possibilidade de diálogo entre os dois saberes. No caso do Brasil do século XIX, são comumente encontrados exemplos marcantes de tal guerra, principalmente se nos lembrarmos que os positivistas, que foram defensores ferrenhos da incompatibilidade entre os

dois saberes, produziram um farto material científico, histórico e mesmo artístico em nosso país (Carvalho:1993; Lins:1964).³

Segundo Sepulveda (2003), nos dias atuais, os principais historiadores dedicados a esse tema procuram mostrar que essa apresentação do problema, que se nutre de exemplos marcantes, como o caso das dificuldades enfrentadas por Galileu Galilei durante seu segundo processo no ano de 1632, é caricatural. E que, se os famosos exemplos marcantes fossem analisados com mais rigor, apresentariam sua fraqueza epistemológica e seu conteúdo puramente ideológico. Essa é a mesma conclusão encontrada em Gould (2002), que apresenta o exemplo do “mito da Terra plana”, que alguns defensores da metáfora bélica acreditam ter existido como forma de pensar durante a Idade Média. Vamos examinar, na próxima seção, esses dois exemplos de “guerra entre ciência e religião”.

1.1 Galileu era Herege?

Um dos exemplos mais emblemáticos dessa abordagem belicosa é o julgamento sofrido por Galileu no ano de 1632. Mesmo nos dias atuais, esse episódio histórico ainda possui uma força tremenda e desperta paixões extremadas, principalmente da parte de jovens que estão ingressando na vida científica e necessitam demarcar mais firmemente suas convicções. Dessa forma, nada melhor que um modelo binário, dicotômico (ou mesmo, maniqueísta) de pensar para ajudar nessa difícil empreitada.⁴

De acordo com as revisões atuais, parece pouco produtivo pensar o julgamento de Galileu fora do contexto histórico de sua época e, mais precisamente, fora do contexto das implicações políticas advindas da Contra Reforma e dos diversos perigos que essas novas resoluções trouxeram para o poder estabelecido da Igreja Católica (Sepulveda:2003; Geymonat:1997; Barbour:2004; Camenietzki:2000). Estamos, pois, diante de um conflito entre formas rivais de interpretação legítima do cristianismo. É evidente que não estamos aqui defendendo que o famoso naturalista foi acusado injustamente. Estamos, antes defendendo que

³ Nesse estudo, vamos nos deter mais demoradamente nessa explicação bélica. Essa forma de pensar servirá melhor aos propósitos desse trabalho, particularmente quando problematizarmos a relação entre essas duas formas de poder no Brasil Imperial.

⁴ Para uma análise sobre as necessidades humanas de classificar as coisas, dividindo-as em grupos de dois, ver Gould (1999), principalmente o capítulo: “Redefinindo o Milênio: da Visagem à Contagem”.

as explicações dicotômicas não são suficientes para dar conta da complexidade do episódio histórico.

Para Geymonat (1997), podemos identificar pelo menos três preocupações principais do famoso naturalista do século XVII. Primeiro, existia da parte de Galileu uma profunda vontade de desenvolver uma nova forma de pensar o entendimento da Natureza. Ele estava preocupado em estabelecer as condições de aceitação para um novo “programa de pesquisa” e, por esse motivo, gastava a maior parte de seu tempo agindo como “propagandista” desse novo programa. Uma segunda preocupação era fazer tudo que estivesse ao seu alcance para popularizar essas novas idéias, tornando-as acessíveis a uma parcela cada vez maior da população. Esta é uma possível explicação para o fato de Galileu escrever em linguagem vulgar (italiano), ao invés de escrever em latim, como era costume da época. A terceira preocupação, de certa forma mais central ainda, é que Galileu sempre esteve muito próximo da Igreja Católica e dos poderosos da época, e não teria interesse algum em atacar suas crenças e seus amigos. Segundo Geymonat (1997:79-86), a principal preocupação de Galileu era de defender a Igreja. Ele temia que, com o passar dos tempos, as afirmações de Copérnico fossem comprovadas e aceitas em países não-católicos, gerando um desprestígio sem limites para os países que sempre tentaram proibí-las. Ele não era de forma alguma um reformador da ideologia defendida pela Sé Romana:

“Diversamente de Bruno, Galileu **não colocou jamais o problema de uma renovação do patrimônio filosófico da Igreja**. Tendo nascido em um país católico, ele **era católico praticante**, mas o problema religioso não constituía para ele sequer uma mínima inquietação: ou seja, ele não experimentava nenhum interesse nem pelas **provas da existência de Deus, nem pelas controvérsias entre uma crença cristã e outra**.”(Geymonat, 1997: 79 Grifos nossos)

Na verdade, as evidências da época sugerem que, ao contrário do que pensa o senso comum e parte dos intelectuais hodiernos, o naturalista nascido em Pisa estava buscando proteger sua Igreja e suas crenças, que acreditava estar em perigo, em decorrência da ignorância de uma parcela do alto clero católico:

*“Donde a convicção radicada em seu espírito que era preciso tentar por qualquer meio **converter a Igreja à causa da ciência**, para impedir que*

*surgisse entre elas uma fissura que teria **retardado perigosamente** o desenvolvimento da pesquisa científica” (Idem:80.Grifos nossos)*

Um outro ponto que merece ser esclarecido é em relação à punição que recebeu o naturalista. Embora aos olhos dos dias atuais, as proibições de escrever, falar e mesmo de poder sair de casa sejam vistas como insuportáveis e excessivamente duras, essa não parece ser uma interpretação válida para a época. É só lembrar como a Inquisição tratava aqueles que, de alguma forma, tentavam enfrentar seu poder, principalmente os que reticentemente não se corrigiam, como é o caso de Galileu, que já havia sido julgado em um outro momento pelo mesmo tipo de “crime”⁵.

Encontramos em um momento anterior, no ano de 1611, o Cardeal Maffeo Barberini defendendo junto com Galilei idéias Copernicanas (Idem:73). Nunca é demais lembrar que o Cardeal Barberini será mais tarde o Papa Urbano VII, que estava no poder à época do julgamento do cientista. Para Geymonat (1997:151/157), a chegada do Cardeal Barberini ao poder maior da Igreja Católica representou para Galileu o sinal verde para retomar sua propaganda, na busca de popularizar o seu “novo programa de pesquisa”. Infelizmente, ele não levou em consideração as diversas dificuldades que o Papa estava enfrentando para manter-se à frente de seu Papado, tentando não desagradar aos outros, também poderosos, Cardeais católicos.

No campo político, Urbano VII era atacado por diversos motivos, entre eles, o de ser despótico e, ao mesmo tempo, condescendente em excesso com os inimigos da Igreja. Após a publicação do livro “Diálogos”, de Galileu, que saiu em 1632, o Papa necessitou mostrar sua força, mesmo porque uma intriga o teria feito acreditar que ele era ridicularizado no livro, sendo representado como o personagem Simplício. Ele precisava

“(…)demonstrar ao mundo católico que seu chefe sabia defender o verdadeiro espírito da **Contra Reforma** sacrificando – aos interesses supremos do dogma – os bem conhecidos **vínculos pessoais** que até então o tinham ligado ao autor da obra incriminada” (Idem:189. Grifos nossos)

⁵ Estamos nos referindo ao primeiro processo, que teve lugar em 1616, em que Galileu foi envolvido e recebeu “a primeira derrota” como divulgador do novo programa, mas não teve seus livros proibidos. (Geymonat 1997:79)

Possivelmente, algumas das dificuldades enfrentadas por Galileu, na tentativa de introduzir seu novo “programa de pesquisa”, era que ele ainda precisava lançar mão da linguagem científica estabelecida - ou seja, a mesma que ele estava tentando combater. Dessa forma, seus argumentos apareciam aos olhos dos seus pares como se estivessem carregados de confusões teóricas, visto que, Galileu atacava a tradição científica da época lançando mão do mesmo aporte linguístico estabelecido para a ciência.⁶

1.2 Cuidado para não cair

Durante muito tempo diversos estudantes no Brasil e, possivelmente, na maior parte do mundo Ocidental escutaram a famosa História de que Colombo precisou convencer um Clero ignorante sobre a esfericidade da Terra. Segundo esse “mito”, os padres eram contra as viagens que buscavam atingir as Índias, por acreditarem que a Terra era plana e que, em um determinado ponto, o mar acabaria em um grande rochedo. Para Gould (2002), esse mito foi criado durante os últimos anos do século XIX e tinha como objetivo principal atingir a figura do Papa Pio IX, um dos mais reacionários papas de todos os tempos.

Segundo Gould (Idem: 92), esse mito jamais existiu de fato, o conhecimento Grego da esfericidade da terra nunca foi esquecido e “todos os pensadores Medievais acreditavam nisso como fato estabelecido da cosmologia”. As críticas apresentadas pelos pensadores Medievais era de que Colombo não conseguiria chegar às Índias no tempo que previa, devido ao tamanho da circunferência da Terra.

De acordo com Gould, todos os grandes pensadores do período acreditavam na esfericidade da Terra, a exemplo de São Tomás de Aquino:

“As traduções de muitos textos gregos e árabes para o latim no século XII contribuíram muito para propagar os conhecimentos gerais de ciência natural entre pensadores, particularmente a astronomia – **e as convicções sobre a esfericidade da Terra foram disseminadas e fortalecidas.** Roger Bacon

⁶ Esta é uma das possibilidades levantadas por Feyerabend (1976) para explicar as dificuldades que a ciência encontra em seu desenvolvimento. Segundo ele, por falta de uma gramática nova que dê sentido ao que dizem, os reformadores das ciências precisam lançar mão de um repertório linguístico que eles deveriam combater. Só para se ter uma idéia da força explicativa do novo método defendido por Galileu, vejamos o que diz um dos principais fundadores da Sociologia: “Copérnico, ao fim de muitos séculos, dissipou as ilusões dos nossos sentidos acerca dos movimentos dos astros; e, no entanto, é ainda segundo essas ilusões que regulamos muitas vezes a distribuição de nosso tempo” (Durkheim, 1978:95)

(1220-1292) e Tomás de Aquino (1225-1274) afirmavam a esfericidade fazendo referência a Aristóteles e seus comentadores árabes, assim como os maiores cientistas da alta Idade Média, incluindo Nicholas Oresme (1320-1382). **Todos esses homens faziam parte de ordens religiosas.** (Gould, 2002:93. Grifos nossos)

Dessa forma, pergunta Gould: “quem estava defendendo uma Terra plana, se todos os maiores pensadores acreditavam na esfericidade?” (Idem *Ibidem*). A resposta a esse enigma foi dada pelo filósofo da ciência William Whewell, em seu livro “History of the Inductive Sciences”, de 1837. Para ele, os culpados por esse grande equívoco foram dois pensadores menores, Lactâncio (245-325) e Cosmas Indicopleustes (245-325), sendo esse último totalmente desconhecido (Gould, 2002:93). Dessa forma, cabe-nos fazer diversas perguntas: Como um erro tão grosseiro chegou até os dias atuais? Quais as explicações para que historiadores do século XIX em diante passassem a acreditar na existência de um conflito aberto entre ciência e religião com base em exemplos tão frágeis quanto esses dois apresentados acima? Seguramente, havia motivos que justificavam a aceitação dessas crenças. Na próxima seção, discutiremos esses motivos.

1.3 A invenção da Guerra

Gould (2002), Sepulveda (2003) e Barbour (2004) consideram que a metáfora bélica foi construída nas últimas três décadas do século XIX, a partir da publicação de dois livros que favoreciam esse tipo de abordagem. O primeiro, “History of the Conflict Between Religion and Science” de John William Draper, foi publicado em 1874, e o segundo, “A History of the Warfare of Science with Theology in Christendom”, de Andrew Dickson White, foi publicado em 1896. Segundo Gould (2002:82), este último foi “um dos livros mais influentes do final do século XIX”.

Ao que parece, o livro de Draper tentava cumprir um duplo papel, uma vez que pretendia ao mesmo tempo evidenciar uma luta aberta entre religião e ciência e abrir espaço para que a religião problemática fosse identificada. Para ele, o problema residia em um tipo específico de Cristianismo:

“(...) ao mesmo tempo em que tinha esperanças que fosse desenvolvido um relacionamento de apoio mútuo entre ciência e protestantismo, Draper

promovia ativamente o preconceito muito comum dos americanos bem-sucedidos da época – um virulento anticatolicismo dirigido à religião da maioria dos imigrantes pobres, o ‘populacho’ que ameaçava diluir a raça original” (Gould 2002:84).

Essa forma de pensar foi bastante difundida durante todo o século XIX e começo do século XX, tanto na Europa como nos Estados Unidos e, para dificultar ainda mais a construção de abordagens menos carregadas de preconceitos, as evidências da época pareciam apontar para uma clara aproximação entre protestantismo e desenvolvimento das nações. Em países como o Brasil, essa forma de pensar foi usada como bandeira de luta por uma elite intelectualizada, que sonhava transformar o Império Católico dos Trópicos em uma República Protestante dos Trópicos.

Em Vieira (1980), encontramos uma tese, defendida pelos padres brasileiros durante todo o século XIX, de que as diversas tentativas de trazer para o Brasil grupos de imigrantes Norte americanos, principalmente os confederados Sulistas, derrotados após a guerra civil Americana, tinham como objetivo maior “protestantizar” o império brasileiro. Trataremos desse tema em momento oportuno, quando discutirmos a relação entre ciência e religião no Brasil Imperial.

Sepulveda (2003) mostra como, nas últimas décadas do século XX, a tese da guerra entre ciência e religião sofreu duras críticas da parte de estudiosos do tema:

“A despeito de a tese do conflito continuar viva no imaginário popular, nos discursos dos fundamentalismo protestante e de cientificistas, e mesmo nos livros didáticos de Ciências, os trabalhos de White e Draper vêm sendo veementemente criticados e desacreditados na historiografia da ciência.”(idem: 35)

Se nos dias de hoje os historiadores que se dedicam a estudar esse tema podem gozar das vantagens de um certo distanciamento, o mesmo não acontecia para aqueles que estavam imersos nas disputas do período. Apesar de percebermos, nos dias atuais, que as disputas eram, na verdade, pela legitimidade de falar em nome da religião, ou seja, qual das duas forças cristã (Protestante e Católica) estava mais autorizada a falar em nome da religião como um todo; ou, como defende Sepulveda (2003), para o caso da Inglaterra, tratava-se de uma tentativa de profissionalização da ciência, retirando-a das mãos de religiosos e criando a figura

do cientista profissional. Para aqueles que estavam vivendo o século XIX, a questão era apresentada nos termos panfletários citados por Draper:

“Será que a civilização moderna consentirá em abrir mão do progresso que lhe proporcionou tanto poder e felicidade... Será que ela se submeterá aos **ditames de um poder...** que **manteve a Europa numa condição estagnante** durante muitos séculos, suprimindo ferozmente pela **fogueira e pela espada** qualquer tentativa de progresso; um poder baseado numa nuvem de mistérios, que se coloca acima da razão e do senso comum, que proclama a altos brados o ódio que nutre pela liberdade nas instituições civis...” (Draper: 1874 apud Gould:2002,95/96.Grifos nossos)

Nesse trecho do livro de Draper, vemos com bastante clareza que, na visão do autor, existia um inimigo a ser atacado. Draper não escondia quem era seu alvo, visto que, certamente, todos os possíveis leitores de seu livro sabiam que fora a Inquisição, comandada pela Igreja Católica, a responsável por conduzir pensadores contrários aos ensinamentos de Roma à fogueira.

Não devemos esquecer que, quando o livro de Draper foi publicado, a Santa Sé Romana ainda estava sendo comandada por Pio IX, o Papa recordista em permanência à frente da Igreja Católica, reinando por 32 anos, de 1846 até sua morte, em 1878. Tanto Gould (2002) como Vieira (1980) apresentam Pio IX como um dos Papas mais reacionários de todos os tempos. Era um inimigo declarado da ciência e de toda forma progressista de pensar. Os motivos são fáceis de presumir. Afinal de contas, foi no seu reinado que aconteceram duas das maiores derrotas da Igreja Católica: a perda dos Estados Papais (fruto da unificação da Itália) e o surgimento de um livro que parecia dar a munição que tanto esperavam os “livres pensadores” para atacar o cristianismo, “Origem das espécies”, de 1859, escrito pelo Inglês Charles Darwin. Da data da unificação italiana até o dia de sua morte, Pio IX costumava afirmar que havia sido condenado e vivia como um prisioneiro⁷(Gould, 2002:86).

⁷ No início da década de 1870, um jornal católico do Pará, “A Boa Nova”, escrevia em um de seus números: “Não falta hoje quem queira dar um coicinho de jumento no **ilustre prisioneiro do Vaticano**”. (Vieira,1980:309. Grifo nosso)

O segundo grande fomentador da metáfora bélica, Andrew Dickson White, parecia ter interesses bastante diversos dos de Draper. Para Gould (2002), o que estava em jogo na postura crítica de White era, assim como defendemos para o caso Galileu, salvar sua religião de seus inimigos internos. Ele havia sido o primeiro Reitor da Universidade de Cornell e viu seus planos de transformá-la em uma instituição não religiosa ser barrado por um clero que não consentia em ceder um mínimo de seus poderes, vendo a instituição secular que White propunha como sendo obra do Diabo:

“White, que era pessoalmente devoto e **estava mais interessado na religião do que na ciência**, escreveu sobre seu trabalho com Erza Cornell: ‘Longe de desejar fazer mal ao cristianismo, ambos esperávamos promovê-lo; mas não confundíamos religião com sectarismo’” (Gould 2002:8. Grifo nosso)

Dessa forma, o que White queria com seu livro era punir um clero arrogante, que defendia uma teologia que lhe parecia dogmática. Entretanto, os defensores das ciências no século XIX estavam ávidos por novas leituras que possibilitassem um afastamento drástico entre essas duas formas de pensar. Era uma busca desenfreada (similar àquela empreendida por Huxley na Inglaterra) para separar ciência e religião, criando para a ciência um corpo de especialistas autorizados e isentos de valores dogmáticos. Dessa forma, o livro de White teve uma repercussão e interpretação que estava de acordo com essa nova postura bélica.

Em todo o século XIX, grupos religiosos, tanto na Europa como na América do Norte, tiveram de enfrentar diversos movimentos que buscavam minar o poder religioso. Na Inglaterra, durante o primeiro e segundo quartéis daquele século, vários confrontos se estabeleceram entre trabalhadores que exigiam melhores condições de trabalho e vida e os poderes públicos. No meio dessas disputas, sempre estava presente o clero protestante, que, além de munir a sociedade com valores espirituais que justificavam a situação de poder estabelecida, ainda dava explicações “científicas” para a legitimação das desigualdades. Em um momento em que as coisas pareciam estar começando a tomar um rumo mais calmo e as revoluções que varreram a Europa no final dos anos de 1840 pareciam controladas, surgiu, em 1859, um livro de um autor insuspeito (por ter sempre se mantido apartado das questões políticas) que reabriria, de uma vez por todas, as diversas “feridas revolucionárias” que ainda não haviam cicatrizado.

1.4 A nova revolução: A Origem das Espécies

Nas primeiras décadas do século XIX, uma forma de conceber a criação, compatível com o pensamento da época era encontrada na obra “Natural Theology” (Teologia Natural), escrita em 1802 pelo padre anglicano William Paley (Sepulveda, 2003:19; Barbour, 2004:45). Essa obra pressupunha um universo totalmente planejado, no qual um Ser superior controlava e definia todos os eventos, cabendo ao homem apenas maravilhar-se com a criação e, na melhor das hipóteses, encontrar as leis que regiam esse grande projeto. A investigação científica, nesse contexto, servia apenas para corroborar aquilo que os homens supostamente já identificavam sem muito esforço, a saber, a presença divina.

Segundo Desmond & Moore (2001:109), esse argumento, conhecido como argumento do planejamento ou desígnio, influenciou o jovem Darwin, levando-o a aceitar a existência de um mundo planejado e belo, onde a felicidade parecia mais uma certeza do que algo que pudesse ser questionado. Era assim que a vida se apresentava para o jovem estudante que esperava pelos exames para tornar-se bacharel e dar os primeiros passos para conseguir uma bela paróquia, onde pudesse exercitar sua verdadeira vocação – ser naturalista – e contemplar a perfeição do Mundo. Desmond & Moore (2001), descrevem da seguinte forma este modo de ver o mundo:

“A vida era um chá numa tarde de verão, na relva do presbitério, cercado de abelhas enxameantes e besouros alegres, prestando testemunho da bondade de Deus. Aquilo era bom, a vida era feliz porque todos os seres eram adaptados a seus ambientes. Os animais, entre eles os humanos, eram mecanismos complexos provindos da oficina divina e adaptados de forma perfeita a seus lugares no mundo” (idem, ibidem)

Durante a infância e a adolescência, o segundo filho homem do doutor Robert Darwin parecia condenado a uma vida de mediocridade intelectual. Ele não se destacava na escola e, na visão do Dr. Robert, parecia inferior demais para um Darwin. O velho Robert Darwin decidiu retirar Charles da escola antes do tempo, e, pretendendo que o filho obtivesse algum conhecimento empírico na área de medicina, o acolheu como seu assistente enquanto esperava para ingressar na Faculdade de Medicina de Edimburgo (Desmond & Moore: 2001). Charles começou o curso de Medicina em 1826 e manteve-se lá até abril de 1827, quando abandonou

o curso sem se formar. Segundo Mayr (1998), Darwin considerava as aulas em Edimburgo aborrecidas e insuportáveis.

A ocupação de clérigo terminou surgindo como uma boa possibilidade para o filho de um rico proprietário de terras que parecia demasiado irresponsável. Essa idéia agradava tanto ao doutor Robert quanto a Charles. Daí o envio de Charles para o Christ's College, em Oxford, onde ele ingressou em 1828, bacharelando-se em 1831. Ao mesmo tempo em que Darwin se preparava para servir a Deus, sentia um abalo cada vez maior na sua fé. Nesses momentos de dúvida, o livro de Paley conseguia conduzi-lo novamente para o caminho que se apresentava como o único capaz de dar a estabilidade que a família esperava que Charles conseguisse. Todas as esperanças para a vida de Charles foram depositadas em uma carreira religiosa, esperanças essas que perdem a razão de ser quando o jovem bacharel recebe um convite para uma viagem ao redor do Mundo. (Desmond & Moore: 2001, Keynes:2004).

O jovem Darwin se engajou como naturalista, em 1831, numa viagem de reconhecimento e levantamento costeiro da América do Sul, a bordo do navio Inglês Beagle sob o comando do capitão Robert Fitzroy. Essa viagem durou por volta de cinco anos e permitiu um profundo amadurecimento de Charles Darwin, que regressou em 1836 como um naturalista experiente e com boa dose de reconhecimento da parte da comunidade de naturalista ingleses (Keynes:2004). Esse foi o primeiro passo para o desenvolvimento de uma teoria que iria revolucionar o mundo científico.

Uma pergunta que ocupava os naturalistas entre o segundo e terceiro quartos do século XIX era a seguinte: como surgem as novas espécies? Algumas décadas antes, essa pergunta podia ser ignorada; entretanto, a partir das descobertas de novos fósseis que diferiam muito dos animais existentes, os questionamentos acerca da inclusão de novas espécies se tornaram inevitáveis no debate científico. Segundo Sepulveda (2003), uma das respostas apresentadas foi a de Adam Sedgwick, professor da Universidade de Oxford, que via no surgimento de novas espécies uma prova conclusiva da preocupação constante de Deus com o Planeta.

Uma outra possibilidade era a de que haveria acontecido diversos dilúvios. Uma das dificuldades em aceitar essa formulação era que ela parecia apontar para

um deus que cometia um conjunto de equívocos em suas ações e resolvia mudar tudo a cada momento. Dessa forma, apresentava-se um deus que falhava constantemente e necessitava consertar seu erro. Seguramente, essa resposta não funcionava muito bem no contexto do credo cristão. Principalmente, diante de um deus onisciente e onipresente como o deus postulado pelo cristianismo.

Nos primeiros anos da década de 1840, Charles Darwin já parecia ter uma idéia bastante promissora sobre a origem das novas espécies; entretanto, não apresentou sua proposta à comunidade acadêmica da época. Diversos estudiosos do assunto fazem a seguinte pergunta: o que levou Darwin a descobrir uma resposta tão importante e mantê-la em segredo por quase duas décadas? Tanto Mayr (1998) quanto Desmond & Moore (2001) acreditam que foi o medo que fez com que o naturalista Inglês evitasse divulgar suas idéias.

A partir de seu regresso da viagem do Beagle e seu posterior casamento com Emma Wedgwood (que gerou dez filhos, embora nem todos tenham sobrevivido), a vida de Darwin assumiu um novo rumo e, com o passar do tempo, ele começou a desesperar-se com a possibilidade de ser desmoralizado e de perder todo o seu prestígio e dinheiro em decorrência de sua teoria sobre a origem das espécies. As palavras “medo” e “doente”, colocadas em relação ao desespero de ser desmoralizado que acometia Darwin, aparecem com muita frequência na biografia escrita por Desmond & Moore.

Em 1858, Darwin foi surpreendido por uma notícia que o deixou sem chão ao receber a carta do jovem naturalista inglês Alfred Russel Wallace, que, mesmo trabalhando sem nenhuma das condições favoráveis que Darwin teve para empreender sua trajetória de naturalista, também havia chegado à idéia de seleção natural. Nessas condições, só restavam duas opções: ou esperar Wallace divulgar sua solução para o enigma da origem das espécies e ficar com todo o crédito pelo feito, ou enfrentar o medo de ser desmoralizado, apresentando as idéias contidas em seus manuscritos e em diversos cadernos de anotações escritos durante e após a viagem do Beagle (Mayr, 1998: 466/467).

Segundo Desmond & Moore (2001:458-460), foi Lyell quem incentivou Darwin a publicar “A Origem das Espécies”, mesmo sem concordar com uma parte das idéias contidas no livro, visto que temia de forma sincera que esse caminho

levasse à degeneração da raça humana, fazendo com que o homem perdesse seu lugar de destaque na Natureza. Ele acreditava, contudo, que Darwin não tinha outra saída a não ser publicar o livro. Embora com o tempo Lyell tenha ficado bem mais receptivo à mensagem de Darwin, foi sempre um crítico profundo em relação à possível origem simiesca do homem.

A Inglaterra clerical e a aristocracia da época tomaram um susto com a chegada da nova e bombástica teoria, principalmente porque ela vinha assinada por um cidadão que primava por não se envolver nas “badernas” dos “agitadores”. Na década anterior, os religiosos protestantes haviam enfrentado um livro que tentava seguir por esse caminho, conseguindo rechaçá-lo totalmente, “Vestígios da História Natural da Criação”, de Robert Chambers. O livro, além de sair anonimamente, continha diversos erros grosseiros, sendo facilmente desmoralizado. Esse livro teve um duplo impacto sobre a vida de Darwin. Ao mesmo tempo em que mostrava a ferocidade com que eram tratados aqueles que se envolviam com o tema da Evolução na Inglaterra, antecipava muitas das críticas que poderiam ser feitas a uma teoria da evolução, contribuindo para que “A Origem das Espécies”, publicado em 1859, já antecipasse e respondesse a diversas críticas feitas pelos opositores (Mayr, 1998; Desmond & Moore, 2001).

É interessante perceber que foi exatamente um dos grupos que Darwin mais temia que se aproximasse de sua teoria que ajudou a popularizá-la. Em diversos países, foram os **reformadores da sociedade** que utilizaram o Darwinismo para impulsionar suas lutas locais, dando, assim, maior visibilidade à teoria. Exemplos marcantes surgem tanto em relação aos positivistas de países periféricos, com seus ideais Republicanos, quanto entre os jovens professores das pequenas Universidades alemãs, a exemplo do jovem talentoso e belicoso Ernst Haeckel. Este, em especial, Darwin temia que atraísse muitos inimigos para a nova teoria, principalmente devido à sua paixão reformista (Almaça, 1999:78). Na Inglaterra, o Darwinismo pôde contar com o apoio de um pequeno grupo que pretendia retirar a ciência das mãos dos religiosos e profissionalizá-la. Um dos mais notáveis, e também dos mais belicosos, foi o jovem cientista T. H. Huxley, apelidado venenosamente de “buldogue de Darwin”. (Desmond & Moore, 2001)

Seguindo esse caminho, e apoiada por radicais de todos os tipos, além de ter sido gerada em um século em que as classes dominantes buscavam justificativas plausíveis para manterem-se no poder, é compreensível que a teoria de Darwin tenha sido utilizada como bandeira de luta por diversos grupos que buscavam chegar ao poder. Essa situação acabou gerando seu lado mais passível de críticas e mesmo anti-científico, o famoso Darwinismo Social:

“Toda cultura, toda classe, todo século constrói seus próprios álibis para a agressão. E cada um desses estratagemas defensivos tem sua história (...). Uma das características mais fortes da cultura do século XIX era que as justificativas mais influentes para a agressão se apoiavam naquilo que seus partidários apresentavam como provas científicas (...). Os defensores vitorianos do conflito tinham um ponderável testemunho acadêmico de seu lado, sobretudo depois de 1859, quando Charles Darwin publicou o seu *Origin of species*. Essa obra-prima se mostrou ainda mais perturbadora do que ele esperava, graças, em parte, ao apoio que entusiásticos seguidores trouxeram ao debate.” (Gay, 1995:43-46).

No caso das mudanças advindas com a chegada de “Origem das Espécies”, temos na verdade dois tipos de movimentos. Primeiro, **temos uma disputa visando estabelecer quem estaria mais autorizado a falar em nome da ciência**, principalmente quando os fatos discutidos punham em dúvida os diversos dogmas Cristãos, a exemplo da idade da Terra. Segundo, temos uma luta para **profissionalizar as ciências**, principalmente em países como a Inglaterra e os Estados Unidos, em que, durante muitos anos, as respostas, tanto científicas como religiosas, eram oferecidas pelas mesmas pessoas, os religiosos. É evidente que, em uma situação desse tipo, na qual qualquer mudança acarretará perda de poder para um grupo estabelecido, qualquer mudança tenderá a ser vista como antipática.

Para finalizar, não podemos esquecer os diversos grupos sociais que lançaram mão do discurso Darwinista para enfrentar as dificuldades do campo político e social de seus países. Mais uma vez, estamos diante de disputas entre o **poder assentado e os reformadores da sociedade**, que, lançando mão de um “discurso científico”, procuraram enfrentar as forças estabelecidas, que, na maioria das vezes, eram representadas por religiosos.

Nas seções precedentes, vimos o relacionamento conflituoso entre ciência e religião, a conhecida “guerra” entre os saberes, passemos agora a tratar do segundo modelo.

2. Separadas, mas com respeito!!

A segunda forma de conceber a relação entre a ciência e a religião pode ser discutida a partir do trabalho de Gould (2002), que defende a idéia da existência de magistérios independentes para elas, cabendo a cada uma papéis e espaços distintos. Para a ciência, estariam reservados os eventos que pudessem ser justificados a partir da investigação empírica, sendo do campo religioso os assuntos relativos à moral. É evidente que Gould não está defendendo que apenas a religião estaria aparelhada para dar conta de questões de cunho moral. Afinal, este é também o espaço de argumentação de muitas outras formas de saber, a exemplo da História e da Filosofia. O que ele pretende com essa separação entre “magistérios não-interferentes” (MNI) é estabelecer um espaço mínimo para uma atuação respeitosa desses saberes.

Mais à frente, mostraremos que, embora concordemos com essas formulações, elas apresentam dificuldades no campo prático, particularmente quando tem que enfrentar questões propostas em algumas áreas das ciências atuais. Passemos agora a discutir como os “magistérios não-interferentes” podem ajudar a diminuir disputas entre os saberes religioso e científico. A idéia de “magistérios não-interferentes” parece fazer parte da própria história da ciência ocidental moderna. Dessa forma, apresentaremos, também, um outro pensador que produziu uma argumentação semelhante à de Gould, possivelmente, na tentativa de diminuir as crises e apaziguar ânimos entre naturalistas e religiosos do século XVII.

2.1 Galileu e as Duas Gramáticas

Durante o século XVII, um dos principais personagens da revolução científica, Galileu Galilei, defendia que as dificuldades enfrentadas pela ciência para fazer-se compreendida e aceita eram fruto de uma má compreensão da relação entre as linguagens científica e religiosa. Segundo Geymonat (1997, p.87/88), para Galileu, o que estava em jogo era que estas consistiam em duas linguagens distintas, cada uma delas aparelhada para dar conta de um determinado tipo de interlocutor, a

saber, o naturalista ou o homem comum. Deus, conhecendo as duas, sabia das dificuldades que a linguagem científica apresentaria para a compreensão do homem comum e, dessa forma, teria optado por escrever as Escrituras Sagradas usando uma linguagem mais simples e fácil de ser compreendida por todos:

“(…) A infinita sabedoria de Deus, mesmo reconhecendo perfeitamente ambas, sabia muito bem – quando ditou as Sagradas Escrituras – que, para fazer-se compreender pelo auditório a que se dirigia, teria que usar a linguagem comum que é a única entendida pelo homem comum. Por isso sugeriu que se escrevesse que o Sol gira em torno da terra.” (Galilei apud Geymonat: 1997, 87/88)

Entretanto, caberia ao naturalista e ao religioso profissional distinguir, na Bíblia, os momentos em que Deus usou desse artifício da linguagem comum, para em momento oportuno, quando o discurso científico estivesse “maduro” o bastante, orientar as novas interpretações do sagrado e dar conhecimento ao homem comum deste recurso utilizado por Deus. Para Galileu, só existia uma única verdade; porém, ela poderia ser expressa em duas linguagens distintas:

“(…) Isto estabelecido, e sendo mais que manifesto que duas verdades não podem nunca se contrapor, é ofício dos sábios expositores esforçar-se para encontrar os verdadeiros sentidos dos textos sacros, concordantes com aquelas conclusões naturais que, antes, o sentido manifesto ou as demonstrações necessárias tenham tornado certas e seguras.” (Galilei, apud Geymonat, 1997,.89)

Gould (2002) e Sepulveda (2003) discutem o argumento de Galileu sobre o uso de duas linguagens distintas por Deus e suas implicações para discussão da relação entre religião e ciência. Na próxima seção, concentraremos nossos argumentos nas idéias de Gould.

2.2 Stephen Jay Gould e os magistérios não-interferentes

Gould (2002) defende que a melhor relação possível entre ciência e religião consiste numa situação em que as duas consigam respeitar-se mutuamente, cada uma identificando e aceitando o espaço de atuação da outra. À ciência, caberia a investigação dos eventos sujeitos à verificação empírica; a religião, por sua vez, seria responsável pela condução do homem no campo da moral.

Segundo Gould (2002), podemos registrar quatro situações que dificultam a aceitação dos MNI. Para ele, nenhuma delas representa, contudo, uma barreira intransponível para a distinção entre os magistérios. Os eventos que contribuem para a não-aceitação da convivência respeitosa entre os dois saberes são de ordens distintas. Primeiro, no passado, era a religião que fornecia algumas das respostas para questões que hoje estão sob a responsabilidade do magistério da ciência, conseguindo, em alguns casos, respostas que pareciam compatíveis com o ponto de vista científico, mas, outras vezes, oferecendo respostas fundadas em interpretações da Bíblia que não eram consistentes com as teorias e os modelos propostos pela ciência. Temos então a seguinte situação: para que a ciência possa ocupar seu espaço e fornecer as respostas em seu magistério, a religião precisará ceder terreno em um campo que, no passado, era seu. Todos nós sabemos das dificuldades que os grupos e as instituições enfrentam quando necessitam ceder espaço a outros grupos, uma vez que, normalmente, isso implica perda de poder, simbólico ou não, para o grupo estabelecido. Para Gould, alguns dogmáticos, presentes nos dois magistérios, são responsáveis pela maioria das dificuldades apresentadas nesse ponto:

“Todas as profissões têm dogmáticos e pessoas que abusam de seu poder, e essas pessoas muitas vezes ocupam posições influentes. (...) muitos intelectuais religiosos ficaram felizes em ceder terreno inadequado ao domínio legítimo da ciência, mas outros, em particular em posições de liderança, escolheram não ceder um centímetro sequer, e então lançaram mão da antiga dicotomia para qualificar o magistério nascente da ciência de um bando de usurpadores mal-intencionados sob o comando do demônio (...)”
(Gould, 2002: 85/86).

A segunda dificuldade seria em relação aos **problemas específicos** que surgem no caminho dos dois magistérios, como, por exemplo, no caso de Galileu, ou da batalha criacionista nos Estados Unidos, ou das “guerras de alguns líderes religiosos com forças políticas contrárias – tudo por causa de terreno e poder, mesmo que publicamente justificado em termos de doutrina” (Idem: 86). Um outro exemplo destes problemas específicos pode ser encontrado no Sílabo lançado em 1869 pelo Papa Pio IX, que listava os oitenta principais erros da época, posicionando-se contra a idéia de tolerância religiosa, contra a sociedade moderna em geral e contra a ciência em particular. Os livros de Draper e White, comentados anteriormente, foram produzidos tendo como alvo particular esse “inimigo” da

ciência. Para Gould, o episódio de Pio IX deve ser interpretado como uma guerra entre dois poderes políticos estabelecidos, no qual cada um dos lados usou as armas de que dispunha (Idem: 87).

A terceira dificuldade tem a ver com questões ligadas ao “âmago psicológico” de cada um dos magistérios. O exemplo da descendência do homem é um dos mais marcantes, uma vez que, não obstante o vasto apoio empírico de que goza, continua assustando uma parcela significativa da humanidade, que teme perder o estatuto privilegiado de criação escolhida por Deus:

“Pode-se qualificar de ilógico o que para a outra pessoa é um alento, mas não se pode negar a realidade psicológica desse alento, nem mesmo sua necessidade potencial no sentido de ser uma fórmula como outra qualquer adotada por um indivíduo para enfrentar a adversidade.” (idem: 88).

A quarta e última dificuldade tem a ver com as áreas de investigação dos dois magistérios. Mesmo que as perguntas formuladas por cada forma de conhecimento sejam diferentes, muitas vezes, as áreas de investigações são idênticas e, para dificultar ainda mais, são de importância significativa para os dois grupos envolvidos:

“A ciência e a religião devem fazer perguntas diferentes e logicamente distintas – mas suas áreas de investigação são muitas vezes idênticas e extremamente significativas. A ciência e a religião pairam sobre diferentes aspectos de nossas maiores preocupações.” (idem; 89).

Estes são os entraves à convivência respeitosa entre as duas formas de saber mais prestigiadas no Ocidente e enfrentá-los parece ser a única forma possível de conseguir desenvolvimento científico sem guerras entre os dois saberes. Embora concordemos que este é o melhor caminho e que devemos nos esforçar para segui-lo, temos que registrar que nem sempre é tão fácil identificar o problema dos limites em que cada um dos magistérios deve manter-se. Barbour (2004) critica a separação em Magistérios proposta por Gould (2002), por acreditar que não é possível operacionalizar esse distanciamento e, mesmo que fosse possível, ela traria prejuízo, por evitar um relacionamento proveitoso entre ambas.⁸

⁸ Argumento similar é encontrado em Dupré (2003).

Quando estamos diante de uma questão como a de saber se devemos considerar a idade da Terra a partir das descobertas geológicas mais recentes ou se devemos considerar a leitura literal da Bíblia (que afirma ter a Terra aproximadamente dez mil anos), parece fácil optar, se a pessoa que enfrenta esse questionamento não for um dogmático religioso, pela primeira opção. Entretanto, quando o assunto é uma das mais recentes descobertas científicas anunciadas pela mídia, por exemplo, “a clonagem de embriões para produção de células-tronco com finalidades terapêuticas”, que foi rechaçada pelo conselheiro de bioética do Vaticano, Monsenhor Elio Sgrechia, temos que enfrentar um problema de outra ordem. Diferentemente do primeiro exemplo, em que os religiosos questionavam a capacidade da ciência de dar uma resposta plausível em relação à idade da Terra, temos agora um problema do campo da moral, no qual os religiosos não questionam as descobertas do ponto de vista científico, uma vez que aceitam que os cientistas tenham capacidade de realizar a experiência. A questão em pauta é a de saber se é ou não moralmente aceitável lançar mão desse achado. Pela descrição dos magistérios de Gould, temos uma situação bastante complicada, visto que a pesquisa cai no campo do magistério da ciência, mas sua aplicação ultrapassa esse domínio e atinge o campo da moral humana, recaindo sobre o magistério da religião. Este exemplo mostra claramente que a distinção entre os magistérios proposta por Gould não é tão simples de ser alcançada e mantida.

Passaremos agora a tratar da terceira forma de pensar a relação entre religião e ciência, aquela que acredita que esses dois saberes podem se complementar e que o primeiro daria o norte a ser seguido pelo segundo.

3. Um mesmo caminho: Ciência e Religião de braços dados

Tentamos demonstrar anteriormente que não faz muito sentido aceitar a idéia de uma guerra entre Ciência e Religião sem remeter o conflito a um momento e contexto específico. Temos agora de lidar com um dos tipos de interação desses saberes que encontra mais resistência entre os cientistas, tanto no Brasil como em boa parte do Mundo: a idéia de que podemos, a partir da religião, evidenciar elos de ligação com as ciências. Segundo Azevedo (2003:15), “a proximidade entre a ciência e a religião é, de modo geral, percebida na sociedade brasileira como algo desejado pelos religiosos e criticado pelos cientistas”. Segundo a autora, herdamos

de “culturas ancestrais” a capacidade de perceber os fenômenos da natureza de forma dicotômica. Esse argumento se encontra no prefácio à edição brasileira do livro “Construindo Pontes entre a Ciência e a Religião” organizado por Ted Peters e Gaymon Bennett (2003).

Este livro é resultado de um esforço para construir “pontes” entre os dois saberes ao redor do Mundo, tentando ampliar práticas discursivas que possibilitem esse encontro e relativizando a idéia, muito aceita no mundo acadêmico, de que todas as religiões são necessariamente contrárias às ciências. A primeira necessidade é de desconstruir a idéia ocidental de que religião é a mesma coisa que cristianismo, lembrando que, mesmo nessa forma de saber religioso, existem diversas nuances que precisam ser evidenciadas.

As dificuldades são mais presentes em alguns grupos protestantes, a exemplo dos “radicais fundamentalistas” do sul dos Estados Unidos. Mesmo no catolicismo romano não encontramos, principalmente nos dias atuais, uma disputa muito acirrada entre conhecimento científico e religioso. O Vaticano parece estar mais preocupado em manter seu rebanho e evitar que uma parte muito significativa migre para as Igrejas neo-pentecostais. Uma disputa com o mundo científico agora só traria uma preocupação a mais e a Santa Sé não tem se mostrado disposta a comprar novas batalhas⁹. Só encontramos posicionamentos contrários da Igreja Católica à ciência em poucas situações, como no caso da clonagem de células-tronco, citado acima, que, como evidenciamos anteriormente, é, pelo menos no nosso entendimento, um assunto do campo da moral, tendo as instituições religiosas (junto com a sociedade organizada como um todo) o direito e mesmo o dever de envolver-se nas discussões a esse respeito.

Não parece verdadeiro que a dificuldade de diálogo com a ciência esteja presente em todas as religiões, mesmo entre as que seguem a “bandeira” cristã, a exemplo do espiritismo, que sempre buscou o estatuto de ciência. Embora acreditemos que essas aspirações dos espíritas sejam fruto de seu pouco entendimento acerca do que significa um saber passível de justificação empírica,

⁹ A situação se agrava ainda mais quando igrejas protestantes começam a defender a clonagem de células-tronco (inclusive embrionárias) e passam a acusar aqueles que sejam contrários à liberação, afirmando que “quem condena os estudos com as células-tronco são os que vêem na desgraça alheia uma oportunidade para se locupletarem.” (Folha Universal, 4 a 10 de setembro 2005). Em diversos momentos, esta reportagem afirma que a Igreja Católica está interessada na miséria humana.

temos de admitir que, para eles, não existe nenhuma dificuldade para que os dois saberes, científico e religioso, caminhem juntos. Poderíamos citar ainda o exemplo do judaísmo, apresentado por Zoloth (2003), que não apresentaria problemas de relacionamento com a ciência. A própria religião judaica já deixaria o espaço para que o desenvolvimento científico ocorra. Por fim, citamos o exemplo das principais vertentes do candomblé brasileiro, nas quais o Deus Ogum aparece como representante do desenvolvimento tecnológico. Ele representa a passagem de uma idade para outra na história da humanidade, em que os homens teriam ganho o direito de usar os metais e desenvolver a tecnologia, situação que possibilitou combater tanto a fome (com o desenvolvimento de novas ferramentas) como os inimigos (com a produção de armas mais eficazes e letais).

Embora já tenhamos nos manifestado a favor da separação entre ciência e religião, temos de admitir que a maioria das críticas que são feitas às abordagens que procuram aproximar os dois saberes termina sendo formulada sobre bases equivocadas. Um exemplo são os escritos utilizados por Gould (2002) para demonstrar a fragilidade dos argumentos dos defensores da aproximação entre os dois saberes. Ele termina utilizando textos que foram escritos para o grande público, ou seja, matérias jornalísticas que estão mais preocupadas em produzir impacto e vender jornais do que em discutir conhecimento científico.

Lévi-Strauss (1993) nos lembra, refletindo sobre a mecânica quântica, como é complicado para os “homens comuns”, nos quais ele se inclui, entender os muitos problemas e as muitas soluções formuladas dentro do mundo científico. Dessa forma, analisar as possibilidades argumentativas dos que defendem o diálogo entre os dois saberes utilizando textos escritos para o grande público não parece uma atitude correta. A necessidade de tornar o discurso inteligível para a grande massa da sociedade pode comprometer seriamente sua coerência em termos científicos.

Seguramente, a preocupação de produzir um diálogo harmonioso entre o saber científico e o religioso não é algo novo. Russell e Wegter-McNelly (2003) nos informam que ele já dura quatro décadas, tendo baseado-se num “**realismo crítico**” e possibilitado uma crítica ao modelo metodológico vigente, criando as condições para o diálogo entre a ciência e as religiões. Entretanto, essa tentativa de aproximar os dois saberes é ainda mais antiga.

Encontramos em Chauchard (1962) referências à existência de um grupo de cientistas católicos na França, desde o final dos anos 1940, a “União Católica de Cientistas Franceses”, que buscava, entre outras coisas, conciliar a ciência e a fé, que praticavam conjuntamente. Segundo Chauchard (1962:11), a separação entre as duas é falsa e a União de Cientistas Franceses representava exatamente a possibilidade de agrupá-las sem dificuldades. É interessante verificar que esses cientistas estavam buscando encontrar Deus nas mesmas descobertas científicas que os “materialistas” usavam como meios de comprovar sua inexistência. O autor usa diversas reflexões do Papa Pio XII para dar conta dessa possibilidade: “A verdadeira ciência, quanto mais progride tanto mais descobre a Deus, como se este andasse atrás de cada porta aberta pela ciência” (Pio XII, apud Chauchard, pp.11/12). Esta visão parece um retorno à teologia natural do século XVIII e começo do século XIX, que tentava encontrar Deus nas leis que as ciências descobriam.

Parece fácil entender o que tanto incomodava alguns dos cientistas europeus no final dos anos 1940. Basta recordarmos que poucos anos antes eles tiveram que enfrentar uma guerra de proporções mundiais, na qual a tecnologia usada para matar havia sido a grande estrela. Além disso, presenciaram as consequências de um dos maiores feitos da ciência bélica do século XX, a bomba atômica. Seguramente, esta é uma base bastante coerente para discutir um uso mais racional da ciência e suas aplicações tecnológicas.

Nos dias atuais, os argumentos a favor da interação entre ciência e religião vão por outros caminhos, procurando apresentar a globalização como a grande responsável por essa necessidade, defendendo que o contato entre cientistas das mais diferentes crenças e culturas pode representar um fórum internacional no qual problemas de toda ordem, inclusive étnicos, possam ser debatidos. Na perspectiva dos autores que compõem o livro organizado por Peters e Bennett (2003), caso seja possível comprovar que não existem tantas dificuldades para uma relação de interação local entre ciência e religião, seria possível construir um diálogo entre cientistas das mais diversas partes do mundo, possibilitando uma aproximação bastante promissora entre as diversas culturas envolvidas¹⁰. Cabe-nos esperar para

¹⁰ Essa situação parece possível porque esses autores trabalham com a classificação do físico Ian Barbour, que compreende quatro estágios possíveis na relação entre ciência e religião: conflito, independência, diálogo e interação. Dessa forma, após o diálogo, no qual seriam discutidas “questões de fronteira e paralelos metodológicos”, estaria aberto o caminho para a integração entre os dois saberes. Sobre esse ponto de vista, ver Russel e Wegter-McNelly (2003) e Barbour (2004).

ver se é possível algum entendimento mundial a partir de um diálogo entre essas duas formas de saber construídas pela cultura humana.

Para finalizar essa seção, gostaríamos de chamar a atenção para os trabalhos de Sahlins (1997 a, b), nos quais o autor, embora não esteja preocupado com a questão da ciência em particular, se ocupa da interação entre as culturas resultante da globalização. Para ele, com a globalização, os povos são forçados a interagir mais de perto com diversas culturas alheias às suas; entretanto, ao contrário do que se poderia pensar, isso não possibilitou a assimilação de culturas menores por culturas mais estabelecidas, mas foi o ingrediente necessário para capitanear uma busca de identidade própria e de conceitos que conseguissem dar conta das novas interações, possibilitando, inclusive, o uso de novas tecnologias sem que, com isso, as crenças dos diversos envolvidos fossem destruídas. Lendo esses textos, é possível pensar que a proposta de interação entre as culturas tendo como base a ciência, presente no livro organizado por Peters e Bennett, não é de todo absurda.

4. Recapitulando...

No caso da relação em que a ciência e a religião apareceram em conflito, procuramos relativizar a idéia de guerra e apresentar o embate em termos históricos e culturais, mostrando que os casos emblemáticos usados para justificar essa abordagem eram, na maioria das vezes, a) disputas entre saberes religiosos concorrentes; b) dificuldades resultantes de uma gramática ainda não estabelecida (como no exemplo de Galileu); c) disputas entre grupos pela legitimidade do direito de falar em nome da ciência; d) tentativa de criar a figura do especialistas em ciência, o cientista.

A segunda possibilidade, discutida nesse trabalho a partir das idéias de Gould (2002), procura apresentar os dois saberes como magistérios independentes. À ciência caberia o mundo factual, enquanto à religião caberia o campo da moral. Nessa abordagem, cada um dos saberes é chamado a oferecer um tipo de resposta para as dúvidas e dificuldades que a sociedade apresenta, cabendo a cada lado respeitar o espaço do outro e reconhecer seus próprios limites.

Por fim, a terceira possibilidade de interação defende a síntese entre os dois saberes, acreditando que a religião pode dar um norte para a condução do saber

científico e aceitando que as novas descobertas da ciência, em vez de invalidar os ensinamentos religiosos, devem servir para fortalecê-los.

Procuramos deixar claro que nossa visão não está totalmente de acordo com nenhuma das três posições apresentadas. Cada abordagem deve contribuir com fatia explicativa naquilo que acreditamos ser a relação mais plausível para a interação. Dessa forma, embora deixemos claro que, por um lado, não acreditamos numa guerra geral e sem trégua entre os dois saberes, temos convicção de que disputas locais e particulares existem e terminam, em algumas situações, exigindo um posicionamento dos atores na defesa ou no ataque de um dos saberes. Por outro lado, embora tenhamos assumido que concordamos com a separação pretendida por Gould (2002) com a idéia de que o respeito mútuo é o bem mais precioso para construção de um relacionamento proveitoso tanto para a ciência como para a religião, procuramos não perder de vista que, em alguns momentos, principalmente quando estamos diante do uso de novas tecnologias, a separação parece ficar confusa, tornando-se difícil evitar que um dos magistérios invada o outro.

A terceira e última forma de relação, embora tenha muitas décadas desde iniciada, só nas últimas duas décadas alcançou um padrão mais aceitável do ponto de vista epistemológico e, no nosso ponto de vista, ainda está começando a criar um quadro no qual possamos verificar sua eficácia. Entretanto, uma coisa ela já conseguiu fazer com sucesso, que foi o de nos lembrar que ciência e religião são saberes construídos socialmente, que, dessa forma, sofrem mudanças de acordo com as sociedades produtoras. Muitos dos críticos da aproximação entre ciência e religião terminam por reificar o cristianismo como sendo a única possibilidade religiosa e ainda cometem o engano de confundir diversos tipos de cristianismo, como se constituíssem um só credo.

Como evidencia Gould (2002), muitos charlatões estão se aproveitando dessa aproximação para vender soluções perfeitas para todos os males da vida. Afinal, a ciência não aparece para o senso comum como capaz de resolver tudo? Esses terão que ser combatidos e desmascarados, enquanto aqueles cientistas e religiosos sérios, que estão dispostos a contribuir e aproximar os saberes (caso seja possível), devem ser ajudados e encorajados. Como nos ensina Feyerabend (1976), em sua crítica aos

“metodologistas” que não aceitam a aproximação da ciência com outros saberes não científicos:

“Unanimidade de opiniões pode ser adequada para uma igreja, para as vítimas temerosas ou ambiciosas de algum mito (antigo ou moderno) ou para os fracos e conformados seguidores de algum tirano. A variedade de opiniões é necessária para o conhecimento objetivo. E um método que estimule a variedade é o único método compatível com a concepção humanitarista.”
(1976:57)

Percorremos esse longo caminho para conseguir chegar no nosso objetivo, que é analisar as dificuldades que um estudante de medicina baiano, **Domingos Guedes Cabral**, teve de enfrentar quando tentou produzir um saber científico que estava em desacordo com aquilo que esperava o saber religioso local. A situação enfrentada por ele, naquele momento, pode ser definida dentro do modelo de **guerra entre os dois saberes**. Estamos admitindo que a experiência vivida pelo jovem médico pode ser definida, se não como uma guerra entre ciência e religião, pelo menos como um confronto entre a religião local e o saber científico postulado por Guedes Cabral.

Capítulo II

Saber Científico no Brasil do Século XIX

Alma, deixa eu ver sua alma
A epiderme da alma, superfície
Alma deixa eu tocar sua alma
Com a superfície da palma da minha mão,
superfície
(Pepeu Gomes e Arnaldo Antunes)

Não é fácil mapear as relações entre os saberes científico e religioso no Brasil do século XIX. Um dos trabalhos que trata da relação entre ciência e religião na Bahia Imperial é o livro “a Morte é uma Festa”, do historiador baiano João Reis (1995)¹¹. O livro discute as dificuldades enfrentadas pelas autoridades do Estado quando tentaram acabar com os enterros dentro dos templos católicos. Os religiosos reagiram e este incidente, conhecido como “cemiterada”, terminou por gerar uma queda de braços entre a alta hierarquia da Igreja e os médicos da Faculdade de Medicina da Bahia. Enquanto os primeiros procuravam apresentar a morte como assunto do campo do sagrado, sendo de responsabilidade exclusiva dos representantes de Deus, os médicos procuravam apresentar a morte e os enterros como sendo do campo da Higiene e, dessa forma, de responsabilidade exclusiva da ciência. A grande preocupação era em relação aos miasmas, que eram concebidos como os grandes responsáveis pela maioria das mortes nos grandes centros. Os higienistas baianos estavam embasados no que existia de mais moderno na ciência européia, que há muito havia orientado a remoção dos cemitérios para longe das cidades, de modo a produzir um ar que era considerado mais saudável e menos ameaçador.

Nesta contenda, que envolvia muito mais que saúde pública, muitos acordos tiveram de ser selados. Como mostra Reis (1995), uma parte significativa da economia baiana girava em torno dos enterros. Havia uma grande preocupação com o destino da alma e cada grupo social procurava precaver-se da melhor forma que pudesse, o que fazia com que tanto brancos como negros gastassem uma soma significativa de suas posses com a destinação dos seus corpos. A Igreja onde o

¹¹ Um outro trabalho sobre o tema pode ser encontrado em Almeida (2003).

indivíduo seria enterrado, assim como o local disponibilizado para aquele corpo, dava uma idéia de quem era o morto. Por exemplo, ser enterrado dentro ou fora do prédio, a uma distância maior ou menor do altar, o número de missas encomendadas, bem como de esmolas dada aos pobres etc. todos estes aspectos eram de fundamental importância para definir o status do morto. Quanto mais perto do altar, por exemplo, mais perto de Deus e da salvação, e, portanto, mais caro. Mesmo com toda a pressão por parte da Igreja, a ciência saiu vencedora nesse confronto. Embora o cemitério do Campo Santo tenha sido destruído pelo movimento da “cemiterada” em 1836 (apenas três dias após a inauguração), a situação era irreversível e a receita prescrita pelos médicos higienistas foi seguida à risca, ficando proibidos os enterros fora dos espaços estabelecidos pelos cientistas da época. Era a ciência da época ditando regras para a vida social.

Os historiadores em geral e os historiadores das ciências, em particular, só recentemente acordaram para o fato de que houve produção científica aqui no país antes do século XX. Um dos responsáveis por essa visão distorcida foi o trabalho do historiador das ciências Simon Schwartzman, que defendeu a inexistência de produção científica no Brasil antes da chegada das universidades e, mais especificamente, da Universidade de São Paulo, nos anos 1930 do século XX¹².

Podemos encontrar farta literatura contestando essa afirmação de Schwartzman (2001), como, por exemplo, Dantes, (2001 a, b) e Figueirôa (2001). Mesmo oferecendo uma lista de Instituições científicas existentes, tanto no Império como antes dele, Schwartzman não consegue enxergar a existência de produção científica durante o século XIX. De acordo com as autoras, essa situação ocorre devido à posição conservadora do autor em relação à definição daquilo que pode ou não ser considerado produção científica. Em Dantes (2001 a, p.19), encontramos mesmo um endurecimento da crítica, uma vez que ela se refere ao autor e ao seu livro como sendo anacrônicos. Seguramente, esta é uma das críticas mais duras que pode ser feita a um historiador.

¹² Um ponto interessante, é que essa afirmação de Schwartzman é combatida, muitas vezes, utilizando-se o livro de José Murilo de Carvalho sobre a Escola de Minas de Ouro Preto, publicado em 1976. Este trabalho, conforme pode ser verificado em seu prefácio, foi solicitado por Simon Schwartzman, então diretor da FINEP (Carvalho: 2002).

Conforme evidenciamos anteriormente, esta crítica ao livro de Schwartzman já foi bastante desenvolvida, e não pretendemos mais voltar a ela. Entretanto, no mesmo livro, encontramos afirmações acerca do positivismo que, ao nosso ver, são injustas, merecendo mais discussão. Em uma dessas afirmações, o autor diz que o positivismo foi um dos responsáveis pela inexistência de ciência no período Imperial. Essa afirmação só é possível porque Schwartzman usa uma definição muito particular de positivismo. Segundo ele,

“Para o Positivista, a ciência era uma meta já atingida, e o mundo havia sido completamente compreendido. Assim, não podia haver mais espaço para questionamentos, dúvidas ou experiências. Só restava a necessidade de levar à ação, de convencer os incrédulos. Dentro desse quadro, onde se coloca a idéia de um laboratório, um centro de pesquisa, uma universidade interessada em ampliar as fronteiras do conhecimento?” (Schwartzman: 2001,97/98).

Para períodos mais recuados, como o Império, Schwartzman utilizou como fonte de informações o livro de Fernando de Azevedo. Este autor aceitava sem questionar posições de pensadores do século XIX, como por exemplo, Sylvio Romero que, a partir do último quartel daquele século, iria atribuir ao positivismo comteano e seus defensores o atraso em que, segundo ele, o Brasil estava mergulhado.

Nos anos finais do período Imperial, o positivismo de Comte passou a ser visto como um entrave para o desenvolvimento do país, principalmente para pensadores que seguiam Herbert Spencer, como era o caso de muitos bacharéis em Direito. Um exemplo marcante da contenda entre comteanos e spencerianos pode ser encontrado no livro de Sylvio Romero “Doutrina contra Doutrina” (1895), que procurou enfrentar o positivismo de Comte a partir do trabalho de Spencer, também considerado positivista. Uma das principais diferenças entre estes dois teóricos reside em que, para o pensador francês, a História sempre se desenvolveria do mais complexo para o mais simples, o que aconteceria tanto na ciência como na sociedade. Para o pensador inglês, a situação era exatamente o contrário, e a lei de Comte não encontraria corroboração na ciência e muito menos na sociedade: as organizações mais simples evoluíam na direção de sociedades mais complexas e organizadas. Uma outra diferença entre os dois autores, que tanto incomodava Romero, é em relação as idéias religiosas do positivismo comteano.

Embora nos dias atuais seja mais fácil perceber que o Apostolado positivista não estava defendendo idéias “metafísicas” quando pregava sua religião, esta não era a compreensão de Sylvio Romero e de muitos dos seus pares na “Escola do Recife”. Este grupo fazia uma associação direta entre religião e entidades “metafísicas”, como deuses, almas e santos, que, na visão deles, já deveriam ter sido abandonadas naquele momento histórico. Possivelmente, uma definição mais serena do significado de ser um positivista no século XIX possa ajudar na compreensão das dificuldades que comteanos e spencerianos enfrentavam:

“O positivismo, de uma definição genérica, significaria qualquer sistema que se confinasse a dados empíricos e **recusasse reconhecer especulações metafísicas e ou a priori**. Assim, todos os primeiros filósofos e cientistas que seguiram esse conceito eram positivistas a seu modo.” (Vieira, 1980:56. Grifos nossos)

Essa definição de positivismo se contrapõe à maneira como Schwartzman entende essa doutrina filosófica e, em particular, coloca em questão seu argumento sobre a impossibilidade de terem sido criados laboratórios, centros de pesquisa ou universidades a partir desse modo de pensar. Esses “equipamentos” eram aceitos e até desejados pelos positivistas. Somente mais tarde alguns positivistas brasileiros, seguindo as idéias de Comte, vão posicionar-se contra a criação de universidades, mas o que estava em jogo neste caso era algo diferente de uma rejeição ao desenvolvimento do saber. Os positivistas temiam que fossem criados mais “cursos metafísicos”, como o de Direito (como o interpretavam), e, como pensavam que o momento era da ciência, e acreditavam que uma universidade brasileira naquele momento seria invadida por cursos de “natureza metafísica”, não viam sentido nesse empreendimento (Lins, 1964:77). Este é o motivo que levou o positivista ortodoxo Luís Pereira Barreto a posicionar-se contra a criação de universidades no Brasil do século XIX. (Idem, Ibidem).

Uma outra afirmação de Schwartzman sobre o positivismo revela não só o uso indevido do termo, como também um forte preconceito em relação a esta posição filosófica. Diz ele: “Totalmente excluído da comunidade acadêmica, Comte começou a pregar para audiências leigas, e assim, nasceu o **ramo religioso do positivismo**, cujo porta voz foi **Émile Littré**.” (Schwartzman,2001:9. Grifos nossos).

O ramo religioso do positivismo surgiu a partir da entrada de Clotilde de Vaux na vida do pensador francês¹³ e de sua subsequente morte. Esse encontro, que ocorreu em 1844, fez com que Comte passasse a defender a superioridade da moral feminina e, após a morte de Clotilde, o positivismo de Comte passou por mudanças profundas, que desembocaram na religião positiva. Um erro ainda mais grave é colocar Émile Littré como porta voz do apostolado positivista, quando, na verdade, a corrente religiosa do positivismo foi a responsável pelo rompimento definitivo de Comte com o seu mais famoso discípulo¹⁴. Surgiu daí a “corrente Littreana”, tão importante no Brasil, que resultou do rompimento de Littré com seu antigo mestre, por não aceitar o caminho religioso assumido por este (Giannotti:1978, Carvalho:1993, Lins:1964).

1. Positivismo

Como discutimos na introdução desse trabalho, estamos investigando um fato ocorrido na Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1875, a saber, a recusa da tese de doutoramento do médico Domingos Guedes Cabral. Esse médico procura deixar claro, na introdução de seu trabalho, que era positivista e que estava interessado em expor essa doutrina. Silvio Romero o coloca como darwinista, seguidor da “bifurcação haeckeliana do evolucionismo” (Romero: 1969). Entretanto, não existia, à época, nenhuma contradição que impedisse um intelectual de seguir várias “doutrinas” ao mesmo tempo. Dessa forma, um mesmo pensador podia seguir Comte, Darwin, Haeckel e Flourens, como parece ter sido o caso de Guedes Cabral (ver capítulo 3). De acordo com Collichio (1988), Flourens foi opositor do evolucionismo proposto por Darwin; ainda assim, foi o principal pensador seguido por Cabral.

Como nos mostra Regina Gualtieri, que analisou a presença do evolucionismo no Museu Nacional do Rio de Janeiro entre as últimas décadas do século XIX e o começo do século XX, os intelectuais brasileiros se apropriavam apenas de partes das teorias disponíveis, na medida em que elas lhes convinham (Gualtieri, 2003). Essa apropriação, segundo Schwarcz (2003, 1995), possibilitará

¹³ Comte conheceu Clotilde de Vaux em 1844, apaixonando-se imediatamente por ela, que, casada com um homem que se encontrava preso, não pôde corresponder a esse amor. A morte de Clotilde um ano depois desse encontro levará o filósofo a trilhar o caminho da religião. Sobre esse tema, ver Giannotti (1978).

¹⁴ Sobre Littré ver Bevilaqua (1882/1976).

uma apresentação criativa das teorias estrangeiras em território brasileiro, cumprindo um papel, entre o período Imperial e a velha República, na busca de respostas a diversas questões sobre o problema da raça e miscigenação, que, para alguns pensadores, constituía grandes entraves a idéia de um país civilizado aqui nos Trópicos. Dessa forma, não existe grande contradição em encontrarmos um Guedes Cabral defendendo as teorias de Darwin e Haeckel sem distanciar-se das idéias de Comte.

Pretendemos, também, apresentar o positivismo de Comte como um conjunto de metas interessadas tanto na **produção científica** como no desenvolvimento de **regras morais** para a população. É evidente que temos consciência de que alguns dos “dogmas” defendidos pelo positivismo são, nos dias de hoje, inaceitáveis. Um exemplo marcante é a defesa da existência de uma verdade histórica, que o historiador deveria descobrir e apresentar a partir dos fatos. Como nos lembra Carvalho (1993), não podemos esquecer que, para teorias como o positivismo ou o marxismo, a história é governada por leis que os homens não podem modificar, podendo apenas acelerar seu passo e fazê-la caminhar mais rápido. Nos dias atuais, sabemos que mesmos os fatos e as observações mais rigorosas são contaminados por nossas teorias e ideologias e que a história não segue um caminho definido a priori.

Contudo, muitas das idéias de Comte podem ser consideradas atuais e importantes, principalmente algumas do campo da moral. Para citarmos apenas algumas que aparecem em Lins (1964), podemos mencionar: a) sua defesa dos direitos das mulheres; b) seu rígido posicionamento contra qualquer tipo de opressão de um povo ou uma pessoa por outro povo ou outra pessoa; c) sua defesa de uma idade mínima para que os jovens ingressem no mundo do trabalho, contrapondo-se ao trabalho infanto-juvenil; d) sua defesa do altruísmo como solução alternativa à caridade católica; e) sua visão crítica em relação à conduta que os países ricos tinham em relação aos mais carentes; f) sua defesa de uma renda mínima para todos os trabalhadores, estivessem empregados ou não.

1.1 Positivismo no Brasil

Os positivistas brasileiros trilharam caminhos bastantes diferentes daqueles seguidos por seus pares na França. Enquanto Comte ainda se encontrava vivo, aconteceu uma bifurcação na doutrina, possibilitando uma divisão em dois modelos

distintos, que, de certa forma, eram antagônicos. Em um deles, temos o próprio Comte defendendo a superioridade moral da mulher sobre o homem e elegendo Clotilde de Vaux como o símbolo de sua religião recém-criada, enquanto no outro extremo, temos Émile Littré defendendo uma idéia de positivismo sem nenhum tipo de aproximação com o mundo religioso. Muito tem sido dito sobre os motivos que levaram o inventor da física social à criação de uma religião. A explicação mais aceita é a defendida por Torres (1943), que via nesse posicionamento do pensador francês a combinação entre os problemas mentais de Comte e o resgate da religiosidade infantil do filósofo. Para nós, o que importa é evidenciar que, diferentemente da França, existia no Brasil Imperial três possibilidades para um pensador brasileiro assumir-se como positivista.

Enquanto na França o pensador positivista só podia contar com duas possibilidades, ou era um seguidor de Émile Littré, o que significava não ser do Apostolado positivista, ou era um seguidor de Pierre Laffite, que era o herdeiro intelectual do Comtismo na França e, claro, defensor da religião da Humanidade, temos no caso brasileiro uma situação um pouco mais complicada. A partir da década de 1880, tivemos aqui uma corrente positivista que aderiu as idéias de Littré, uma outra que aderiu as idéias de Laffite, e, finalmente, um Apostolado positivista que, após um período de curta aproximação com as idéias de Laffite, rompeu com as duas outras correntes e criou uma interpretação bastante singular das idéias de Comte (Carvalho: 1993).

Contudo, quando o jovem médico Domingos Guedes Cabral escreveu sua tese, em 1875, as possibilidades eram apenas duas. Essa diferença é importante por dois motivos. Primeiro, porque acreditamos que a maioria das críticas direcionadas ao positivismo durante o século XIX consiste, na verdade, em críticas ao Apostolado positivista brasileiro, e não ao positivismo como um todo. Segundo, porque acreditamos que é importante chamar a atenção para a situação de Cabral não optar por uma das duas correntes disponíveis em seu tempo. Mesmo dispondo da possibilidade de romper com o ramo religioso do positivismo, ligando-se à corrente de Littré, Cabral se mantém ligado aos dois grandes mestres positivistas. O positivismo laffitiniano, que era a orientação comteana no período que Cabral defende sua tese, era um fenômeno mais preocupado com ciência do que com religião, essa equação só vai se inverter a partir da criação do Apostolado positivista

brasileiro, que intensificará o desenvolvimento da parte religiosa da filosofia comteana.

Falando dos anos setenta do período Imperial, e mais especificamente de Domingos Guedes Cabral, Wilson Martins afirma o seguinte:

“É esse o momento em que se inicia um **esforço de modernização mental** do país com as **primeiras manifestações sistemáticas do positivismo** que a essa altura, ainda era, no Brasil, um fenômeno de **definição ‘laftiniana’**, isto é, mais ciência do que ‘filosofia’ e, **muito menos, ‘religião’ positiva.**”
(Martins: 1996, volume III, p 230. Grifos nosso)

Essas afirmações, além de corroborarem a crítica à visão de Schwartzmann sobre a produção científica e a atuação do positivismo durante o século XIX, ainda ajudam a entender um pouco mais a figura de Guedes Cabral. Uma pergunta que surge quando lemos a obra deixada por Cabral é a seguinte: Como um pensador poderia, naquele momento histórico, se predispor a enfrentar uma empreitada daquele porte? Afinal, nosso caro médico tentou com o seu trabalho mostrar quão desnecessária era a figura de um Deus criador. Ele aceitava como coisa certa a descendência simiesca do homem e parecia aceitar, também sem reservas, o restante das teorias evolucionistas apresentadas por Darwin, Huxley, Haeckel, algo que, conforme estudos recentes sobre a entrada do evolucionismo no Brasil têm demonstrado, não acontecia com muitos dos representantes das “doutrinas evolucionistas” que circulavam nos diversos centros produtores de ciência no Brasil. (Gualtieri: 2003; Domingues & Sá: 2003; Schwarcz: 2003 e 1995; Glick: 2003)

Embora defendamos que a visão que procura apresentar este ou aquele pensador como sendo o primeiro a aceitar uma teoria não se sustenta e que, na nossa forma de conceber os estudos históricos, o mais importante é apresentar as teorias e idéias imersas na cultura de um determinado período, acreditamos que existe a possibilidade de Domingos Guedes Cabral ter sido o primeiro (ou um dos primeiros) pensadores brasileiros a aceitar (sem reservas) a descendência simiesca do homem, afirmando essas idéias sem temer represálias oriundas da religião oficial do estado. A Igreja Católica brasileira, naquele momento, estava disposta a tudo contra aqueles que tentassem enfrentá-la, principalmente, no caso de investidas tão ousadas como a

de Cabral, que buscava “provar” que era desnecessário assumir uma intervenção divina na Natureza como um todo ou no ser humano em particular.

O jovem médico procurou deixar claro em “Funções do Cerebro” que era um positivista e que norteava seus estudos científicos a partir dessa doutrina. Assim, a primeira pergunta que surge é a seguinte: que tipo de positivista era Domingos Guedes Cabral? Essa não é uma pergunta fácil de ser respondida, principalmente porque os positivistas ortodoxos brasileiros, seguindo a orientação de Comte, procuravam não comprar brigas desnecessárias com os católicos, que, na ótica do líder francês, eram os melhores ouvintes para as pregações positivistas (Carvalho:1993, p.139). O que nos resta fazer é especular em cima das possibilidades que são oferecidas por sua obra e a partir de seus comentadores. A obra “Filosofia do Brasil”, de Silvio Romero, publicada em 1878, embora dedique mais de uma dúzia de páginas a “Funções do Cerebro”, inclusive com diversos elogios ao seu autor, não nos ajuda muito na empreitada de compreender a filiação intelectual de Guedes Cabral. Essa situação ocorre por dois motivos principais. Primeiro, porque nesse período tanto Romero como Tobias Barreto (seu principal mentor intelectual) já haviam abandonado parte das idéias comteanas que haviam seguido anos antes e estavam mais inclinados para “doutrinas filosóficas” que acreditavam ser mais adiantadas, como as de Spencer e Haeckel. Segundo, porque, pelo motivo apresentado acima, dificilmente Romero admitiria que um trabalho tão inovador quanto o de Cabral fora produzido dentro da “doutrina positivista”, que, mais tarde, em sua obra “Doutrina Contra Doutrina” (1895) ele apresentará como a responsável pela paralisação da ciência no Brasil.

A partir da informação encontrada em Wilson Martins, no trecho citado anteriormente, acreditamos na possibilidade de Cabral ter sido um positivista de “definição ‘laffitiniana’”. Embora não seja tarefa fácil definir se um positivista brasileiro seguia a linha filosófica de Comte/Laffitt, de Littré ou de Spencer, principalmente, porque todos esses pensadores acreditavam em algum tipo de evolução produtora de aperfeiçoamento, podemos pelo menos verificar algumas divergências entre esses autores. Enquanto Spencer acreditava na melhoria do indivíduo e esperava que daí surgisse uma sociedade melhor, Comte acreditava que

era o social como um todo que mudava, obrigando os indivíduos a mudarem também¹⁵.

No caso da obra de Cabral, não encontramos referência a Spencer, mas, em compensação, encontramos referência tanto a Littré como a Comte¹⁶. Parece que, assim como o personagem Menocchio da obra de Ginzburg (1987), que não se deixava definir facilmente (a partir das referências às leituras com que admitia ter tido contato) como seguidor de uma única “doutrina”, nosso personagem, Domingos Guedes Cabral, também não nos permite definir com clareza quais eram seus “mestres ensinadores”. É possível, entretanto, saber com mais clareza quais eram os inimigos que ele pretendia combater. Primeiramente, estava disposto a atacar todas as “idéias metafísicas” apresentadas pelas religiões e também a influência dessas idéias no discurso e na ação dos bacharéis. Sua tese de doutoramento, recusada como tal e depois editada como livro, deixava isso muito claro, como veremos em momento oportuno, no capítulo 3.

Temos então o seguinte quadro possível: Domingos Guedes Cabral era, de um lado, um positivista ortodoxo, o que, naquela época, significava ser seguidor das idéias professadas por Pierre Lafitte, mas era também, por um outro lado, um evolucionista seguidor de Darwin, Huxley e Haeckel, visto que as idéias destes autores aparecem com uma certa segurança em seu livro. Mas, quando aceitamos esse raciocínio, surgem mais algumas perguntas na tentativa de classificar nosso médico como positivista: Se, na década de 1870, existia a possibilidade de ser positivista sem necessariamente seguir nenhuma lógica “metafísica”, acusação feita, naquela época, ao positivismo ortodoxo com seu apostolado, por que Guedes Cabral iria filiar-se exatamente ao positivismo de Lafitte (que tinha uma vertente religiosa)? Por que vamos encontrá-lo comprando briga com os católicos (e todos os religiosos brasileiros da época) se os ensinamentos de Comte orientavam para não envolver-se

¹⁵ Em Spencer, a idéia de sobrevivência do mais apto está associada a de sobrevivência do melhor. Essa situação vai conduzir Spencer à religião espírita e afastá-lo de Darwin (Desmond & Moore: 2001).

¹⁶ Essa informação é importante por dois motivos: primeiro, para tentar entender por que Romero, com seu apego desmedido a obra de Spencer, não colocou Cabral como seguidor deste. Na verdade, esse expediente não seria possível, já que o médico baiano nem cita esse autor, além é claro de Cabral citar Haeckel. Segundo, porque é comum acreditar na presença marcante da obra de Spencer entre intelectuais baianos do final do século XIX. Só para se ter uma idéia, a obra deste autor não estava disponível na Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1876. Pelo menos, é o que nos informa o catálogo de obras da Faculdade de Medicina da Bahia (1876), apenas um ano depois de Cabral defender sua tese.

em brigas com os católicos, porque estes eram positivistas em potencial? Quais os outros grandes mestres que Cabral segue em sua Tese?

Quanto à primeira pergunta, acreditamos que não é muito difícil respondê-la. No momento em que Cabral estava escrevendo, ainda não tínhamos um Apostolado brasileiro distinto daquele que existia na França, e as atenções dos positivistas nacionais ainda estavam muito mais voltadas para as possibilidades que a ciência ofereceria. No que diz respeito à segunda pergunta, acreditamos que Cabral, assim como Pereira Barreto, era seguidor de um tipo de positivismo muito particular: ambos estavam convencidos de que o momento era exclusivamente científico e, dessa forma, não viam nenhuma necessidade de poupar os católicos de críticas (Barreto:1967, Lins 1964). Acreditavam que os religiosos, de uma forma geral, terminariam vindo para o positivismo, porque este seria, em breve, a única opção. Quanto aos outros mestres de Cabral, constatamos na leitura da tese que eles eram, em sua maioria, franceses e alemães. Para citar alguns, podemos mencionar H. Taine, Claude Bernard, Paul Broca, Marc Dax, Büchner, Luys, e Marie-Jean-Pierre Flourens, sendo este último o autor mais citado por Cabral em defesa de seus pontos de vista.

Temos de admitir que ser positivista no Brasil durante o século XIX exigia muita plasticidade e que, nos dias atuais, não é tão fácil definir se um pensador era positivista e que tipo de filiação professava dentro do positivismo. No exemplo a seguir, que diz respeito a uma outra recusa de tese inaugural, que aconteceu no Rio Grande do Sul em 1906, evidenciaremos essas dificuldades.

2. Positivismo e Medicina no Rio Grande do Sul

Como um exemplo da grande diversidade de visões entre os positivistas, podemos citar o caso de uma tese de conclusão de curso que foi rejeitada pela Faculdade de Medicina do Rio Grande do Sul, nos primeiros anos do século XX. Este episódio mostra uma disputa entre médicos, positivistas e médicos positivistas gaúchos, cada um defendendo uma posição, de certa forma, inusitada. Embora diferentes, em relação aos motivos, as recusas das duas teses, pelas Faculdade de Medicina da Bahia e do Rio Grande do Sul, são exemplos concretos da quebra da normalidade exigida pela doutrina positivista.

Segundo Weber (1999, 1998), a medicina era conduzida no Rio Grande do Sul de modo bastante diferente dos modelos engendrados em São Paulo e no Rio de Janeiro. Uma das diferenças foi que as questões higiênicas não encontraram eco naquele estado. Uma outra diferença marcante dizia respeito à liberdade profissional, que era garantida na própria constituição do Estado e que só seria revista com a chegada de Getúlio Vargas ao poder estadual, no início do segundo quartel do século XX. Do ponto de vista legal, para exercer uma profissão, inclusive as da área de saúde, o interessado não necessitava comprovar formação específica nenhuma, mas somente retirar as licenças exigidas pelo estado:

“A constituição estadual do Rio Grande do Sul, que entrou em vigor em 1892, estabelecia a completa **separação dos poderes temporal e espiritual**, assegurando a partir daí, a liberdade religiosa, de profissão e a liberdade da indústria. De forma generalizada, as decisões do **governo positivista** relativas à saúde levaram em conta essa formulação. Na prática, **a liberdade de exercício profissional** foi assegurada até 1928, quando Getúlio Vargas assumiu o estado.” (Weber: 1998, p.XXX. Grifos nossos)

Os médicos positivistas estavam envolvidos em um cenário bastante complicado no Rio Grande do Sul: ao mesmo tempo em que eram chamados a posicionar-se como médicos e defenderem seus direitos enquanto categoria profissional, eram impelidos a agir como positivistas, assumindo, assim, a defesa da liberdade profissional. O problema era que assumir a defesa de uma categoria profissional estava em total desacordo com as idéias positivistas, principalmente aquelas professadas por Comte. O episódio da recusa da tese de doutoramento do aluno Eduardo Barcelos, ocorrido na Faculdade de Medicina do Rio Grande do Sul em 1906, trará à tona diversas contradições vividas pelos professores daquela Instituição.

2.1 A Tese

Em 1906, a Faculdade de Medicina do Rio Grande do Sul foi abalada por um incidente que tomou proporções consideráveis, a recusa da tese de doutoramento do aluno e candidato a médico Eduardo Barcelos, intitulada “Contribuição do estudo dos tumores congênitos do crânio (do encefaloceles)”. Este episódio terminou por configurar-se em um problema de proporções consideráveis, inclusive escapando

aos muros da instituição de ensino e ganhando as ruas da capital gaúcha, na forma de barulhentos protestos organizados pelos alunos da Faculdade.

Neste incidente, embora os motivos da recusa sejam totalmente diversos daqueles envolvidos no caso da tese de Guedes Cabral, encontraremos muitas semelhanças com o episódio ocorrido na Bahia três décadas antes, principalmente em relação às queixas dos doutorandos de que a faculdade teria excedido seu papel e que deveria ter dado total liberdade aos alunos para confeccionar seus trabalhos de doutoramento, verificando somente se suas conclusões eram ou não do campo da ciência. Outra similaridade entre os dois episódios residiu no apoio dos colegas, que, em ambos os casos, se posicionaram contra a Instituição e a favor dos doutorandos. Encontramos, contudo, duas diferenças marcantes em relação à situação vivida na Bahia: a falta de evidência de professores posicionados a favor de Guedes Cabral e, como mostraremos mais adiante, o fato de o jovem doutorando baiano ter defendido posicionamentos a favor de seu grupo profissional - algo odiado por Auguste Comte.

No caso gaúcho, um dos problemas da tese, e que vai originar a sua recusa, consistia em críticas e comentários irônicos sobre alguns professores da faculdade, feitos pelo aluno. No recurso que interpôs à Faculdade solicitando reconsideração, Barcelos parece consciente de seus direitos como aluno e, segundo Weber, ele

“considerava uma injustiça a sua reprovação porque **não caberia à faculdade censurar as opiniões exaradas pelos candidatos**, mas apenas avaliar sua pertinência científica. Acrescentou ainda ao seu dossiê cartas de **diversos professores da faculdade (...) que afirmavam que a tese estava adequada.**” (Weber:1998. Grifos nossos).

A postura contra a intromissão da faculdade no trabalho dos doutorandos é compartilhada por Domingos Guedes Cabral. Entretanto, o jovem médico baiano, diferentemente do gaúcho, identifica as dificuldades a que foi submetido seu trabalho como sendo fruto de uma postura de medo por parte da instituição de encampar uma disputa com os poderes religiosos estabelecidos, referindo-se ao Sílabo de 1864, no qual o Papa Pio IX listava os oitenta principais “erros” da época. Cabral critica a posição da Faculdade no prefácio de sua tese:

“Ignorava que fosse uma cruel irrisão esse estribilho ahi infinitamente repetido a cada momento: a faculdade **não aprova nem reprova as**

opiniões emittidas nas theses. Entendendo essas palavras na accepção real do seu sentido, estava longe de suppor que podesse haver uma dialectica tão extravagante para as **leis desse paiz**, que sob as palavras de suas disposições occultasse – se sempre um sentido **sibylino**, direi melhor – um sentido **catholico.**” (Cabral: 1876, XV. Grifos nossos)

Nesta passagem, temos acesso a diversos elementos do clima intelectual da época, principalmente a respeito das exigências feitas por parte de alguns intelectuais baianos no que concerne a uma maior liberdade para emitir suas opiniões. Domingos Guedes Cabral, além de criticar a postura da Faculdade, ao se intrometer nas opiniões dos doutorando, assim como fez Eduardo Barcelos no Rio Grande do Sul, foi mais longe e exigiu liberdade para que cientistas pudessem dar suas opiniões sem se preocupar com regras impostas pela Igreja católica. Nunca é demais lembrar que havia, em 1875, apenas dois anos desde que a famosa “questão religiosa” brasileira culminara com a prisão de importantes religiosos católicos, sendo este um dos momentos em que mais se exigiu a separação entre Igreja e Estado, coisa que só aconteceria, e mesmo assim de forma parcial, com a chegada da República.

No incidente ocorrido no Rio Grande do Sul, os alunos dos mais diversos períodos foram às ruas da cidade protestar contra a recusa da tese de Barcelos. Durante dois dias gritaram palavras de ordem, incluindo ameaças aos professores. Essa atitude dos alunos terminou por exigir um posicionamento mais duro da Faculdade, que decidiu punir os alunos revoltosos com um ano de suspensão. Para Weber (1999), os trechos encontrados na tese não seriam suficientes para uma punição tão rigorosa como a recusa. O que estava em jogo era a cobrança de uma atitude ética da parte dos alunos, que não deviam criticar em público seus professores, como aparecia evidenciado na tese de Barcelos. Recusar uma tese não era assunto corriqueiro à época. No caso baiano, até o momento, só encontramos a de Guedes Cabral, enquanto no Rio de Janeiro, durante um período de oitenta anos, apenas duas teses foram rejeitadas. E, mesmo assim, por motivos diferentes dos dois casos aqui discutidos. A primeira, foi a de um português que, escrevendo sobre prostituição, terminou por insultar “grosseiramente a família brasileira”. A segunda tese, de um brasileiro, foi rejeitada porque “continha tiradas pornográficas” (Weber:1998 e 1999). Ou seja, as teses rejeitadas pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro continham posicionamento em desacordo com a moral vigente da

época. Os casos de Cabral e Barcelos são distintos e, além disso, de natureza mais complexa.

2.2 Atitude Positivista

Com a decisão de punir os alunos com um ano de suspensão, a direção da Faculdade de Medicina de Porto Alegre esperava dar por encerrados os debates. Ela não sabia que as disputas estavam apenas começando. Os médicos positivistas, embora não estivessem de acordo com a posição “desordeira” dos doutorandos (afinal de contas, para um positivista, a ordem vem acima de qualquer outra coisa; basta lembrar o lema de nossa bandeira: “ordem e progresso”), não podiam concordar com a idéia de que um aluno não pudesse posicionar-se contra um professor. Principalmente, se a crítica fosse feita, como parece ter sido o caso, usando o método científico (positivo) e mostrando os possíveis erros cometidos pelo mestre (Weber:1999). Dessa forma, mesmo a faculdade tendo punido com um ano de suspensão os alunos revoltosos, os médicos de orientação positivista resolveram que continuariam dando aula para esses alunos normalmente.

Por sua vez, os alunos, acreditando que estavam diante de uma atitude autoritária da faculdade, recorreram ao governo federal através de uma petição, solicitando que a punição fosse considerada sem efeito. O governo federal aceitou os argumentos e mandou que os alunos fossem reintegrados às salas de aula. A faculdade, na busca de ser reconhecida nacionalmente como instituição de ensino superior, decidiu aceitar as regras impostas pelo governo federal. Nesse momento, estabeleceu-se um impasse entre os médicos positivistas e os demais médicos. Enquanto eram desavenças entre os médicos e os alunos, os médicos positivistas não viam aí nenhum problema. O próprio Comte, que nutria um profundo desprezo pela profissão médica¹⁷, principalmente em relação às idéias de identidade de classe defendidas pelos médicos, seguramente teria recomendado aos seus seguidores que desconsiderassem a punição decidida pela faculdade. Entretanto, quanto à intervenção do governo nos assuntos da faculdade, seguramente, os médicos positivistas não aceitariam facilmente:

¹⁷ Esse desprezo pode ser verificado a partir dos insistentes pedidos feitos pela amiga e discípula Nísia Floresta para que o mestre fosse consultar um médico, por temer por sua saúde. Entretanto, Comte não parecia disposto a ceder em suas crenças (Lins, 1964: 23).

“Doze professores renunciaram às suas cadeiras na instituição, protestando contra a intervenção que ferira a autonomia da escola. Consideravam o ato uma intervenção estatal em um órgão de ensino livre, contrariando os princípios positivistas que professavam.” (Weber:1998,9)

Os médicos contrários à liberdade profissional, que era garantida na constituição e defendida por políticos e médicos positivistas, ficaram na instituição. A própria faculdade não liderava uma campanha contra a liberdade profissional por um motivo bastante simples: tanto o poder econômico quanto o poder político do Estado estavam nas mãos dos positivistas. Contrariar essa premissa tão cara aos seguidores dessa filosofia era o mesmo que abrir mão da ajuda do governo estadual.

2.3 O Positivismo de Guedes Cabral

A partir desse exemplo do Rio Grande do Sul, podemos perceber que ser positivista no Brasil significava muitas coisas ao mesmo tempo e, algumas vezes, implicava ser contrário aos interesses profissionais. Esse procedimento não é estranho, principalmente quando lembramos que posicionar-se contra os interesses de classe profissional era um dos ensinamentos mais caros para Comte. Ser positivista significava muito mais que simplesmente seguir esse ou aquele membro importante: significava ter uma conduta no campo moral que possibilitasse ser reconhecido como positivista. Essas atitudes muitas vezes devem ter representado, para observadores desavisados, frutos de confusão teórica ou mesmo de desequilíbrio mental. Quando um intelectual conseguia assumir um posicionamento independente e estava disposto a pagar qualquer preço pelo seu direito de falar, era rotulado com muitos nomes desagradáveis. Domingo Guedes Cabral seguramente enfrentou esse tipo de problema. Como um exemplo, podemos citar uma situação bastante interessante, na qual um religioso católico, o vigário Filadelfo Jônatas de Oliveira, que escrevia a História de Laranjeiras algumas décadas depois da passagem de Guedes Cabral por aquela cidade, afirmou que as atitudes do jovem médico eram fruto do medo da morte. Este medo seria o responsável por seu ateísmo e sua irritação com o mundo do sagrado:

“Laranjeiras também teve sua luta religiosa, não chegando ao fanatismo, limitando-se a defender energicamente a sua religião e as suas tradições como legados sagrados dos seus antepassados. Todas as revoluções têm os seus precursores. A luta religiosa em Laranjeiras teve como precursor o Dr.

Domingos Guedes Cabral, médico pela Academia da Bahia, **onde foi perseguido** por causa do seu irritante e inoportuno **ateísmo**. (...) Era o Dr. Guedes Cabral **tuberculoso** e eis a causa da irritabilidade e do seu desespero na vida. O **céptico** tinha porém, **grande inteligência, caráter rígido e inquebrantável.**” (Oliveira: 1942, 138. Grifos nossos)

É interessante perceber que, mesmo alguém que se encontrava em um extremo oposto a Cabral, por estar interessado em justificar a fé cristã, precisava admitir ao criticá-lo, algumas de suas qualidades, como, por exemplo, sua “grande inteligência” e seu “caráter rígido e inquebrantável”. Seguramente, o jovem médico baiano teve de ser muito forte e decidido para enfrentar os diversos ataques que sofreu por conta de ter dado sua opinião em um assunto que era tido como pertencente ao “Magistério da Religião”, como diria Gould (2002). Com formulações positivistas/evolucionistas, Cabral terminou atraindo contra si não só os católicos, que eram a maioria absoluta no Brasil, mas, também, todos aqueles que professavam algum tipo de fé em um Deus criador. Em 1876, mesmo ano em que foi publicado o livro de Guedes Cabral, os “metafísicos” produziram uma tese de doutoramento que tentava seguir os mesmos caminhos trilhados um ano antes, mas chegando, claro, a resultados totalmente opostos àqueles defendidos em “Funções do Cerebro”. Era a tese “Categoria Organo Funcional do Cerebro”, defendida pelo doutorando João Ferreira de Campos, da qual trataremos mais à frente, no capítulo IV.

Que Domingos Guedes Cabral era evolucionista não restam dúvidas, muito menos que era um darwinista assumido e, mesmo em assuntos nos quais outros darwinistas caminhavam com cautela, como a descendência do homem, ele se expunha sem medos ou dúvidas. Para percebermos essa situação, basta apenas listar algumas das afirmações feitas em anexo encontrado ao final de sua tese, que tem como título “Da Espécie Humana”:

“A geração humana constitui apenas uma família animal”; “Essa família, com as dos verdadeiros macacos e dos makis, forma, sob o ponto das classificações dos mamíferos, que é conhecida pelos mais adiantados naturalistas sob o nome de primatas”; “Tem conseguintemente, como irmão o homem, isto é, a família anthropiniana: 1º os catarrhinianos (macacos do nariz estreito do velho mundo), 2º os platyrrhinianos (macacos de nariz chato, da America), 3º os arctopthecos (saguís, etc.), 4º os lemurianos (lemures ou

semi-macacos), 5º os cheiromianos (todos os outros digitados), 6º finalmente, os galeopthecos, ou macacos volantes.” (Cabral: 1876)

Domingos Guedes Cabral era positivista e evolucionista, e mais, havia uma diferença marcante entre ele e a maioria dos seguidores brasileiros desta “doutrina”. Defendia a evolução como a forma mais avançada de refletir sobre a ciência e acreditava naquilo que mais causava desconfiança aos seguidores do darwinismo aqui no Brasil: a descendência simiesca do homem (Gualtieri: 2003). Este era apenas um dos muitos problemas que “Funções do Cerebro” apresentava à comunidade científica baiana. A principal fonte de dificuldades para o doutorando e sua tese inaugural era a tentativa de provar a inexistência da alma. Este é o ponto que veremos a seguir.

3. A Alma Humana como Objeto de Estudo Científico no Século XIX

Nos dias atuais, um projeto de pesquisa como o empreendido por Domingos Guedes Cabral, só poderia ser considerado como sendo de interesse da religião - nunca da ciência. Afinal de contas, seria estranho que em pleno século XXI um cientista estivesse propondo estudar a alma humana como algo natural e explicável através de métodos empíricos. Teríamos em tal estudo no máximo uma investigação filosófica, ainda que deveras interessante. Os cientistas, pelo menos nos dias atuais, sabem que esse não é um campo que possam defender como seu de forma legítima. Entretanto, até o final do século XIX, esta era uma das grandes preocupações dos homens de ciência e de filosofia. Eles, em sua maioria, estavam dispostos a retirar das religiões a prerrogativa de serem as únicas em condições de dar explicações acerca da alma humana. Dessa forma, um projeto de pesquisa como o de Guedes Cabral, que tinha a intenção de investigar onde era a morada da alma no corpo humano e quais eram suas funções, estava em total acordo com os projetos positivistas e darwinistas da época. Muitos pensadores positivistas, a exemplo de Luís Pereira Barreto, estavam preocupados em enfrentar os discursos religiosos que advogavam a separação entre corpo e alma.

3.1 Pereira Barreto e a alma humana

No dia 18 de julho de 1864, Luís Pereira Barreto defendeu a tese positivista “Teoria das Gastralgias e das Nevroses em Geral”, na Faculdade de Medicina do Rio

de Janeiro, com o intuito de validar seu diploma de doutor em Medicina e Ciências Naturais, emitido pela Universidade de Bruxelas. A tese defendida saiu impressa no ano seguinte, em forma de livro. Logo na introdução, o autor já apresentava um ponto de vista que aparece de forma bastante desenvolvida tanto em pensadores positivistas/darwinistas, a exemplo de Guedes Cabral, como em darwinistas com menor aproximação do comtismo, como Haeckel. Pereira Barreto, concordando com Comte, chamava a atenção para o erro de separar alma e corpo, chamando esse procedimento de “divórcio irracional”. (Barreto, 1967:38)¹⁸ No anexo, no qual o autor apresenta algumas considerações acerca das “Ciências Lecionadas na Faculdade”, temos, no tópico “Fisiologia”, uma crítica implícita à forma como os estudos sobre a alma estão sendo conduzidos no país. Para Pereira Barreto, a idéia de que o corpo é comandado por uma alma imaterial ligada a um ser supremo, que viveria fora do mundo natural, como defendiam religiosos e alguns “homens de letras”, possibilitava pensar que “o cérebro é o aparelho pelo qual os mortos governam os vivos (Idem:120).

Uma década após a defesa dessa tese, o autor apresentou a primeira parte do livro “As Três Filosofias”, que pretendia servir de norte para o pensamento positivista brasileiro. Neste livro, o autor discute o problema da alma humana e suas implicações para a vida social do povo brasileiro, e, principalmente, explicita o grande problema, em sua visão, concernente aos estudos das funções do cérebro. Durante todo o século XIX e começo do seguinte, a preocupação com esse tema era justificada a partir da aproximação, aceita pela maioria dos cientistas, entre cérebro e alma. Os médicos brasileiros buscavam responder afirmações de materialistas europeus, a exemplo de George Romanes e Ernest Haeckel, de que a alma era parte da natureza, existindo tanto no homem como em todos os outros animais, sendo a única diferença seu grau de evolução em cada espécie. Esses autores, que normalmente seguiam a “filosofia monista”¹⁹, encontraram diversos seguidores aqui no Brasil. Entretanto, houve também muita oposição da parte de cientistas e filósofos ligados às “doutrinas espiritualistas”.

¹⁸ Estamos trabalhando com uma edição de 1967, organizada por Roque Spencer Maciel de Barros. Nesse volume, encontramos três obras: primeiro, temos algumas correspondências entre Barreto e Laffitte; depois, a tese de doutoramento apresentada em 1864; e, por fim, a obra as “Três Filosofias”, de 1874.

¹⁹ Os termos monismo e dualismo foram empregados pela primeira vez pelo filósofo alemão Christian Von Wolff (1679-1754). Associados à religião tentam dar conta da existência ou não de um deus criador. No monismo Deus e Universo significariam a mesma coisa, no dualismo existiria um Deus que criou o Universo. Sobre esse tema, veja Quadros (2005).

A alma era vista como responsável pela capacidade de pensar, sentir, produzir movimento etc, ou seja, o seu campo de atribuições em muito superpunha o da mente. Os positivistas, a exemplo de Pereira Barreto, tentavam mostrar que algo, para existir, precisava desempenhar alguma função na “economia do corpo”. Assim, caso essa função não fosse encontrada, ficaria “comprovado” que o objeto sob exame simplesmente não existia. Esse procedimento foi usado por Guedes Cabral em sua tese, para “comprovar” que alma/mente/cérebro são a mesma coisa. Como ele faz isso? Procura aproximar sensação, pensamento e movimento, atributos então aceitos como sendo da alma, do funcionamento normal do cérebro (ver capítulo 3). Dessa forma, não existiria mais nenhuma necessidade de argumentar a favor de “entidades” ou “seres metafísicos”, como aqueles defendidos por religiosos. A sensação, o movimento, o pensamento, as idéias e todos os sentimentos seriam produzidos a partir da relação entre o mundo exterior e o próprio cérebro.

Os estudos sobre a relação entre alma e cérebro estavam acontecendo em diversas partes do mundo. Em Haeckel (1899/1919), encontramos diversos capítulos nos quais a alma figura como tema principal, como os seguintes: “Da Natureza da Alma”; “Graus na Hierarquia da Alma”; “Embriologia da Alma”; “Filogenia da Alma”; “Consciência da Alma”; “Imortalidade da Alma”. Acreditamos que os exemplos de Haeckel (1899/1919) e Pereira Barreto (1967) podem ajudar o leitor a perceber que o projeto de Domingos Guedes Cabral era pertinente, então, ao âmbito da ciência, tanto brasileira como mundial, constituindo um tema polêmico, que alimentava conflitos entre ciência e religião naquela época. Um dos motivos era que muitos “livres pensadores” que se ocupavam da questão mente/cérebro/alma terminavam por corroborar a idéia da inexistência de Deus. Tipicamente, eles começavam por discutir “força vital” e dualismo, em seguida mostravam que as diversas funções atribuídas à alma eram, na verdade, produzidas no cérebro, e terminavam por “provar” que não havia lugar para uma alma imortal ou um Deus criador.

Ainda seguindo esse caminho, os “livres pensadores” positivistas/materialistas terminavam por produzir severas críticas aos bacharéis de Direito, acusando-os de despreparo na aplicação das leis, principalmente por não possuírem conhecimento do funcionamento biológico do cérebro humano, que, segundo os médicos, era indispensável para lidar com questões relacionadas ao crime. Os

bacharéis eram acusados de usar concepções fundadas em uma “lógica metafísica” (Lins: 1964). O ataque aos bacharéis aparece tanto em Haeckel (1899/1919) como em Guedes Cabral (1876). Para Guedes Cabral, os bacharéis do Direito puniam ou inocentavam pessoas suspeitas de terem cometido algum crime levando em consideração uma “entidade metafísica”, a alma humana, que não existia (ver capítulo 3). No caso da maioria dos positivistas brasileiros, havia um desinteresse em discutir a questão da possível descendência simiesca do homem, que, na maioria das vezes, levava direto a negação da alma humana, e, conseqüentemente, à negação da existência de Deus.

Muitos dos materialistas que questionavam a existência da alma humana, atribuindo ao cérebro funções que os espiritualistas atribuíam à alma, eram darwinistas. Por esse motivo, discutiremos na próxima seção, de forma pontual, a entrada dessa teoria no Brasil.

4. Darwinismo no Brasil

Embora um dos primeiros trabalhos empíricos que apoiaram a teoria de Darwin tenha sido produzido em nosso país, não tivemos a honra de ser obra de um brasileiro. É evidente, contudo, que isso não diminui a importância para o país de o trabalho ter sido escrito aqui. Em 1864, o alemão Fritz Müller, radicado no Brasil desde 1852, publicou em Leipzig o trabalho “Für Darwin”, no qual o autor apresentava um estudo empírico em apoio à teoria darwinista. Esse trabalho foi apreciado por Darwin, que, logo no ano seguinte, providenciou uma publicação em inglês. Os dois naturalistas passaram a corresponder-se, gerando uma amizade que duraria até a morte de Darwin, em 19 de abril de 1882 (Papavero: 2003, Castro: 1992, Desmond & Moore: 2001).

Como explica Papavero (2003), Müller empregou o esquema teórico de Darwin em uma situação prática, verificando as diversas modificações por que passaram um grupo de crustáceos encontrados abundantemente nos arredores de Desterro, no Sul do Brasil. O pesquisador alemão teve uma produção científica bastante intensa, produzindo 248 trabalhos, publicados em vários países, entre os anos de 1844 e 1899.

Ainda segundo Papavero (2003:32), Müller teria sido o “primeiro a criar uma filogenia séria (...) ao contrário das especulações meramente teóricas e fantasiosas, como as feitas por Haeckel.” E, continuando a crítica, diz mais à frente que “Haeckel utilizou as idéias de Müller, tornando-as pedras angulares de sua embriologia evolutiva e dando-lhes uma formulação mais precisa e mais técnica, sem acrescentar nada de essencialmente novo (...) De início, Haeckel repetiu, quase literalmente, as palavras de Müller (...)” (Idem: 40).

A obra de Müller foi produzida no Brasil, país distante dos grandes centros produtores de ciência da época e onde não existia a necessidade de criar o espaço do cientista, uma vez que, no Brasil, a ciência não era produzida por religiosos como na Europa e Estados Unidos. Além disso, Müller trabalhou com um objeto muito restrito e que não possibilitava aproximações com o ser humano. Dessa forma, tanto o autor como a obra estavam protegidos pela distância das arenas de combates, pelo fato de ser um estrangeiro escrevendo em outro país e pelo pouco impacto político que sua obra terminou tendo no Brasil. É evidente que não estamos desmerecendo a capacidade de Müller de trabalhar com o “programa de pesquisa” de Darwin, mas, apenas, apresentando a existência de outros componentes que possibilitaram ao cientista alemão produzir sua obra darwinista sem sofrer qualquer tipo de perseguição.

Quando aceitamos que Müller viveu e escreveu sua obra no Brasil sem ser atacado por religiosos e nem apoiado por reformadores sociais que lançavam mão de teorias materialistas para atacar a religião católica, temos de perguntar: quais seriam os motivos dessa aparente tranqüilidade (ou indiferença), que fez com que “Für Darwin”, embora festejado na Europa, só tenha conseguido uma tradução para o português 40 anos após ter sido escrito?

A distância dos grandes centros do país e as características do objeto de estudo de Müller podem ajudar a explicar os motivos da indiferença dos religiosos em relação às pesquisas do naturalista, mas quais seriam as explicações para o fato de os intelectuais materialistas brasileiros não terem lançado mão de um trabalho empírico produzido em nosso país que apoiava as idéias de Darwin? A biografia do naturalista alemão, escrita por Castro (1992), pode ajudar a esclarecer esse enigma. De acordo com esse autor, uma “causalidade fúnebre” permitiu que Müller se

tornasse professor do ginásio de Desterro. Em 1852, morreram, de febre amarela, sete padres professores, impossibilitando que o colégio permanecesse funcionando. Foi nesse contexto que o alemão Hermann Blumenau indicou ao presidente da província, João José Coutinho, o nome do “sábio alemão” para assumir o cargo de professor (Idem: 58).

Os jornais locais, com exceção apenas do “Cruzeiro do Sul”, que era governista, atacaram violentamente a contratação de professores estrangeiros. Os ataques tinham como alvo tanto o naturalista alemão e outros professores estrangeiros como o próprio presidente da província:

“O Partido Conservador era chamado de ‘partido judeu’ pelos liberais. E outro jornal, ‘O Santelmo’ muito católico, indagava: ‘Estamos sujeitos ao azorrague dos judeus? Era o que nos faltava ver na abominável administração do senhor bacharel Coutinho’ (Castro; 1992,63)

Mesmo com esse clima de guerra contra os professores estrangeiros, o governo o manteve no colégio, e Müller só não assumiu a direção da instituição por ter preferido ser professor de matemática e história natural. Em 1859, o Partido Liberal chegou ao poder e João José Coutinho foi substituído pelo gaúcho Francisco Carlos de Araújo Brusque, que entregou novamente o colégio aos Jesuítas. Nesse período, o naturalista se envolveu em alguns “confrontos públicos” com o padre Paiva, sobre questões envolvendo a religião do estado, o que só fez aumentar suas dificuldades. “Praticamente sem função em Desterro” (Idem: 73), Müller escreveu, em 1867, uma carta à Assembléia Provincial, “sugerindo ser aproveitado como pesquisador da flora, o que era a maneira mais viável de retornar à sua colônia.” (Idem, Ibidem).

Esse instantâneo, que compreende pouco mais de uma década, permite perceber alguns outros motivos da indiferença a que foi submetido, no Brasil, o livro de Müller. Por razões alheias à sua vontade, terminou por ser considerado ligado ao presidente Coutinho e ao Partido Conservador. Essa situação gerou desconfiança tanto nos liberais como nos católicos. Os liberais acreditavam que o naturalista estava ligado ao partido conservador, e os católicos não entendiam como um ateu poderia assumir um posto tão importante como o de professor. Mesmo com representantes do darwinismo em diversas instituições brasileiras, o trabalho de

Müller não conseguiu ser discutido e utilizado como bandeira de luta pelos reformistas dos brasileiros.

Como destaca Glick (2003), o pensamento darwinista não enfrentou uma dura oposição da parte dos intelectuais brasileiros, como aconteceu em diversos países da América Espanhola, nas quais houve uma polarização entre católicos e darwinistas com posturas anticlericais:

“Três fatores separados mitigavam a expressão, tão afiada em polarização ideológica, sobre o darwinismo no Brasil. O primeiro era que o Imperador não era de todo contrário a Darwin, o segundo era que os elementos da elite católica foram cooptados em seus pontos de vista pelo evolucionismo poligenista com bases cientificamente legitimada para a manutenção da supremacia branca. Com essa visão, a elite, mesmo se católica, tinha alguma coisa para ganhar aceitando o programa poligenista da evolução humana (...) o terceiro fator, relevante para o nosso argumento, é que, no Brasil, havia simpatizantes do darwinismo no controle das principais instituições: museus de ciências (Ladislau Netto, no Museu Nacional, era simpático ao darwinismo e Emílio Goeldi, no Museu do Pará, era haeckliano; já Von Ilhering, em São Paulo, era evolucionista, mas não darwinista); em importantes faculdades, como a de Medicina, na Bahia, e a de Direito, no Recife, discutia-se a teoria.” (Idem: 23)

Os intelectuais brasileiros não pareciam ter muitas dificuldades em aceitar as diversas teorias que vinham da Europa, embora acreditassem que algumas delas precisavam passar por algumas “correções” para serem utilizadas aqui, no Império brasileiro. O mais importante era que todas elas teriam algo a oferecer na luta contra o atraso, em que, acreditavam eles, o Brasil estava mergulhado. Os intelectuais brasileiros reinterpretavam as doutrinas, extraindo delas aquilo que era mais conveniente para suas bandeiras de luta.²⁰ As diversas mudanças trazidas por esses novos saberes encontravam eco em um país que estava passando por mudanças profundas nos campos social, político e econômico. Dessa forma, idéias como “luta pela existência” e “seleção natural”, de Darwin; “recapitulação”, de Haeckel; “sobrevivência dos mais aptos” e “determinismo histórico”, de Spencer, assumiam aqui outros significados e eram transportados para o mundo social e político,

²⁰ É importante chamar a atenção para o fato de que essa idéia de que nossos pensadores do século XIX não eram meros divulgadores das idéias alheias e costumavam fazer reinterpretações criativas das teorias que usavam já está presente em diversos autores, como por exemplo, Paim (1966) e Coutinho (1988).

servindo tanto como justificativa para ações que hoje seriam consideradas racistas, quanto para enfrentar a suposta “preguiça dos brasileiros” e colocar o país no caminho do desenvolvimento (Gualtieri, 2003; Collichio, 1988; Schwarcz, 2003).

Essas mudanças, que para aqueles pensadores, eram certas e estavam por vir, levaram Sylvio Romero a defender, no final do século, em seu livro “Doutrina Contra Doutrina”, a necessidade de todos os pensadores se juntarem para combater o positivismo, que ele acreditava ser o responsável pela apatia e pelo atraso em que o país estava vivendo: “Não temos a menor dúvida sobre a vitória futura do naturalismo evolucionista, hasteado nas mãos das maiores figuras intelectuais do nosso tempo” Romero (1895:4) logo em seguida levanta o que seria, em sua opinião, o grande problema do Positivismo:

“O defeito é ter necessidade, para manter-se integro, de tornar-se uma doutrina que estacionou, que se cristalizou em uma forma imóvel, em luta aberta com o progresso científico e o gênio dos novos tempos (...) não tem a plasticidade dos fortes organismos vivos” (Idem:p5-6).

Apesar de atacar tão duramente o positivismo nos últimos anos do século XIX, nos anos iniciais da década de setenta o próprio Romero ainda se considerava um positivista e acreditava que a doutrina de Darwin, Spencer, Haeckel etc. podia andar de braços dados, em muitos pontos, com a doutrina proposta por Auguste Comte e seus seguidores. Seguramente, os pensadores imperiais da década de setenta não faziam muita distinção entre as doutrinas que seguiam. Eles estavam mais interessados em defender a educação, atacar a forma de governo, criticar a escravidão, defender o progresso etc., que eram propostas de todas as teorias que por aqui aportaram, principalmente após as novas interpretações que os pensadores nacionais deram a elas. As diferenças entre darwinistas e positivistas só se acirraram mais para o final do século XIX, principalmente quando o Apostolado positivista brasileiro assumiu uma feição diferenciada daquela engendrada na França. Dessa forma, acreditamos que a classificação mais plausível para os pensadores do período em que Domingos Guedes Cabral tentou defender sua tese de doutoramento consiste em dividi-los em dois grupos: de um lado, pensadores espiritualistas e, de outro, agnósticos/ateus/materialistas/transformistas. Collichio (1988:20) já chamava a atenção para as dificuldades de classificar os darwinistas brasileiros:

“A classificação rigorosa dos darwinistas por correntes ou matizes, que a princípio nos pareceu indispensável nessa obra, afigurou-se-nos, no decorrer do trabalho, inexequível, em vista das peculiares posições individuais e mais ainda das mudanças de orientação de cada adepto ao longo de sua atuação.”

A autora consegue perceber em seu trabalho exatamente a idéia central que ligava os diversos seguidores dessa doutrina:

“(...) a posição darwinista refletia ao mesmo tempo a independência intelectual dos adeptos e a intenção comum deles de desmoralizar, para derrubar, um regime político que acreditavam representar idéias e instituições insustentáveis em face ao progresso da ciência, assim como desmascarar a sociedade decadente que pactuava com o rei, o clero e o militarismo, por negligência ou venalidade.” (Idem: 21)

Acreditamos que esse projeto darwinista, descrito na citação, estava de acordo com seguidores de qualquer doutrina evolucionista da época, valendo para o positivismo, o darwinismo ou o marxismo. Nunca é demais lembrar que, segundo Lopez Cid (2004) e Collichio (1988), os diversos seguidores da teoria da evolução aqui no Brasil tinham mais em conta as idéias de Lamarck que as de Darwin, principalmente porque era em francês que a maioria desses pensadores tinha acesso ao evolucionismo (Collichio: 1988). Possivelmente, um dos motivos para a teoria de Darwin ser aceita por alguns pensadores nacionais consistia em a sua plasticidade, que possibilitava atacar tanto a religião de estado quanto a forma de governo estabelecida em nosso país. O darwinismo, assim como o positivismo, terminava por transformar-se, nas mãos desses pensadores, em um conjunto de normas de conduta social, sendo usado como bandeira de luta para defender as diversas mudanças que os autores acreditavam ser necessárias para que o país se desenvolvesse.

Segundo Collichio (1988), quatro trabalhos podem ser considerados fundadores das “discussões públicas” sobre o evolucionismo darwinista no Brasil: a) a tese de Miranda de Azevedo sobre o Beriberi, apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em Novembro de 1874, na qual o autor tratou, nas “Ciências Acessórias” Botânica e Zoologia, do seguinte tema: “Do Darwinismo - É aceitável o aperfeiçoamento cada vez mais completo das espécies até o homem?²¹”;

²¹ A autora verificou que, entre os anos de 1872 e 1876, apenas um outro estudante escolheu o tema do darwinismo para dissertar, o doutorando Joaquim Ribeiro de Souza Mendonça, em 1876. Dois anos depois, em 1878, ele se tornará o primeiro Presidente da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro. Este doutorando combateu o Darwinismo, lançando para tanto mão do Positivismo. (Collichio: 1988,25).

b) a tese de doutoramento apresentada por Sylvio Romero à Faculdade de Direito de Recife, na qual propõe a aplicação do darwinismo ao Direito, inspirado no Jurista alemão Rudolf Ihering; c) a tese que Domingos Guedes Cabral apresentou à Faculdade de Medicina da Bahia, “Funções do Cerebro”, nos meses finais de 1875, defendendo idéias darwinistas e materialistas. Recusado como tese, este trabalho foi publicado em 1876 como livro; d) a publicação, por José Araújo Ribeiro – Visconde do Rio Grande – em 1876 do livro “O Fim da Criação”, publicado anonimamente. Collichio considera que, até 1876, a obra mais importante sobre o tema foi a tese que Domingos Guedes Cabral tentou defender na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1875. Em 1878, foi publicada a obra “Filosofia do Brasil”, de Sylvio Romero, escrita dois anos antes. Para a autora, essa obra de Romero teria sido a obra mais importante sobre o darwinismo produzida durante a década de 1870, no capítulo 4 nos ocuparemos destes trabalhos.

No capítulo 3, realizaremos uma análise interna da tese recusada, tratando-a como um exemplo concreto de ciência produzida no Brasil Imperial. Em seguida, no capítulo 4, tentaremos compreender quais foram os motivos que levaram a congregação da Faculdade de Medicina da Bahia a recusar a tese inaugural “Funções do Cerebro”.

Capítulo III

Domingos Guedes Cabral e a Divulgação das Novas Descobertas Negativas

“Da mesma maneira que o desenvolvimento gradual da linguagem está necessariamente acompanhado do correspondente aperfeiçoamento do órgão do ouvido, assim também o desenvolvimento geral do cérebro está ligado ao aperfeiçoamento de todos os órgãos dos sentidos (...)” (Engels: 1876/1895/1999)

A partir de um determinado momento da História Ocidental, as descobertas passaram a ser vistas como a grande vedete, em um Mundo que valorizava o novo como possibilidade de conseguir uma fatia maior de poder em relação aos países rivais. Descobrir significava conhecimento e poder, sendo reconhecidos e valorizados os grandes aventureiros, inventores e cientistas que se lançavam nessa digna missão. É evidente que, inicialmente, principalmente no caso das descobertas científicas, no qual algumas vezes as vantagens não podiam ser visualizadas de imediato, o pensador podia sofrer perseguições. Seguramente, um dos exemplos mais marcantes dessa situação é encontrado em Copérnico (1473-1543), cuja contribuição foi posteriormente trazida à tona por Galileu Galilei (1564-1642)

Em julho de 1772, o capitão James Cook deixou a Inglaterra para só retornar três anos depois, em junho de 1775, numa viagem que, segundo Boorstin (1996:6), foi “certamente uma das maiores e mais longas na história das descobertas”. O famoso capitão tinha uma missão diferente daquela empreendida pelos outros descobridores que se lançavam ao mar, visto que estava em busca do mítico Grande Continente Austral. Sua missão era dupla. Caso existisse, deveria ser conquistado para a Inglaterra: “Se o encontrasse tinha ordens do almirantado para explorá-lo, tomá-lo como território inglês e distribuir medalhas entre os nativos”. (Idem: Ibidem). Caso não fosse encontrado, deveria ser retirado dos mapas e dos sonhos dos países concorrentes, que buscavam novos mundos para conquistar. Como sabemos, esse continente só existiu nos sonhos e nos mapas que antecederam à viagem de Cook. Estávamos diante de uma descoberta negativa.

Segundo Boorstin (1996), esse segundo objetivo nunca tinha sido tentado antes, buscar algo para provar que ele não existia. Estava inaugurada a era das

descobertas negativas. Esse tipo de descoberta não era tão bem vinda quanto uma descoberta afirmativa, principalmente porque frustrava os sonhos e as crenças dos diversos participantes no empreendimento. Esse processo peculiar de descoberta tomou um rumo sem precedentes, quando foi dado a público, em 1859, uma obra que apresentava outra descoberta negativa de peso. Tratava-se de “A Origem das Espécies”, de Charles Darwin. Este trabalho propunha que as espécies surgiam, se modificavam e desapareciam de forma “natural” e sem a necessidade direta da intervenção divina, com seus milagres e dilúvios. Dessa forma, o naturalista Inglês frustrava as crenças daqueles que acreditavam na existência de um Deus arquiteto a definir tudo que devia ser criado ou destruído no Planeta.

Desde as viagens do capitão Cook, as descobertas negativas ganharam relevo e ficaram cada vez mais freqüentes, solicitando que o número de navegantes por esses perigosos mares aumentasse de forma considerável. No caso do Brasil Imperial, temos um desses corajosos marujos assentado no “barco” da Faculdade de Medicina da Bahia e disposto a tudo para divulgar muitas das descobertas negativas que circulavam pela Europa naquele momento.

Temos consciência de que Domingos Guedes Cabral não é nenhum grande capitão, como Galileu, Cook ou Darwin, mas, seguramente, estamos diante de um excelente marinheiro, disposto a pagar qualquer preço para que as descobertas mais recentes das ciências (muitas delas negativas) ingressassem em nosso território. Muitas das dificuldades que os divulgadores brasileiros das ciências no século XIX enfrentaram diziam respeito ao fato de que muitos dos novos conhecimentos eram descobertas negativas, frustrando expectativas e exigindo revisão das certezas. Nestes casos, o papel do divulgador é sempre mais sofrido e necessário, visto que a ele cabe divulgar informações que, mesmo sendo da maior importância, muitos não querem saber.

1. A Recusa de “Funções do Cerebro”

Nos meses finais do ano de 1875, um incidente trouxe à cena intelectual brasileira um jovem estudante da Faculdade de Medicina da Bahia. O aluno Domingos Guedes Cabral apresentou sua tese de conclusão de curso que, após examinada pela banca, foi sumariamente recusada. A referida tese estava de acordo com as principais preocupações dos intelectuais positivistas e, combinado a isso,

“Funções do cérebro” não deixava dúvidas quanto à sua orientação darwinista – coisa bastante incomum naquele momento, embora os escritos evolucionistas não fossem coisa distante da realidade da intelectualidade brasileira, a exemplo dos adeptos do lamarckismo, marxismo ou positivismo.²² O evolucionismo apresentado por Charles Darwin e seus seguidores trazia algo de muito novo, principalmente em relação à origem e às mudanças que os seres vivos – inclusive a espécie humana – sofreriam.

No Brasil, essa nova teoria sofreu uma grande diversidade de interpretações, muitas vezes originais, que eram adaptadas para serem utilizadas no campo social. O grande projeto dos intelectuais do século XIX era conseguir uma teoria que fosse capaz de remodelar a sociedade brasileira, que, para muitos, estava condenada a desaparecer. O jovem médico baiano era um desses pensadores preocupados com o futuro da nação.

1.1 Dr. Domingos Guedes Cabral (o filho)

Domingos Guedes Cabral²³ era o segundo filho do precedente e de dona Faustina Maria do Nascimento. Nasceu na cidade da Bahia (atual Salvador) em 29 de outubro de 1852, vindo a falecer prematuramente na mesma cidade, a 27 de janeiro de 1883, com trinta e um anos de idade. Ele teve como irmãos(as) Virgínia, Laura, Adelaide, Sophia e Aristides Guedes Cabral.

Preparou-se para o ingresso na Faculdade de Direito. Entretanto, por motivo de doença, não chegou a matricular-se, tendo de aguardar durante quase dois anos para restabelecer-se e estar novamente em condições de apresentar-se para os exames. Nesse tempo, entregou-se ao estudo da Filosofia e terminou por decidir-se pela Medicina, principalmente porque passou a considerar a medicina como “a nova e única verdadeira philosophia” (Cabral, 1876: xxxv). Ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia doutorando-se no ano de 1875.

Com forte influência da filosofia positiva, e cada vez mais inclinado ao materialismo, após ingressar na Faculdade de Medicina, estudou anatomia e

²² O marxismo e positivismo representavam um tipo muito especial de visão evolucionista, que apontava para estágios fixos pelos quais a sociedade deveria necessariamente passar.

²³ As informações biográficas sobre Domingos Guedes Cabral se encontram em Sacramento Blake (1893) e na tese de doutoramento de seu Irmão Aristides Guedes Cabral, defendida em 1874.

zoologia e teve contato com os escritos de diversos antropólogos, principalmente franceses, como Paul Broca. Seguindo os passos de anatomistas como Kölliker e Robin e de fisiologistas como Longet e Flourens, terminou por procurar no cérebro a morada da alma humana. Como sabemos, para a Filosofia Positivista aceitar que algo exista no corpo, duas condições precisam ser satisfeitas: primeiro, é necessário que possua alguma função na economia do corpo; segundo, é necessário que seja possível identificar com segurança sua localização (Comte, 1978). Dessa forma, Guedes Cabral, acreditando que, caso existisse, o único lugar onde poderia morar a alma humana²⁴ seria no cérebro, escreveu como tese de doutoramento, no ano de 1875, um trabalho intitulado “Funcções do Cerebro”. Este trabalho, além de não ser aceito como tese inaugural pela Faculdade, terminou por gerar um incidente de proporções consideráveis. O jovem doutorando teve de escrever às pressas um pequeno trabalho que possibilitasse sua formatura. Escreveu sobre um tema bastante freqüente nas Faculdades de Medicina e que ele sabia que seria aceito sem maiores problemas: “Qual o Melhor Tratamento para Febre Amarela?”. As preocupações da Faculdade com a febre amarela, devido ao grande número de epidemias desse tipo durante todos os anos do século XIX, fazia desse tema algo de que qualquer aluno poderia tratar sem receios.

Quanto à primeira tese, um estudo de fôlego e de mais de duzentas páginas, na qual o autor mostrava que conhecia as principais obras de anatomia, antropologia e, principalmente, os estudos recentes empreendido por darwinistas de renome, como o Inglês Huxley e o alemão Haeckel, além, é claro, de citar o próprio Darwin, foi rechaçado como inconveniente.

A recusa gerou reações de todos os lados, tanto de apoio como de repúdio. O apoio veio por parte dos colegas de faculdade, que, mesmo sem a tese ter sido aceita, conseguiram que ela fosse editada e saísse no ano seguinte, 1876, na forma de livro. O repúdio partiu principalmente da Igreja e de algumas figuras ligadas ao catolicismo da época. O médico foi duramente atacado na imprensa baiana, principalmente aquela de inspiração católica. Segundo Sacramento Blake (1893), apenas em um dos jornais católicos que o atacou, “Chronica Religiosa”, foram escritos mais de trinta artigos contra suas idéias. Os ataques foram tão duros que

²⁴ Para Guedes Cabral, as reflexões sobre a alma humana estavam a cargo de dois tipos distintos de pensadores: os “espiritualistas”, que acreditavam em “entidades metafísicas”, como deuses, santos, anjos, etc. e os “materialistas”, que só aceitavam afirmações que fossem passíveis de comprovações empíricas.

terminaram por impossibilitar a permanência do jovem doutor na capital baiana, obrigando-o a mudar-se para Laranjeiras, no Estado de Sergipe.

Alguns colegas da Faculdade possivelmente não concordavam com as idéias expressas em “Funções do Cerebro”. Contribuíram para a publicação da obra mais porque viam esta atitude como parte de um dever de resistir à intromissão da Instituição nas idéias expressas nas teses dos doutorandos do que por uma identificação com o que estava sendo defendido por Cabral. Afinal, nas últimas páginas de cada tese defendida, no momento em que era preparada para a publicação, a Faculdade mandava escrever que não aprovava nem desaprovava as idéias expressas naquele trabalho. Não sabemos ao certo se algum aluno se recusou a colaborar para que o livro fosse editado. Sabemos apenas que uma parcela significativa participou desse protesto contra a Faculdade de Medicina da Bahia. Assim se expressaram os alunos da Faculdade nas páginas iniciais do livro de Cabral:

“(…) como um protesto contra a coarctação da liberdade do pensamento que, por toda parte, entre **nós, vemos limitado**, inclusive nos estatutos de nossa faculdade, **que nem ao menos permitem ampliar as idéias** recebidas nos livros de doutrina medica, - resolvemos, **corroborados por grande numero de collegas** de todos os annos academicos, dar à publicidade a obra que aquelle nosso colega destinara para sua these inaugural, e que foi reconhecido não poder selo, em vista de disposições regulamentares da faculdade. **Sem que nos confessemos, nos e nossos colegas, todos solidarios nas idéias de Guedes Cabral**, achamo-nos todavia uníssonos no ponto importantíssimo, que é – não consentir que se atire ao limbo das obscuridades, carregando além disso com odiosidade dos que, por ignoral-o, podem julgal-o erradamente, - um trabalho que custou tantas vigílias ao nosso amigo, e que recommenda-se por muitas **cousas uteis, independente de suas idéas.**” “Os Doutorandos de 1875” In: (Cabral, 1876 pp vii e viii. Grifos nossos)

Os nossos grifos têm o intuito identificar argumentos que possivelmente ajudaram a convencer os alunos dos mais diversos anos a contribuírem para que o livro fosse publicado, mesmo tendo sido recusado como tese inaugural. Primeiro, temos a questão de a Faculdade ter tolhido as idéias e a criatividade do doutorando, impedindo que suas reflexões fossem alargadas através da confrontação entre aquilo que aprendeu nos livros e a confecção de seu trabalho escrito, no qual hipóteses são desenvolvidas e apresentadas pelo próprio aluno. Segundo, embora admitam que

algumas das idéias contidas no livro não são aceitas por todos, estão precavendo-se contra futuras intromissões em seus próprios trabalhos de conclusão. Finalmente, temos a questão de dar publicidade ao trabalho para que aqueles que quiserem atacá-lo não sejam privados de conhecê-lo, afirmando-se, inclusive, que lá existem “muitas cousas uteis, independente de suas idéas”.

Não sabemos se todos os alunos do último ano, que apresentariam seus trabalhos no final de 1876, contribuíram para a publicação, mas sabemos que um deles, o doutorando João Ferreira de Campos, defendeu naquele ano a tese “Categoria Organo Funccional do Cerebro”, com a finalidade de servir como resposta espiritualista à tese de Guedes Cabral. Coube a Campos apresentar todos os pontos discutidos por Cabral em relação ao cérebro e encontrar respostas totalmente contrárias àquelas apresentadas no ano anterior em “Funcções do Cerebro”. Trataremos mais detidamente desse trabalho no capítulo 4. Passaremos agora a examinar o que nos tem a dizer o próprio Domingos Guedes Cabral em seu Livro “Funcções do Cerebro”, editado em 1876.

Ao discorrer sobre o trabalho de Cabral, faremos um grande número de citações do próprio livro sem procurarmos ajustar ao idioma atual. Esse procedimento, que muitas vezes nos obrigará a citações maiores do que é de costume, será necessário para que os leitores tenham acesso direto às idéias de Guedes Cabral, possibilitando uma compreensão mais segura daquilo que representaram e quais foram os reais motivos da recusa de sua tese²⁵.

2. A Medicina como a Verdadeira Philosophia

Após os doutorandos terem tido espaço para apresentar os motivos que os levaram a contribuir para publicação da obra, é a vez de o próprio Guedes Cabral se posicionar em relação à recusa. Ele apresenta os motivos que o levaram a dedicar-se ao tema e registra sua surpresa diante da recusa, já que não era algo comum a Faculdade envolver-se nas opiniões dos doutorandos. Segundo ele, havia dois anos que encaminhara seus estudos de literatura médica para uma “especialidade delicada” oferecida pela “philosophia positiva”, que possibilitava, em sua visão, aplicar a lógica diretamente aos fatos. Ele se diz surpreso em ver as leis do país

²⁵ Discutiremos “Funcções do Cerebro” usando os capítulos definidos pelo próprio Guedes Cabral, inclusive, os mesmo títulos que o autor usou.

virem ao “sanctuario augusto” da ciência definir regras para apresentação de um trabalho científico:

“Ignorava que fosse uma cruel irrisão esse estribilho ahi indefinidamente repetido a cada momento: A Faculdade não approva nem reprova as opiniões emittidas nas theses. (...) estava longe de suppor que podesse haver uma dialectica tão extravagante para as leis desse paiz, que sob as palavras de suas disposições occultasse-se sempre um sentido Sibylino, direi melhor – um sentido catholico. Ignorava que a sciencia, que estabelece seus principios em seus factos, não tivesse o direito n’este paiz de ter um tom seu, proprio de suas verdades; que tivesse obrigação imprescindivel de fallar de concerto com a religião do estado.

(...) Ignorava que a medicina devesse, entre nós, trajar à romana e trazer sempre debaixo do braço uma bíblia para poder ser reconhecida.” (Idem; pp.xiv-xvi).

O autor ataca os inimigos da ciência, isto é, aqueles que, em sua ótica, impediam não só a apresentação de seu trabalho, mas impediam também o desenvolvimento de uma ciência nacional, produzida por naturalistas brasileiros. Reclama da existência de uma religião de Estado capaz de barrar apresentações de trabalhos científicos, por considerá-los inconvenientes. Em muitos momentos, Cabral reclama da observância do Sílabo de 1864, ditado pelo Papa Pio IX, no qual haviam sido listados os oitenta principais erros da época. Segundo Gould (2002; p.87), nesse documento, Pio IX declarava guerra aberta à ciência moderna e ao conceito de tolerância religiosa.

Para Cabral, não havia como evitar que alunos que tiveram acesso aos escritos dos mestres materialistas europeus terminassem acreditando no método positivo e o utilizassem em seus trabalhos, em sua visão, principalmente quando se estuda “anatomia geral em Kölliker e Robin, physiologia em Longet e Flourens, pathologia em Niemayer (...) e o dictionario corrente de medicina é Robin e Littré, como vedar que se descambe para a escola positiva?” (Cabral; 1876; p.vxi). Seu questionamento é o seguinte: como alunos que estudam autores materialistas e positivistas podem continuar crendo na “metafísica” católica? Ele acreditava que essa situação era impossível, e, se esse fosse o projeto da “sciencia official”, recomendava que se proibisse a leitura daqueles autores.

Guedes Cabral afirma, em dois momentos distintos, que mais dois trabalhos seus já estavam prontos para ser publicados. Em relação ao primeiro, “Cerebro e Alma”, afirma que não saiu como parte de “Funcções do Cerebro” por dois motivos: primeiro, porque vai tratar “especificamente as questões psicologicas” e isso “iria de algum modo alterar o character” do livro; segundo, porque pretendia manter “Funcções do Cerebro” exatamente da mesma forma que seria apresentada como tese inaugural da Faculdade de Medicina. Esse procedimento tinha a finalidade de “(...) não fornecermos attenuantes para o juizo que por ventura severo venham a ter novos juizes” (Idem; p.xx). O segundo livro trataria da questão das raças humanas, assunto que aparece na seção acessória da tese. Segundo ele, a arguição seria o momento que usaria para discutir com profundidade esse tema que, ao que tudo indica, era um dos pontos mais importantes para Guedes Cabral. Como não teve espaço na Faculdade para defender suas idéias, afirmou que o faria no livro “A Questão do Homem”, que já estava também escrito. Ao final de “Funcções do Cerebro”, encontra-se uma pequena nota avisando que estão “a entrar para os prelos” os trabalhos “A Questão do Homem” e “Cerebro e Alma”.

Muitos autores, a exemplo de Sacramento Blake (1893) e Lins (1964), perguntam o que teria acontecido com esse material, se teria se perdido, ou nunca teriam existido. Até onde podemos verificar, Domingos Guedes Cabral era um homem de muito fôlego intelectual e seus estudos relativos à Filosofia datam de antes mesmo do ingresso na Faculdade de Medicina e, mesmo seus inimigos no campo intelectual, reconheciam sua inteligência. Acreditamos que os livros foram escritos e não foram publicados.

Vamos viajar pelas “Funcções do Cerebro” e verificar o que nosso marujo chefe nos reservou. Até então vimos as partes que foram colocadas para a publicação nos moldes de livro. Agora adentraremos no material que chegou nas mãos da banca examinadora no dia 20 de setembro de 1875 e tentaremos entender quais os motivos que os professores tiveram para recusar as idéias contidas nessa tese. O primeiro passo é apresentar como estão dispostos os capítulos da tese para, em seguida, apresentar cada um deles.

A tese estava organizada nos seguintes moldes quando foi entregue à banca examinadora no ano de 1875: Antes do Assumpto; Cap. I – Cerebro; Cap. II –

Cerebro e Sensação; Cap. III – Cerebro e Movimento; Cap. IV - Cerebro e Pensamento: a) Relação Anátomo-Physiologicas, b) Considerações Physio-Pathologicas, c) Mechanica Cerebral, d) O Pensamento e as Idéas, e) Há Sedes Distinctas para as Faculdades Intellectuaes?; Cap. V - Cerebro e Sentimento: a) Os Affectos, b) As Paixões; Anexo – Da Especie Humana.

Em um primeiro momento, antes mesmo do “assumpto”, Cabral começa a esboçar as diversas questões filosóficas que pretende enfrentar em seu trabalho científico. Ele parece ter certeza das dificuldades que enfrentará. Entretanto, não parece muito preocupado em poupar os inimigos. Está totalmente convencido de que o momento é da ciência positiva e que os religiosos já tiveram sua oportunidade, tendo chegado a vez de dar voz ao antropólogo e ao anatomista:

“A sciencia fallou primitivamente pela bôca dos augures, das Sibyllas, dos barbos, dos poetas, dos prophetas e dos patriarchas; depois, pela dos alchimicos, dos methaphysicos e dos monges; depois, pela dos astrologos, dos mathematicos, dos naturalistas e dos reformadores.

É chegado o tempo de render os postos, cabe a vez ao anthropologo e ao anatomista” (Idem; p.xxii).

Essa definição de quais são os cientistas que ele seguirá é de extrema importância para a compreensão da obra de Cabral. Ele está preocupado em esboçar os principais ensinamentos da “ciência” craniológica de sua época, principalmente aquela produzida pela Escola Francesa de Paul Broca. Acredita na craniologia como a principal arma da ciência moderna para enfrentar os “metafísicos”. Essa fé nas medições operadas pelo anatomista francês será a responsável pelo conjunto de preconceitos, pelo menos aos olhos de hoje, que estão presentes na obra de Cabral. Resta-nos lembrar que ele estava seguindo aquilo que a ciência da época oferecia como mais moderno e positivo. Um dos debates mais calorosos da segunda metade do século XIX dizia respeito ao surgimento das raças humanas: o famoso debate entre monogenismo e poligenismo. As duas possibilidades levavam à mesma conclusão “científica”, a superioridade da “raça” branca.

Segundo Gould (1999b), as teorias científicas que davam conta da idéia de raça durante os séculos XVIII e XIX devem ser vistas sob o prisma de uma cultura na qual seus líderes não duvidavam de uma hierarquização racial, em que índios

estavam abaixo dos brancos e os negros estavam abaixo dos índios. Dessa forma, mesmo que em alguns trabalhos de craniologia os dados mostrem claramente que houve adulteração dos resultados para que essa hierarquia fosse confirmada, não parece que os erros tenham sido cometidos com o intuito de enganar a sociedade. O caso dos trabalhos do norte-americano Samuel George Morton, que foi um importante craniologista do final do século XIX, evidencia isso com uma certa segurança, uma vez que, se estivesse disposto a enganar a sociedade e seus pares, não teria disponibilizado os dados como o fez. Ao que parece, tanto ele como os demais cientistas da época se deixaram enganar exatamente porque já sabiam as respostas esperadas antes mesmo de “terem feito as perguntas aos dados” (Gould;1999b). Aqui no Brasil, Cabral acreditava firmemente nos dados apresentados pela “ciência exata” que era a craniologia. Guedes Cabral poderia ser definido como pertencente à ala poligenista de “linha branda”, conforme descrita por Gould (1999b;18), que acreditava na inferioridade da “raça” negra, mas não aceitava esse argumento como desculpa para a escravidão.

Com o advento do darwinismo, a partir do lançamento de “Origem das Espécies”, em 1859, o debate tomou um novo rumo e terminou por satisfazer tanto monogenistas como poligenistas:

“A teoria evolucionista eliminou a base criacionista que sustentava o intenso debate entre monogenistas e poligenistas, mas satisfaz ambas as partes proporcionando-lhes uma justificação ainda melhor para o racismo de que ambas as partes compartilhavam. Os monogenistas continuaram a estabelecer hierarquias lineares das raças segundo seus respectivos valores mentais e morais; os poligenistas tiveram então que admitir a existência de um ancestral comum perdido nas brumas da pré-história, mas afirmavam que as raças haviam estado separadas durante um tempo suficientemente prolongado para desenvolver diferenças hereditárias significativas quanto ao talento e à inteligência.” (Gould; 1999b: 65)

O projeto de Cabral era arrancar o homem das mãos dos “metafísicos” e devolvê-lo à sociedade pronto para dar sua contribuição, não mais precisando de explicações de alma imaterial para explicar a superioridade de algumas raças, apenas entendendo os caminhos utilizados pela Natureza no seu progresso. Este árduo caminho seria trilhado pela humanidade com a ajuda da ciência positiva:

“(…) era forçoso que o homem fosse também por sua vez arrancado à idealidade e ao mysterio, e por essa nova reivindicação trazido à pura realidade do seu ser (...) para collocar-o na natureza, arranca o homem da Bíblia: é a tarefa do anthropologo (...) para colocar o homem na sociedade, arranca-o da idéalidade: é a tarefa do microscopista.” (Cabral;p.xxvii)

Esse conjunto de mudanças seria objetivado a partir da “philosophia positiva” que, segundo Cabral, nasceu na Alemanha “à custa das vigílias de muitos sabios (...) gritaram (...) os incredulos, os ignorantes... e os padres (...) o clericalismo...morrerá ...embora gritando. E a sciencia triumphará!” (Idem; pp.xxviii-xxix)

Quanto ao problema da alma, que, ao nosso ver, foi um dos motivos principais da recusa da tese, Cabral responde como um verdadeiro positivista, afirmando que, se a alma não desempenha nenhuma função na economia do corpo, ela não existe:

“A Faculdade perguntava-nos quaes entendiamos ser as funcções do cerebro, isto é, em que se occupa esse orgão, porque não deve haver orgão ocioso na economia.

Para responder-lhe, socorrendo-nos a physiologia e suas sciencias auxiliares, tivemos que interrogar os movimentos, as sensações, o pensamento, o sentimento e finalmente a alma; isto é examinar o que o cerebro tem de relativo a cada uma d’estas cousas (...) **sensação, movimento, pensamento, sentimento, encontramol-os nós como propriedades dos elementos cerebraes: a alma, porem, não, nem lhe encontramos vestigios ahi.**” (Idem; p.xxx. Grifos nossos)

Cabral descarta totalmente, assim, a possibilidade de a alma se encontrar no cérebro, porque ela “é ahi ociosa, inutil”. O autor critica duramente aqueles médicos que afirmam que a medicina não deve filosofar. Para Cabral, a importância da medicina está exatamente em sua capacidade de filosofar, já que ela é a “nova e única verdadeira philosophia” (Idem; xxxvi). Embora já tenha problemas demais com as hipóteses que defende, não perde oportunidade de comprar uma guerra a mais e ataca os mestres que discordam da capacidade de filosofar da medicina. Lembramos que, segundo Weber (1998, 1999), esse tipo de comentário negativo sobre os mestres em público foi o responsável pela recusa da tese de Eduardo

Barcelos em 1906, no Rio Grande do Sul. Cabral não poupava ninguém quando defendia suas crenças:

“Verdade é que diz-se por ahi, e já tivemos mesmo occasião de ouvir publicamente a um senhor que se chama mestre, que não era lícito à medicina philosophar (...) notamos que os mestres antigos eram sabios, quasi contrariamente ao que se dá hoje, em que raros sabios se propoem a mestre”
(Idem: xxxii)

O autor levanta a possibilidade de o clima ter alguma responsabilidade pelas nossas dificuldades de aceitar as novas idéias, mas acredita que a maior dificuldade vem mesmo é da educação literária “viciosa”, herdada de nossos antepassados, que gera uma “repugnancia por tudo quanto não vem com formulas sacramentaes” e se diz pronto para o combate que terá pela frente: “por nossa parte sobra-nos a coragem da lucta.” Afirma que qualquer um pode discutir suas idéias, aceitando-as ou não. E desafia: “refute-as quem puder: mas, repetimos, não as insultem” (Idem;xxxviii).

Funcções do Cerebro²⁶

3. Cérebro

Nesse capítulo inicial, Cabral identifica sua filiação com algumas das teorias científicas correntes na Europa, entre elas, as de Darwin e Haeckel, assim como sua aproximação das idéias de Huxley, procurando mostrar intimidade com essas obras e deixando claro que concorda com as idéias principais. Também procura rechaçar as teses de outros importantes cientistas da época, a exemplo de Richard Owen.

Para Cabral, o cérebro é “a viscera mais importante da economia, centro primordial e anatomico da vida, na geração animal”, responsável por graduar a genealogia na natureza: “quanto mais perfeito, quanto mais completo é o desenvolvimento do cerebro, tanto mais se avanta o ser na serie da animalidade” (Cabral; p.2). É bom ter em mente que Cabral não está disposto a separar o homem do resto dos animais, conferindo àquele qualidades superiores conseguidas *a priori*. Para Guedes Cabral, essas idéias seriam “metafísicas” e nosso autor quer distância

²⁶ Usaremos a mesma definição de capítulos usado por Guedes Cabral em sua tese inaugural. Acreditamos que esse procedimento ajudará o leitor a entender como a obra foi organizada pelo doutorando. Por este motivo, começaremos com o título “Funcções do Cerebro”, seguido do primeiro capítulo cérebro.

delas. O que ele pretende mostrar é que alguns animais são mais desenvolvidos que outros devido a uma maior capacidade cerebral, conseguida ao longo de suas histórias evolutivas:

“Um plano fundamental commum presidiu à organização d’esse órgão em todos que o têm. A começar pelos peixes nos vertebrados, vemol-o subir **gradual e progressivamente** sob a influencia de causas que não devem ser outras senão as de que fala **Darwin**, assignalando a **seleção natural na luta pela existencia**. E n’esse **desenvolvimento gradual**, n’essa ascendencia progressiva da constituição cerebral, se alguma vez diferenças mais ou menos pronunciadas se observam, não é que se desvie a natureza, que assuma outro plano de organização, mas simplesmente que se esforça por adiantar a sua obra” (Idem: 2; Grifos nossos)

As grandes diferenças anatômicas entre o cérebro dos mamíferos e dos outros animais não devem fazer supor que se desviam do “plano commum” da natureza “(...) como não desviam-n’o as diferenças porventura existentes entre o cerebro do Catarrhiniano e do homem, que por **insignificantes, quasi os fazem tocar-se**” (Idem, Ibidem. Grifos nossos).

Após deixar clara sua filiação à “Escola” darwinista, Cabral ataca alguns inimigos dessa teoria. Para Ele, Owen tentou sem sucesso mostrar que existia um fosso a separar o homem dos outros animais e que essa distinção estava exatamente no cérebro humano. Ele lança mão das obras de T. H. Huxley, P. Broca e C. Martin para enfrentar o problema. Segundo Cabral, o próprio Owen teria reconhecido que fora vencido pelo famoso “buldogue de Darwin”. Logo neste primeiro momento, o autor já oferece uma pista daquilo que acredita ser responsável pelas diferenças entre os homens e outros animais, assim como entre as diversas raças humanas. Citando C. Martin, diz:

“Os macacos superiores são providos, como nós d’um lobulo posterior e d’um corno verticular posterior e d’um pequeno hipocampo; e nada na ordem dos factos normaes, **a não ser a enorme diferença da massa e desigual riqueza de circumvoluções secundárias**, estabelece nos adultos uma distincção radical, absoluta, entre o cerebro do homem e o mais inferior e o primeiro dos macacos” (Martin; apud Cabral; 1876:4. Grifos nossos)

A partir desse ponto, Cabral usa autores e obras que possibilitam corroborar as teses que está defendendo em relação à aproximação entre o cérebro humano e dos outros animais, mostrando que conhece a obra de Huxley “O Lugar do Homem na Natureza”, assim como suas conferências sobre o darwinismo. Para ele, só existem diferenças de grau entre os humanos e os outros animais. Ele usa um grande arsenal de informações disponibilizadas pela arqueologia e paleontologia da época. E sentencia:

“Sim, está hoje estabelecido na sciencia esse facto da mais grave importancia: - os macacos anthropomorfos apresentam um desenvolvimento e estructura cerebraes, em relação ao homem, proporcionaes aos que deveriam apresentar as raças humanas primitivas confrontadas ao homem de hoje. Prova-o sobretudo o estudo dos craneos nas raças extinctas” (Idem; 5).

Segundo Cabral, se hoje temos certeza de que os crânios mudaram com o tempo, é necessário admitir que os cérebros também mudaram e foram aperfeiçoando-se até chegarmos ao estágio atual da humanidade. Cabral, nos moldes monistas de pensadores como Haeckel, e de acordo com uma visão progressista da mudança evolutiva, procura apontar uma linha de desenvolvimento evolutivo que abarca não só as raças humanas, mas todos os seres vivos:

“Atravessando consecutivamente essas raças inferiores há tanto extinctas, até o homem actual, nota-se que a organização e desenvolvimento dos cerebros contidos n’esses craneos de então deveram, por força das mutuas relações, ir progressivamente se apurando na mesma medida em que vemos aperfeiçoarem-se os craneos, e portanto os cerebros, desde os anthropoides atravez das raças humanas inferiores, até nós, como mui provavelmente desde o primeiro vertebrado até os anthropoides” (Idem:7)

Ele faz uma análise descritiva do cérebro e discute opiniões contrárias em relação ao peso desse órgão, assim como apresenta as dificuldades de lidar com esse dado empírico. Afirma que, mais à frente, tratará novamente dessa questão e que as idéias referentes à importância do peso do cérebro “serão oportuna e convenientemente examinadas”.

4. Cerebro e Sensação

O capítulo começa com perguntas que se assemelham aos questionamentos de fisicalistas atuais, principalmente do campo das neurociências, como, por exemplo, o português António Damásio²⁷, que, mesmo negando estar tentando mostrar que a mente não existe, trata a questão de uma perspectiva tão biologizante que temos essa impressão quando lemos suas obras. Cabral pergunta: “É o cérebro o órgão elaborador das sensações? (...) Está a seu cargo a função de perceptividade quer no que concerne à sensibilidade geral, quer no que diz respeito aos órgãos dos sentidos?” (Idem:10)

Ele ataca a idéia “metafísica” da existência da alma e afirma que pretende tratar a questão “com os olhos de fisiologista”. Quer saber se é no cérebro, e, mais precisamente, nos lóbulos cerebrais, que se opera o “Phenomeno do sensível”. Caso não encontre nos lóbulos a sede de tal fenômeno, pretende descobrir a que ponto do “encephalo” essa importante função está atrelada. Primeiramente, apresenta as idéias de Gerdry, autor que concorda com a idéia de que são os lóbulos cerebrais que sentem, e, depois, apresenta as teses de Longet, que discorda de que o órgão responsável pela sensibilidade seja o cérebro. Os dois exemplos são baseados em pesquisa empírica com animais.

Para Gerdry, não há senão a “protuberancia” e, sem ela, não é possível nem a vontade, nem a inteligência. Os diversos autores que faziam pesquisa empírica com animais, retiravam os lóbulos cerebrais desses animais, principalmente cães, gatos, pombos e galinhas e verificavam como cada animal se comportava após a retirada de porções cada vez maiores desse órgão. Para Longet, os animais continuam tendo a capacidade de sentir mesmo após serem retirados totalmente os lóbulos. Segundo este autor, os animais continuam sentindo dor mesmo após ter sido retirada a totalidade dos lóbulos cerebrais. Dessa forma, acreditava haver comprovado que o centro da inteligência, da vontade e das impressões sensitivas se localizavam em pontos distintos do cérebro. Esse tipo de raciocínio leva diretamente à frenologia, que é uma área da qual Cabral pretende manter-se distante, por considerar metafísica.

²⁷ Diz Damasio (2004:9), “Não estou negando a existência da mente ou dizendo que, tão logo saibamos o que precisamos saber sobre sua biologia, ela deixará de existir. Acredito que a mente particular, preciosa e única é na realidade biológica e um dia será descrita tanto em termos biológicos como mentais.”

A questão é saber se, com a retirada total dos lóbulos cerebrais, os animais continuam a exibir sensação, impressão, transmissão e percepção. Cabral concorda com Gerdry em que todas essas faculdades estão localizadas nos lóbulos, e, que, se forem retiradas porções cada vez maiores de seu conteúdo, elas tendem a desaparecer. Na visão de Longet, essas faculdades estavam distribuídas em diversas áreas do cérebro. Como sabemos, a frenologia era a “ciência” que buscava identificar os locais nos quais se encontravam as faculdades²⁸ que norteariam a vida humana, inclusive no campo social: o assassino, o ladrão, falsário etc, estavam biologicamente condenados. Aceitar as idéias de Longet, era, pelo menos para Guedes Cabral, o mesmo que aceitar a frenologia como capaz de dar respostas científicas.

Em relação à parte empírica, ou seja, no que diz respeito à descrição da anatomia e fisiologia do cérebro, Guedes Cabral utiliza as experiências do fisiologista francês Flourens. Seguramente, este é o autor mais presente em seu trabalho. Ele concorda de forma entusiasmada com as opiniões do mestre francês e as utiliza para combater todas as idéias contrárias. Segundo Collichio (1988 p.98), “Flourens foi um dos grandes adversários de Darwin na década de 60, mas as experiências e opiniões desse médico citado por Guedes Cabral constituem suporte apenas às descrições da anatomia e fisiologia do cérebro.”

Conforme afirmamos anteriormente, o jovem médico havia definido que pretendia usar a fisiologia e antropologia como bases de sustentação do seu projeto intelectual de falar como médico do mundo social. Gostaríamos também de chamar a atenção para a plasticidade do autor ao lidar com pensadores discordantes, como Flourens e Darwin, sabendo reconhecer onde cada um poderia contribuir para a construção das idéias expostas em “Funções do cérebro”²⁹, o que mostra a originalidade do trabalho de Cabral, num esforço que pode ser considerado como uma “síntese criativa.” Cabral concorda com Flourens quando ele diz que “é o cérebro propriamente dito o centro perceptor” (Cabral; pp.15-16). O mestre francês

²⁸ Para a frenologia, a palavra faculdade tinha um significado muito mais abrangente que aquele usualmente atribuído a ela. Muitas vezes, os frenologistas usavam tentando dar conta de ações do campo social.

²⁹ Como defenderemos mais à frente, Guedes Cabral primeiro precisava ser reconhecido como cientista natural; daí a importância de usar fisiologistas como Flourens. A Segunda etapa do projeto intelectual de Cabral, na qual pretendia falar como antropólogo, é o local em que as obras de Darwin, Haeckel e Huxley ganharão mais importância.

fez diversos estudos usando galinhas e percebeu que, quando retirava porções cada vez maiores de um dos lóbulos cerebrais, aconteciam mudanças em órgãos posicionados do lado oposto do corpo, e que a retirada completa acarretava perda da capacidade do animal:

“Flourens afirma que a ablação d’um dos hemispherios cerebraes produz no animal a cegueira do olho do lado opposto; e que a ablação de ambos os hemispherios traz consigo a cegueira total, bem que conserve o animal a mobilidade da iris.” (Idem: 17).

Essas afirmações de Flourens, principalmente em relação à perda total dos “órgãos da sensibilidade” após a retirada completa dos lóbulos cerebrais, foram motivo de discórdia entre muitos pensadores do século XIX, a exemplo de Longet, Bouillaud, Magendie, Vulpian, conforme nos informa Guedes Cabral em sua tese. Ele apresenta a obra dos opositores, para depois atacar suas conclusões e mostrar que, na sua visão, Flourens é quem está com a verdade. Cabral apresenta uma série de trabalhos de Flourens que “comprovam” que as mesmas conclusões servem para explicar a visão, o olfato e a audição e que estão todos esses órgãos dos sentidos diretamente ligados ao funcionamento do cérebro. Ele apresenta duas conclusões sobre esse ponto:

“Que sem o cerebro propriamente dito (lobulos cerebraes) não se pode completar a função da sensibilidade geral, se se affecta o facto da sensação em seu triplice elemento – impressão, transmissão e percepção.

Que é igualmente ao cerebro que incumbe esse facto, quanto à sensibilidade especial; que a elle se prendem todos os phenomenos que estão no dominio dos orgãos dos sentidos.” (Idem:25)

Cabral procura mostrar que as pesquisas empreendidas por cientistas contrários a Flourens careceram de uma interpretação adequada da parte de quem as conduziu. Os animais sem lóbulos não continuam sentindo. Se reagem ao ruído, como afirma Longet, é simplesmente por razões mecânicas, “pelo choque do deslocamento atmosferico sobre a periphéria do corpo” (Idem:23). Ele também enfrenta os autores que alegam que o cérebro não pode ser o responsável pela sensibilidade, porque este órgão é insensível e, dessa forma, não poderia “ser o agente da sensação”. Cabral responde que nada de novo está sendo apresentado pelos “metafísicos” e que, desde Aristóteles e Galeno, já se tinha noção da

“insensibilidade da substancia cortical”. Entretanto, segundo ele, os que usam esse argumento contra as conclusões que está defendendo estão confundindo duas coisas distintas, agindo “como se sentir, physiologicamente fallando, fosse o mesmo que ser affectado, como se sensação fosse synonymo de impressionabilidade” (Idem: 27). Para Cabral, os experimentos conduzidos por Flourens demonstraram de forma conclusiva que o animal fica “sem vontade” quando é subtraída a totalidade dos lóbulos.

Uma das funções atribuídas à alma psicológica durante o século XIX era de ser a responsável pela vontade, e os “metafísicos” afirmavam, além disso, ser esta alma imaterial. Dessa forma, argumenta Guedes Cabral, a vontade não deveria desaparecer quando o cérebro passasse por cirurgias como aquelas empreendidas por Flourens. Cabral procura aproximar o homem dos outros animais e cita os trabalhos de Plotino, que, segundo ele, teria aproximado a idéia de sensação da idéia de alma, e ainda teria falado de uma natureza animal, chegando mesmo muito perto da realidade: “Plotino teria sido um grande philosopho se não tivesse a desgraça de ter sido um consummado metaphysico” (Idem:31).

Guedes Cabral cita neste capítulo um autor nacional e seu contemporâneo, o Dr. Domingos José Gonçalves de Magalhães, o Visconde do Araguaia, autor de “Factos do Espirito Humano”, publicado pela primeira vez em 1858 e com nova edição em 2004. Para Cabral, o Visconde teria conseguido “arrancar” a sensibilidade da alma. Entretanto, comportou-se como filósofo e não como “fisiologista” e, por fim, terminou caindo na mais pura metafísica. Este não era um assunto considerado por Cabral como fácil de ser abordado, motivo pelo qual acreditava que não era qualquer filósofo que estaria pronto para dar as respostas mais adequadas. Quem estava habilitado a dar essas respostas eram, para ele, os operadores da medicina³⁰.

Para o autor, mesmo os “ultra-espiritualistas” estão de acordo que, para se ter acesso ao mundo físico, é necessária a “perfeição dos órgãos sensorios” e, como ele entende como um dado inquestionável a íntima ligação de sensação e cérebro, não

³⁰ O mais interessante é que Domingos J. G. de Magalhães, além de ser reconhecido como filósofo, era também doutor em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Dessa forma, deveria preencher todos os requisitos exigidos por Guedes Cabral para entender questões relacionadas com a alma humana. O Visconde estava trabalhando na mesma linha de investigação de Cabral, tanto que lançou em 1876 a obra “A Alma e o Cérebro – Estudos de Psicologia e Fisiologia”.

entende como os metafísicos não se rendem. Para ele, quanto maior o cérebro, maior a capacidade de sentir:

“À medida que se sobe dos animais inferiores aos superiores até o homem, a potencia cerebral guarda uma proporção ascendente paralela à perfeição dos órgãos sensorios (...) o maior poder cerebral corresponde maior aptidão sensitiva (...) a sensação é conseguintemente, uma função, um produto do cérebro.” (Idem: 34/35)

No capítulo seguinte, Cabral passa a analisar os movimentos. Para ele, o assunto das sensações está totalmente resolvido, cabendo agora enfrentar a questão dos movimentos, com a intenção de mostrar que, assim como as sensações, têm sua origem em uma das funções do cérebro.

5. Cérebro e Movimento

Ele inicia o capítulo com uma citação de Flourens, na qual se lê: “A faculdade de querer os movimentos é dos lobulos cerebraes” (Idem: 37). Os mesmos procedimentos usados nas experiências para investigar a sede das sensações são descritos quanto ao seu uso para estudar os movimentos. O autor analisa os trabalhos de Longet, Gerdry e Desmoulins, concordando em parte com as idéias deste último. Observa-se uma grande preocupação de Guedes Cabral com a experiência empírica: embora ele mesmo não tenha coletado evidências, procura verificar as condições nas quais os dados foram colhidos e as conclusões obtidas por cada pesquisador, concordando somente com as que acredita estar de acordo com o método positivo.

Os experimentos de Flourens são eleitos por Cabral como os mais confiáveis, sendo esse um dos motivos que fazem com que ele os use tão largamente. Para Flourens, a retirada de apenas um dos lóbulos não impossibilita os movimentos orientados pelo cérebro, enquanto a retirada total dos lóbulos torna impossível os movimentos voluntários, restando apenas os “movimentos reflexos”, que, segundo Cabral, “tem que ver apenas, como se sabe, com a medulla” (Idem:39). As conclusões do autor francês são aceitas sem reservas por Cabral, que acredita que as experiências com animais empreendidas por Flourens comprovam de forma conclusiva que a vontade está associada ao cérebro:

“Ellas lhe pareceram sempre demonstrar que os lobulos cerebraes não são a séde nem do principio immediato dos movimentos musculares, nem do

princípio que coordena esses movimentos; mas que são a séde exclusiva da volição, e consequentemente da espontaneidade d'esses movimentos (...) Se o movimento voluntario não é mais do que reacção, a tradução, digamos assim, da aptidão volitiva dos centros nervosos, isto é, dos hemispherios, claro está que a elles e só a elles são devidas, podem sêl-o, pelo menos taes manifestações” (Idem:40)

Em seguida, Guedes Cabral discute se é à “substancia branca” ou à “substancia cinzenta” que os movimentos estão associados. Segundo ele, resolver esse ponto é encontrar o caminho que levará à solução tanto das questões relativas à sensibilidade como daquelas relativas aos pensamentos. Ele apresenta a posição de cada autor sobre o qual se debruçou, considerando, por exemplo, Grandchamp e Foville, defensores da hipótese de que é a substância branca a responsável pelos movimentos. Cabral julga, contudo, que as experiências empreendidas por esses autores não foram suficientemente científicas: “felizmente para nós, porem, taes idéas não tem a sancção da sciencia (Idem: 41). Ele destaca autores que acreditam ser a parte cinzenta responsável pelos movimentos, como Haslam, Byle, Calmeil, Bouchet, Ferrus, Bertoline, Parchappe “e toda mais brilhante pleiade de physiologistas notaveis à frente dos quaes está Bottex” (Idem, Ibidem). O doutorando mostra que tem bastante intimidade com a obra desses autores, citando inclusive os trechos nos quais cada um defende seu ponto de vista. A partir desse ponto, é listado e discutido um grande número de trabalhos que procuram apresentar a substância cinzenta como sendo responsável pelos movimentos refletidos, ou melhor, pela vontade de produzir movimentos com intenção. A idéia é mostrar que, em indivíduos “atacados por demência”, o que é encontrado na autópsia são modificações na parte cinzenta do cérebro. É importante ter claro que Cabral não está defendendo que a substância branca não tenha nenhuma função, mas somente que a parte mais nobre das funções está a cargo da substância cinzenta, enquanto a substância branca é responsável apenas por transmitir os pensamentos, as vontades e as imagens. Referindo-se à autópsia em pessoas que apresentavam distúrbios mentais, ele afirma:

“O facto geral é que o mal tenha sua séde na substancia cinzenta, mas nos casos em que substancia branca é affectada, os effeitos pathologicos não se explicam como um resultado directo d'essa lesões, isto é, por ser a substancia branca a parte principal, verdadeiramente activa dos lobulos cerebraes, que o não é ; mas sim porque, ou com a lesão d'essa substancia concumita a da

substancia cinzenta, ou a d'aquella, interceptando a transmissibilidade das imagens as cellulas da substancia cinzenta, impossibilita a perceptividade, e consequentemente o jogo das idéas e com ella a volição e os movimentos volitivos “ (Idem: 42)

De acordo com Guedes Cabral, Jean-Baptiste Bouillaud acreditava, seguindo Franz Joseph Gall, que cada parte do cérebro era responsável por um conjunto de fatores ou movimentos. Cabral acreditava que, em sua época, a ciência ainda não estava preparada para dar uma resposta conclusiva sobre esse tema como um exemplo marcante das dificuldades de mapear as áreas do cérebro, como pretendiam os frenologistas seguidores de Gall, o doutorando baiano apresenta as novas descobertas da ciência em relação à localização da fala no cérebro. Ele procura evidenciar a estreita ligação entre o “movimento” da palavra articulada e o “movimento” de pensar.

Para alguns autores, a exemplo de Bouillaud, o “órgão legislador da palavra” está situado nos lóbulos anteriores do cérebro. Cabral cita exemplos, apresentados por Andral e Longet, de pessoas que pararam de falar sem que tivesse havido nenhuma alteração nos lóbulos anteriores e, inclusive, a situação de uma jovem (estudada por Longet) que não possuía nenhum dos dois lóbulos anteriores, mas, ainda assim, mostrou-se capaz de falar, em um momento de fome. Segundo nosso autor, esses exemplos apenas descartam a possibilidade de a palavra ter morada no lugar descrito por Bouillaud, ou seja, nos lóbulos anteriores, mas não põem de lado a provável existência de uma sede da palavra. O jovem médico procura aproximar a fala da capacidade de pensar:

“(…) se a palavra pesuppõe a idéa, como não há contestar, destruido o órgão das idéas em grande porção de sua massa, naturalissimo é que se impossibilite a palavra em suas manifestações correspondentes: nos casos, portanto, em que a abolição completa d'esse movimento, se dá, é obvio que deva-se ter dado anteriormente dessarranjo intellectual, a menos que não haja um embaraço mechanic no jogo muscular do aparelho da voz, o que já é outra questão.”(Idem:45)

Durante essa discussão, Cabral lança mão das pesquisas de Paul Broca, que afirma que a sede da fala está localizada na parte posterior da terceira “circumvolução frontal”, do lado esquerdo. Usa também Marc Dax, que afirma ser o lado esquerdo do cérebro a sede exclusiva da faculdade da linguagem, portanto,

aproximando-se da hipótese de Broca. Ainda discutindo a questão da fala, cita J. G. F. Baillarger e Paul Janet para mostrar que lesões de um lado do cérebro atingem funções do lado oposto. E cita P. Janet: “A maioria dos movimentos complicados, (...) fazem-se à direita: a escripta, o desenho, a esgrima, a gravura, etc. ora, os movimentos à direita, como se sabe, têm sua origem no cerebro esquerdo. Não é possível que dê-se o mesmo caso com a palavra?” (Idem:47). Cabral apresenta muitos exemplos retirados dos autores que está discutindo, pretendendo mostrar que algumas pessoas podem perder a capacidade de falar, escrever etc. e, mesmo assim, continuar pensando. Ele tenta apresentar a existência de uma “linguagem mental”, anterior ao ato de falar. O ser humano pode continuar pensando, mas, por questões mecânicas, não conseguir mais se expressar. Ou seja, alguma parte do equipamento de transmissão/produção do pensamento pode ter sido danificado, dificultando, assim, que palavras ou gestos venham a se concretizar:

“Este qui-pro-quo do gesto e do pensamento nota-se igualmente entre o pensamento e a palavra. O doente pode querer dizer uma cousa e só pode exprimir-se com palavras inteiramente contrárias (...) Uma senhora dizia as cousas mais inconvenientes, as injurias mais grosseiras, fazendo o gesto d’uma pessoa que convida alguém a se sentar; e era effectivamente o que ella queria que se fizesse.” (Idem:52)

Cabral oferece, ainda, muitos exemplos retirados das experiências empreendidas pelos autores que dão suporte a sua argumentação. Esses autores, que realizaram pesquisas com animais, utilizam as mesmas conclusões para dar conta de dificuldades humanas. Os “metafísicos” não aceitam que as mesmas respostas sirvam tanto para humanos como para os outros animais. Para Guedes Cabral, não existem motivos para tentar afastar o homem dos outros animais, devendo-se admitir inteligência, pensamento e comunicação entre estes. Para finalizar o capítulo, oferece algumas conclusões sobre o tema:

“Ora, a summa d’estes factos, por mais bizarramente variados como se nos apresentam, e à parte a questão da impossibilidade da palavra por causas exteriores, a summa d’estes factos, diziamos, permite-nos assentar as seguintes conclusões:

1 – Voz articulada, gesto, escripta, qualquer que seja o vehiculo por onde se transmita o pensamento, pressuppõe sempre e necessariamente um primeiro movimento interno, que é a palavra, ou linguagem mental. Ninguém pensa

sem fallar internamente, digamos assim. Palavra e pensamento, são cousas que quasi se não limitam, se é que idéalmente mesmo se podem limitar.

2 – Conseqüentemente, immanente como lhe é, à palavra, esse phenomeno – o pensamento, consubstanciam-se no mesmo facto, revelando d'est'arte a sua commum natureza.

3- Não é tal o privilegio da voz articulada o que dá direitos especificos ao pensamento humano. O homem continúa o que é, a despeito d'esse pretendido privilegio. Esse supposto caracteristico de sua natureza espirital, em contribuição à sua renuncia à animalidade é um absurdo.” (Idem:54)

6. Cérebro e Pensamento

Este é, sem dúvida, o capítulo mais importante da tese de Guedes Cabral. É nele que encontramos as questões do campo da Antropologia que são tão caras a nosso autor. Ele começou seu trabalho procurando apresentar-se como cientista natural propriamente falando, mas, a partir desse ponto, se aproxima das ciências sociais e as emprega para defender o progresso³¹ e o desenvolvimento da nação, ou seja, ele se junta à geração dos anos de 1870 nas suas pretensões de mudar o Mundo (e, principalmente, seu país). Nesse momento, o cientista natural vivido por Guedes Cabral cede lugar ao filósofo naturalista que pretende oferecer suas idéias – principalmente no campo social – para colocar o Brasil como um legítimo país de futuro.

Para o empreendimento de discutir o pensamento, é necessário discutir a idéia de alma, que, como afirmamos anteriormente, era associada naquele período ao que, nos dias atuais, definimos como mente ou, para usar uma denominação de Dámasio³² (2000), “O problema da consciência”. Naquele momento, este era um espaço muito marcado por explicações religiosas, mesmo no meio científico. Domingos Guedes Cabral estava preocupado em mostrar que mente e cérebro são a mesma coisa e que, a consciência (que permite agir de uma forma racional) é apenas

³¹ A noção de progresso defendida por Guedes Cabral nesse momento de seu trabalho lembra muito de perto aquela defendida por Herbert Spencer (1857/1939), embora este autor não seja citado em “Funções do Cérebro”.

³² Em Damásio (2000: 29/30), podemos ler: “Felizmente, para aqueles dentre nós que também almejam compreender os mecanismos por trás da mente e do comportamento, mente e comportamento também se correlacionam estreitamente com as funções dos organismos vivos, especificamente com as funções do cérebro no interior desse organismo. O poder dessa triangulação de mente, comportamento e cérebro é evidente há mais de um século e meio – desde que os neurologistas Paul Broca e Carl Wernicke descobriram uma conexão entre a linguagem e certas regiões do hemisfério cerebral esquerdo.”

uma função de um cérebro em perfeito estado de funcionamento. Embora a alma seja admitida por muitos pensadores, o jovem doutorando baiano pretende mostrar que, para a ciência positiva, ela não existe de fato. O que pode ser encontrado é somente o desenvolvimento da complexidade do cérebro à medida que os animais ficam mais complexos.

“Sim, digamol-o d’esta fórma, a despeito das alternativas com que theoristas mais ou menos extravagantes têm-se divertido em fazer viajar com a alma o pensamento, por grande numero de órgãos e de systemas da economia humana. Aristóteles, por exemplo, que collocava-o no coração; Epicuro, no peito; Heraclito e Critias, no sangue; e modernamente, Ticinius, que exhumou a theoria de Aristóteles; Ennemoser, que collocava a alma em todo o corpo; Fischer, em todo systema nervoso; Descartes, na glandula pineal; Kant, na água contida nas cavidades craneanas; Soemmering, nos ventriculos do cerebro; Willis, nos corpos estriados; Lapeyronie, nos corpos callosos; e nomeadamente esses contemporaneos nosso, à frente dos quaes está Bouillaud, que ainda sustenta a participação do cerebello. (...) O que convém, porem, saber aqui desde já é – se esse órgão (o cérebro), centro perceptor e elaborador, como demonstramos nos precedentes capitulos, das sensações e dos movimentos voluntarios, é causa primaria ou secundaria do pensamento, se é meio, instrumento, ou se é antes agente, aparelho productur, gerador do factu intellectual. (...) É um factu inconcusso hoje na sciencia, (...) que a anatomia descobriu e a physiologia explicou, - que, à medida que se sobe na serie animal, mais o cerebro se desenvolve, desenvolvimento que corresponde, que mede por assim dizer, a progressão intellectual.” (Idem: 56/57)

Assumindo um compromisso com uma visão evolucionista que acredita no progresso humano, Cabral defende que, quanto maior o cérebro maior a inteligência do animal. Ele apresenta uma escala evolutiva na qual descreve etapas pelas quais os diversos seres vivos teriam que passar até chegar aos mamíferos, que possuem, em sua visão, o maior e mais desenvolvido cérebro e, conseqüentemente, a maior inteligência. Ele cita Büchener para dar conta das criticas dos metafísicos quando perguntam, por exemplo, por que um elefante, que tem o cérebro maior que o do homem, é menos inteligente que este? Para Büchener, o que esses animais possuem é mais substância branca, que é responsável por comandar os movimentos musculares. Como são muito grandes e pesados, precisariam ter um cérebro maior para poder dar conta dessa empreitada. Entretanto, quanto à parte nobre do cérebro,

a **substância cinzenta**, que preside “as funções do pensamento”, nenhum animal se compara ao humano. A partir daí, Cabral apresenta as diferenças, no que diz respeito à substância cinzenta, como sendo apenas de grau, mesmo dentro das próprias raças.

Poucas áreas do conhecimento tiveram durante o século XIX um prestígio tão notável como a arte de medir cabeças, e os franceses, a exemplo de P. Broca, foram os grandes mestres dessa arte. Cabral respalda suas conclusões em uma das áreas da Antropologia que menos enfrentou dificuldades: a craniologia (Gould:1999b).

Segundo Cabral, o tamanho médio do cérebro de “idiotas”, tanto em homens como em mulheres, é inferior ao de pessoas “normais”. Cita em apoio a essa conclusão os trabalhos de Lauret e Parchappe, referindo-se a este como o “notável pratico” que mediu 782 cabeças e “provou com algarismos” que, quanto menos pesado é o cérebro, maior o grau de “demência”. O procedimento de nosso autor é simples: ele está procurando mostrar que existe uma conexão entre o peso e volume do cérebro e a “loucura”. Na verdade, o projeto é forçar os “metafísicos” a responderem à seguinte pergunta: se a consciência é obra de uma alma imaterial, por que motivos essa alma está submetida às condições normais de funcionamento do cérebro? A resposta de Cabral é simples e direta: porque alma não existe. Aproveitando a ocasião, ele, que é defensor da existência de várias raças, usa o mesmo raciocínio para defender esse ponto de vista nas reflexões inter-raciais:

“O volume do cerebro marcando o gráo intellectual nos individuos entre si, não o assignala menos entre as **diversas raças**. Os estudo dos craneos há muito que já por si só parecia querel-o demonstrar, desde que reconheceu-se na sciencia que é o cerebro o molde, por assim dizer, que imprime a fôrma e o desenvolvimento à caixa craneana.

Ora, o **volume do craneo** nas diversas raças, dando-nos a medida do desenvolvimento do cerebro, **dá-nos também a medida da capacidade intellectual** de cada uma dellas (...) O dr. Broca é um dos que mais auctorisadamente affirmam-n’o E acha-se effectivamente que o craneo é **mais desenvolvido nos caucasicos** do que nos mongolios, nos mongolios do que nos negros, nos negros do que nos australianos. É precisamente a gradação do desenvolvimento a que tem attingido a humanidade na indefinida espiral da civilização. (...) O dr. Broca verificou que as suturas do craneo nas raças superiores não se soldam tão depressa como nas inferiores

– o que explica só por si o facto da **inaptidão relativa, ou atraso**, em que estão estas para com aquelas raças. Teremos ocasião de ver que o **exercício intelectual** promove o maior desenvolvimento cerebral; mas esse facto que é incontestável, e que se patenteia entre os **indivíduos da mesma raça**, prova apenas aqui, que pode até certo ponto a educação **forçar essa muralha construída e cedo fechada pela natureza.**” (Idem: 63/64, Grifos nossos)

Como vimos acima, Cabral tinha um projeto intelectual estabelecido e que, seguramente, envolvia mudanças no campo social. Essas mudanças não representavam nenhum perigo para as classes que estavam no poder, visto que, como vemos nesta citação, correspondiam exatamente à “raça” branca, que ocuparia o topo da pirâmide intelectual, conforme Cabral e muitos outros em sua época (e mesmo hoje) entendiam. Para ele, é necessário que os indivíduos sejam submetidos à cultura para que possam vencer a natureza. Esse procedimento vai levá-lo a exigir medidas que ajudem o desenvolvimento intelectual, tanto entre pessoas da “mesma raça” como entre as “diversas raças”. Essa preocupação fica evidenciada de forma bastante nítida quando ele discute a situação do negro. Citando Burmeister, ele afirma: “Muitas vezes procurei lançar um olhar na **alma do negro**: foi sempre trabalho perdido: o resultado foi que **negro é dotado de pouca inteligência**, e todos os seus pensamentos e ações trazem o selo **do último grão da cultura humana**” (Burmeister apud Cabral: 65, Grifos nossos). Para Cabral, essa situação, embora tenha limites demarcados, é reversível. Na sua ótica, é inaceitável que se mantenha a “raça” negra fora do mundo do saber e, conseqüentemente, fora do movimento do progresso obtido a partir da evolução que os pensadores, principalmente os lamarckistas franceses, afirmavam ser possível. A ciência já havia definido a situação e não restava mais nenhuma dúvida: a posição de destaque que o homem ocupa na escala evolutiva é realmente obra do cérebro. Em apoio às suas conclusões, cita Bibra, Büchner e Haller.

Seguindo a regra desse tipo de estudo, nosso doutorando apresenta o peso dos cérebros de diversas pessoas ilustres para corroborar suas conclusões, como Pascal, Byron, Cromwell, Dupuytren. Como era de costume em escritores que seguiam a escola antropológica francesa, apresenta Cuvier como a grande estrela. Segundo Gould (1999b:78), de acordo com Broca, o cérebro de Cuvier era o maior da França, pesando 1830 g. O cérebro do próprio Broca só rendeu 1424 g. e o do grande frenologista Gall só alguns míseros 1198g. Ainda segundo Gould

(1999b:86), o matemático K. F. Gauss, embora tenha oferecido um cérebro modesto à balança, 1492g. ofereceu um novo campo explicativo – era repleto de circunvoluções, podendo ser esta também uma das chaves para a inteligência. Voltemos a Cabral para verificar quais são as dificuldades que enfrenta ao tentar lidar com as críticas dos “metafísicos” quanto a este tópico.

Muitos críticos apontavam para a situação (real) de que diversos homens ilustres e de grande saber possuíam cérebros com pesos inferiores ao de pessoas que em nada contribuíram para a sociedade – os ditos homens comuns. Para Cabral, a crítica não era justa e era fruto de falta de informação. Para ele,

“o cerebro tem seu pleno desenvolvimento, em geral, dos 20 aos 50 anos. Fora d’ahi, salvo casos muito extraordinarios d’esses genios privilegiados da natureza(...) d’ahi, d’essa idade em diante, alquebram-se, sabem-n’o todos, as forças organicas, a grande machina humana se oxida, deixem-nos dizer assim... e do illustre homem que foi não resta mais do que um nome perduravel. De sorte que, um homem que gosa ainda dos fóros da celebridade pelos trabalhos que produziu, pelas idéas que permittiu-lhe engendrar a bôa constituição do seu cerebro, pode já não ser mais, entretanto, perante a sciencia, do que um misero depositario d’um cerebro atrophiado. Newton, que por exemplo, essa grande cabeça que abalou o mundo da sciencia, esse operario, explorador tão denodadamente athletico dos mysterios naturaes, devia ter necessariamente, nesses dias de ouro de sua intelligencia, n’essa epocha feliz, em que tão luminoso irradiava seu talento – um cerebro muito mais pesado do que possuiu elle no occaso de sua uberrima intelligencia, em que ella mal tacteava já vacillante os preciosos thesouros da sciencia , e todo o horizonte se lhe fechava em crepusculo nas paginas do apocalypse” (Cabral, 1876:70/71).

Ele oferece diversos exemplos de homens que foram gênios e, ao morrer em idade avançada, deixaram uma mísera “quantidade cerebral sobre a mesa do anatomista”. Cita Peacock, que afirma que o peso do cérebro sobe rapidamente entre os 25 e 50 anos, e, depois disso, começa a decrescer (Idem: 73). Ele não poupa os críticos, oferecendo a posição dos anatomistas franceses e alemães em seu apoio, sendo seu principal mestre, para assuntos de “craniologia”, o famoso antropólogo francês Paul Broca: “Broca, reunindo ao dos craneos o estudo dos cerebros, fornece

importantes dados relativamente às idades, sexos, condições sociais e raças” (Idem:73)³³.

Após tratar do volume e do peso do cérebro, Cabral passa a tratar da forma. Esse ponto também serve de apoio para a discussão de dificuldades a que os críticos chamam a atenção, a saber, aquelas concernentes a homens de gênio que tinham morrido cedo e não haviam contribuído com um peso cerebral tão significativo para a balança do anatomista, como diria Cabral. O exemplo do matemático Gauss seria emblemático. Embora não tivesse um cérebro muito pesado, este era rico em circunvoluções. Para Cabral, isso era parte da resposta a ser dada aos críticos, diante do problema do pequeno peso do cérebro de pessoas ilustres que morriam cedo. A equação da inteligência era bastante complexa e envolvia diversas questões ao mesmo tempo. Esse raciocínio valia tanto para os humanos como para outros animais, uma vez que Guedes Cabral procura a todo momento aproximar a espécie humana das demais espécies. Citando Desmoulins, ele afirma que a diferença de inteligência entre os diversos tipos animais é resultado de variações no número de “circunvoluções cerebraes” (Idem: 76/77). Para Flourens, os roedores são os menos inteligentes dos mamíferos por não possuírem circunvoluções, sendo seguido pelos ruminantes. O pensador francês propõe uma escala de inteligência para os mamíferos, levando em consideração esse critério, que abrange dos roedores até o homem. Essas conclusões valem também para as “raças” humanas:

“Entre os indivíduos da mesma espécie – eguaes conclusões. Na espécie humana, da mesma forma que o peso, a superfície cerebral dá o grau de capacidade intelectual. Quanto mais numerosas, quanto mais distintas são as circunvoluções do cérebro, conseguintemente, quanto mais profundas são suas anfractuosidades tanto mais se nota desenvolvida e profunda a intelligencia do homem”. (Idem: 77)

Como em outras situações, o jovem doutorando procura usar exemplos oferecidos por autores já consagrados pela ciência da época na tentativa de corroborar suas conclusões. Para ele, já está definida a importância e “ação da casca cinzenta” e, citando Taine, diz: “(...) com efeito é essa casca, cuja extensão

³³ Em Gould (1999b), encontramos uma importante análise destes trabalhos de Broca. Segundo esse autor, os “medidores de crânios” já sabiam a resposta que os dados dariam antes mesmo de fazerem a pergunta a eles. A superioridade da raça branca era um fato que nenhum cientista estava disposto a questionar.

aumenta as circunvoluções (...) na serie animal a intelligencia aumenta com as circunvoluções” (Idem:78).

Além do volume, do peso e das circunvoluções, a equação da inteligência defendida pelo doutorando conta com um importante agente químico, o fósforo. Guedes Cabral afirma que não foi Moleschott quem descobriu esta “verdade” e sim o “celebre chimico Coverbe” que, como conclusão dos seus trabalhos, descobriu “que é o phosphoro o elemento excitador do cerebro” (Idem: 82). Em pessoas comuns, a quantidade de fósforo no cérebro seria de 2,60%; no “idiota”, de 1 a 1,5%; no alienado, 4 a 4,5% etc. A partir desses valores, Coverbe conclui que

“(…) a ausencia de phosphoro no encephalo reduz o homem ao estado bruto; que um grande excesso d’essa substancia irrita o systema nervoso e mergulha-o n’esse terrivel delirio que chama-se loucura; enfim, que uma proporção media restabelece o equilibrio e produz **essa harmonia admiravel** que não é outra cousa mais do que a **alma dos espiritualistas**” (Cabral: 82/83, Grifos nossos)

A defesa do fósforo como importante elemento para a produção do pensamento é um dos pontos que mais despertava a ira dos críticos “espiritualistas”, como veremos mais adiante, ao discutirmos a tese de Campos apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia no mesmo ano em que foi publicado “Funcções do Cerebro”. A aproximação entre cérebro e alma começa a se fazer presente e, segundo Cabral, amparada nas mais seguras pesquisas positivas. Ainda segundo ele, a importância do fósforo para a inteligência está sendo estudada tanto na Alemanha como na Inglaterra. Como vimos, o doutorando está aceitando e defendendo uma hipótese levantada por pesquisadores europeus de que uma das causas da loucura é o excesso de fósforo no cérebro. Ele levanta a possibilidade de um dia a ciência poder utilizar esse elemento para curar doenças mentais. Para ele, os estudos mostrarão no futuro que o retardo mental é “(...) a voz eloquente, o grito palpitante, o reclamo intimo da natureza por um elemento, esse elemento primordial que lhe falta, na chimica do pensamento.” (Idem: 84).

O projeto é mostrar que o cérebro é apenas mais uma parte do corpo, a mais nobre, é bem verdade, mas uma parte que segue as mesmas regras válidas para o restante da máquina: é como uma máquina complexa e apaixonante que ele percebe o ser humano.

Uma outra questão que aparece em “Funções do Cerebro” diz respeito à capacidade de transmissão dos caracteres adquiridos para as gerações posteriores. As idéias defendidas por Cabral são, em certa medida, lamarckistas. Ele acredita, por exemplo, que é possível submeter o cérebro a uma espécie de “ginástica intelectual”, que possibilite seu desenvolvimento, e depois transmitir os resultados para os descendentes.

“Sabe-se hoje, sabem-n’o pelo menos os physiologistas, que o cerebro se desenvolve com o exercicio intellectual. Collocados dous individuos, da mesma constituição, do mesmo temperamento, sob as mesmas condições de vida, os mesmos meios de desenvolvimento organico, sob o mesmo clima, a mesma alimentação, o mesmo exercicio, finalmente, das forças vegetativas, distanciando-os apenas quanto à maneira de applical-os ao trabalho; se a um, empregarmos em occupações manuaes, em artes mechanicas, n’um officio de operarios fabris, etc. e ao outro dermos como officio a cultura intellectual, o exercicio do estudo, em lettras, artes ou sciencia, - n’este a physiologia verificará maior desenvolvimento dos hemispherios, da mesma fórma que mais desenvolvida será a musculatura dos braços e mãos no operário; (...) comparando-se a fórma do craneo nas altas classes sociais (onde mais prodiga derrama-se a luz da instrucção, e portanto onde é natural que mais constante exercicio tenham os lobulos do cerebro) com a fórma que apresentam os craneos nas camadas inferiores da sociedade, onde a intelligencia tactêa preguiçosa e inexperta os meios de subsistencia, - não menos salientes se reconhece esse phenomeno physiologico” (Idem: 86)

Cabral aceita a evolução do corpo como um todo: se damos mais esforço físico a um homem, ele terá músculos mais fortes; se damos mais esforço intelectual, ele terá um cérebro mais forte e, conseqüentemente, um pensamento mais forte. Em momento algum, Cabral aproxima o campo da moral de qualidades inatas, e a este respeito fará, como veremos, uma dura crítica à frenologia e a seus seguidores. Nós acreditamos que esse ataque à frenologia tem razão de ser, como tentaremos mostrar mais à frente.

A tese de Cabral está sempre recheada de trabalhos empíricos, embora ele mesmo não os tenha realizado, como critica Sylvio Romero, na sua “Filosofia do Brasil”. Ele apresenta, por exemplo, um estudo de Broca, no qual este mediu os crânios de enfermeiros e de alunos de medicina, “comprovando” a superioridade destes. As medidas dos estudantes eram superiores exatamente na parte anterior do

cérebro, local onde se supunha morar a inteligência. Apresenta também um estudo de Frére, que busca mostrar que “quanto mais antigo é um typo humano, tanto mais desenvolvido é o seu craneo na parte posterior” (Idem: 87). Essa situação contrastava com as “raças modernas”, que seriam mais desenvolvidas na região frontal e evidenciava, pelo menos para pensadores da época, que o desenvolvimento se dava “quanto se aproximam do typo caucasico, e inversamente.”³⁴ Os números apresentados por Broca para a capacidade craniana são os seguintes: europeu, 1460 a 1580 centímetros cúbicos; habitantes da Oceania, 1253 centímetros cúbicos; e Australianos (sic), 1228 centímetros cúbicos. Diante desse “fato”, Cabral pergunta: “(...) Ora, haverá prova mais eloquente da anatomia do cerebro no facto do pensamento?” (Idem: 88) Os dados empíricos coletados não poderiam ser mais cômodos, dado que serviam para mostrar aquilo que muitos naturalistas da Europa ou dos Estados Unidos do século XIX já tinham como certo: a superioridade da “raça branca”.

Para Cabral, já é coisa certa na “sciencia” que, diante de órgãos que funcionam em pares, um pode assumir as funções do outro que venha a faltar. Como o cérebro é composto de duas partes, se um dos hemisférios entra em crise, ou mesmo se é retirado, ele considerava que o lado que se manteve em boas condições poderia seguir comandando o pensamento sozinho, uma idéia que se mostraria falsa com o crescimento do conhecimento sobre o cérebro. A intenção era provar que o cérebro pode especializar partes para suprir perdas. Se isso fosse verdade, ficaria comprovado, segundo a lógica de Cabral, que todos os movimentos a partir da vontade (leia-se também pensamentos) são meramente orgânicos. Esta seria a explicação para a presença da vontade após a retirada de partes do cérebro nas experiências empreendidas pelos fisiologistas. Seguindo esse raciocínio, ele também antecipa uma das suas conclusões sobre a frenologia. Caso cada parte do cérebro estivesse tão definida e mapeada como queria essa “sciência”, seria impossível que, com a retirada de qualquer quantidade de massa cerebral, fosse mantida a vontade e ocorresse a especialização. Para Cabral, Flourens dá a palavra final: “Contando que a perda de substancia porque passam os lobulos cerebraes não exceda certos limites, esses lobulos recobram no fim de certo tempo o exercicio de suas funções” (Idem: 92).

³⁴ Guedes Cabral acreditava que as diferenças apresentadas nos crânios poderiam ser verificadas tanto quando se comparavam “raças” humanas antigas com as atuais, como dentro das próprias raças modernas.

As faculdades mentais podem ser mantidas mesmo que um dos hemisférios seja retirado totalmente, enquanto lesões pequenas nos dois hemisférios podem “perturbar sensivelmente” e mesmo abolir “essas faculdades” (Idem: 95). Quanto mais desenvolvido o animal, mais precisará do cérebro para sobreviver; segundo Cabral, uma rã pode sobreviver com 1/8 do cérebro, coisa muito complicada para animais “superiores” e, pior ainda, para o homem.

Para o jovem doutorando, não restam dúvidas de que os diversos tipos de problemas mentais que afligem o homem são frutos de dificuldades no órgão responsável pelos pensamentos. Citando Flourens, afirma que, nos casos em que ainda não foi possível estabelecer essa relação, a culpa seria da imperfeição dos diagnósticos disponíveis. Em apoio a essas conclusões, o jovem médico baiano despeja uma enxurrada de exemplos oriundos dos trabalhos de Flourens, Poincaré, Romain Fischer, Büchener, Wachsmuth etc.

Antes de partir para analisar a “mechanica cerebral”, ele, mais uma vez, reafirma que o pensamento é produto unicamente do órgão estudado por ele e que só a ignorância é capaz de possibilitar uma defesa contrária. Guedes Cabral começa esse ponto do seu trabalho fazendo uma crítica a Descartes, que, para ele, teria se enganado quando afirmou que, se lhe dessem “matéria e movimento”, ele faria o Mundo. Segundo Cabral, se Descartes não fosse “systematicamente metaphysico”, teria dito: “Dae-me a matéria ou o movimento e o mundo se fará”. (Cabral: 105)

Dando provas concretas do seu monismo afirma:

“Não é senão accidental, nada mais significa do que necessidades escolásticas, que conveniências de estudo, a distinção dos reinos naturaes: não há taes linhas limitrophes no mundo dos sêres. Quem o atesta é a propria estructura do planeta.

A criação é uma escala; mas a criação é também uma cadeia.

Cadeia que não tem fim, porque não tem principio, n’ella tudo se prende n’uma reciprocidade substancial.

Nada está só. Cada sêr é um élo. Sêr, que é élo, trava necessariamente ao seu immediato, que é seu correlativo, ao mesmo tempo que fatal progressor. Tudo ahi é solidario, da mesma fórma que são os anneis na cadeia” (Idem: 106)

Nosso doutorando está totalmente convencido da pouca importância de um Deus criador no processo de confecção do Mundo. Citando Moleschott, que afirma que “a força não é um Deus que dá impulso”, ela estaria presente na própria matéria, ocorrendo por toda a eternidade. Ele se alinha entre os materialistas mais radicais, atraindo para si a ira dos diversos tipos de “metafísicos” do seu tempo. Usa Virchow para mostrar a aproximação entre os mundos orgânico e inorgânico, e sentencia: “É executando leis químicas e físicas, que a vida, desde o mais rudimentar dos organismos até o mais aperfeiçoado se completa”. (Idem: 108) Para ele, a Química de seu tempo já está lançando a “última pá de terra sobre o vitalismo.” Este é o momento de radicalizar as possibilidades de análises e, se os inimigos no campo intelectual já tinham muito que reclamar quando presenciaram a aproximação do homem com “animais inferiores”, imagine agora diante da aproximação do ser humano com tudo que há no Universo. O homem perde, de forma definitiva, o lugar de destaque na criação.

Para Cabral, ainda não temos uma idéia segura daquilo que é conhecido e desconhecido no mundo natural:

“Vida e animalidade, que são mais do que a synonymia d’uma só e mesma idéia, cuja elasticidade, digamos assim, vae, somente para o conhecido, do equinococus ao homem.

Vae, dissemos nós, quando deveríamos antes dizer – iria; porque não é certo que os limites da criação, se a ellas é possível têl-os, sejam conhecidos. Nem o equinococus é o último vegetal, nem o homem o primeiro animal. Quem sabe o que há ainda de occulto nos calculos futuros da natureza. (Idem: 111)

Em uma nota, na página 112 de sua obra, Cabral levanta a possibilidade (“profundamente científica”) de a evolução ainda continuar agindo, lentamente, nos seres humanos, o que proporcionaria no futuro uma espécie de homem muito mais evoluída:

“O genero humano em seu todo não nos parece menos susceptivel de passar por transformações ulteriores de que os primeiros animaes que povoaram a terra, e cujas raças, hoje extinctas, foram substituidas pela fórma actual. Nada nos impede de admitir que **o desenvolvimento gradual e sucessivo da organização** continúe ainda sobre a terra e que esse movimento muito real, se bem que lento e insensível, haja de produzir em um **tempo impossivel de**

determinar, uma evolução de seres **mais perfeitos** do que os homens de nossos dias.

Perfilhamos como nossa esta idea **profundamente científica** do ilustre auctor da força e materia” (Idem;112; grifos nossos)

De acordo com Guedes Cabral, todos os seres, sejam macro ou microscópicos, terminam por se encontrar como parte de um todo organizado. E, numa análise que faz lembrar a idéia de “substância” proposta por Haeckel (embora esse autor não seja citado nesse momento da análise do doutorando) afirma: “A vida é pois um sobrenome da força: animalidade – o seu mais pomposo qualificativo. O que faz germinar, crescer, florir, fructificar a planta é o mesmo que faz nascer, crescer, sentir, pensar, reproduzir-se o homem”. (Idem: 113) O jovem médico continua a desbancar o homem de seu local de destaque, buscando fortalecer a idéia de que existem leis naturais que podem ser conhecidas e explicadas. Neste contexto, o homem aparece apenas como mais um animal, desaparecendo aquela idéia de que ele é um ser misterioso e escolhido por deus para representar sua imagem e semelhança. Para Cabral, a criação (no caso, do homem) não perde em importância por estar submetida à leis naturais - evidente que o mesmo não acontece com a idéia de um Deus criador. Na verdade, Cabral não se dá conta de que simplesmente trocou o nome do “dono dos mistérios”, retirando de cena a palavra Deus e colocando a palavra Natureza. Diminuindo a importância dos adversários de suas idéias, sentencia: “Deixemos que enrouqueça embora a nosso lado a metaphysica com sua já tão conhecida celeuma de alma, archê, principio vital, fluidos imponderaveis, e quantas pretensas causas immateriaes imagina independente e anterior à materia (...)”(Idem: 115).

O doutorando discute com os diversos cientistas que estão pesquisando o tecido nervoso naquele momento, prestando homenagem à dedicação desses homens na difícil tarefa de elucidar as questões relativas ao cérebro. Um dos mestres festejados por Cabral é Luys, que escreveu “Investigações sobre o Systema Nervoso Cerebro-Espinhal”. Cabral faz um exame detalhado do sistema nervoso, usando todo o arsenal de conhecimentos oriundos das investigações de pesquisadores europeus nessa área, sendo a obra de Luys usada por Cabral como sendo aquilo que existe de mais moderno à época. O objetivo é mostrar que é possível explicar as sensações sem recorrer a soluções sobrenaturais.

Embora em algumas partes da tese ele use uma linguagem carregada de termos técnicos, temos sempre a impressão de que o texto foi produzido para um público bem maior do que seus pares na Faculdade de Medicina. Mesmo quando é obrigado a oferecer explicações técnicas, que seriam complicadas para o público geral, o doutorando procura exemplos e citações que podem ser mais facilmente absorvidas por qualquer possível leitor de seu trabalho. Qual será o motivo desse procedimento? Trataremos dessa questão no capítulo seguinte.

Para ele, a sensibilidade e a motricidade das impressões não são realizadas por nervos especializados para essas funções. Os nervos são apenas responsáveis pela condução elétrica das sensações, e quem sente são as células nervosas. Citando Lewes afirma que, em verdade,

“não há, propriamente falando, nem nervos motores, nem nervos sensitivos. Todos os nervos, pela identidade dos tubos que os compõem, não possuem na realidade senão uma qualidade única, - neurilidade, ou conductibilidade nervosa, que é a faculdade de transmitir à distancia as impressões de diversas naturezas que lhes são comunicadas pelas diferentes variedades de células nervosas a que são anexos”. (Idem: 118)

Para Guedes Cabral, esses conhecimentos já teriam sido comprovados pelos experimentos científicos do “fisiologista” Claude Bernard. O jovem doutorando procura sempre cercar-se de exemplos oriundos de experiências científicas realizadas por pensadores de reconhecimento internacional. Nesse sentido, ele pode sem dúvida ser enquadrado como positivista, uma vez que seus exemplos são sempre frutos de experiências realizadas a partir do método positivo. Como vimos, uma das reclamações de Sylvio Romero em relação ao trabalho de Cabral era exatamente que ele mesmo não havia realizado os experimentos dos quais usava os resultados. Uma possibilidade é pensar que esse procedimento, de não fazer as experiências, era parte do seu projeto científico/filosófico. Oferecendo aquilo que já estava estabelecido entre a maior parte da comunidade científica da Europa, ele protegia sua obra de diversas críticas. Entretanto, podemos também questionar se as condições do pesquisador e da ciência baiana da época possibilitavam que esse tipo de pesquisa empírica fosse realizado. Essa resposta não pode ser oferecida dentro dos limites deste trabalho.

Discutir a faculdade de sentir da célula nervosa é parte importante do projeto de Guedes Cabral. Esta discussão será também utilizada por ele para explicar a memória e, para isto, Cabral se cerca de naturalistas que estão estudando aspectos da “fluorescência” das células nervosas, entre eles, C. Bernard, Lewes, Taule, Nobile, Helmholtz etc. Seguramente, o time de pensadores que ele apresenta dificulta a crítica dos seus pares aqui no Brasil.

As células nervosas possuiriam a capacidade de armazenar e transmitir as imagens que seriam agrupadas no seu destino final, o cérebro. Esse processo ocorreria a partir da capacidade de “fluorescência” dessas células. É a partir dessas imagens armazenadas nas células que Guedes Cabral explica a possibilidade da memória. Segundo Helmholtz, a fluorescência das células da retina permanece ainda dezoito horas após a morte. Para Cabral, esta é mais uma comprovação da influência dessa propriedade na memória, visto que, mesmo após a morte, ainda temos condições de verificar sua existência a partir do método positivo:

“Essa propriedade importantissima – a fluorescencia, de que são dotadas as celulas nervosas, (...) tem n’ellas um caracteristico mais saliente ainda, e vem a ser que – essa aptidão a conservarem as cellulas as impressões exteriores pode persistir durante um tempo indefinido em estado latente, perder-se com o tempo e não revelar-se de novo senão sob a influencia das cellulas ambientes, que são de alguma fórma novos fócios de incitações secundarias (...) em presença d’este facto, seja-nos licito perguntar aqui, (...) a que ficam reduzidos os escrúpulos d’aquelles que se arpeyllam em admitir a intelligencia como funcção organica, porem, dizem não sabem, não podem comprehender como se dê ahi o facto da memoria? (...) se a memoria, isto é, a accumulção e reprodução das imagens dá-se aqui clara, evidente, palpitante nas cellulas, aos olhos de todos, de quantos quizerem verificar o facto experimentalmente, como reluctar um momento sequer!” (Idem: 123/124)

Os argumentos contrários a essa formulação dizem respeito ao tempo de conservação de tais imagens no cérebro e, além disso, como seria possível armazenar tantas informações quanto as que guardamos durante a vida. A explicação dada pelo médico é que o cérebro guarda apenas alguns traços característicos acerca de um determinado objeto, que, “oportunamente provocados, reproduzem a imagem em sua integralidade primitiva (...) (Idem: 126). Ele dá o exemplo de uma árvore, que, sendo composta por um conjunto de partes distintas, impossibilitaria

que fossem guardadas todas as informações no cérebro do botânico, mas este agruparia as informações e, quando necessitasse, faria surgir em sua frente o objeto “árvore”.

Cabral chama a atenção para o fato de que, na grande maioria dos casos, não mantemos guardadas as combinações, ou seja, as partes dos objetos; o que guardamos na memória é a maneira de combiná-los e produzi-los. Cabral acredita que os conhecimentos que adquirimos ao longo da vida são muitas vezes reelaborações mais sofisticadas de conhecimentos que já possuíamos anteriormente. Dessa forma, não é necessário nenhum “esforço de memória” – como diria ele – para armazená-los. Apoiando-se em Alexandre Baine³⁵, apresenta um cálculo que tenta dar conta da capacidade do cérebro de reter novas imagens. Como, para ele, tudo tem de ser explicado a partir da capacidade orgânica do animal humano e, como esse ser é visto por ele como uma máquina em funcionamento, faz-se necessário admitir limites para a aquisição de conhecimento, uma zona de saturação onde todo conhecimento que for adquirido a partir dali terá que eliminar outro: a máquina estaria completa. Os críticos dessa teoria procuram tratar a “reviviscência” de imagens descrita por Cabral como uma função ligada à retina, e não ao cérebro, como ele acredita. Contra esse tipo de crítica, o doutorando propõe uma experiência simples e que, segundo ele, é capaz de provar que a capacidade de rememorar os objetos se dá através do cérebro:

“Qualquer que nos lê n’esse momento fixe à sua vontade um objecto: desvie depois, muito depois, os olhos para outras cousas; mas, logo que queira, terá diante de si, **dentro de si**, o objeto primitivamente fixado. Quereis outros factos outras provas de que esse phenomeno seja devido, venha directamente das cellulas do cerebro?” (Idem:133, Grifo nosso)

Ele está totalmente convencido, a despeito das críticas dos metafísicos e religiosos, de que as imagens que vemos e as informações que utilizamos no dia a dia são, na verdade, fornecidas pelo cérebro a partir de um conjunto de células especialmente responsáveis por essa função. Assim como nos outros momentos de seu trabalho, Cabral oferece ao leitor uma enxurrada de exemplos de pesquisas realizadas pelos mais competentes naturalistas da época. Ele usa muitos exemplos de pessoas que perderam membros e continuavam sentindo dores nesses membros

³⁵ Possivelmente, Guedes Cabral está referindo-se a Alexandre Bain (1818-1903).

amputados, o que ele chama de “hallucinações de amputados”; segundo ele, isso comprova que o cérebro pode continuar vendo e sentindo mesmo sem estar diante do objeto. O mesmo exemplo pode ser verificado em relação aos outros sentidos humanos:

“O gosto, o olfacto, o ouvido não nos fornecem menos provas ainda. Basta que relembremos alguns factos attinentes a este ultimo. Quem há ahi que não tenha sentido, por via d’uma provocação exterior qualquer, ou mesmo sem que saibamos porque, algumas vezes, reproduzirem-se mentalmente sons, palavras, musicas, ouvidas muito anteriormente? Ao sahir do theatro o espectador assobia machinalmente a cavatina que não custou-lhe muita vez a minima attenção; e muito tempo depois, se por acaso, vem-se-lhe um bom dia a fallar de qualquer circumstancia d’aquelle espetaculo, a aria resalta-lhe na mente como por encanto” (Idem: 139)

Para Cabral, tudo pode ser explicado a partir de processos físicos e químicos: a memória, a associação das idéias, o juízo que fazemos dessas idéias etc. Elas nada mais são do que “o exercicio harmonico desse duplo poder da transmissão das impressões recebidas atraves da rede celular”. (Idem: 141) Além disso, cabe ainda aos diversos tipos de células do sistema nervoso armazenar e disponibilizar as informações para que, no momento oportuno, estejam disponíveis para o uso. Para ele, os dados “anatomicos” do cérebro podem explicar facilmente os “phenomenos ate aqui, tão obscuros do como da intelligencia humana” (Idem: 141). Usando uma citação de Locke, dispara uma de suas possíveis certezas: “Quem sabe se não é o próprio cerebro que pensa?” (Idem: 141). Cabral procura fazer um estudo das funções e dos tipos das células existentes no corpo humano e tenta explicar a função desempenhada por cada parte do corpo nas tarefas mais nobre realizadas pelo animal humano. Para ele, se forem retiradas “as raizes posteriores dos nervos”, o indivíduo perderá a sensibilidade geral, mantendo os movimentos e as faculdades intelectuais; cortadas “as raízes anteriores”, o indivíduo perderá os movimentos, mantendo apenas a inteligência; por fim, “arranque-se finalmente o cerebro” e o indivíduo será reduzido à vida vegetativa, “dispondo apenas do poder nervoso ganglionar” (Idem: 144).

A máquina de fazer pensamentos, assim como todas as outras máquinas, deve descansar, para que esteja em boas condições mecânicas na hora em que for utilizada. Dessa forma, o autor defende a necessidade do sono e do descanso para

que as células nervosas estejam prontas para sua nobre missão de produzir imagens e pensamentos. Antes de passar para o próximo ponto que irá analisar, aproveita para fazer uma crítica aos metafísicos por conta da pouca capacidade de entendimento destes acerca dos mecanismos de funcionamento do cérebro. Em seguida, discutirá o pensamento e as idéias. Para o leitor de hoje, é interessante verificar como ele armou seu trabalho, primeiro discutindo questões que seriam mais ligadas às ciências naturais, para, em seguida, enveredar por assuntos que hoje são mais pertinentes às ciências sociais. Acreditamos que o projeto “cabralino” era exatamente de discutir as questões sociais; entretanto, ele pretendia fazer isso a partir do prestígio conseguido como cientista natural.

Cabral levanta algumas perguntas diretas acerca do que seria o pensamento e as idéias. Para ele, o pensamento estaria exclusivamente ligado à parte biológica do ser humano, enquanto as idéias seriam fruto da interação entre o biológico e o social:

“O que é o pensamento pois?

- Nada mais do que o mero producto da actividade celular dos centros nervosos, isto é, dos lobulos cerebraes, ou, mais precisamente ainda, da sua parte essencial – a substancia cinzenta (...)

O que são as idéas?

- apenas as relações que vão d’essa actividade para a objectividade que a põe em jogo!” (Idem; 147/148)

O doutorando utiliza dois exemplos de profissionais, um matemático e um poeta, para mostrar que, segundo ele, a “metafísica” não é capaz de explicar como esses homens, que, de acordo com as crenças espiritualistas, deveriam possuir almas iguais a de outros homens, poderiam tornar-se portadores de capacidades tão especiais³⁶. Para o autor, torna-se fácil explicar as diferenças entre homens de gênio e homens comuns quando aceitamos as respostas da fisiologia: as diferenças residiriam no desenvolvimento do sistema nervoso de cada indivíduo. O mais interessante é que o autor defende que a capacidade intelectual tanto pode ser desenvolvida, daí a importância da educação, como pode ser transmitida

³⁶ Na verdade, os “espiritualistas” ou “metafísicos” (como preferia Cabral) estavam bastante preocupados com a questão das diferenças existentes entre as almas dos diversos tipos de homens. A revista espírita de abril de 1862, por exemplo, trazia o artigo “Frenologia Espiritualista e Espírita – Perfectibilidade da Raça Negra”, além de indicações de outros momentos nos quais o assunto já havia sido discutido à luz da Frenologia. Este material está disponível na web, em www.espirito.com.br. Infelizmente, o artigo não traz o nome de seu autor.

hereditariamente. O modelo de evolução, nesse caso, se aproxima de idéias que encontramos em Lamarck³⁷:

“E tanto assim é, tanto essas diversas maneiras de manifestar-se a intelligencia são filhas legítimas da pura organização, que herdaram-se-as à medida que se herda essas disposições anatomicas especiais, da mesma forma que se herda os traços physiomicos, da mesma forma que se herda o legado morbido (...) Está hoje provado: **a aptidão intellectual transmitti-se de paes a filhos**, às vezes com a mesma precisão com que já de toda antiguidade se observa que se transmittem os dotes constitucionaes.” (Idem:150, Grifo nosso)

Em apoio às suas hipóteses, ele oferece o exemplo de diversos filhos que herdaram tanto as características físicas como intelectuais dos pais famosos. Apresenta uma citação do teórico racista, misógino e membro ilustre da Escola Craniológica de Paul Broca, Gustave Le Bon (Gould: 1999b), que possibilita perceber com uma certa clareza o tipo de evolucionismo que Guedes Cabral estava interessado em defender:

“A herança luta constantemente contra muitas forças que tendem a restringil-a e a destruil-a. A influencia do pai e da mãe, cada um dos quaes tem uma parte que reduz forçadamente a do outro, as circumstancias exteriores, o clima, força organica propria a cada ser, que fazem apparecer caracteres novos nos descendentes, etc. modificam-n’a constantemente. (Le Bon, apud Cabral: 151)

Muitos pensadores brasileiros utilizavam teóricos e teorias de acordo com aquilo que estavam tentando defender: se em um determinado momento as idéias de Darwin se mostravam mais interessantes para o que se queria dizer, lançava-se mão delas; se em outro momento as idéias de Lamarck possibilitavam um melhor aproveitamento no campo de batalha, seriam estas as utilizadas. Seguramente, no caso das questões sociais, as teorias do mestre francês eram muito mais convenientes, possibilitando o desenvolvimento do povo brasileiro a partir da educação e sua constante evolução rumo a uma nação civilizada nos Trópicos.

A herança intelectual poderia ser transmitida tanto pelo pai como pela mãe. Essa situação explicaria os casos de homens reconhecidamente sábios que possuíam

³⁷ As idéias em relação a gradação do cérebro entre os diversos animais são, com certeza, lamarquistas. Ver. (1971: Lamarck).

filhos intelectualmente menos dotados: eles teriam herdado a característica do lado materno. Cabral cita exemplos nos quais grandes pensadores se casaram com empregadas e terminaram por produzir filhos medíocres. Seguindo as teorias de Le Bom, Cabral levanta a possibilidade da utilização de técnicas de seleção artificial para produzir famílias mais inteligentes. Essa posição lembra as preocupações do médico Miranda de Azevedo³⁸ em relação à proibição do casamento de pessoas com algum tipo de deficiência. O processo defendido por Cabral seria de aplicar “meios análogos aos que empregam-se nos animais inferiores para obter-se tal ou tal propriedade útil peculiar a certas raças” (Idem: 152)³⁹

Para Cabral, o exercício intelectual e a instrução (educação formal) poderiam auxiliar no desenvolvimento da capacidade intelectual; entretanto, esse procedimento possui limites que não podem ser ultrapassados. A evolução é aceita como um fato e, nesse ponto da tese, o filósofo Descartes é o alvo principal das críticas “cabralinas”. Segundo Cabral, estaria provado que Descartes se enganou quando defendeu que a alma já saía do corpo materno com todos os conhecimentos adquiridos. O problema seria que a memória era apagada no momento do nascimento, para ir sendo recuperada durante a vida. A partir da defesa de que são fatores sociais, culturais, psicológicos e biológicos que, juntos, geram a capacidade intelectual do indivíduo, o autor considera que este seria o grande “erro de Descartes”. O papel da ciência seria de ajudar a Natureza a cumprir seu papel de produzir melhores exemplares humanos: “A natureza sabe a sua missão: a ciência, que é a sua discipula, ensinar-lhe-há à desenvolvê-la”. (Idem: 153)

Após fazer uma reflexão acerca do desenvolvimento infantil nos primeiros momentos da vida, e assumindo que não existe uma alma imaterial, nosso autor responde a supostas perguntas que lhes são dirigidas, por um interlocutor fictício, sobre o aborto. Domingos Guedes Cabral, a exemplo do personagem Menocchio, estudado por Ginzburg (2003), não perde uma oportunidade para dificultar ainda

³⁸ Sobre as idéias de Miranda de Azevedo, consulte Collichio (1988); Lopez Cid (2004)

³⁹ Embora Guedes Cabral concorde com algumas crenças do pensamento eugênico, não podemos defini-lo como eugenista, pelo menos nos moldes que essa “teoria” assumiu no século XX. Cabral era Lamarckista e, por esta razão, assumia que os caracteres adquiridos durante a vida do indivíduo, como, por exemplo, aumento da inteligência, poderia ser transmitida aos descendentes. Os eugenistas do século XX defendiam que os casamentos entre “inferiores” de todo tipo deveriam ser proibidos, e, mesmo que a “inferioridade” fosse revertida durante a vida do indivíduo, ela seria transmitida aos descendentes. Como exemplo dessa forma de pensar a eugenia no Brasil nas primeiras décadas do século passado, consulte: (Domingues: 1936).

mais a aceitação de suas idéias, e se envolve em mais uma questão polêmica, ao responder, em uma nota de rodapé, ao interlocutor fictício:

“Pergunta que ainda assim seria difícil responder. Por nossa parte, consideramos o aborto como um crime, mas não como um homicídio. Inutilizar um feto é privar a sociedade d’um membro provável, como é privar à flora d’uma provável aquisição, inutilizar um germen precioso. Mas de destruir um germen para destruir uma árvore há uma grande distância: a vida que dormita latente no seio do ovulo não é pela mesma razão o homem constituído que aspira oxygenio.

Os legisladores romanos entendiam que o feto não era um ser individual, mas apenas uma parte integrante do corpo materno: a jurisprudencia moderna considera a simultaneidade na concepção, animação e vivificação.

De que lado está a verdade?

Parece-nos que aqui, como em pontos, digamos de passagem, o passado nada tem que ceder ao presente”. (Idem: 158)

Este é apenas um dos muitos ataques que ele faz aos bacharéis modernos. Para ele, o curso e os operadores do Direito estão mergulhados em uma lógica metafísica. Os ataques se tornam mais profundos à medida que a tese avança e Cabral assume, ao nosso ver, a sua verdadeira vocação: falar como antropólogo. Uma pergunta passa pela cabeça de qualquer leitor moderno que tenha acesso à tese de Cabral: seria possível que um homem tão bem informado colocasse tantos temas prejudiciais à aceitação de seu trabalho sem se dar conta do que fazia? Nós acreditamos que não. Cabral sabia o que estava fazendo. Trataremos dessa hipótese no quarto capítulo.

Para Cabral, não existe nenhum lugar para qualidades inatas. Como antropólogo, acredita que as regras morais são apenas um produto da cultura de cada povo. Faremos uma citação bastante longa, mas que é capaz de mostrar como o conceito de cultura é importante para Domingos Guedes Cabral. O nosso intuito é permitir que o leitor acesse diretamente o pensamento do doutorando:

“Tem-se feito valer em prol do inatismo, a existencia de certos conhecimentos que, dizem, nenhuma relação têm com o mundo exterior: as idéas do bem, do mal, de honra, de justiça, de Deus, e quantas mais se occultam sob a geral dominação de idéas moraes. O homem, gritam, não

adquire essas idéas por meio dos sentidos, porque ellas não têm por origem a objectividade.

- Falso; falssissimo.

Primeiro que tudo, a idéa propriamente dita não pode ser, não é producto da intelligencia isolada de todas as cousas, mas a conquista lenta e penosa dos combates intellectuaes do genero humano em meio do mundo que o cerca. As idéas metaphysicas, estheticas, moraes, em summa, todas são, pois, **resultados e não principios.**

Taes idéas não são mais do que, ou meras convenções, ou o echo de puras necessidades physiologicas, **quando não verdadeiros caprichos sancionados.**

O bem é uma convenção, um pacto: **o mal uma relatividade do bem.** Não há mal absoluto. As idéas moraes portanto, que todas d’ahi decorrem, não são mais do que consequencias do estado social do homem e das relações do homem para com suas mesmas propriedades. Primitivamente, antes de toda aggregação, de toda sociedade, o homem desconheceu por certo todas essas noções. (...) A que vinha ser o homem honrado, se não havia essa **relação social que chama-se – honra?** A que vinha ser o homem probo, se não existia ainda essa **convenção chamada – propriedade?** (sic) A que vinha ser o homem equitativo, justo, se não existia essa **relação social chamada – justiça?** A que vinha ser bom, caridoso, philanthropo, se não existia ainda essa relação chamada – **philantropia?** A que vinha ser, enfim, o homem virtuoso, se não existia ainda **essa relação social que chama-se – virtude?”** (Idem: 160/161, Grifos nosso)

Podemos imaginar os perigos de afirmações como estas em um país onde a maioria das pessoas estavam submetida ao trabalho compulsório. Se todas as ações são culturais e a alma imaterial não existe, está confirmada a farsa, defendida por muitos, de que os negros são escravos porque não possuem alma e são atrasados espiritualmente, porque Deus os concebeu assim. Para Cabral, os negros estão nessa situação por uma questão “puramente natural”. E é obrigação da cultura, usando para isso a ciência, descobrir as leis gerais da natureza para poder interferir no sistema e acelerar a marcha do progresso humano. Como o bem e o mal são relativos a uma determinada época e lugar, seriam totalmente legítimas ações que, porventura, os negros empreendessem contra os homens brancos que os escravizavam. Como veremos mais à frente, Cabral defende idéias pré-kantianas em relação ao bom, justo e belo, afirmando que essas três coisas devem necessariamente aparecer juntas e

que, quando acontecem separadas em uma ação, é porque o indivíduo está submetido a um desarranjo intelectual.

O autor apresenta um grande número de exemplos, recolhidos principalmente por antropólogos alemães e franceses, que procuram mostrar que todas as idéias do campo da moral são necessariamente culturais. Uma ação, para ser reconhecida como legítima, deve estar em total acordo com as regras culturais do local onde é executada. Por esse motivo, alguns grupos culturais valorizam a vingança, o assassinato, o roubo, a poligamia etc. alguns dos autores citados por Cabral para dar conta da importância da cultura são Kraemer, Anderson, Duboc, Büchner etc. O próprio Direito teria nascido dessa necessidade humana de estabelecer e disciplinar o quociente de satisfação de cada povo. A própria idéia do belo é relativa a cada povo. Referindo-se aos chineses, diz: “(...) Ainda hoje não deformam esteticamente os pés às mulheres, até à summa pequenez do aleijão?” (Idem: 165).

Em um determinado momento, o doutorando procura mostrar a impossibilidade da existência do bem absoluto. Para ele, o indivíduo associa a satisfação das necessidades do corpo com a idéia de bem, e as dificuldades em realizar essas necessidades, com a idéia de mal. Ele tenta apresentar o bem como uma criação humana e, dessa forma, o bem absoluto (Deus) seria também uma criação humana. É o momento em que ele deixa um pouco de lado o rigor que manteve até o momento e se permite agir como poeta. Ele cria uma pequena história para dar conta daquilo que pretende defender, a inexistência de Deus (Cabral: 165/168). Aparentemente, os vários passos na tese de Guedes Cabral são cuidadosamente pensados, os caminhos parecem estar traçados de forma clara na cabeça do autor: ele começa apresentando-se como cientista natural e oferecendo o que existe de mais moderno e consistente entre os cientistas materialistas da sua época; em seguida, ataca como cientista social, onde as idéias estão mais sujeitas às críticas. O projeto parece ser o de inaugurar seu nome como cientista de respeito em uma área onde as idéias podem ser comprovadas positivamente, ou seja, através de experiências empíricas, para depois aventurar-se nos perigos das ciências sociais. A estratégia parece ter sido de mostrar que todas as atividades humanas associadas à idéia de Deus são, na verdade, apenas funções normais do cérebro. Feito isso, ele pode enfrentar livremente aqueles que confundem ações culturais com desejos

divinos, afirmando: “Eis o bem absoluto essa chimera, como todas, pois, não fez sua entrada no homem senão por meio dos órgãos sensorios” (Idem: 168).

Para finalizar o capítulo que trata da relação entre o cérebro e o pensamento, Guedes Cabral analisa um ponto muito importante para a ciência da época, partindo da sugestiva pergunta: “Há Sedes Distinctas para as Faculdades Intellectuais?” (Idem: 169). Nos dias atuais, é comum pensar que todos os cientistas que aceitavam as “descobertas” da craniologia aceitavam também as teorias propostas pelos pensadores da frenologia, mas isso é um grande equívoco. Muitos pensadores positivistas temiam que adeptos das teorias frenológicas propostas por Gall acabassem por submeter-se à lógica metafísica⁴⁰. Por este motivo, eram radicalmente contra a idéia de locais definidos no cérebro para questões do campo da moral. Guedes Cabral era um deles.

O primeiro passo empreendido por Guedes Cabral é de verificar se é aceitável, como quer Bouillaud, que existam locais distintos no cérebro para a sensação e inteligência. Bouillaud acreditava que, nos lóbulos anteriores, residiam as faculdades intelectuais e, nos posteriores, as sensações. Cabral quer saber “se é possível semelhante topographia do pensamento.” A conclusão a que ele chega é que não. Questionando inclusive as experiências realizadas por Bouillaud, afirma a necessidade de se “reconhecer o pouco valor de seus resultados; tanto mais quanto são incompletos, não nos tendo elle dado os que proviriam em sentido contrario”. (Idem: 171) Para Cabral, a questão é muito mais séria. Segundo ele, Gall teria feito uma determinada divisão do cérebro:

“Gall, que foi o inaugurador d’esse systema, considerando que o craneo molda, por assim dizer, o cerebro, lembrou-se de melhor methodisar o seu systema dividindo essa caixa ossea em vinte e sete compartimentos, a cada um dos quaes correspondesse um dos órgãos de cuja reunião devia ser formado o cerebro, e a cada um dos quaes devia, pensava elle, estar ligada uma das faculdades especialmente.”(Idem:172)

Em nota de rodapé, o autor chama a atenção para o fato de que os seguidores de Gall continuavam a aumentar o número de divisões, tornando o sistema cada vez

⁴⁰ Um exemplo marcante de um pensador que trabalhava no limiar dessas duas formas de conhecimento (frenologia e craniologia) e que terminou virando espiritualista é o italiano Césare Lombroso. Cf. Lombroso (1909/1945)

mais sem condições de ser defendido. Cabral lista as divisões feitas por Gall para poder criticar cada uma delas. Ele não aceita essa teoria, principalmente devido àquilo que já defendeu no começo de sua tese. Segundo Flourens, a retirada de uma porção do cérebro não impossibilita o funcionamento desse órgão. Dessa forma, não é aceitável que se defenda a localização de cada função cerebral em um local totalmente definido, mesmo porque, segundo os autores que Cabral segue, quando é retirada uma determinada porção, o órgão pode especializar outra parte para realizar a atividade daquela que foi subtraída, e, quando uma das faculdades some, todas somem ao mesmo tempo:

“Flourens por um lado tinha dito: pode-se cortar, quer por diante, quer por detraz, quer por cima, quer pelos lados, uma porção bastante extensa dos lobulos cerebraes, sem que se percam suas funcções. Uma porção bem restricta d’esses lobulos basta, pois, para o exercicio de suas funcções (...) mas, a perda de substancia tornando-se mais consideravel, desde que uma percepção se perde, todas perdem-se, desde que uma faculdade desaparece, todas desaparecem. **Não há, pois sédes diversas, nem para as diversas faculdades, nem para as diversas percepções.** A faculdade de perceber, de julgar, de querer uma cousa reside no mesmo logar que a de perceber, de julgar, de querer outra; e consequentemente essa faculdade, essencialmente uma, reside essencialmente em um só orgão.” (Idem: 175/176; Grifos do autor)

Cabral concorda com Broca em que existe um ponto central onde ocorre o pensamento. Este seria a parte posterior da terceira circunvolução frontal do lado esquerdo. O jovem doutorando, antes de passar para o próximo capítulo de sua tese, dispara críticas contra os autores que defendem Gall e suas idéias. E, para colocar um ponto final na questão, avisa que as experiências frenológicas nada têm a ver com o método positivo⁴¹: “Portanto, e é preciso que fique isto bem patente, o systema das localizações cerebraes, sustentavel ou não, nada tem a ver com a philosophia natural, a philosophia positiva” (Idem: 178)

⁴¹ No caso brasileiro, podemos encontrar positivistas reconhecidos que defenderam a frenologia de Gall. Em um trabalho que leva o mesmo nome da tese de Guedes Cabral, temos Xavier (1909), discutindo quais eram as funções do cérebro, e usando como norte teórico, as idéias da frenologia.

7. Cérebro e Sentimento

Neste capítulo, Guedes Cabral tenta aproximar sensação e sentimento e discute as paixões humanas. Em sua forma de interpretar a realidade, o mesmo movimento que possibilita ao cérebro perceber uma sensação, a exemplo de uma queimadura ou uma dor de dente, também permite os sentimentos de medo, amor, rejeição etc. Segundo ele:

“Experimentar o effeito d’uma solução de continuidade, d’uma contusão, d’um objecto agradável aos nossos órgãos, d’um corpo que lisonjêa nosso tacto, d’uma perspectiva que encanta nossos olhos, d’um aroma que deleita nosso olfacto, d’um som que affaga nosso ouvido, ou outro qualquer accidente desta natureza; e experimentar o effeito d’uma nova má e inesperada, d’uma affronta à nossa dignidade, d’um dito de outrem que nos honre, d’uma acção generosa por nós praticada, é sempre – sentir, sempre sentimento. Não há entre esses phenomenos de differencial senão a causa; o factio em si é o mesmo – impressão cerebral, e após – elaboração della.”
(Idem: 179)

Os espiritualistas acreditavam que a sensação era algo que estaria disponível para todos os animais, entre eles, o homem; ela aconteceria nos órgão do corpo. Já o sentimento seria algo específico dos seres humanos, por ser mediado pela alma, sendo uma verdadeira dádiva de Deus. A resposta de Cabral é rápida e apaixonada. Para ele, essa separação não passa de “Engano! Ficção! Erro!” (Idem: 180). E conclui, afirmando que “sentir a queimadura é n’elles mesmos, os espiritualistas, porque o é em todos, o mesmo phenomeno que sentir a piedade que inspira uma pagina do evangelho. – movimento cerebral, mais ou menos bem produzido na trama cellular: nada mais.” (Idem, Ibidem)

Para o autor, não existe muita discussão nos meios científicos quanto a ser o sistema nervoso o responsável pela sensação, pelo movimento e pelo pensamento. Ele acredita que essas mesmas conclusões são válidas também para os sentimentos. Questionando os espiritualistas, pergunta: “Qual o **prazer** ou **dôr** moral, o sentimento ou affecto, que não nos vem por intermedio dos nossos órgãos sensorios?” (Idem: 183; grifos no original). Após afirmar que os sentimentos são parte integrante do mundo físico, ou melhor, que percorrem os mesmos caminhos que as sensações, nosso autor relativiza totalmente as questões morais, usando para

isso uma diminuição da importância e do valor dos atos considerados bons. Ele está querendo mostrar que a argumentação dos espiritualistas de que existem valores morais que só podem ser explicados a partir de uma referência à figura divina é pura bobagem. Pensar assim seria falta de conhecimento da fisiologia, antropologia e psicologia. Para ele, as boas ações, para existirem, necessitam de um destinatário. Como alguém pode exercitar a caridade sem que exista primeiro o necessitado? Este é o questionamento de Guedes Cabral. E, pedindo permissão ao leitor, lança seu aforismo: “O sentimento (a sensação inclusive), é a genese única das idéas: Pensa-se porque sente-se – esse é o nosso aphorismo, se nos concedem o direito de ter um.” (Idem:184)

Todo esse movimento é para mostrar a impossibilidade de existirem sentimentos inatos. Ele está convencido de que duas coisas são importantes na produção daquilo que os espiritualistas chamam de intervenção divina. Primeiro, é necessário que o equipamento, no caso, o cérebro, esteja em bom estado: os “loucos” e os “idiotas” são os exemplos apresentados para que seja levada em conta a importância dessa primeira exigência. Segundo, é necessário que o indivíduo seja submetido a um ambiente cultural rico em informação, porque só assim ele poderá desenvolver suas aptidões: quanto mais usar, mais desenvolverá a maquinaria cerebral. Os “selvagens” e os “segregados” são citados como exemplos da importância da cultura.

Em um momento histórico no qual os médicos estavam incumbidos da difícil tarefa de desenvolver e difundir a idéia da existência do amor materno⁴², possibilitando assim mais cuidados com os bebês, Cabral apresenta o amor materno como cultural – ou melhor, como amor pelo próprio homem. Possivelmente, esse posicionamento também ajudou a dificultar a aceitação de sua tese. Os espiritualistas costumavam apresentar exemplos como o amor materno como indicativos da existência dos sentimentos inatos:

“(…) e a mulher que traz em seu seio o producto da concepção não tem uma causa perenne nas proprias entranhas a ensinal-a a sentir? Esse amor que se desenvolve com o fêto, que cresce depois com o homem, não tem por objectivo o proprio homem?

⁴² Sobre a importância do discurso médico na produção e manutenção do mito do amor materno, consulte Rago (1985, 1991).

(...) Não há sentimentos ou affectos, dor ou prazer moral que não venha (sic), como a sensação ou a *sympatia organica*, a dor, ou prazer physico por meio dos sentidos; conseguintemente, que não seja sensação; conseguintemente que não seja fructo da actividade cerebral posta em jogo pelos agentes exteriores.

As faculdades affectivas são, pois, sensações.” (Idem: 185/186)

Cabral ridiculariza a crença comum de que os sentimentos estariam associados ao coração, procurando mostrar que existem algumas formulações que só fazem sentido na linguagem cotidiana, nunca na científica. Embora aceite que tanto o sangue como o coração possuem papel de destaque na economia do corpo, nada pode ser comparado, em sua visão, à importância do sistema nervoso. Segundo ele, os grandes pensamentos exigem um grande esforço do cérebro e terminam exigindo também um esforço maior do coração. A relação pode ser descrita nos seguintes termos: “A circulação é um eterno tributario: o *systema nervoso* – o senhor absoluto”. (Idem: 190)

O doutorando indica a localização das faculdades inatas que Gall defende existir. Possivelmente, ele pretende mostrar para seus inimigos que conhece o sistema que está criticando. Afinal de contas, dentro de sua proposta, já foi apresentada a impossibilidade física de o sistema fazer sentido. Os diversos órgãos apresentados por Cabral são: 1) órgão da amizade, 2) órgão da rixa ou combatibilidade, 3) órgão da crueldade ou destructibilidade, 4) órgão da astúcia ou secretividade, 5) órgão do roubo, 6) órgão da altivez, 7) órgão da ambição, 8) órgão da circumspecção, 9) órgão da doçura ou bonhomia, 10) órgão da *theosophia* ou da veneração, 11) órgão da perseverança e da firmeza. Cabral critica os seguidores de Gall, que aumentaram a lista dos sentimentos inatos. Para o doutorando, um dos problemas do sistema frenológico é não perceber que muitos dos sentimentos que eles defendem como inatos são, na verdade, produtos da cultura, ou, como prefere Cabral, “actos convencionaes”.

Após defender a importância da cultura para a compreensão de muitos dos “sentimentos inatos” defendidos pela frenologia, o autor analisa um ponto que é, na nossa interpretação, a coroação do projeto de análise social de Domingos Guedes Cabral: a discussão do que são as paixões humanas. O mais interessante é que o autor defende que as paixões estão estreitamente ligadas aos problemas orgânicos,

ou seja, que os exageros humanos são fruto de desordens no equipamento cerebral. Inicialmente, parece que o autor está contradizendo-se, porque, primeiro, apresentou a importância da cultura para explicar demandas sociais, e, em seguida, afirmou que as paixões são fruto de mal funcionamento do cérebro. A resposta é simples: os comportamentos, para serem considerados legítimos, devem ter o aval da cultura e da sociedade em que são praticados, enquanto as paixões seriam os excessos nos atos prescritos pela cultura. Uma outra questão é que Cabral é um positivista do tipo que acredita que o bom, o belo e o justo só podem ser pensados juntos e em harmonia. Dessa forma, o homem subjugado por uma paixão é o homem submetido a uma doença:

“**Toda paixão é o exagero, a perversão d’um affecto**, ou melhor, d’um sentimento propriamente dito. Assim, ter a dignidade de si, de sua própria pessoa, á (sic) um sentimento moral muito legítimo, que entretanto, transbordando de seus limites, constitui a vaidade, que é uma paixão. A circumspecção faz-nos evitar o contacto dos maus e depressíveis; é um bom sentimento: levada, porém, ao excesso, produz o ódio, sentimento condenável, paixão.

As paixões, pois, **verdadeiros superlativos do sentimento**, são progenitores natos dos actos máos do individuo. Como taes, **não as admittimos**, como **não admittimos para as perversões intellectuaes**, - senão como o resultado de **meros desarranjos na estrutura, ou no funcionalismo do aparelho cerebral**. Por outra, - não podemos admittir, não comprehendemos que em pleno exercicio physiologico d’esse aparelho, **em pleno gozo de suas funções**, possa o homem **perverter sua chamada entidade moral**” (Idem: 194/195; Grifos nossos)

Para o autor, cada ato praticado em desacordo com a conduta moral exigida na sociedade é fruto de um desarranjo na estrutura cerebral. Ele está, na verdade, criticando a posição dos espiritualistas, que defendem que ações humanas são mediadas pela condição da alma imaterial. Cita Büchener em apoio a essa posição de que as boas ações são fruto das boas condições de saúde do corpo. Concordando com Krammer, cita-o para mostrar que cada situação do corpo possibilita uma forma de pensar: “O moço tem outras idéas que não o velho; o homem deitado pensa de outra fôrma que não o homem de pé; o que tem fome de outra fôrma que não o saciado, etc.” (Krammer apud Cabral:196) Como em outros momentos, o autor oferece diversos autores em apoio às idéias que defende, entre eles, citando com

convicção G. Le Bom. Guedes Cabral acredita que “As paixões são molestias” (Cabral: 197)

O papel da ciência estaria muito claro para Guedes Cabral. Diante de um crime, como, por exemplo, a cobiça, o naturalista (leia-se o médico) deve ser chamado para investigar a situação e verificar se não estamos diante de um desarranjo da máquina cerebral. Este procedimento teria a finalidade de garantir que a lei não venha a “ignorante e injustamente” punir um homem que precisa de cuidados médicos. Para ele, “não se obra mal senão porque mal se sente, porque mal se pensa. Todo acto, verdadeiramente, é filho d’um movimento cerebral. Obra-se porque pensa-se, esta é a verdade.” (Idem: 199). O mesmo tipo de análise é feito em relação ao colérico. Ele avalia que um sujeito que sempre esteve do lado da lei e da ordem, após insultado em sua honra, pode vir a perder a cabeça e matar seu agressor. Nesse caso, o jovem médico acredita que, enquanto a lei simplesmente irá julgá-lo e condená-lo, a ciência poderia reconhecer um desarranjo momentâneo obrigando esse homem a cometer o crime: “Quem nos diz que não houve alli uma loucura passageira?” – pergunta ele. Se essa explicação serve, supostamente, para os casos de perda de razão que ocorrem no calor de uma discussão, como ficam os casos de crimes premeditados? Cabral compara as idéias que ficamos anos “ruminando” e as aproxima daquelas que muitos “homens de gênio” se ocupam durante anos. Segundo ele, um matemático que passa anos tentando resolver uma equação e o assassino que leva anos elaborando uma vingança estão ambos submetidos aos movimentos do aparelho cerebral.

“O maniaco que leva annos a concertar improficuamente planos de banalidades não terá, não é logico que tenha porventura no jogo funcional de suas idéas um desarranjo analogo ao que faz que o assassino leve a concertar tambem friamente a sua vingança?

Partimos, já dissemos, d’este principio: não há acção verdadeiramente tal que não seja o fructo d’um exercicio intellectual, d’um pensamento. Ora, desde que n’um cerebro enfermo, permanente ou temporariamente enfermo, o pensamento se perverte, se desorganisa, ou se impossibilita, - que há porventura ahi de estranho em que as aberrações se pronunciem d’este ou d’aquelle modo. (...) porque razão se há de n’um caso chamar mania mathematica, como em Worse, e não no outro mania assassina, como em Troppmann?

Não são casos excepcionaes que citamos; são as leis geraes que estabelecemos.” (Idem: 201/202)

Para Cabral, todos os crimes são cometidos porque o criminoso está passando por algum tipo de desarranjo no aparelho cerebral. Nesse momento, o autor, filho de educador que é, oferece uma contribuição importante na luta por uma educação mais generalizada para toda a população⁴³. Ele defende que a ignorância também seria um tipo de doença, já que o sujeito não consegue exercitar corretamente o cérebro, produzindo, dessa forma, pensamentos frágeis. Ele pensa o corpo humano em termos mecanicistas:

“O ignorante é o homem em que se não exercitaram convenientemente, totalmente os elementos do cerebro: há ahi portanto uma verdadeira asthenia do orgão, que provem da falta de material conveniente para aquella funcção organica. As impressões que são, como vimos, a materia prima do pensamento, debalde forcejam por activar aquella machina que se oxida à mingua de oleo, - esse oleo precioso do ensino que lubrifica as molas e tanto perlustra a intelligencia do homem” (Idem:202/203)

Em uma nota de rodapé, o autor chama a atenção dos médicos filósofos modernos para sua obrigação de pressionar os governos para essa “necessidade humanitária” que é a adoção de políticas de educação. Para Cabral, a necessidade de educar as pessoas não é um mero adorno social, mas uma necessidade fisiológica. Sua preocupação reside na impossibilidade de deixar um órgão sem função, principalmente “o órgão principal da economia”, para usar suas próprias palavras. Em atitude apocalíptica, o autor alerta às autoridades de que a natureza não deixará impune essa atitude contra ela, e sentencia que, se nada for feito para educar a população, teremos um aumento da criminalidade. Diante do que defendeu até aquele ponto, é totalmente compreensível que ele associe negação à educação formal com defeitos no cérebro e, conseqüentemente, com o aumento da criminalidade. Os homens sem acesso à educação são, para ele, como os outros animais, visto que a humanidade é forjada pela cultura:

⁴³ Muitos pensadores do período estavam preocupados com os problemas advindos com as falhas na instrução pública, como exemplo, poderíamos citar as duas palestras proferidas pelo Conselheiro Manoel Francisco Correa nas conferências de nº 139, 140 e 145 no edifício da Glória, publicadas no Diário Oficial do Império em 27/08/1875, 01/10/1875, respectivamente. Esta última foi em substituição a do dia 02/10/1875 sobre geração espontânea que, por algum motivo, não foi considerada como uma das conferências

“E fica o misero entregue só a potencia que faz mover o musculo, ao dominio barbaro da substancia branca... Fica a força muscular... o braço, que já não tem mais um senhor a obedecer... fica a besta, o tigre, a féra!

Não se querem d’uma vez convencer o homem é uma féra mais perfeita, que se educa! Não se querem desenganar de que é elle apenas, mais perfeita, mas sempre pura, **pura animalidade!**” (Idem: 204, Grifos nossos)

O autor critica o sistema prisional, principalmente porque as leis têm, segundo ele, suas bases na filosofia espiritualista. Defende que é a ciência a única capaz de curar os criminosos; se, ao invés de conduzir-se o criminoso às masmorras, eles fossem submetidos à medicina moderna, que, munida dos conhecimentos da higiene, aplicados nos “novos hospícios”, poderia restaurar a condição de homem de bem daqueles criminosos. Respondendo a um possível questionamento dos metafísicos, sobre a explicação que ele daria para os casos nos quais os criminosos saem das prisões “curados”, após cumprirem suas penas, ele explica que, na maioria dos casos, os detentos saem piores do que quando entraram. Nos casos nos quais a “cura” ocorre, seria importante lembrar que muitas das moléstias que ocasionaram o crime eram passageiras. Dessa forma, é plausível pensar que alguns poucos podem sair da prisão melhores do que entraram.

Cabral se pergunta como os espiritualistas explicariam a questão da recuperação de apenas parte dos detentos. Se o problema estivesse na “tal consciencia psicologica” (leia-se alma) que os “metafísicos” defendiam ser um tribunal “egualmente austero, igualmente implacavel para todos, e que consequentemente, eguaes effeitos deveria produzir em todos os culpados” (Idem: 206), como explicar que o arrependimento não venha para todos os detentos? Ele oferece a resposta da ciência:

“É que o facto é outro seguramente. Os criminosos não se curam todos porque: primeiramente, obedecem à lei das desigualdades organicas, nem todos os organismos são igualmente aptos para reagir do mesmo modo contra as causas morbificas. Vemos que, em identicas circunstancias, dous individuos atacados da mesma molestia, n’um o organismo reage e opera-se a cura, ao passo que no outro a terminação é pela morte” (Idem: 206)

Primeiro, ele oferece uma causa orgânica e, depois, uma bio-cultural. As prisões estão cheias de “ignorantes” e eles são “paralyticos da intelligencia”. Ou

seja, o público principal das prisões é exatamente a massa de ignorantes que não possuem a menor condição de exercitarem o cérebro, conseguindo, assim, a cura desejada. Este é o motivo para um número tão pequeno de recuperações por meio do sistema prisional. Como vimos, o projeto do autor era de reconhecer o crime como uma doença, na maioria dos casos, ocasionada pelo próprio Estado, ao negar educação aos indivíduos. A solução seria tratar o delinqüente em hospitais, sob a vigilância dos médicos filósofos, até que eles, reestabelecidos, pudessem ser devolvidos à sociedade. Para o autor, a grande culpada pelos desvios de conduta seria a paixão que, momentanea ou definitivamente, geraria um desequilíbrio no organismo são:

“sob o imperio das paixões, pois, isto é, dominados por causas organicas que impidam de bem fuccionar o seu cerebro, o homem obra sem responsabilidade; não porque dormite-lhe a consciencia immaterial, mas apenas porque não se lhe presta o cerebro ao pensamento, e portanto ao conhecimento do acto.

O homem obra, pois, pathologicamente: nada mais.” (Idem: 208)

A alma passa a não ter nenhuma função a partir das conclusões propostas por Guedes Cabral. Segundo ele, a hora é de revisão profunda, que será permitida através da “Escola da philosophia da natureza”, que estaria a “plantar” por toda parte as idéias positivas, “(...) ante as quaes, rúe por terra o carcunchoso edificio das cosmogonias thegonistas com todo o peso da philosophia das espiritualidades, que o sistem (...)”(Idem:208). Para completar o arsenal de problemas que pretende enfrentar, começa uma disputa com os profissionais do Direito para definir quais os espaços que cada profissional deve ocupar na sociedade. A pergunta é a seguinte: Qual profissional está mais aparelhado para lidar com a questão da ordem social e da moral? Diante das conclusões apontadas anteriormente, é evidente que Cabral acredita que só os médicos filósofos podem dar conta dessa árdua tarefa social. Quanto às pessoas que porventura venham reclamar em relação aos espaços que são garantidos aos bacharéis, ele afirma que o momento é de mudança profunda:

“Acabe-se com os códigos?

Mas, quem já fixou o ponto em que se devem extremar a medicina e a jurisprudencia? Quem já demarcou precisamente até onde vão os dominios territoriaes de uma e até onde devem recuar os direitos da outra?

Abram-se as prisões?

Mas, quem há ahi bastante ousado para afirmar que o homem, individualmente lucra, às mais das vezes pelo menos, alguma cousa sob o regimen das prisões? Quem pode, em bom senso critico, dizer que as conversões que porventura se operam, essas chamadas por ahi emphaticamente – regenerações penitenciarias, dão-se pelas masmorras? Quem há ahi bastante cego ou parcial para não ver que, se alguém há que lucre n'isso realmente, é a sociedade, e diríamos mesmo, quasi que só ella, pela segregação d'um membro que ameaça prejudicial-a para outras vezes, como já da primeira, à maneira do louco que se põe em guarda em nome da segurança publica?" (Idem: 209)

Como pode ser percebido, o projeto “cabralino” era retirar das mãos dos “juristas” o poder de definir o destino de pessoas acusadas dos mais diversos crimes. Ele está comprando uma guerra (para variar!!!) com um dos grupos mais fortes e influentes da sociedade, o dos advogados. Possivelmente, este é um dos motivos que levaram Sylvio Romero a só discutir uma parte de seu trabalho e afirmar que as dificuldades enfrentadas pelo doutorando tinham a ver com ataques à religião do Estado. Embora Romero também fosse dado aos estudos da filosofia naturalista (que Cabral defende como sendo aquilo que existe de mais moderno no mundo do saber), era advogado e, seguramente, não estaria disposto a abrir mão do seu espaço como profissional, principalmente porque, a partir da tese defendida pelo jovem médico, todos os tipos de crimes seriam frutos de desarranjo no cérebro e, dessa forma, o espaço para o jurista seria totalmente eliminado. Para piorar a situação, Romero era um seguidor do jurista alemão Rudolf Von Ilhering⁴⁴, que professava que todo desenvolvimento e toda modificação social tinham como ponto de partida o exercício do direito individual ou de classe (ou a falta desse exercício). Enfim, Domingos Guedes Cabral sempre estava disposto a começar uma nova batalha. Seu campo de atuação não estava restrito a uma única questão, mas as batalhas eram travadas no mundo social como um todo; daí sua disposição de enfrentar diversos confrontos ao mesmo tempo.

⁴⁴ Em conferência proferida em 1872, logo em seguida publicada como livro, Rudolf Von Ilhering defendeu o progresso social a partir da busca da satisfação pelo uso do direito, privado ou de grupo. A resposta apresentada por ele para resolver as demandas sociais dizem respeito ao aumento da participação dos indivíduos na busca por seus direitos, fortalecendo, assim, todo o edifício jurídico (Ilhering: 1872/2004).

O doutorando não sabia ao certo o que causava as paixões. Entretanto, ele é ousado e se permite levantar uma hipótese (que lhe parece promissora) sobre o tema. Para ele, existe uma relação estreita entre a formação das paixões, o funcionamento imperfeito do cérebro, uma circulação sanguínea problemática e uma alimentação desregrada. Ele não se importa em expor-se às críticas. Assim como afirmou no começo de seu trabalho, qualquer pessoa pode criticar suas conclusões: a única coisa que exige é que seja tratado com o respeito que um naturalista merece. O mais importante é conseguir cumprir sua missão como médico filósofo:

“Estas idéas vão a muitos parecer absurdas, paradoxas a outros tantos, e chimericas ao maior numero, merecendo mesmo talvez a alguns um filaiucioso ridiculo. Não nos incomoda, porem, isso: sabemos em boa hora ainda o destino d’essas cousas. Alguem, por mais insignificante, ou obscuro, é possivel que tenha talvez, como nós, a exquisita lembrança de estudal-as”
(Idem: 211/212)

Cabral está confiante tanto em suas conclusões como em um futuro melhor, seguindo a linha de pensadores comteanos. Anuncia o fim das análises que levam em consideração o eu psicológico, entidade “puramente chimerica”, como afirma. Para ele, a observância da idéia de uma alma imaterial só produz desvantagens para os grupos menos favorecidos da sociedade:

“(…) Então, felizmente para os **desprotegidos** (que são sempre os criminosos), felizmente para os **ignorantes**, felizmente para humanidade. Enfim, essas monstruosidades juridicas, esses pavorosos escandalos sociaes – as masmorras, a grilhêta e o cadafalso – **substituir-se-hão pelas casas de saúde**, pelos hospícios de caridade, pelos cuidados **carinhosos, solícitos, sabios, prescrutadores e humanitarios da sciencia**. A humanidade lá chegará um dia, esperemos.” (Idem: 212/213, Grifos nossos)

8. Proposições

Com essas palavras de esperança no futuro, Domingos Guedes Cabral encerra sua dissertação e apresenta os pontos finais exigidos pela Faculdade, as famosas proposições, nas quais o doutorando podia, através de máximas, passear por todas as disciplinas relativas ao curso de medicina. Este parecia ser um dos momentos mais esperado pelo doutorando. Nessas pequenas máximas, nas quais optou por falar “Da Especie Humana”, ele pretendia defender suas idéias iniciais

sobre a origem da humanidade. Caso conseguisse convencer a banca examinadora de que a espécie humana possuía ligações estreitas com outras espécies do reino animal, todas as suas conclusões estariam passíveis de ser apoiadas. Este tema era tão espinhoso que temos a impressão de que o doutorando o deixou para o final exatamente para que, quando ele fosse atingido, os membros da banca já tivessem sido tocados por suas idéias. Além do mais, ele procurou deixar claro que duas outras obras que tratavam exclusivamente desse tema já estavam concluídas e prontas para ser disponibilizadas para o grande público. Elas só não teriam aparecido atreladas à própria tese por questões de ordem técnica, visto que a tese ficaria imensa e elas se desviavam dos interesses restritos ao seu trabalho de doutoramento.

Ele começa afirmando⁴⁵ que os seres humanos são apenas mais uma família animal e passa a citar os diversos “irmãos” dos seres humanos que podem ser encontrados na natureza. Afirma ainda, que o homem é apenas um macaco aperfeiçoado e, além disso, esse fato deveria encher as pessoas de orgulho, porque permite verificar as leis da natureza em ação e como essas leis podem regular o progresso da humanidade. O futuro, na ótica de Guedes Cabral, seguramente será melhor do que o presente. Mesmo quando os pensadores do século XIX se auto-intitulavam darwinistas, a exemplo de Miranda de Azevedo e do próprio Guedes Cabral, muitas de suas idéias eram combinadas com concepções progressivistas, de acordo com as quais a evolução aparece na forma de degraus fixos pelos quais as espécies precisam necessariamente passar. No caso das preocupações dos naturalistas brasileiros, era a sociedade que passaria por esses estágios, sendo a função do filósofo natural apressar o passo dessa mudança.

Em um dos aforismos, Cabral apresenta as ciências que, em sua visão, já teriam comprovado a verdade inquestionável da animalidade do homem: zoologia, anatomia, fisiologia comparada, arqueologia, antropologia e aquela que ele acredita ser a mais importante para essa questão, a embriologia. Mais à frente cita os nomes de Haeckel e Huxley para dar conta das aproximações anatômicas entre o homem e outros primatas superiores. Ele trata da questão da cauda, que os humanos, assim como os chimpanzés, perderam com o tempo. Afirma que, naqueles dias em que está vivendo, ainda existiam seres humanos com esse “prolongamento bestial” e que essa

⁴⁵ Essa parte da tese de Guedes Cabral intitulada “Da Especie Humana” está disponível ao final de nosso trabalho como anexo. Por este motivo, não citamos o texto aqui nesse capítulo.

perda era resultado do desenvolvimento da civilização. Nos embriões, ainda poderíamos verificar a presença daquele “acessório incômodo”, a nos lembrar de nossa animalidade. Segundo Cabral, os relatos dos viajantes dariam conta da existência de comunidades humanas que ainda não estavam totalmente integradas na civilização e, por este motivo, ainda guardavam semelhanças marcantes com os nossos irmãos inferiores.

Após oferecer um conjunto de exemplos sobre a aproximação entre o homem e os símios, ele afirma que a idéia bíblica da criação do homem pronto e acabado é uma bobagem: “Adão é um mytho”, diz sem pestanejar. Referindo-se respeitosamente a um religioso que apresentou trabalho no “Congresso Internacional de Archeologia e Anthropologia Prehistoricas”, realizado em Paris no ano de 1867, o abade Delaunay, que comunicou achados que possibilitavam verificar a avançada idade da existência dos homens sobre a Terra, mostra-se contente com o fato de que essa “última palavra” da ciência tenha chegado pela boca de um homem de fé, ou melhor, “ex-homem de fé”, porque, para o doutorando, diante de uma verdade tão inquestionável como esta, mesmo a fé do abade teria deixado de existir. É interessante notar que o médico consegue referir-se com profundo respeito a um religioso, desde que este se comporte como cientista: para Cabral, o abade é “um sabio felizmente”.

Nas proposições, Cabral continua atacando o Cristianismo e afirma que a humanidade não poderia ter começado “por esse mytho absurdo de Moyses”. Segundo ele, a classificação de Lineu teria chegado perto de oferecer uma resposta correta em relação às “especies de homens”. Conclui citando P. Broca na tentativa de mostrar que, quanto mais a vaidade humana se esforça para apresentar nossa espécie como algo separado do mundo animal, mais fica patente sua aproximação com os símios.

9. Recapitulando...

Domingos Guedes Cabral começa seu trabalho utilizando argumentos das ciências naturais, referindo-se a uma diversidade de autores consagrados, que, na maioria das vezes, são materialistas. As evidências empíricas são encontradas em grande quantidade na tese: tudo que é afirmado é seguido de um conjunto de experiências realizadas com animais e, quando a questão permite, com exemplos

humanos. Embora não tenha feito “experiências positivas” em apoio as suas hipóteses, ele usa aquelas realizadas por grandes nomes das ciências da época. Acreditamos que esse procedimento tem a finalidade de dificultar a crítica da parte dos que não concordam com suas idéias.

A partir do meio do trabalho, o autor começa a posicionar-se em questões ligadas às ciências sociais, principalmente à antropologia. Embora esta ciência, principalmente nos seus primeiros anos, não se separe muito das ciências naturais, exigia um maior grau de especulação em suas formulações. A análise da obra de Cabral, assim como diversas afirmações deste de que é a hora e a vez da antropologia, nos permite supor que o jovem doutorando ansiava por ser reconhecido e respeitado como antropólogo. Para isso, nada melhor do que primeiro ser aceito na sua área de atuação, a medicina.

Ao que parece, o autor sabia das dificuldades que suas idéias iriam enfrentar, principalmente porque estava escrevendo em um país católico, que possuía uma religião oficial. O momento deve ter parecido propício a Cabral; afinal de contas, apenas três anos antes de tentar defender sua tese, a Igreja Católica brasileira enfrentou um momento crucial no país, a famosa “questão dos bispos”, que terminou com um profundo estranhamento entre o poder do Estado e o poder religioso. Além do mais, a própria sede do catolicismo estava sendo atacada duramente com a unificação da Itália e a perda dos Estados Papais, que aconteceram em 1869. O momento parecia de fato propício para um ataque tão aberto ao catolicismo como o empreendido em “Funções do Cerebro”. Entretanto, o doutorando não levou em conta algumas questões, caso tenha sido este seu juízo. Primeiro, ele não pensou que tanto o poder temporal como o estatal estavam mais interessados em esquecer os incidentes causados pela contenda. As duas partes já estavam devidamente convencidas dos prejuízos que uma crise intensa entre essas duas formas de poder poderia gerar, em um país que possuía a grande maioria das pessoas submetida ao trabalho compulsório (Vieira: 1980). Segundo, Cabral não atacou apenas o Deus católico, ou melhor, os padres que eram os representantes desse Deus, como era costume fazer, mas atacou a própria idéia de alma imaterial, atacando tudo que não fosse físico. Encontrar parceiros que estivessem dispostos a entrar numa luta contra Deus não era tarefa fácil. Protestantes, maçons, espíritas etc. podiam estar contra a

Igreja Católica; entretanto, estavam alinhados para defender alguma idéia de Deus criador.

Outra coisa que chama a atenção na tese de Cabral é a imensa quantidade de campos de batalhas em que pretende lutar. Abre lutas contra o Estado, a Religião, Deus, a Faculdade de Medicina, o Direito, os mestres, alguns médicos etc. e defende idéias que atraem inimigos de todos os lados. Segundo ele, questões morais devem ser interpretados a partir da cultura de cada povo; o amor materno é cultural; o aborto não deveria ser visto como assassinato; o homem é só mais um macaco aperfeiçoado; os médicos deveriam substituir os bacharéis em questões ligadas às punições etc. Enfim, a lista dos problemas que a tese de Cabral enfrenta e que podem ter levado à sua recusa é muito extensa. Resta saber se ele era tão ingênuo a ponto de escrever um trabalho com tantas chances de ser recusado, mesmo que isso fosse uma possibilidade remota, já que nunca tinha acontecido, sem ter se dado conta de que estava trilhando esse caminho. Nós acreditamos que a resposta é não. No capítulo seguinte, buscaremos fundamentar esta resposta.

Capítulo IV

Antecedentes da Recusa: Idéias Materialistas e Propaganda Republicana no Brasil Imperial

1. Os primeiros darwinistas do Brasil

De acordo com Collichio (1988:111), os quatro mais importantes divulgadores da teoria darwinista no Brasil na década de 1870 foram: Augusto Cezar de Miranda Azevedo, que teria feito a primeira “apologia pública” da teoria em sua tese de doutoramento no ano de 1874, participando no ano seguinte das famosas conferências populares da Glória, nas quais defendeu o mesmo tema; neste mesmo ano, seria a vez de Domingos Guedes Cabral e Sylvio Romero defenderem suas teses de doutoramento, que eram, ainda segundo a autora, de inspiração darwinista; e, no ano de 1876, José Araújo de Ribeiro, o Visconde do Rio Grande, publicaria, sem o nome do autor, o livro “O Fim da Criação”, no qual também “sustentou idéias darwinistas”, afirma Collichio.

Para a autora, “A Filosofia no Brasil, de Sylvio Romero, escrita em 1876 e publicada em 1878, pode ser considerada a obra de maior vulto e abrangência na defesa do darwinismo até o final da década” (Idem, Ibidem). Nós concordamos com essa afirmação e ainda achamos justo estendermos a conclusão por um período mais longo, de pelo menos mais uma década. Entretanto, quanto às outras afirmações da autora, cabem alguns questionamentos. O que significava ser um “darwinista” na década de 1870? Citar o nome ou algumas idéias de Darwin, ou de um de seus seguidores, já seria suficiente para garantir o título? Será que podemos chamar de darwinista tanto autores como Fritz Müller, que escreveu uma obra totalmente alicerçada na teoria de Darwin, quanto Miranda Azevedo, Guedes Cabral ou Sylvio Romero, que apenas citavam algumas partes dessa teoria quando era conveniente para defender suas conclusões? Guedes Cabral, pelo menos, aponta para supostas obras que já “estavam escritas” (embora nunca tenham sido localizadas), nas quais prometia trabalhar de forma mais clara com as idéias proposta pelo famoso naturalista inglês. Podemos aceitar que os divulgadores da teoria, que, muitas vezes, faziam uso de

muitos modelos teóricos ao mesmo tempo (alguns em franca contradição entre si) sejam considerados “darwinistas”⁴⁶?

Caso aceitemos que citar o nome de Darwin em uma obra seja um parâmetro válido para definir alguém como integrante dessa “Escola”, seguramente o mais darwinista de todos seria o Visconde do Rio Grande, visto que, em sua obra dita darwinista, o nome do famoso naturalista aparece muitas vezes. Como acreditamos que dificilmente alguém aceitaria esse critério como válido, vamos examinar as obras desses autores com o intuito de analisar suas credenciais darwinistas. Dos quatro trabalhos em questão, o mais desconhecido é seguramente “O Fim da Creação”, de José de Araújo Ribeiro. Dessa forma, dedicaremos mais atenção a esta obra. Os trabalhos de Sylvio Romero e Miranda Azevedo já foram devidamente estudados, merecendo, apenas, alguns poucos questionamentos e comparações com a obra de Guedes Cabral.

1.1 “O Fim da Creação ou a Natureza Interpretada pelo Senso Commum” – José de Araújo Ribeiro – Visconde do Rio Grande

O livro é dividido em duas partes: na primeira, o autor analisa o Planeta Terra e, na segunda, o Universo como um todo. Aparentemente, o principal interesse do autor é defender uma tese monista para explicar o desenvolvimento do Universo. Segundo ele, tudo estaria interligado e seria interdependente. O autor pretende mostrar que “a terra é dotada de vida própria, e que se nutre como os indivíduos organizados, e que deve como estes indivíduos crescer de volume, colhendo nas regiões do espaço, por intermédio de sua atmosfera, a matéria necessária à sua nutrição e crescimento”. (Ribeiro,1876:4) Ainda segundo Ribeiro, o movimento dos astros é que possibilitaria verificar essa conclusão. Se estão em movimento, é por um único motivo – nutrição. Para ele, “(...) nosso globo vive e cresce, como fazem as plantas e animais”. (Idem:5) E, maravilhado com as suas conclusões sobre o movimento da terra, que possibilita verificar a “mão do criador”, ele declara que resta apenas, juntar as “mãos e inclinando a cabeça para adorar o autor de obras tão maravilhosas” (Idem:7).

⁴⁶ Mesmo darwinistas de renome como Huxley ou Haeckel, por exemplo, aceitavam apenas partes da teoria de Darwin, rejeitando idéias que se contrapunham às suas próprias idéias. Sobre esse tema, ver, Mayr (1988); Lopez Cid (2004).

Como vimos, embora o título do trabalho dê a entender que estamos diante de um ateu ou agnóstico, o Visconde procura, logo nas primeiras páginas do livro, desfazer essa impressão, rendendo as devidas homenagens ao “autor” das maravilhas que pretende estudar. Essa situação é normal; afinal de contas, o velho Visconde dificilmente iria comprar uma guerra desse porte aos 76 anos de idade e com uma posição estabelecida, tanto junto ao poder estatal como ao poder espiritual. Além de membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi Embaixador brasileiro em diversos países. Além disso, possuía o título de Comendador da Ordem de Cristo. Seu projeto intelectual é bastante complicado: ao mesmo tempo em que dá vida própria ao Planeta e ao Universo, fazendo parecer que apenas leis naturais regulam a vida do Planeta, defende a figura de um arquiteto a projetar essa vida. Para ele, a Terra está viva e em fase de crescimento. O autor está consciente de que precisará enfrentar “sábios reconhecidos” para defender o crescimento da Terra. Deverá colocar-se, ainda, contra os principais geógrafos da França e da Alemanha na questão da “fusão interna do nosso globo”. Para ele, a teoria que defende que a Terra passou do “estado fluído” (que possuía altas temperaturas e que foi gradativamente esfriando) para o estado sólido não deve ser vista como verdade, e sim, como mito. De acordo com Ribeiro, a temperatura baixaria rapidamente, impossibilitando o processo proposto pela teoria. Na verdade, a grande preocupação do Visconde é que, segundo ele, a teoria oferece uma explicação de um efeito sem relação com a causa primeira que o fez ocorrer. Acreditamos que sua grande dificuldade de aceitar essa teoria reside na pouca importância que o “arquiteto do universo” teria nessas formulações:

“mas a principal dificuldade da hipótese de que se trata não está em explicar como é que a massa gasosa pôde conservar a sua temperatura de incandescência, mas sim em descobrir de onde é que proveio essa temperatura, que mantinha volatilizada toda a matéria de que se formaram os planetas.” (Idem:10)

Ribeiro cita diversos autores que tentaram, tanto a partir de uma perspectiva filosófica como científica, dar conta da formação dos planetas. Entre eles, Descartes, Leibnitz, Buffon, Newton etc. Cita, também, autores que, segundo ele, defendem que o calor da terra provem do sol e das estrelas. A grande questão é provar que o centro da Terra não é líquido e quente, como querem alguns geólogos. Para o Visconde, essa hipótese não faz sentido e, embora tenha base empírica, visto que se

baseia na temperatura dos poços artesianos, é fruto de interpretações equivocadas. A temperatura do mar, que se mantém fria mesmo em altas profundidades, seria suficiente para provar o absurdo de tal teoria. Segundo ele, não sabemos nada ou quase nada sobre esse assunto:

“Berzelius disse sobre esse assunto que confessava ingenuamente ignorar si a terra é mais quente ou mais fria no seu interior, do que na sua superfície; e eu creio que deveríamos todos acompanhar este sábio, fazendo igual confissão; porque em verdade nós não sabemos mais do que se passa no interior do nosso globo, do que no interior dos outros planetas.” (Idem:19)

Para o autor, se levássemos em consideração os cálculos dos geólogos que aceitam o aumento de temperatura para o centro da Terra, haveria um momento em que tudo seria derretido e a vida se tornaria inviável. Ele defende, ainda, que tanto o planeta como as plantas e os animais são animados por um princípio vital. Ribeiro começa defendendo uma aproximação entre os reinos animal e vegetal, e passa a defender, então, que o Planeta, assim como os animais e as plantas, se alimenta: “(...) portanto o nosso planeta vive, não uma vida simples, mas complexa, como, com poucas exceções, vivem os indivíduos dos dois reinos orgânicos.” (Idem:77) Ele se diz seguidor do famoso geólogo inglês, Charles Lyell, que teve uma grande influência sobre a obra de Darwin. O livro “Princípios de Geologia” é citado como a obra fundamental sobre o assunto. Embora “O Fim da Criação” seja a obra do período imperial brasileiro na qual podemos verificar que o nome de Darwin aparece mais vezes, principalmente a partir do quarto capítulo, as citações feitas por Ribeiro só aparecem em relação à Geologia e, mesmo assim, apenas para corroborar as afirmações de Lyell. Quando as hipóteses de Darwin estão em desacordo com aquelas encontradas nos “Princípios de Geologia”, são descartadas como sendo sem fundamento. Dessa forma, cabe a pergunta: estamos realmente diante de um darwinista? Collichio acredita que sim, nós temos algumas dúvidas.

Embora enfadonho e cansativo, o livro tem um certo charme, principalmente quando tenta comprovar que o planeta está em crescimento e que se alimenta a partir dos restos gerados com a decomposição de plantas e animais. Esse complexo mecanismo seria possibilitado pela respiração, que manteria a vida, com a finalidade de alimentar (e manter vivo) o próprio planeta. O autor apresenta o exemplo dos miasmas para comprovar a importância de estudar-se a liberação dos gases que os

corpos em decomposição exalam. Para Ribeiro, “os médicos reconhecem a presença em certos lugares, dos cheiros que ferem o nosso olfato, e outras substâncias voláteis escapam a todas as pesquisas analíticas”. (Idem:85) Embora usando um exemplo do campo da vida prática, como os miasmas, de extrema importância para a medicina da época, o autor está mais preocupado com questões teóricas mais complexas. Pretende explicar qual o mecanismo que possibilita o crescimento do planeta, que, segundo ele, já estaria devidamente comprovado. Bastaria apenas elucidar esse complicado mecanismo, no que ele pretendia ajudar:

“(…) a massa sólida do nosso Planeta tem tido sensível crescimento, desde os tempos a que alcançam as nossas notícias geológicas, e esse crescimento, que tenho por um fato verdadeiro, não poderia ter lugar si se não dessem contínuos acréscimos de matéria fornecida pela sua parte gasosa ou por intermédio dela.” (Idem: 94)

Como vimos, o autor está convencido do crescimento do planeta e acredita que pode explicar esse fato a partir dos gases que são liberados pelos corpos em decomposição. Dessa forma, nada morreria de forma definitiva, tudo retornaria para ajudar no crescimento do próprio planeta. Ele aceita que os minerais, os animais e as plantas são dotados de “um princípio de vida” e que a principal função dos integrantes dos três reinos é de propiciar a nutrição da Terra. Como explicou antes, “viver é o mesmo que nutrir-se, e nutrir-se é tomar ao mundo externo os materiais que são exigidos e consumidos pela atividade vital” (Idem: 82).

O Visconde cita uma afirmação de Darwin, oriunda da teoria de Lyell, sobre as “Ilhas rasas do Pacífico e mar das Índias”, que, haviam sido visitadas pelo naturalista inglês: “Mr. Darwin, porem que, há poucos anos, visitou e estudou aquelas terras, formulou acerca da origem dos atoles um hipótese que tem tido muita aceitação, entendendo que sua existência e forma se podiam explicar satisfatoriamente pela gradual depressão do fundo do mar onde se acham”. (Idem:158) O autor segue aceitando o “darwinismo” e afirmando as vantagens dessa “hipótese”, embora deixe em aberto a possibilidade de, no futuro, ser comprovado que, mesmo sendo uma hipótese inteligente, existe uma parte que pode estar errada. As citações que faremos, além de ilustrarem essa precaução, permitem perceber o prestígio de que o naturalista inglês gozava no Brasil imperial:

“Essa hipótese que faz muita honra ao espírito observador de quem a concebeu, é principalmente recomendada (...) (Idem: 158)

“Apesar porém da argüições que se lhe fazem, a teoria de Mr. Darwin tem geralmente recebido lisonjeiro acolhimento, porque na realidade faz honra ao engenho de seu autor, talhado para dar impulso as ciências que cultiva” (Idem: 160)

“Todavia eu não reputo improvável que se venha ainda a reconhecer que a grande profundidade dos atoles não é devida à depressão do fundo do mar, mas à altura dos montes submarinos que lhe servem de base, como se supôs a princípio.” (Idem: 160)

A partir de um determinado momento, o autor, embora seguindo o mesmo caminho de antes, tenta aproximar os três reinos de forma mais drástica. Ele não pretende enxergar nenhuma diferença entre os reinos animal, mineral e vegetal. Pretende apenas mostrar as semelhanças. Nesse momento, a argumentação assume uma forma caricatural, com Ribeiro apresentando a respiração (em seu entendimento a transformação dos gases em algo sólido) como elemento mais importante em sua análise, e defendendo que o reino mineral também possui vida. Estariam criadas, assim, as condições para defender sua tese principal, a saber, que tanto o planeta como o Universo estão em crescimento, em virtude da vida que está sendo consumida em qualquer dos três reinos. Esta hipótese está alicerçada na crença do autor de que a vida tem como função principal alimentar o planeta.

A mesma argumentação desenvolvida para o planeta Terra é utilizada para dar conta do crescimento (ou expansão) do Universo, ou seja, a função dos planetas, das estrelas, dos cometas etc. seria alimentar um universo faminto:

“De todos os órgãos que os dotou a natureza para que **pudesse viver e preencher o fim de sua criação**, são incontestavelmente os órgãos respiratórios os que apresentam maior desenvolvimento (...) Quem haverá que pesando devidamente estes fatos que se passam debaixo de nossas vistas, poderá recusar a idéia de que os **animais e plantas são umas espécies de maquinas destinadas a converter em sólidos os fluidos da atmosfera** que, uma vez solidificados, passam a fazer parte da crosta do nosso Globo (...) e que outra coisa poderia significar essas continuas series de entes organizados que se desfiam sobre a Terra, não parecendo receber a vida se não para perdê-la, e de quem tudo com a vida desaparece, **à exceção do produto dos gases**

que condensaram enquanto vivos?(...) Ela (Nutrição) é como esta última (Respiração) um dos meios pelos quais os animais e plantas acumulam os materiais com que contribuem para a crosta solar da Terra.” (Idem:165/180; Grifos nossos)

1.2 Darwinismo no Rio de Janeiro: Augusto Cezar de Miranda Azevedo

A obra e a vida de Miranda Azevedo foram devidamente estudadas por Collichio (1988) e Lopez Cid (2004). Dessa forma, vamos apenas realizar algumas comparações com o doutorando baiano, na tentativa de compreender melhor quais seriam as possíveis intenções de Guedes Cabral quando escreveu “Funcções do Cerebro”. Embora Sylvio Romero, em sua “Filosofia do Brasil”, trate o médico paulista com pouca generosidade, afirmando que suas idéias “são reproduções quase servis de idéias alheias”, podemos verificar, a partir dos trabalhos das duas autoras citadas acima, que, além de ser um dos primeiros propagandistas da teoria darwinista a enfrentar a questão em público, Azevedo ainda estava disposto a contribuir para melhorar a “raça brasileira”, coisa que seguramente o combativo advogado aplaudiria. Romero parece não se dar conta que tanto ele quanto os outros intelectuais que está defendendo, a exemplo de Tobias Barreto, são também, em última instância, propagandistas de idéias alheias. A nosso ver, contudo, esse é exatamente o grande mérito dos intelectuais brasileiros daquele período: trazer as idéias que circulavam nos centros mais avançados para serem discutidas aqui no Brasil, possibilitando assim a apropriação e modificação dessas idéias por intelectuais nacionais.

Um dos pontos que mais aproximam Guedes Cabral e Miranda Azevedo, além de serem precursores na divulgação das “descobertas negativas” que circulavam pela Europa, é a preocupação de utilizar idéias lamarckistas para produzir uma raça melhor; ao que parece, os dois pensavam o homem como mais um animal, podendo assim ser submetido às regras de melhoramento das raças. Já tivemos oportunidade de mostrar, no capítulo anterior, como Cabral se preocupava com esse tema, principalmente porque acreditava que a evolução não havia cessado e continuava agindo no aperfeiçoamento do ser humano. Para ele, o caminho para facilitar essa evolução, melhorando assim a “raça” brasileira, seria a educação. Segundo Lopez Cid, essas também eram algumas das idéias de Azevedo:

“Assim, valorizar as condições de alimentação, moradia, trabalho, cuidar das questões de higiene, educação e reprodução significava intervir no processo normal de seleção com o objetivo de melhorar a população. Em outras palavras, praticar a seleção artificial sistemática e aproveitar ao máximo os efeitos do uso-e-desuso para desenvolver as características desejadas do povo.

O melhoramento do povo deveria ser conseguido através da instrução (exercitando o intelecto, ele se desenvolve), boas condições de higiene, alimentação, casamentos entre indivíduos sadios e vigorosos, etc. A instrução deveria ser aberta a todos, inclusive a mulheres. E a ciência deveria guiar os processos da nação.” (2004:102)

Até onde podemos constatar, Guedes Cabral concordaria com todas essas recomendações. Entretanto, o que mais nos interessa nesse momento diz respeito às possíveis diferenças entre os dois pensadores. Primeiro, parece não haver na obra de Miranda Azevedo ataques tão duros contra algumas instituições e contra a fé cristã, quanto os que encontramos em “Funcções do Cerebro”, a exemplo dos ataques à Faculdade de Medicina da Bahia e ao sistema judiciário e da tentativa de provar a inexistência de Deus. O projeto do doutorando baiano parece ter sido mais amplo e ousado do que aquele pretendido pelo doutorando do Rio de Janeiro: Guedes Cabral pretendia contribuir para mudar toda a estrutura social do Brasil de um só golpe.

Para dar conta de seus projetos intelectuais, cada um dos autores precisava lançar mão de discursos bastante distintos. Acreditamos que Guedes Cabral, além de saber das dificuldades que o esperavam, por tentar introduzir um discurso materialista na faculdade, queria que elas realmente acontecessem: ele queria ser o grande divulgador de idéias que, embora circulando no país antes dele, precisavam de um incremento nas discussões. Acreditamos que Cabral pretendia ser o primeiro filósofo naturalista brasileiro a escrever um trabalho científico (visto que sairia com a chancela da Faculdade, leia-se, da ciência) darwinista/materialista para o grande público. Enquanto Miranda Azevedo produzia dois discursos para tentar popularizar o darwinismo, um formatado para a academia na forma de sua tese de doutoramento, e outro, para o público em geral, apresentado nas conferências da Glória, Guedes Cabral produzia um discurso único. O doutorando baiano pretendia produzir um discurso científico que, ao mesmo tempo, conseguisse atingir os mais diversos leitores, fossem eles acadêmicos ou não. O texto de “Funcções do Cerebro” é leve e

agradável, visivelmente escrito para que qualquer pessoa interessada no tema pudesse lê-lo. Enquanto Cabral possuía apenas um modelo discursivo, Azevedo possuía dois, como nos mostra Lopez Cid:

“Apesar da erudição, evidenciada pela literatura mencionada, **o texto da conferência de Azevedo é bastante claro e não faz uso de termos técnicos, ao contrário de sua tese.** Mas devemos lembrar que as ‘Conferências’ tinham o **objetivo de divulgação científica para a população em geral.** O público alvo aqui, não eram pessoas que tinham conhecimento técnico apurado, embora também houvesse entre os frequentadores do evento médicos, juristas, e, até mesmo, o Imperador D. Pedro II. Isso parece demonstrar a adequação do discurso aos objetivos pretendidos. Desejando convencer a população de que a educação através da ciência, e do darwinismo em especial, é o único caminho para o desenvolvimento da nação, **o problema da acessibilidade torna-se fundamental**”. (Lopes Cid: 107; Grifos nossos)

Ao que parece, as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro estavam preparadas para receber o discurso darwinista/materialista. A possibilidade de escolher um dos pontos para dissertar e direcioná-lo para essas teorias comprovam essa situação. Acreditamos que as dificuldades ocorridas na Faculdade de Medicina da Bahia foram fruto do projeto empreendido pelo doutorando baiano, que, conforme mostramos anteriormente, queria enfrentar todos os exércitos dispostos a lutar. De acordo com Freire (1982:223), surgira na Bahia, em 1872, o jornal de propaganda republicana “O Horizonte”, que tinha Guedes Cabral como mentor. Além de atacar o imperador e seus ministros, “O Horizonte” fazia oposição cerrada à Igreja Católica e aos padres de uma forma geral. Dessa forma, um texto acadêmico produzido por Guedes Cabral deveria ser esperado como um documento contra o governo e contra a fé cristã, como discutiremos mais à frente, ao tratar desse jornal.

Na nossa interpretação, o projeto de Guedes Cabral era escrever um texto acessível para todo e qualquer leitor. Trata-se de um texto científico, dado que era sua tese de doutoramento, mas é também agradável, aproximando-se de um texto jornalístico. Para a Faculdade de Medicina da Bahia, aceitar a tese proposta por Guedes Cabral, significava assumir que a instituição havia optado por um modelo de ciência materialista, coisa muito difícil de se defender abertamente naquele período.

O texto de “Funções do Cerebro”, embora guarde um rigor científico apurado, buscando sempre citar os autores que apoiam suas conclusões, procura ser claro e agradável, possibilitando uma leitura no mesmo nível de entusiasmo daquela possibilitada pelo jornal “O Horizonte”. Possivelmente, a escrita encontrada na tese de Guedes Cabral é que levou Castro (1973) a afirmar que ele “escrevia em mangas de camisa”.

1.3 Sylvio Romero e “A Filosofia do Brasil”

Seguramente, não precisamos empreender uma discussão acerca da importância da obra de Sylvio Romero, visto que essa obra já foi devidamente estudada ao longo de boa parte do século XX, tendo comentadores do porte de Paim (1966) e Coutinho (1988), entre tantos outros. O que pretendemos é chamar a atenção para uma situação presente na “Filosofia do Brasil”, em relação ao trabalho de Guedes Cabral. Romero, embora seja muito mais gentil com Cabral do que com Miranda Azevedo, comete uma grande injustiça quando analisa “Funções do Cerebro”. Conforme já havíamos adiantado, os motivos estão, possivelmente, relacionados à impossibilidade de aquele pensador defender algumas conclusões do doutorando baiano, que inviabilizariam o Direito, conforme praticado pelos bacharéis. Diante das dificuldades de aceitar algumas idéias expostas em “Funções do Cerebro”, Romero termina por centrar suas críticas na suposta falta de experiências empíricas no trabalho, o que, segundo Romero, fragilizava as conclusões de Guedes Cabral. Mesmo acreditando que o autor “chega ao alvo que se propôs” e reconhecendo a “coragem do escritor”, bem como afirmando que Cabral “é um dos que ousam dizer o que pensam; é um benemérito do espírito nacional” (Romero: 1878/1969 p.69), afirma que as idéias defendidas no livro podem cair por terra a qualquer momento, em decorrência da fragilidade na exposição. Seguramente, as idéias defendidas pelo doutorando baiano possuem algumas fragilidades, porém, o analista as acentuou quando utilizou apenas as primeiras e as últimas páginas da tese de Guedes Cabral para sua análise, deixando de lado toda a argumentação teórica. Esse procedimento contribuiu para que as hipóteses defendidas pelo médico baiano parecessem, como apresentadas por Romero, ter menos base teórica do que realmente tinham. Chamar a atenção para o fato de que Romero utilizou apenas a argumentação inicial e final apresentada em “Funções do Cerebro”, deixando de fora toda a construção teórica que dava embasamento ao

trabalho, nos parece um ponto crucial na discussão da análise empreendida por Sylvio Romero sobre “Funcções do Cerebro”.

No nosso entendimento, dos quatro primeiros darwinistas aceitos por Collichio (1988), pelo menos três, Sylvio Romero, Miranda Azevedo e Guedes Cabral, podem também ser aceito por nós; afinal de contas, como apresentamos anteriormente, mesmo darwinistas de renome como Huxley e Haeckel aceitavam apenas parte das idéias de Darwin. Dessa forma, questionamos, apenas, se as idéias darwinistas contidas no livro “O Fim da Criação”, do visconde do Rio Grande, são suficientes para habilitá-lo como darwinista.

Antes de apresentarmos elementos da vida de Guedes Cabral que ajudam a entender os motivos da recusa de “Funcções do Cerebro”, vamos apresentar dois autores que também defenderam idéias pré-kantianas, ou seja, que viam o bom, o belo e o verdadeiro como integrados em um todo. É a aceitação dessa lógica que permite Guedes Cabral acreditar que todo ato criminoso deve ser tratado por um médico, coisa com que dificilmente Sylvio Romero concordaria e que possibilitará mais um enfrentamento na tese de Guedes Cabral, dessa vez, com os bacharéis.

2. Durkheim e Haeckel: o Bom, o Belo e o Verdadeiro

Quando analisamos a obra de Domingos Guedes Cabral, um dos aspectos que chama a atenção é que esse autor trabalhou com idéias filosóficas que já haviam sido superadas pela filosofia desde Kant. Para ele, o bom, o belo e o verdadeiro faziam parte de um todo organizado e deveriam ser buscados juntos. Nas próximas seções, examinaremos algumas afirmações de Haeckel sobre religiosidade, que, na nossa opinião, são pré-kantianas; discutiremos, também, um texto do sociólogo francês Émile Durkheim, escrito no começo do século passado e que mostra que esse tipo de argumentação ainda estava presente durante o século XIX e as décadas iniciais do XX.

2.1 Durkheim e a Sociologia Totalizadora do Conhecimento

Em uma conferência apresentada no Congresso Internacional de Filosofia de Bolonha, em abril de 1911, e publicada em junho do mesmo ano, Durkheim apresenta um conjunto de idéias que, em nossa opinião, trazem uma linha interpretativa que também se encontra em Guedes Cabral. Nessa conferência, que

tem o sugestivo título de “Julgamentos de Valor e Julgamentos de Realidade”, o autor afirma possuir um duplo objetivo: “Primeiro, mostrar num exemplo particular como a sociologia pode ajudar a resolver um problema filosófico; em seguida, dissipar certos preconceitos de que a sociologia, dita positiva, é muito freqüentemente o objeto.” Durkheim (1970:97). Embora dito de forma tão singela, o projeto era bastante arrojado. O autor pretendia defender que julgamentos de valor e julgamentos de realidade são a mesma coisa, ou seja, se propunha a sustentar que o real e o simbólico são, na realidade, a mesma coisa. E mais, existiria uma ciência capaz de entender e resolver esse dilema humano, a sociologia.

Quando optou por esse caminho, que possivelmente causou desconforto nos filósofos que assistiam ao congresso, na nossa interpretação, Durkheim subordinou todas as reflexões filosóficas à sociologia, pretendendo transformar esta, assim, na ciência das ciências.

Primeiramente, ele apresenta as duas explicações então correntes para os julgamentos de valor e de realidade. Para a primeira, “o valor de uma coisa seria simplesmente a constatação dos efeitos que ela produz em razão de suas propriedades intrínsecas” (Idem, 99). O autor ataca essa afirmação, perguntando se os homens médios poderiam entender, em uma dimensão mais profunda, o valor da arte, dos atos morais ou mesmo dos diamantes. Para ele, essa explicação não se sustenta, principalmente porque os indivíduos médios possuem reações que mais se assemelham a reações individuais. Dessa forma, como pensar que são capazes de perceber esses “valores intrínsecos das coisas”. A segunda interpretação, que parece mais profunda, substitui o indivíduo pelo social. O valor da “coisa” seria encontrado ainda na própria coisa; entretanto, seria a sociedade que definiria quais objetos ou ações seriam consideradas desejáveis. Embora Durkheim admita que essa explicação é muito mais satisfatória que a primeira, principalmente porque os “julgamentos sociais são objetivos”, enquanto os individuais não o são - já que os indivíduos nasceram dentro das regras e são obrigados a segui-las, independentemente de suas vontades. Durkheim apresenta, contudo, diversos inconvenientes nessa formulação. As principais objeções são, de certa forma, próximas daquelas levantadas contra a primeira explicação, visto que, mesmo dentro de uma dada sociedade, existiriam diferenças entre os diversos grupos sociais que a compõem, possibilitando, assim, concepções diferenciadas por grupo. Existiriam muitas modalidades de valor e “as

tentativas seguidamente feitas no sentido de reduzir umas às outras foram sempre vãs.” (Idem,102)

Para o autor, as virtudes servem como contraponto à idéia de que as “coisas” possuem valor intrínseco. Mesmas ações aparentemente irracionais, praticadas por um homem virtuoso, podem ser consideradas como sendo do “campo da economia”, ou seja, uma pessoa pode ter um determinado comportamento, que poderia ser considerado nocivo da perspectiva da racionalidade, e, mesmo assim, ser comemorado como correto no âmbito social. Esse comentário tem a finalidade de atacar reflexões econômicas, a exemplo das de Herbert Spencer, que teria “comprovado” que a filantropia é nociva à sociedade. Durkheim tenta mostrar que, mesmo em uma ciência que lida com a realidade, como a economia, existem questões que escapam à sua análise. Diz ele: “A própria vida econômica não se submete estritamente à regra da economia.” (Idem: 103) A partir dessa complicada aproximação, de que nem mesmo as ciências constituídas conseguem dar conta, o ideal terminava por mostrar sua força na confecção do mundo real, embora não estivesse totalmente submetido a ele. Para o autor, um mesmo movimento geraria o real e o ideal e que eles só poderiam ser explicados a partir da vida social.

O sociólogo francês usa toda a sua bela retórica para mostrar as falhas das diversas teorias que tentam afastar o real do simbólico. Por fim, conclui que a única forma de resolver a questão é aceitando que tanto o “simbólico” como o “real” são, na verdade, uma mesma e única coisa, criada pelo mundo social e, por este motivo, submetida à sociologia. Nesse movimento, o autor parece querer submeter todas as ciências e filosofias ao controle da sua própria ciência. Se o bom, o belo e o justo fazem parte de um todo organizado, podendo aparecer, em situação normal, somente juntos, e à sociologia cabe decifrar os “segredos” sociais, o que sobraria para os outros operadores sociais?

Pensemos, por exemplo, quais seriam os papéis que os operadores do Direito teriam para executar. Caso um crime qualquer fosse cometido, estaríamos diante de uma situação patológica e caberia ao sociólogo atuar para encontrar as causas. Essa argumentação é bastante similar àquela empreendida por Domingos Guedes Cabral em sua obra. A única diferença é que, para o jovem médico baiano, a sociologia cederia lugar à medicina. Esse texto, que foi produzido no começo do século XX,

fruto das reflexões de um Durkheim totalmente maduro, serve para ajudar a elucidar o projeto desenvolvido por Guedes Cabral quase quarenta anos antes: encontrar a ciência capaz de “curar” a sociedade.

2.2 Haeckel e a Religiosidade Monista

Antes mesmo de o pensador francês oferecer essa interpretação filosófica, nos primeiros anos do século XX, outro importante pensador europeu trabalhava na mesma linha interpretativa. O alemão Ernst Haeckel defendeu nos anos finais do século XIX idéias “religiosas”,⁴⁷ nas quais defendia uma “moral monista” e pré-kantiana. Para Haeckel, a separação do bom, do belo e do verdadeiro teria sido um dos erros de Kant, uma vez que eles só poderiam ser pensados juntos e integrados. Essa formulação levou o naturalista diretamente para questões ligadas à religião e, mesmo pretendendo construir uma religião na qual o templo seria a própria natureza, não vemos muitas diferenças em relação ao projeto empreendido por Augusto Comte ao propor sua religião positiva. Haeckel expressou esse ponto de vista em conferências que pronunciou “sem me ter para isso preparado, em 9 de outubro de 1892”. Parece desnecessário dizer que essas formulações encontraram diversos opositores, que estranharam essa nova faceta do velho naturalista ateu.

Sua posição se torna mais interessante e complexa quando passa a defender antigos ideais positivistas; como a tentativa de mudar a sociedade sem que haja revolução alguma, como defende o famoso lema de nossa bandeira, “Ordem e progresso”. Não é compreensível como Haeckel pretendia por em prática uma “dialética tão extravagante” (como diria Cabral), como a de tentar estabelecer uma religião monista, que deveria tomar todo o Ocidente, sem informar como seriam postas de lado as crenças cristã/dualistas do nosso Mundo Ocidental:

“(…) parece-nos importar sobretudo, que não só que as ciências naturais modernas destruam o falso edifício da superstição e varram o caminho dos seus vis escombros, mas ainda que edifiquemos, no terreno livre, um novo

⁴⁷ Existem muitas aproximações entre as idéias religiosas de Comte e Haeckel. A principal delas é, seguramente, a crença na racionalidade das duas religiões (positivista e monista). Duas diferenças marcantes são: a) enquanto para Comte, o altruísmo é o único caminho da humanidade, Haeckel pretende um equilíbrio entre egoísmo e altruísmo; b) Comte não recomendava ataques diretos aos católicos, porque esses viriam naturalmente a participar do Apostolado, enquanto Haeckel tinha como foco principal de sua luta o ataque o catolicismo. Ele cita diversas vezes o livro “History of the Conflict Between Religion and Science” de John William Draper, ao qual nos referimos no capítulo inicial desse trabalho. Cf. Haeckel (1919 a,b).

edifício habitável para a alma humana, um palácio da razão, no qual, no seio da **nossa concepção monista novamente conquistada**, adoraremos piedosamente a **verdadeira Trindade** do século XIX, a Trindade da **Verdade**, da **Beleza** e do **Bem**. (...) fundando a nossa religião monista, devemos apoiar-nos tanto quanto possível sobre as instituições existentes. **Não queremos Revolução** bruta, **mas uma Reforma racional** da nossa vida intelectual e religiosa.” (Haeckel: 1919, 423. Grifos nossos)

Como vemos, Guedes Cabral, que denominamos anteriormente como sendo “divulgador de descobertas negativas”, não se restringia apenas a divulgar idéias alheias. Ele estava empenhado em construir um pensamento original, pelo menos para o Brasil da época. Cabral estava totalmente inserido na busca dos jovens pensadores brasileiros da década de 1870, que pretendiam dar sua contribuição para o desenvolvimento do país. Desta perspectiva, um ponto que merece destaque é em relação à forma como Cabral utiliza as idéias de Haeckel. Embora usando o mesmo caminho monista aberto pelo mestre alemão, deriva dele quando trata do bom, belo e verdadeiro, evitando adentrar em qualquer forma de pensamento religioso, e apenas utilizando formulações pré-kantianas para combater os bacharéis do Direito. O doutorando baiano acreditava que, com o desenvolvimento intelectual da população, todas as idéias ligadas ao mundo do sagrado iriam necessariamente desaparecer. Este foi o motivo que o levou a lutar desde cedo, com 19 anos de idade, contra a única religião estabelecida aqui no Império brasileiro. Nesse trabalho, estamos defendendo que as disputas entre Domingos Guedes Cabral e o mundo religioso vêm de muito antes da recusa de sua tese. Primeiro, ele lutou contra a religião católica, depois, mais maduro, e usando o rito de passagem para “cientista” oferecido pela Faculdade de Medicina da Bahia, enfrentou seu grande inimigo – Deus. A partir desse momento, vamos visitar alguns antecedentes da recusa de “Funcções do Cerebro” e tentar construir uma explicação mais plausível para o incidente. Começaremos pela filiação do jovem doutorando.

3. Domingos Guedes Cabral (O Pai)

Antes de tentarmos entender quais foram os motivos que levaram o jovem doutorando baiano a escrever “Funcções do Cerebro”, vamos falar um pouco sobre outro Domingos Guedes Cabral, homem também lembrado com respeito e admiração por todos aqueles que falam da propaganda republicana no Brasil

Imperial. Dificilmente alguém poderá estudar a busca de transformar o Brasil em uma República sem encontrar o nome do pai do jovem médico baiano (de quem herdou o nome e a combatividade política) ligado a muitas dessas lutas.

Domingos Guedes Cabral (pai) nasceu em 4 de julho de 1811 em Pelotas, antiga província de São Pedro do Sul, vindo a falecer na cidade da Bahia em março de 1871. Era filho do português Antônio Guedes Quinhones de Mattos Cabral e de dona Nana Rita do Carmo Cabral. Segundo Sacramento Blake (1893), Domingos Guedes Cabral recebeu de seu pai apenas “os primeiros rudimentos da educação literária”, sendo enviado à Bahia para dedicar-se ao comércio. Ao que parece, logo conseguiu lugar de destaque nesta área, sendo guarda livro de “uma importante casa”. Entretanto, esse não era o caminho pretendido pelo jovem Cabral, que abandonou o emprego e foi buscar “nas letras” sua realização profissional. Utilizando alguns poucos recursos que o pai pôde fornecer, fez um curso de humanidades e logo ingressou no magistério, mediante concurso.

Sua crença na República teria feito com que direcionasse sua carreira também para o jornalismo, colaborando inicialmente com a propaganda republicana da época e tornando-se, logo em seguida, criador e redator de importantes jornais de oposição ao Imperador⁴⁸. Ainda de acordo com Sacramento, o jornalista teria renunciado a ser deputado provincial porque “não podia pela palavra oral fazer tanto, como pela palavra escrita”. A partir da dedicação a essa causa, teria sofrido “desgostos e injustiças até dos amigos” e começou a se separar da luta, “até que se voltou de todo à vida particular” (Sacramento: 1893). Entre os anos de 1836 a 1842, escreveu no jornal “O Democrata” e, de 1842 a 1850, escreveu no “Guaycuru”, este último um dos mais combativos e críticos jornais do período, tanto que o Dr. Borges da Fonseca teria afirmado que “si cada Província tivesse um Guaycuru, a República entre nós seria questão de dez anos”⁴⁹. Para Carvalho (1923), esse teria sido o primeiro jornal francamente republicano da Bahia.

⁴⁸ De acordo com o jornal “O Correio da Bahia”, de 29/07/2003, Domingos Guedes Cabral (pai) esteve preso no Forte de São Marcelo, em Salvador, por estar envolvido nas rebeliões federalistas de 1831. Entre os prisioneiros ilustres, além de Guedes Cabral, estavam Bernardino Guanaes Mineiro, Cipriano Barata e João Primo. Os detentos tomaram o forte no dia 26 de abril daquele ano e “proclamaram a federação direta do mar”.

⁴⁹ Essa informação sobre a importância do “Guaycuru” para a propaganda republicana aparece sempre que encontramos uma referência a Domingos Guedes Cabral (pai), assim como a citação do Dr. Borges da Fonseca. Estamos usando aqui informações de Blake Sacramento (1893) e de Aloysio de Carvalho, no Diário Oficial de 1923 (Edição comemorativa).

Sacramento (1893) nos informa que Guedes Cabral (pai) teria escrito “A Política e os Políticos”, obra que se manteve inédita. Esse livro teria sido confeccionado no momento em que o autor se desiludiu com a política e passou a observá-la por um novo ângulo. Após sua retirada da cena intelectual brasileira (que era, na verdade, então um campo de batalha), temeu que esse livro ajudasse a criar um clima de perseguição para seus filhos, resolvendo, assim, destruir a obra. Ao que parece, apenas uma parte dessa empreitada foi bem sucedida, já que alguns fragmentos do livro permaneceram nas mãos de seu filho de mesmo nome. Como afirma Sacramento:

“A Política e os Políticos ficou inédita, ficou inédita essa obra, escrita quando o autor, desiludido, pôde bem apreciar os caracteres políticos.

Sei que um dia, revendo ele alguns fragmentos, viu que iria deixar à seus filhos um legado de perseguição, e então inutilizou-os. Boa parte, porém, do livro ficou e existia em poder de seu filho de igual nome; com a morte deste não sei onde foi parar.” (Sacramento 1893: 206; Grifos nossos)

Como pode ser percebido, temos dois Guedes Cabral dispostos a tudo para empreender mudanças no campo social brasileiro. O primeiro sabia muito bem o que esperava seus filhos, tanto que evitou uma última afronta aos poderes constituídos, mantendo seu livro inédito. O que ele não sabia era que, no futuro, seu nome seria lembrado não só através das lutas que empreendeu e das perseguições que sofreu, mas também porque seu filho teria brilho próprio e também uma forte capacidade de manter-se em encrencas no campo intelectual, social e político. Quando em 1871, Domingos Guedes Cabral (pai) veio a falecer, deixando assim o campo de batalha, o filho assumiu seu posto. E, no ano seguinte, já estava escrevendo no jornal “O Horizonte”, que, além de propaganda republicana e contra a religião católica, ainda procurava fortalecer um discurso de classes, incitando os trabalhadores a buscarem seus direitos. Não restam dúvidas de que o segundo Cabral era tão “perigoso” (ou até mais) quanto o primeiro.

4. A era dos jornais

Apesar de todas as restrições impostas pelas leis brasileiras à imprensa no período Imperial, principalmente no que dizia respeito as dificuldades de comprar material para realizar as publicações, essa sofisticada forma de comunicação parece

ter encontrado campo fértil entre nós. Encontramos diversos periódicos de divulgação científica, culturais, políticos e religiosos no período. Mesmo os jornais de propaganda contrária ao governo, como aqueles dirigidos pelo pai de Guedes Cabral, encontraram aqui campo fértil para seu desenvolvimento. Outro tipo de periódico bastante comum no período foi o de divulgação científica e cultural. Em verdade, desde da chegada da família real ao Brasil, começaram a circular jornais preocupados com a divulgação científica.⁵⁰ A partir dos anos de 1870, diversos periódicos brasileiros se encarregavam de divulgar as idéias científicas que corriam pela Europa. Como muitas dessas idéias eram assumidamente materialistas, religiosos brasileiros reagiram fundando, também, seu oposto – jornais religiosos.

4.1 “A Chronica Religiosa”

Como informamos anteriormente, este foi um dos jornais que mais atacou Guedes Cabral na questão da tese recusada. Entretanto, como nesse momento nosso interesse está relacionado ao período anterior à tese, não vamos nos preocupar com os jornais dos fins de 1875 e começo de 1876 (em que a disputa sobre a recusa teve lugar). Agora, estamos interessados em verificar que tipo de jornal era esse. Como o próprio nome já deixa claro, tratava-se de um periódico que pretendia defender os interesses da fé católica aqui no país. Os motivos que justificam essa defesa são muitos: jornais de propaganda republicana, jornais ligados à maçonaria, periódicos de defesa dos direitos dos trabalhadores, periódicos de divulgação científica que traziam idéias materialistas e, principalmente, ataques diretos ao papa Pio IX em quase toda a Imprensa. Os jornais católicos tinham um leque imenso de desafetos a enfrentar.

Logo na página inicial, o jornal avisava que era de “propriedade de uma associação”, possivelmente identificando-se como parte de um grupo e deixando claro que não pertencia a um único dono. Em seguida, encontramos referência aos seus objetivos principais: tratava-se de um “periódico consagrado aos interesses da religião”. As diversas matérias consultadas por nós, nos anos de 1872 e 1873, fazem referência ao episódio da questão dos bispos. Em quase todos os artigos e editoriais,

⁵⁰ De acordo com Oliveira (1998), imediatamente após a chegada da família real ao Brasil, a Inglaterra passou a publicar (em português) dois periódicos preocupados com a cultura e divulgação científica. Parece não haver acordo acerca do grau de penetração que esses periódicos tiveram no Brasil; entretanto, sabemos que eles eram lidos por aqui.

o bispo do Pará aparece como um grande herói, que pretendia defender o país da desordem que havia tomado conta da Europa e que, segundo o jornal, começava a instalar-se no Brasil. Neste período, era muito comum que os jornais discutissem e apresentassem artigos que haviam sido publicados em outros estados. Apresentamos abaixo um trecho de um artigo publicado no Pará, que a Chronica Religiosa reproduz e critica. Nessa citação, encontraremos boa parte dos inimigos que o periódico católico precisava enfrentar, assim como evidências de seus interesses em defender a forma de governo implantada no país:

“O sr. Bento Aranha sai no jornal do Pará n. 110 e declara ao Império todo que há sim um clube popular beneficente, sociedade pública e bem pública para manter a ordem, guardar a justiça, zelar o Direito e a Lei, proteger as classes operárias, os lavradores e os empregados do comércio, derramar a instrução e a caridade pelos seus associados e pugnar pela liberdade de consciência e pela moral.

Eis pois que já temos no Império as avançadas desse grosso do exército que a Maçonaria não é senão a vanguarda.

A Internacional plantou suas primeiras barracas. Certas de que tem entre as mãos o governo, trata de lançar quanto antes as bases de sua constituição que muito breve terá de deitar por terra à do país que atreve-se a sustentar único uma forma de governo excepcional, singular, no vasto continente americano!” (Chronica Religiosa, 22/06/1873)

Nesse trecho, podemos ver quais eram alguns dos grandes inimigos da fé cristã naquele momento, aos quais era preciso fazer frente, visto que estariam ganhando terreno em diversos meios letrados do país. Os jornais católicos pretendiam encampar uma guerra contra a maçonaria, os comunistas, os protestantes, os republicanos e todos os pensadores materialistas. Para representar o tipo de batalha que os religiosos e seus jornais tinham pela frente, vamos examinar um outro jornal do começo dos anos setenta, “O Horizonte”, escolhido por sua conexão com nosso personagem, Domingos Guedes Cabral (filho).

4.2 “O Horizonte”

Esse jornal era, conforme informamos anteriormente, inspirado nas idéias defendidas pelo jornalista e futuro médico baiano Domingos Guedes Cabral. Infelizmente, não conseguimos encontrar um editorial que tenha sido assinado pelo

doutorando. Entretanto, o discurso encontrado nos editoriais a que tivemos acesso lembra de forma explícita o texto apresentado pelo doutorando em “Funções do Cerebro”. Em alguns momentos, o texto é tão parecido que estamos convencidos, embora sem conseguir uma evidência mais confiável, que foi escrito pelo estudante de medicina. A questão de saber se foi ou não Guedes Cabral quem escreveu esses editoriais não é, contudo, o mais importante; o que importa realmente é perceber que ele fazia parte de um grupo que possuía discurso próprio.

Seguramente, Guedes Cabral não estava sozinho em seu projeto de atacar a religião do Estado e tentar promover mudanças na sociedade brasileira usando a ciência e a educação como molas propulsoras. Tentar mudar o Brasil era uma questão com a qual a família Guedes Cabral estava acostumada e disposta a se envolver. Entretanto, não encontramos, nos jornais consultados, nenhum possível apoio para idéias que, como queria o doutorando, atentassem contra a figura de um Deus criador. Possivelmente, este é o momento em que Domingos Guedes Cabral ficou sozinho em sua luta.

O projeto do “Horizonte” era, como o do próprio Guedes Cabral, abrir muitas frentes de lutas ao mesmo tempo, em particular, combatendo com firmeza a forma de governo implantada no país. Em todos os números consultados, encontramos críticas abertas à figura do Imperador e de seus ministros. Em um dos editoriais, encontramos comparações entre o Brasil e outros países da América: “A América hoje é republicana, norma agendi (sic) da idéia livre, nós... somos o ponto negro da carta geográfica do continente, somos uns turcos morais, raça escravocrata e indolente” (16/08/1872). Logo em seguida, a metralhadora giratória é apontada para o segundo alvo, mexendo na delicada questão que envolvia as vantagens de que o clero católico desfrutava:

“A realeza faz-nos cada galantearia de pasmar! O jesuíta, o frade, o padre cachaúdo e sórdido (colonização do partido que está no poder) abrem escolas, governam seminários, educam e não pagam direitos de exportação por santos de gesso, cruces de madeira, rosários, livros de reza, e...a arte tipográfica paga pesado tributo dos seus utensis (sic); as bibliotecas minguem pelo fabuloso peso dos livros, por causa dos direitos e o espírito público não lê, nem estuda pelo enorme custo da imprensa, conseqüência da tarifa sobre o papel! (...) É chegado o tempo de reagir!” (Idem)

As críticas presentes em jornais republicanos tornavam praticamente obrigatória uma resposta dos jornais que davam sustentação à fé cristã no país. No primeiro trecho citado, temos, por exemplo, uma crítica à forma de governo que se desenvolveu aqui no Brasil, que, segundo o jornal, era imoral, atrasada e escravocrata. Na maioria das vezes, o referencial de comparação nessas críticas eram os Estados Unidos, que, naquele momento, já haviam enfrentado o problema da escravidão e era protestante. No segundo trecho citado, temos um exemplo de uma situação ainda mais complicada. O jornal comprava uma briga com as vantagens que o governo oferecia aos religiosos católicos, e, mais, afirmava ser preciso reagir ao projeto de manter as classes menos abastadas longe da educação, que, conforme é largamente sabido, era a mola mestra das mudanças sociais que os intelectuais brasileiros da década de setenta do século XIX pretendiam realizar (Collichio: 1988, Schwarcz: 1995). Este era um dos motivos para eles discutirem a necessidade de baratear os custos de produção da imprensa no país. No jornal do dia 16 de agosto de 1872, obtemos a informação de que a tiragem do jornal foi de 1000 exemplares, sendo 710 de assinaturas. Nesse mesmo dia, somos informados de que o jornal estava reduzindo à metade o seu preço, com a finalidade de atingir as “diversas classes”. Com essa medida, pretendia aumentar em mais duzentos o número de assinantes. O projeto parece que surtiu efeito, visto que no dia 08 de outubro do mesmo ano, somos informados que as assinaturas passaram de 710 para 832.

Embora apareçam comparações entre a educação oferecida no Brasil e em outros países, a exemplo dos Estados Unidos, não devemos pensar que estamos diante de um grupo interessado em defender direitos de países estrangeiros; antes pelo contrário, tratava-se de ultra-nacionalistas. Algumas das bandeiras defendidas pelo jornal estavam na linha do comunismo de Karl Marx, embora nem a palavra comunismo, nem referências a Marx tenham sido por nós encontradas nos números consultados⁵¹. Temos, por exemplo, um “ineditorial”, que teria saído em outro jornal baiano, “O Artista”, oito dias antes, e foi reproduzido na íntegra no “Horizonte”, que sugere esta aproximação do comunismo. O texto, intitulado “aos Artistas”, defendia, de forma dura, a união dos diversos “artistas nacionais” para enfrentar a exploração a que os países estrangeiros submetiam os diversos trabalhadores do Brasil. Neste

⁵¹ Não sabemos ao certo quanto tempo o jornal “O horizonte” esteve em funcionamento. Sabemos apenas que no ano de 1872 ele estava funcionando. Nós consultamos diversos números do jornal entre os meses de agosto e outubro desse ano.

mesmo dia, temos outro editorial, intitulado “A Liga dos Artistas”, que desenvolve o mesmo tipo de argumentação na defesa dos direitos dos trabalhadores. Apresentaremos dois fragmentos desses artigos, publicados em 16/08/1872, que podem dar uma idéia de que os medos acerca dos “perigos” da Internacional expressos na “Chronica Religiosa”, no ano seguinte, não eram de todo infundados:

“(…) O que nos falta para ver nossas artes entregues a nós? Isto teremos se triunfamos. (...) não vedes que só do estrangeiro nos vem tudo, e que somos apenas o instrumento de suas fortunas? Não vedes que o alfaiate, o marceneiro, o ourives, o sapateiro, e tantas outras artes vivem à margem do favor do estrangeiro com suas manufaturas, ao passo que nós vivemos a mendigar o pão para nós, nossas mulheres e nossos filhos!” (O Horizonte: 16/08/1872)

“É tempo de nos levantarmos compenetrados de nossos direitos, inspirados nos são princípios da dignidade humana, para que conquistemos na sociedade a justa parte da influência que nos cabe exercer. Quando em todo o Mundo as classes operárias se agitam, e congregam-se num só pensamento – vindicar no governo de seus países; porque continuaremos, nós artistas brasileiros em posição inferior, junto às outras classes?

Continuar na apatia e desconhecimento dos nossos direitos, seria apodrecer na escravidão! Unidos seremos respeitados, e divididos, ludibriados.” (Idem)

Estes trechos apontam para uma outra arena em que Guedes Cabral e seu grupo combatiam quando defendiam a República: a questão dos direitos dos trabalhadores. Seguramente, esse tipo de pensamento não pode ser atribuído a uma influência comteana. O Positivismo desenvolvido pelo mestre francês pretendia fazer frente à “confusão” e “desordem” em que os trabalhadores estavam envolvidos na Europa. Comte podia até concordar com as justas reivindicações dos trabalhadores, entretanto, nunca concordaria com a desordem advinda das disputas. Temos de lembrar que, para o Positivismo, não existiam classes que precisassem disputar nada. A busca de enfrentar as dificuldades dos “artistas” brasileiros levava também o “grupo cabralino” a atacar os outros países que buscavam retirar riquezas da pátria. Dessa forma, temos um grupo que, embora usem outros países como exemplos para suas bandeiras de luta, não está disposto a defender os interesses de nenhum outro país dentro do Brasil.

No jornal do dia 20 de agosto, são expostos esses mesmos questionamentos; mas encontra-se também uma defesa da necessidade da criação de um novo partido, que deveria ser denominado “Partido Popular”. Pede-se providências contra a conduta de religiosos estrangeiros; critica-se a religião do estado e a monarquia, e defende-se a liberdade para os “padres evangélicos”. Neste dia, é divulgado um artigo que informa aos leitores como seriam esses “representantes de Deus”: os protestantes seriam bons, justos e indulgentes com seus semelhantes, e pregariam essas virtudes em todos os locais em que fossem falar. O artigo pretende “desmascarar” o Papa e os Bispos, estes dispostos a excomungar todos aqueles que discordassem de suas ordens. Pergunta o artigo:

“Cristo ensinou alguma vez aos seus ministros que empregassem os meios mais subversivos para fazerem com que o povo aborreça e conspire contra as instituições liberais? Cristo manda que o seu ministro assenhore-se da consciência fraca e tímida da mulher como depositária dos segredos da família? Cristo ensinou que seu ministro vociferasse como energúmeno contra o povo, por obedecer às autoridades constitucionais constituídas? Cristo pregou o fanatismo e a superstição? (...) professo esses princípios de coração e na grande luta que já está travada veremos quem vence, pelos que combatem por Cristo governando o Papa pelo seu evangelho, ou os que combatem pelo Papa, suplantando Cristo pelo seu Sillabus” (Idem: 20/08/1872)

O autor dessas duras palavras contra o catolicismo é o padre Guilherme Dias, possivelmente, um dos muitos padres excomungados no Brasil após a primeira metade do século XIX, por envolvimento com cultos protestantes. Todos aqueles que estivessem dispostos a atacar o catolicismo e o Papa Pio IX pareciam ser bem vindos em “O Horizonte”. Ademais, Guedes Cabral usaria em sua tese, três anos mais tarde, um discurso de um religioso no campo da arqueologia (ver capítulo 3). Caso o representante de Deus estivesse disposto a render as devidas homenagens à ciência e ao progresso, seria bem vindo, principalmente se tivesse coragem de atacar o Papa.

Dois meses depois, no dia 08 de outubro, encontramos, na parte onde são comentados os jornais de outros países, um artigo de um religioso francês cujo título já permite compreender os motivos para que circulasse na folha republicana, “O Casamento do Padre Jacintho”. Esse artigo, que o editor afirma que deve ser lido por

todos, se refere àquele padre como um homem de “consciência pura” e “espírito superior”. Segundo o editor, combater o celibato ajuda a moralizar o clero e a evitar escândalos. Para Jacintho, o que deveria provocar reprovação não era o casamento, mas o pecado. Para ele, “o erro de Lutero não consistiu no casto e piedoso casamento” dos ministros religiosos, e sim, em não ter possibilitado a manutenção da unidade da Igreja.

Nesse mesmo dia, temos um editorial que, embora não assinado, apresenta diversas características da escrita de Guedes Cabral. Nele, encontramos os motivos para os padres rebelados receberem apoio para divulgarem suas idéias no jornal. “O Horizonte” pretendia ser a “verdadeira folha do povo”, estando suas colunas sempre abertas para todos aqueles que “tenderem aos interesses do povo”. Para esse fim, utilizariam todos os meios, “prestando-se gratuitamente a dar a mão ao direito desprotegido, e à pobreza ultrajada”. Encontramos, também, um ataque feroz aos jornalistas que defendem a monarquia. Segundo o editorial, os defensores do Imperador não possuem coragem para enfrentar os republicanos e terminam caindo em uma “mudez” total.

“O Horizonte” discute um artigo, publicado em um jornal de defesa do governo, que, segundo os editores, valia a pena enfrentar. Por este motivo, ainda segundo “O Horizonte”, o jornal “A República” se preparou para responder o artigo, já que o jornal governista “oferecia um combate nobre”. Entretanto, para a surpresa de todos, “o artigo era um plágio vergonhoso, miseravelmente arrancado às colunas de um jornal europeu”. “A República”, então, resolveu apresentar os dois artigos juntos para que a população pudesse confirmar a falta de argumentos e o crime cometido por aqueles que defendiam a bandeira da monarquia.

Diversos artigos deixam claro que, embora os redatores do “Horizonte” estivessem imbuídos em fazer chegar aos menos favorecidos as idéias mais complexas do campo científico, pretendiam fazer isso de forma clara e acessível a todos os leitores. Apresentam esse projeto na forma de um artigo que valoriza esse empreendimento:

“(…) reproduziu em nossas colunas a importante obra do eminente escritor francês – Lamennais, - escrita em **linguagem clara e acessível a todas as inteligências**, e na qual muito tem a aprender a população.

As verdadeiras teorias, próprias a encaminhar o espírito ignorante do povo no **trilho da felicidade** – acham-se aí espalhadas do modo mais brilhante e eficaz.

Leiam-no com atenção todos os homens do país, e nenhum haverá que depois da última linha não sinta uma nova luz a esclarecer-lhe a razão.” (Idem. Grifos nosso)

Como vimos no capítulo anterior, este era também o projeto de “Funcções do Cerebro”, que pretendia discutir todas as questões de forma clara e acessível aos leitores. Uma questão importante no exame do “Horizonte”, que aparece tanto nesse fragmento citado acima como em diversos outros artigos, é a crença no futuro. Os artigos procuram evidenciar que, em um futuro próximo, o país passaria por mudanças profundas e, mesmo nos casos em que admitem que, talvez, não consigam ver com os próprios olhos essas mudanças, garantem que elas seriam realidade para “as gerações vindouras”. No artigo “A Força Governamental”, de 08 de outubro, temos uma discussão bastante interessante sobre política, em que o autor reafirma sua crença nas mudanças pelas quais o Brasil passaria. Avisa que não há necessidade de se precipitar, porque a própria “natureza das coisas” se encarregaria de ordenar tudo. A natureza também “revolta-se quando a ação é reprimida” e “a pressão faz sentir seus efeitos não só no homem, como em todos os seres”. Conclama seus compatriotas à luta, para que “essas idéias retrógradas” sejam vencidas, “para que não mais surjam no meio de uma sociedade que caminha.” (idem) O autor deste artigo acredita que a batalha é justa e que será vencida por aqueles que estiverem ao lado da natureza, que caminha, inexoravelmente, para o aperfeiçoamento biológico e social, lembrando de perto afirmações presentes em “Funcções do Cerebro”. Termina por concluir o artigo nos moldes de um discurso religioso: “Avante! Caminhemos desassombrados, que as armas inimigas não hão de ferir os peitos que tem por égide a haste que arvora o estandarte santo da liberdade”.

O jornal republicano “O Horizonte” procurava empreender uma dura crítica à forma de governo vigente e aos seus defensores, incluindo aí os representantes da religião oficial do Estado, que muito teriam a perder se houvesse a tão proclamada mudança. Defendiam os direitos dos trabalhadores e divulgavam assuntos de ciência e literatura que pudessem ajudar na evolução pela qual a sociedade, em sua visão, seguramente passaria, tudo bem nos moldes positivistas da época.

Na próxima seção, trataremos de um periódico científico do ano de 1874, no qual poderemos verificar quais eram as preocupações de alguns dos professores da Faculdade de Medicina da Bahia em relação às idéias materialistas, como aquelas que Guedes Cabral defenderia no ano seguinte, em “Funcções do Cerebro”. Apresentaremos dois discursos publicados no “Instituto Acadêmico”, em 1874, que possibilitam perceber quais eram as expectativas da comunidade acadêmica da Bahia em relação a um discurso materialista naquele momento.

4.3 Os Dois Discursos

O Periódico “Instituto Acadêmico” apresentava logo na primeira página uma informação importante para o público leitor: era um “órgão da Sociedade Instituto Acadêmico” e estava exclusivamente “dedicado à Ciência e à Literatura”. Enquanto os jornais republicanos afirmavam que seu projeto era promover a diminuição da pobreza, lutar por causas justas (como a abolição da escravidão), além de apresentar as mudanças que a República traria para a população, os periódicos de divulgação científica, como o “Instituto Acadêmico”, pretendiam apenas divulgar as idéias científicas correntes na Europa. E, mesmo que muitos deles tivessem adotado a crença de que a sociedade mudaria pela via da aceitação e divulgação do conhecimento científico, pretendiam-se neutros.

Na seção científica do jornal do dia 01 junho de 1874, mais de um ano antes da recusa de “Funcções do Cerebro”, encontramos um discurso de um professor da Faculdade de Medicina da Bahia contrário à divulgação das idéias materialistas professadas por alguns professores e alunos da Faculdade. Quinze dias depois, no mesmo periódico, era apresentado um discurso de outro professor da Instituição, que, ao que tudo indica, representava uma resposta ao primeiro.

4.3.1 O Discurso Contra o Materialismo

Na abertura do curso de “anatomia topográfica e operação” do ano de 1874, o Dr. Freitas discursou na Faculdade sobre algumas novas idéias que tentavam ingressar na Brasil. De início, temos a impressão de que o autor vai defender idéias contrárias à religião em geral, mas, logo em seguida, percebemos que seu projeto é de defender um tipo de ciência e atacar apenas o “ultramontanismo regressivo”. Ele rende homenagens àqueles cientistas que, com “dedicação e coragem”, mostraram

que, para adorar Deus, não era necessário “apagar a lanterna, (a liberdade da consciência) que tem de iluminar a humanidade no escabroso caminho do progresso e perfectibilidade.” Segundo Freitas, embora autores materialistas tenham divulgados idéias que diminuem tanto o lugar privilegiado do homem na natureza quanto a necessidade de Deus criador, essas idéias não devem ser levadas à sério. Para ele,

“Apesar da propaganda dos materialistas Virchow e outros, que pretenderam e pretendem reduzir o homem a uma simples célula sujeita às forças físicas e químicas, e essas presididas pelo acaso; essa teoria que por momentos ofuscou os que buscam conhecer dos mistérios da organização, hoje tais golpes tem recebido, que viu-se obrigada a recolher-se à seus arraiais: assim devia ser, porque a experiência, a observação e a razão protestavam contra semelhante tendência a tudo materializar, negando o princípio, que preside a organização e desenvolvimento dos seres vivos, assemelhando-o e identificando-o com as leis que regem a matéria inorgânica.

(...) não podia deixar de proferir algumas palavras como o mais humilde professor desta academia, como um protesto solene, contra essa doutrina que nos veio da Alemanha, contaminando com sua baba peçonhenta a culta França em seu caminho, e que repercutindo seus ecos chegou até nós, onde encontrou poucos adeptos.” (Instituto Acadêmico: 01/06/1874).

Esse discurso, que ataca diretamente idéias e autores que serão discutidos no ano seguinte por Guedes Cabral, permite perceber qual era a expectativa que uma tese materialista como “Funcções do Cerebro” deveria gerar em parte da comunidade acadêmica baiana da época. Entretanto, essa era apenas parte das expectativas em relação à divulgação de idéias materialistas na Bahia, visto que, poucos dias após esse comunicado de Freitas, seria apresentada uma posição a favor da divulgação de idéias materialistas no mesmo jornal. Dessa forma, a afirmação feita pelo Dr. Freitas de que essas idéias haviam encontrado “poucos adeptos” na Bahia pode não refletir totalmente a situação real. A tese de Guedes Cabral é um bom exemplo da fecundidade dessa forma de pensar aqui no Império brasileiro. Além disso, existiam na Faculdade de Medicina baiana professores que apoiavam essas idéias “extravagantes”.

4.3.2 O Discurso a Favor do Materialismo

No dia 16 de junho de 1874, foi publicado, no mesmo periódico, o discurso pronunciado pelo Dr. J. L. de Almeida Couto, por ocasião da abertura do curso daquele ano de “matéria médica e terapêutica”, da Faculdade de Medicina da Bahia. Este discurso parece ter a intenção de responder alguns questionamentos presentes no primeiro. Desse modo, acreditamos que se trata de uma resposta científica ao discurso do Dr. Freitas. Couto, ao que parece, não pretendia enveredar em uma polêmica sobre o assunto. Para tanto, procurou escrever um discurso bastante técnico, evitando defesas apaixonadas como aquelas realizadas por seu colega professor de anatomia.

O autor procura evidenciar que o conjunto de mudanças ocorridas na anatomia havia possibilitado diversos desdobramentos no campo da “fisiologia dos medicamentos”, que, por sua vez, começaram “a abalar os alicerces da maior parte das velhas teorias”. O desenvolvimento dos estudos da “histologia normal e patológica” teria aumentado cada vez mais a necessidade de novos estudos. Segundo Couto, os grandes responsáveis por essas mudanças no saber médico da época, haviam sido

“Carlos Robin, Fort, Leydig, Frey e outros; ainda pelos importantes descobrimentos de Virchow, Wagner, Bilrhot e demais micrografos (sic) que tem conquistado, por elevado merecimento, a admiração da ciência do mundo (...) então, a fisiologia que há cerca de 40 anos procurava na série complexa dos corpos inorgânicos, apoiando-se hoje em conhecimentos mais positivos dos elementos anatômicos, reconheceu-lhe a vida própria, cuja autonomia somente se perde por obediência a lei fatal da destruição, conforme se verifica, a luz da evidência, pelos perseverantes trabalhos e dedicadas observações de Claudio Bernard, Chief, Herman, Vulpian e outros muitos da plêiade ilustre que forma a legião científica da medicina moderna.” (Idem)

Em seguida, Couto fala da importância dos trabalhos de Haller e Cullen, que, de acordo com ele, haviam sido seguidos pelas Escolas da Itália, França, Inglaterra e Alemanha. Quanto ao seu curso, afirma que se esforçará ao máximo para torná-lo “menos árido, mais útil e acessível” aos alunos, sacrificando, inclusive, horários que normalmente dedicava ao trabalho clínico e ao seu próprio descanso. Isso, na tentativa de satisfazer seus “deveres” como professor e as “justas exigências” dos

alunos. Afirma que, para conseguir realizar esse projeto, tem necessidade de afastar-se um pouco do “plano figurado nos compêndios adotados pela Faculdade”, procurando aproximar-se dos “melhores tratados que for atinente a método, doutrina e correlação da terapêutica com a clínica”. O autor revela sua filiação intelectual e solicita liberdade para os discípulos que queiram seguir o mesmo caminho:

“antes de terminar devo por lealdade dizer-vos que, **filho da escola livre**, eu me abraço com a liberdade do ensino, tanto quanto desejo que gireis numa esfera larga e ampla, onde vossas opiniões sejam manifestadas e discutidas, sem a menor reserva, e sem que se ressintam elas do menor ressaibo de imposição.

Quero, em uma palavra, dentro dos limites traçados pela ciência, **franqueza para os mestres**, como plena **liberdade para os discípulos**.” (Instituto Acadêmico, 16/06/1874. Grifos nossos)

Almeida Couto se dizia representante da “escola livre”. É importante ressaltar que essa era a mesma denominação usada por Domingos Guedes Cabral para referir-se a autores materialistas. O doutorando não estava só nessa empreitada materialista. O pedido de liberdade intelectual para mestres e discípulos feito por Almeida Couto deixa subtendido que alguns trabalhos usando idéias materialistas estavam em curso. Acreditamos que, para Guedes Cabral enveredar por um caminho tão perigoso, mesmo para um professor da Faculdade, como sugere o discurso de Almeida Couto, deveria existir um grupo dando apoio a essas idéias na própria instituição. No caso de Guedes Cabral, as disputas já estavam em andamento havia muito tempo, evidenciadas pelos enfrentamentos entre o primeiro Guedes Cabral e os religiosos católicos e intensificando-se com a publicação do jornal “O Horizonte”, sendo o grande ápice a recusa de “Funcções do Cerebro”.

4.4 Outros Exemplos de Jornais da Época

Na edição do jornal mensal “O Incentivo”, no mês de setembro de 1874, encontramos um artigo do Dr. Ribeiro da Cunha, intitulado “A Medicina”. O autor, embora reconheça a importância da medicina e defenda o seu progresso, argumentando inclusive que Comte estava com razão em sua crença em um futuro melhor, enfatiza que Deus é “o grande arquiteto do Universo”. O autor ataca as idéias de Herbert Spencer e define o médico como um intérprete das idéias de Deus.

Em um outro periódico, o “Norte Acadêmico”, que era “o jornal da Faculdade da Bahia” e circulava duas vezes por mês, tendo como redatores os Drs. Victorino Pereira, Ferreira de Campos⁵² e Aureliano Garcia, podemos ter acesso ao pensamento intelectual dominante na Faculdade de Medicina da Bahia naquele momento. No editorial de abertura, na primeira quinzena de setembro de 1875, sem assinatura do autor, o editor começa falando da alma humana. Segundo o editorial, a filosofia não aceitava que “fosse a alma uma modalidade passiva, não compreendendo o homem sujeito em absoluto à zoonomia de Darwin”. Seguindo a trilha das críticas a algumas idéias correntes na Alemanha, diz:

“Era lá que Kant expandia seu gênio, e fazia admirar as bases em que firmava as suas teorias sobre a razão pura, que se erguia Goeth (Sic) e Schiller, e atirava a mocidade em saltos aos abismos da desesperança e do crime. Goeth compo o Werther, fazia a apoteose do suicídio, e depois zombava dos incautos, atacando-o na aprendizagem de Meister. E era então como o gênio do mal, esse Mephistopheles que pintou depois no fausto, a aceder aos anseios dos corações fracos, para rir-lhes depois lançado a ironia de escárnio!” (Norte Acadêmico, 09/1875)

O autor se preocupa com as “vantagens” e os “perigos” que podem advir com a liberdade que a imprensa possui para afirmar qualquer coisa. Ele acredita que um “observador social” é capaz de perceber se uma nação está ou não adiantada, vendo o estágio de desenvolvimento de seus jornais. Para ele, o Brasil estaria bem situado nesse quesito. O artigo é longo e procura, sempre que possível, combater as teorias materialistas. Como Goethe é um dos representantes mais ilustres do materialismo, será também o mais atacado. O texto desse editorial parece muito com algumas passagens da tese católica produzida contra Guedes Cabral. O autor usa o mesmo tipo de discurso poético sobre a natureza usado por João Ferreira de Campos, autor desta tese, para justificar sua fé em um Deus arquiteto. Ele procura mostrar que o Brasil é um país abençoado pelo criador:

“(…) No Brasil, iluminado pelo ardoroso sol tropical, criado pela natureza com carinho, dotado por Deus com a mais luxuosa de vegetações, a mocidade

⁵² Não sabemos se o “Ferreira de Campos” que aparece como um dos editores do jornal “Norte Acadêmico”, em 1875, é o mesmo doutorando que, no ano seguinte, apresentará a tese espiritualista que tenta refutar “Funcções do Cerebro”. Sabemos apenas que alguns editoriais publicados nesse jornal lembram muito de perto a forma como o doutorando José Ferreira de Campos escreve em sua tese inaugural.

se não podia deixar adormecer na modorra da indiferença e da incúria. A cada instante surge a inspiração – florzinha mimosa, da viração que com ela brinca, do ruir da corça arisca, do cantitar melodioso do passarinho no bosque, do fragor da onda que quebra no penhasco, da própria natureza até, onde dir-se-ia ter Deus escolhido sua mansão (...) toca-os o desalento, mata-os a descrença? Talvez: o que é certo, porém, é que nós não temos o direito de fraquejar, não devemos descreer. Seria um como que suicídio lento, uma negação a todo sentimento, um ateísmo impossível, quando estamos na plenitude da vida, afagados pelos encantos da pátria e de Deus” (Idem)

Após atacar os teóricos alemães, que considerava os legítimos representantes do materialismo, o autor, curiosamente, defende a necessidade de divulgação de novas idéias. Para ele, os estudantes terminam tendo acesso apenas aos compêndios e, por este motivo, só conseguem acessar as novas informações científicas muitos anos depois. Portanto, pretende contribuir para mudar este quadro procurando “verter à língua vernácula o que houver de mais importante nos jornais que pudermos obter”. Acredita que a literatura e a poesia são de um “cultivo proveitoso e cheio de atrativos”, possibilitando um “amplo desenvolvimento das faculdades do homem”. Entretanto, avisa que o jornal não dirá nenhuma palavra sobre política. O periódico se diz intérprete dos interesses da Faculdade de Medicina da Bahia e não pretende misturar ciência com política. E mais, a ciência que pretende discutir é aquela que aceita Deus como o “grande arquiteto do universo”. Como vemos, Deus também possuía soldados na Faculdade de Medicina da Bahia, dificultando ainda mais a guerra que Guedes Cabral pretendia empreender.

Por fim, temos uma notícia vinculada no jornal conservador “Vinte e Cinco de Junho”, em abril de 1876⁵³, que pretendia atacar o “Diário da Bahia”, na qual o editor chamava a atenção do Diário sobre a necessidade de maior proximidade com o lado conservador. Entretanto, segundo o editorial, era necessário lembrar que “O Diário da Bahia” havia andado em “má companhia” em outros tempos: “Lembra-se o Diário do célebre ‘Horizonte’, jornal criado em uma tipografia mandada vir de propósito para plantar a república; e que escrevia contra a monarquia e a pessoa do nosso Imperante (...)”. Estamos apenas alguns meses após a recusa de “Funções do Cerebro” e os jornais conservadores estavam trazendo de volta acusações contra o

⁵³ Não conseguimos identificar com clareza, devido às condições do jornal, o dia exato da publicação.

jornal “O Horizonte”, que esteve sob a direção do doutorando Domingos Guedes Cabral.

Estávamos diante de um confronto em que, a qualquer momento, batalhas antigas, como as empreendidas pelo jornal “O Horizonte”, poderiam ser retomadas. Ser acusado de liberal, positivista, republicano etc. podia trazer até um certo prestígio para o intelectual. Será que o mesmo se dava com as acusações de ateu, como as que eram feitas a Guedes Cabral? Acreditamos que não.

Os religiosos fizeram frente às idéias de Guedes Cabral durante toda sua vida intelectual. Empreenderam uma luta sem trégua contra as idéias republicanas, anti-monarquistas e anti-clericais dos dois Guedes Cabral, enfrentaram a ira que os dois pensadores dispensaram à religião católica e tiveram de enfrentar a última afronta do jovem Cabral – a busca de “provar que Deus não existia” em sua tese recusada. Nesse caso, não era só a Igreja Católica que estava ameaçada, mas todo o edifício construído pelo “arquiteto do universo”. Os “metafísicos”, como diria Cabral, precisavam enfrentá-lo em seu próprio campo de batalha, necessitavam de alguém que, usando o discurso da ciência, “provasse” a existência de Deus. O homem escalado para essa missão foi o doutorando João Ferreira de Campos, que apresentou em 1876 a tese “Categoria Organo Funcional do Cerebro”. Vamos passar agora a examinar essa tese.

5. A Tese Rival

Em 30 de setembro de 1876, era aceita como tese inaugural pela Faculdade de Medicina da Bahia, o trabalho “Categoria Organo Funcional do Cerebro”, escrito pelo doutorando João Ferreira de Campos. Essa tese era uma resposta religiosa àquela apresentada no ano anterior por Domingos Guedes Cabral. Os capítulos da tese de Campos são os seguintes: título “Funcções do Cerebro” e, em seguida, os capítulos, I. Categoria Organo Funcional do Cerebro; II. Estudo Anatômico do Cerebro; III. Histologia do Cerebro; IV. Chimica do Cerebro; V. Anatomia Comparada do Cerebro; VI. Cerebro e Ação, a) impressão, b) transmissão, c) percepção, sensação e sentimento, d) idéias e memória, e) instinto e inteligência, f) determinismo da funcção motriz, g) movimentos instintivos e voluntários, h) linguagem; VII. Seção Médica: Das Raças; VIII. Secção Accessória: Estudo

Chimico do Phosphoro; IX. Secção Cirurgica: Monstruosidades Fetaes; X. Aphorismos.

Possivelmente, esse trabalho começou a ser confeccionado antes mesmo de “Funções do Cerebro” ser recusada; afinal de contas, não deveria ser tão fácil consultar tantos autores e tantas teorias como Campos citou em seu trabalho, para conseguir refutar um trabalho do ano anterior. Como já mostramos antes, Guedes Cabral não era um desconhecido nas disputas ligadas à religião. É possível, assim, que seus inimigos no campo intelectual estivessem esperando os ataques de sua tese inaugural. Tentaremos mostrar que, com a aceitação da tese inaugural de Campos, a Faculdade parecia pedir desculpas pela incômoda possibilidade de quase ter “comprovado”, de acordo com a visão de Cabral, a inexistência de Deus. Quando Campos defende sua tese inaugural, o Dr. J. L. de Almeida Couto era um membro da congregação da Faculdade. Couto é aquele professor que, no discurso de abertura do curso de “matéria médica” em 1874, defendeu a necessidade de se estudar os autores materialistas.

De acordo com Castro (1973), um dos momentos mais importantes para muitos doutorandos era o começo da tese, local onde os doutorandos faziam agradecimentos e apresentavam suas famílias. Nesse momento, mesmo aqueles alunos que não concordavam com a idéia de serem obrigados a escrever um trabalho de conclusão de curso ficavam felizes em mostrar para a sociedade baiana, pelo menos para aquele pequeno grupo que sabia ler, que eram doutores formados pela Faculdade de Medicina da Bahia. Campos tinha, contudo, motivos mais específicos para usar bem esse espaço; precisava mostrar quais eram as pessoas que estavam dando suporte ao seu trabalho intelectual, além de homenagear sua família.

Campos começa seus agradecimentos lembrando que é filho do capitão Vicente Ferreira de Campos (já falecido) e de dona Umbelina de Borba Campos, e dedica a tese à memória de seu pai. Afirma a existência da vida eterna, do Paraíso, e manifesta sua convicção de que encontrará com o pai no futuro, quando despertarão do “sono eterno e nossas almas beijar-se-ão em íntima transfusão de saudade, de amor e de alegria” (Campos, 1876:1). Faz referência à mãe e, em relação a si mesmo, afirma que, “forte pela fé e pela crença no trabalho e na religião da honra e da dignidade, conquistei uma posição modesta, mas cujas glorias falam bem alto aos

olhos de Deus e da consciência -, duplo fanal que me há de me guiar na vida” (Idem; 3). Em seguida, cita os nomes de alguns amigos que o incentivaram em sua jornada intelectual, Boaventura de Cerqueira e Silva, Fellipe Rodrigues Monteiro, Dr. Antônio Garcia Pacheco Brandão, Bellarmino Barreto, Silio Boccanera, Dr. Manuel Luiz Azevedo de Araújo, Dr. Manuel Joaquim Saraiva e Henrique Ferreira Pontes⁵⁴.

O mais estranho é encontrarmos o nome de Bellarmino Barreto no elenco de pessoas que estavam apoiando uma tese católica. Barreto foi um dos jornalistas que atacou Guedes Cabral após a recusa de “Funcções do Cerebro” (Sacramento Blake:1893). De acordo com Vieira (1980:202), Barreto esteve muito próximo dos protestantes na década de 1860 e “foi redator de um jornal violentamente anti-clerical chamado ‘O Farol’”. Além disso, teve um papel importante nos ataques contra a Igreja Católica quando era redator de “O Diário da Bahia”, durante a “Questão Religiosa”. Em relação aos ataques a Guedes Cabral, podemos explicá-los com base na informação que encontramos em Vieira (1980), de que “Barreto foi um dos primeiros espíritas da Bahia que se colocou a serviço da liberdade de culto” (Idem: 203). Barreto parecia mais interessado em atacar o clero católico; Guedes Cabral, por sua vez, estava deteminado a destruir a idéia de um Deus criador. Dessa forma, não faria sentido, em princípio, encontrar o nome de Barreto apoiando uma “tese católica”. Uma possível explicação, contudo, seria que o jornalista estava alinhado com outros espiritualistas em defesa da idéia de um Deus criador, combatida na tese de Cabral .

Após apresentar seus familiares e amigos, Campos inicia a tese, que pretende desvendar o cérebro humano. Antes de intitular o primeiro capítulo, coloca uma chamada inicial que faz uma clara alusão ao trabalho que pretende combater. Começa com o título “Funcções do Cerebro” e, em seguida, passa ao primeiro capítulo, que tem o mesmo nome da tese. Nas páginas iniciais, temos a impressão de estar diante de um pregador católico. Refere-se à ciência como sendo “o pedestal em que se ergue o homem fascinado pelo ima da verdade”, e afirma que “o gênio é a sombra de Deus” (Idem:5). Campos, possivelmente tentando mostrar a fecundidade da relação Deus/Diabo, cita diversos exemplos de contrários: miséria/opulência,

⁵⁴ Pelo menos dois destes homenageados possuíam alguma ligação com o catolicismo: o advogado sergipano Manuel Luiz Azevedo de Araujo, que, inclusive, advogava em Laranjeiras, cidade para qual Guedes Cabral mudou-se, e que foi atacado pelos bacharéis de Direito, e o médico baiano Manoel Joaquim Saraiva que possuía diversas condecorações oferecidas pela Igreja Católica (Sacramento: 1893).

riso/lágrima, ceticismo/crenças, “Rabelais e Voltaire/ Bousset e Saint Pierre, etc. e afirma que essa situação “é o caos! mas é também harmonia” (Idem, Ibidem). Reafirma o “prestígio” do Criador e procura separar o homem dos outros animais:

“Acima do protótipo da perfeição animal, há o reflexo da divindade na terra e a criação mimosa de Deus. Dizemo-lo sem temor, na criação – de um lado está o homem, pois é dele que falamos, do outro está o restante. (...) A natureza em suas transições respeita o trono do homem. Cava um abismo que não pode ser transposto entre ele e o mais perfeito dos quadrumanos. (...) Gorila e chimpanzé, orango e gibbon quase homens, mas macacos sempre, este quase é um abismo dissecar-o. Paul Janet diz a Vogt o que Owen já dissera a Bory: a raça negra deu ao Instituto de França um geometra – Geoffroi (d’Hayti) mas lá ainda não foram macacos. Não tiveram ainda tempo de se educar durante centenas de séculos!” (Campos, 1876: 6)

Este parece ser o ponto mais importante desse capítulo da tese de Campos: ele procura elucidar, logo no início, aquilo que Guedes Cabral deixou para o fim de seu trabalho, a saber, qual seria a relação entre o homem e os outros animais. Caso conseguisse apresentar alguma prova convincente sobre esse ponto, cairia por terra toda a argumentação expressa em “Funções do Cérebro”. Infelizmente, Campos não apresenta um único argumento científico a favor de suas afirmações. Ele apenas acredita, e afirma, que existe uma distância enorme a separar os homens e os demais animais. No mais, apenas se limita a concordar com algumas afirmações científicas então correntes sobre o cérebro, defendendo que a natureza deu lugar de honra a essa importante “víscera da economia” do corpo. Afirma, ainda, que seria o cérebro o déspota da “economia animal” e o responsável pela “impressão, relação e mensagem”. A ciência teria reconhecido o cérebro “como centro das manifestações psíquicas”, destaca Campos. Entretanto, para ele, tudo isso era abstrato; de concreto mesmo, haveria a alma, como a síntese de todas as grandezas, e “além dela só a grandeza absoluta – Deus.” (Idem: 7-9). Sem explicar nada ou oferecer qualquer evidência empírica a favor de suas idéias, conclui o capítulo e abre o segundo.

O segundo capítulo se inicia pela retomada da discussão final do primeiro, qual seja, a descendência do homem; para Campos, “a pretensa descendência do homem das espécies animais é o **mito da antropologia moderna**” (Idem: 11. Grifo nosso). Segundo o autor, Vogt, Huxley, Lyell, Lamarck, Darwin, Haeckel viram na perfeição do cérebro a justificativa para suas idéias sobre o “simianismo”. É curioso

que Campos coloque Charles Lyell entre os defensores da descendência simiesca do homem, uma idéia que Lyell jamais defendeu (Desmond & Moore: 2001). O doutorando apresenta diversos exemplos ligados à anatomia do cérebro, partindo das mesmas teorias craniológicas que Guedes Cabral usou, mas chegando a conclusões distintas. O homem teria o cérebro maior do que o da mulher; com a velhice, o tamanho do cérebro diminuiria; apresenta o peso do cérebro de homens ilustres etc. Entretanto, Campos discorda totalmente das conclusões de naturalistas que se apoiam na relação diretamente proporcional entre cérebro e inteligência. De acordo com Campos,

“Nada há de mais soberanamente ridículo que estas apropriações de observações contestadas e suspeitas para afirmações de conclusões que vêm abalar os esteios de uma crença formada que se arrima em verdades ministradas pelo bom senso, aceitas pelo critério científico. A observação e a apreciação sensata, judiciosa, não autorizam de modo algum esta pretensa correlação entre a transcendência intelectual e o desenvolvimento da massa cerebral.” (Idem: 13/14)

Campos apresenta a “aparente” desordem do corpo e compara com a “aparente” desordem da natureza. Em verdade, tudo estaria, contudo, em harmonia, que resultaria diretamente de Deus. Defende leis eternas e imutáveis, que valeriam para vegetais, animais e homens, “porque vem de um ser imutável e eterno”. Os autores usados por Campos neste capítulo são Hirschfeld, Luys, Cruveilhier, Sappey, Fournié, Kogum, Tandon e Hollard, que seriam autores de “anatomia clássica portanto e perfeitamente corrente”. Avisa que não pretende falar do cerebelo; tratará, apenas, de algumas partes do cérebro. Após apresentar a descrição do cérebro que acha mais plausível, Campos parte para uma dura crítica à frenologia, à qual se refere como sendo “apenas uma seita”. A preocupação de afastar da análise as relações entre inteligência e tamanho do cérebro tem como intuito refutar as hipóteses dos materialistas, que viam nessas relações evidências a favor da descendência simiesca do homem. Para muitos naturalistas, o cérebro humano teria se desenvolvido, aumentando de tamanho, durante a caminhada evolutiva desse animal.

No terceiro capítulo, Campos pretende desvendar a “histologia do cérebro”. Afirma a importância do microscópio para a ciência e apresenta os autores que

utilizou naquela etapa da sua investigação: Kölliker, Luys, Cruveilhier, Baillarger. Para ele, Huxley foi vencido repetida vezes por Owen e Burdach quando tentou defender a descendência simiesca do homem. Quando o assunto era a descendência do homem, Cabral escreveu de forma leve e agradável, possivelmente porque, acreditamos nós, pretendia que seu texto fosse lido por todos aqueles que soubessem ler; Campos, por sua vez, produziu um texto muito difícil de ser lido, com uma escrita que transita entre a poesia religiosa e uma ciência pesada e sem beleza. Guedes Cabral acreditava nas mudanças que a educação científica poderia produzir caso viesse a aceitar o ingresso de teorias materialistas, Campos reafirmava a continuidade da tradição espiritualista no ensino científico.

No capítulo que trata da “química do cérebro”, ele procura valorizar a observação e critica aqueles que, mesmo observando determinadas situações na experiência empírica, descrevem resultados diferentes daqueles observados. Para Campos, esses cientistas são “criminosos” e devem ser acusados do crime de “lesaprobidade científica”. Na crítica, embora não sejam citados nomes, pode-se perceber que o alvo é Guedes Cabral e sua tese inaugural. Conclui mostrando a necessidade de “mostrarmos de quanto desvario é suscetível o homem, quando preconcebendo juízos ou apreciando levemente os fenômenos que se passam ante si, da observação deduz a sanção forçada de seus juízos errôneos”(Idem:50). Critica duramente a “Escola Reacionária do Positivismo moderno”, atacando as idéias defendidas por Von Bibra e Moleschott, aceitas por Guedes Cabral, como aquela relacionada à idéia de que o fósforo seria indispensável na produção dos pensamentos. Segundo Campos, é um absurdo admitir que existe a “visão porque existe o aparelho ocular, audição porque existe o aparelho auditivo etc, e acreditar de outro lado que um órgão existe – o cérebro - que se encarrega da reação sensível que produz a visão, a audição, etc” (Idem:52). Os questionamentos do autor são do seguinte tipo: se temos um órgão encarregado pela visão, como é possível admitir que outro, o cérebro, é que a faz funcionar?, Se temos um órgão encarregado dos pensamentos, o cérebro, como é possível admitir que é um agente químico, o fósforo, que o faz funcionar? Campos considera estas hipóteses carentes de sentido.

O autor pretende questionar as hipóteses que atrelam o pensamento à quantidade de gordura e fósforo no cérebro. Ele pergunta quem provou que pensamento e cérebro estão ligados de alguma forma, afirmando que, para chegar a

essa conclusão, “seria necessário que primeiro se nos provasse que o pensamento é produto do cérebro” (Idem: 53). Acusa Von Bibra de ter ido mais longe que Moleschott, ao admitir que, sem cérebro, não existe pensamento, estabelecendo uma escala de inteligência usando a substância gordurosa como base. Campos, indignado, exclama: “podemos concluir que o gênio é uma Polysarcia adiposa! Magnifico.” E apresenta a composição química do cérebro, que seria a seguinte: “80% água, 1.7% cerebrina, 7.8% colesterolina e substâncias gordurosas, 2.28% solúveis, 6.82% materiais albuminoides insolúveis, 1.4% extrato aquoso”. Procura apresentar uma diversidade de opiniões acerca da quantidade de gordura no cérebro humano e critica Tamin, que seria um devotado “sectário da Escola de Augusto Comte”, por afirmar que a porção de “colesterina” cresce progressivamente “da série inferior da animalidade até o homem”. Compara a afirmação de Tamin com a de Moleschott: a importância que este atribui ao fósforo, aquele atribui à “colesterina”. Em tom de desdém, afirma que os materialistas deveriam atribuir a inteligência à água, já que é esta que é encontrada em maior quantidade no cérebro (Campos: 52/54).

O doutorando acusa Haeckel de tentar envenenar almas jovens contra a religião e refere-se aos seus discípulos como pertencentes a uma nova seita. Afirma que a verdadeira crença não morreu. Em relação às buscas materialistas para corroborarem suas idéias, seja na natureza ou na ciência, afirma que serão sempre infrutíferas:

“Busca o materialismo a cada passo no livro imenso da criação a sanção de suas idéias e ele a cada momento lhe nega. Socorre-se da antropologia, como da zoologia, da química como da geologia, como da paleontologia. Em nada encontram apoio. (...) A anatomia comparada nada estatui, dissemo-lo, que confirme os juízos que dela deduz o materialismo em prol de sua crença..”
(Idem: 63/64)

O autor afasta a possibilidade de comparações entre o cérebro humano e o dos outros animais. Dessa forma, as pesquisas que usaram dados coletados em animais para apoiarem suas conclusões sobre o cérebro humano, como no caso daquelas utilizadas por Guedes Cabral, devem ser consideradas impróprias. Critica Broca e suas pesquisas, questionando as conclusões do mestre francês, perguntando “como estabelecer um tipo para um cérebro de um caucasiano?” E afirma que o cérebro é difícil de ser caracterizado pela forma. A essa altura, o doutorando busca

ridicularizar todas as pesquisas empreendidas por materialistas, principalmente aquelas que levam em consideração o tamanho e as circunvoluções do cérebro. Para Campos, “o animal que apresenta um grau de perfeição maior na série zoológica (sic) é exatamente aquele que fica a quem (sic) em desenvolvimento? Os macacos (gorila) e os burros e os elefantes têm muitas circunvoluções” (Idem: 70). Em sua tentativa de separar o homem dos outros animais, Campos chega a colocá-lo em um reino distinto.

Em diversos momentos de sua tese, Campos procura escrever para um público específico, os religiosos. No tópico denominado “cérebro e ação”, ele chega a dar exemplos de milagres. Estamos diante da invasão de um ministério no domínio do outro, como diria Gould (2002). Apresenta um exemplo de um paralisado que teria sido curado pela fé. Critica Claude Bernard pelas conclusões que aproximavam movimento e cérebro e pergunta: “explicou acaso cientificamente o fato?”. Ele questiona quais são os motivos que levam uma substância a ter efeito em um sujeito, mas não em outro. E propõe qual seria, em sua opinião, a solução deste mistério:

“O sulfato de quinina cura a febre, mas nem sempre. Por que cura? Por que não cura? (...) o fato em si da sensação – o que é – não conhece a psicologia. Explica-o o psicólogo de mão dadas a fisiologia. (...) no órgão há um substrato que se filia à ação única da alma. As impressões porem atuam sobre o órgão, mais tarde somente a alma apreende-as e efetiva-se a percepção. (...) as impressões da vida orgânica podem ter, e têm, de feito, um estímulo na própria organização, e as necessidades naturais explicam-nas, mas digamos de passagem, toda a gente em fisiologia ignora o que são elas.” (idem: 76/80)

O autor discute alguns outros autores que Cabral usou, a exemplo de Longet, mas, novamente, chega a conclusões totalmente diferentes. Para ele, “transmissão” e “percepção” são duas faces de uma mesma moeda. Uma ação/impressão seria consciente quando chegasse ao cérebro e encontrasse com o eu (possivelmente a alma, para Campos) e inconsciente, quando fosse apenas uma reação involuntária. Campos trata todos os pontos de que Cabral tratou em separado como sendo partes de um único movimento, que seria mediado pela alma humana. Defende a impossibilidade de o cérebro apreender as sensações, caso fossem produzidas nele mesmo. E afirma a importância do espírito nesse processo de completar as funções do cérebro: “O cérebro, órgão que manifesta as determinações anímicas é o centro da percepção, sem que este fato possa por ele ser produzido independentemente da

ação do espírito. Deve em tal crer todo fisiologista sensato” (Idem:89). Campos ataca Flourens, que é o principal autor que Guedes Cabral segue, afirmando que Magendie, Longet e Vulpian, embora não contestem as experiências de Flourens, discordam de suas conclusões. Infelizmente, Campos não esclarece em que os autores discordam de Flourens, já que aceitam suas experiências, impossibilitando entender, de forma mais segura, sua crítica.

Campos reclama que os materialistas pretendem destruir algo que está assentado na tradição religiosa usando apenas suposições. Segundo o autor, a ortodoxia doutrinária da psicologia e da fisiologia admitem a existência de um “princípio extra-material”. Apresenta a tradição como a única fonte legítima para falar em nome da ciência. Essa é uma proposta estranha, principalmente para uma ciência como a do século dezenove, que mudava rapidamente diante de cada nova descoberta ou aporte teórico. Apresenta os sentimentos e o amor como provas das suas conclusões acerca da existência de algo extra-material. Segundo Campos, os sentimentos “superiores”, como o amor ao próximo, são evidências da existência de um Deus criador a planejar o mundo. Aquilo que, para Guedes Cabral, é fruto apenas da cultura de cada povo, como as regras morais, para Campos é a comprovação da existência da alma. Apresenta exemplos ligados à beleza e perfeição da natureza para comprovar a existência de um Deus criador.

Tratando da questão da memória, na qual poderia ser verificado com mais perfeição “as relações da organização com o eu”, Campos cita Luys, afirmando que as idéias desse autor são um “labirinto em que mal o podemos acompanhar na leitura” (Idem:113). Luys é um dos autores usados por Guedes Cabral para alcançar suas conclusões sobre a memória. Nesse ponto, Campos introduz uma nota fazendo referência a Cabral e sua tese: “essa idéia é relatada e aceita pelo Dr. Domingos Guedes Cabral, **erudito colega**, que há meses publicou um **interessante livro** sobre ‘funções do cérebro’”(Idem;Ibidem. Grifos nossos). Como havíamos comentado anteriormente, no exemplo do vigário que escreveu a História de Laranjeiras, mesmo os autores que pretendiam atacar Domingos Guedes Cabral admitiam sua erudição e inteligência.

Os ataques de Campos contra Flourens aparecem em diversos momentos do seu trabalho. Para Campos, o pensador francês “só faltou admitir uma linguagem

para os animais” (Idem:122), enquanto, em sua visão, os animais nem conseguem entender um ruído “que lhe fere o tímpano” (Idem;Ibidem). Para Campos, as diferenças entre humanos e animais podem ser percebidas facilmente; aos homens, cabe a inteligência, e, aos animais, apenas os instintos. O autor não descarta o valor do cérebro em relação aos instintos, uma vez que acredita que este é realmente o órgão de maior importância na “economia” do corpo. Mas nada se compara à importância da alma, que, em alguns momentos, o autor trata como sendo o eu. Para ele,

“O cérebro preenche pois em relação ao instinto uma dupla função. É receptáculo das excitações que originam impressões celulo-motrizas: (sic) é igualmente centro de reação motriz, evolução final da impressão recebida. (...) (o eu) é o que em nós sente, quer e pensa – no dizer da psicologia. O eu é propriamente a expressão do sentimento da vida.” (Idem: 125/126)

Campos também ataca as idéias de Gall, afirmando que “a investigação prática” não tem corroborado as localizações “estatuídas” por ele. Mesmo assim, afirma que “o frenologismo de Gall pouco tem ou nada de inconciliável com o espiritualismo” (Idem:131). Este é um dos motivos que levou Guedes Cabral a atacar as idéias da frenologia. Como mostramos no capítulo anterior, mesmo uma década antes, nos anos de 1860, o espiritismo já estava utilizando essa teoria para explicar o “atraso” da “raça” negra.

Os lóbulos cerebrais seriam importantes para os movimentos voluntários, destaca Campos, e iriam “em progressão crescente dos animais de cérebro menos aperfeiçoado” até o homem. Por este motivo, a retirada seria mais problemática nos animais mais evoluídos, e desastrosa no caso do homem. Para Campos, o estado da ciência naquele momento não permite conclusões definitivas acerca das funções desempenhadas pela “substância branca” ou pela “cinzenta”. A experiência positiva ainda não seria capaz de oferecer informações confiáveis sobre o tema e muita coisa estaria apenas no campo da mera especulação (Idem: 138). Ele tenta desmerecer as conclusões dos autores que Cabral segue em relação a existência de especialização nas partes cinzenta e branca do cérebro:

“A localização do estímulo motor na camada cinzenta ou na porção branca do cérebro, como tem pretendido muito fisiologista de nota, ainda não firma-se em esteio capaz de arraigar-nos uma convicção a todo transe. (...) Longet

não explica, como quase toda a gente (sic) físiopatologia o fato da manifestação de hemiplegias no lado do corpo antagônico àquele em que existe a lesão cerebral. (...) o mecanismo íntimo pelo qual a vontade engendra o movimento nos é tão inacessível como a transformação da impressão” (Idem: 148/149).

Em relação à linguagem, que deveria ser um dos tópicos mais importantes do trabalho de Campos, já que se trata do principal exemplo dos espiritualistas para comprovar as diferenças entre humanos e animais, ele simplesmente afirma que já “não nos resta tempo para tanto e já nos pende a fronte extenuada de fadiga. É preciso terminar” (Idem:150). Ele ainda encontra fôlego, contudo, para definir o mecanismo da linguagem e afirmar que “não há porção especial do cérebro ligado à linguagem”. Para ele, a linguagem é apenas um todo organizado que é comandado pela alma. Para usar suas próprias palavras: “A linguagem bem considerada não é mais que um conjunto de movimentos que convergem a um mesmo fim. A palavra lhe é à linguagem uma manifestação de um concreto de fatos (que) aproveita-se a alma para exteriorização do pensamento” (Idem; 151).

Muitos outros autores citados por Campos, dos quais discorda ou com os quais concorda, foram também utilizados por Guedes Cabral: Broca, Bouillard, Vulpian, Gratiolet, Velpeau, Dax, Baillarger etc. A intenção de Campos era mostrar que todas as idéias materialistas não passavam de meras suposições. Os maiores nomes da ciência da época ainda não haviam chegado, em sua visão, a uma conclusão definitiva sobre o funcionamento do cérebro. Para Campos, usar essas idéias para provar a inexistência da alma (e de Deus) era agir precipitadamente. O autor conclui citando Pope em inglês: “For what remains, I beg to be excused from the ceremonies of taking leave at the end of my work” (Idem: 154). Ele passa, então, para as proposições.

Na primeira proposição, seção médica, Campos escolhe o mesmo tema de Guedes Cabral, “Das Raças”. Começa criticando os adeptos da “Escola reacionária” e diz quem é o principal representante dela: “falamos de Voltaire e seus adeptos” (Idem:155). Segundo Campos, Blumenbach já havia afirmado, “circundado da auréola de prestígio que ilumina-lhe a palavra”, o princípio perene da “unidade das raças”. As mudanças observadas nos homens seriam fruto da relação com o clima, alimentação, epidemias, promiscuidade dos indivíduos etc. Estas seriam as “causas

inquestionáveis de modificações do paradigma único e primitivo do Reino Hominal” (Idem:156). Concorde, sem oferecer nenhuma evidência empírica, com a idéia de que as moléstias, disposições morais e as “monstruosidades” são transmitidas de pai para filho. Essa mesma “hereditariedade” aconteceria com as raças. Daí a necessidade de proibir os cruzamentos entre os grupos.

Para Campos, “o monogenismo é ante a antropologia hodierna uma intuição tão patente como a intuição de uma causa primeira” (Idem:157). Então, como era possível que cientistas de renome, como Haeckel, Broca e Agassiz, estivessem defendendo o poligenismo, enquanto os espiritualistas estavam defendendo o monogenismo? A resposta é simples e surge na afirmação seguinte de Campos. Para ele, a grande falha de Agassiz teria sido não conseguir “harmonizar o poligenismo com o adamismo”. Por isso, teria ficado se debatendo sem chegar a lugar algum com essa teoria. O poligenismo significava, para Campos, um ataque ao mito bíblico de Adão e Eva, que, caso destruído, comprometeria grande parte da argumentação bíblica. Essa era a intenção de Domingos Guedes Cabral ao afirmar: “Adão é um mito”.

Na seção acessória, Campos trata do fósforo, elemento importante na produção de pensamentos, segundo Guedes Cabral. Campos trata apenas das propriedades químicas desse elemento; desmerece, como já havia feito antes, as aproximações entre o fósforo e a produção de pensamentos.

Na seção cirúrgica, destinada a falar das “monstruosidades fetais”, encontramos apenas mais um leve ataque a Flourens e a tentativa de levar a questão mais uma vez para o lado do sagrado. Segundo Campos, “o monstro nada tem a ver com o principio físico”. Termina com alguns aforismos de Hipócrates, e com a manifestação de sua certeza de que cumpriu o seu dever como cristão e cientista.

Considerações Finais

Procuramos trazer à tona um assunto que já figurou em alguns trabalhos históricos e filosóficos ao longo desses cento e trinta anos desde que Domingos Guedes Cabral tentou apresentar sua tese de doutoramento na Faculdade de Medicina da Bahia. Procuramos recuperar a idéia, presente em outros trabalhos, de que Cabral era um legítimo representante da geração dos anos de 1870, um daqueles que queriam modificar o país usando a educação e a ciência (Martins: 1996, Lins: 1964, Paim: 1966). Buscamos, também, relativizar as idéias, presentes em outros textos, de que o doutorando foi perseguido porque atacou a religião do Estado e porque defendeu idéias em desacordo com o que vigorava na Faculdade de Medicina da Bahia na época (Collichio: 1988, Romero: 1969). Acreditamos que essas hipóteses dão conta de apenas uma parte dos elementos necessários para explicar o episódio. Elas não são suficientes diante da complexidade tanto do momento histórico como da figura de Domingos Guedes Cabral.

Na nossa perspectiva, Cabral estava em luta fazia muito tempo. Primeiro, contra a religião de Estado, enquanto participava do jornal “O Horizonte”, que funcionou durante o ano de 1872. Depois, mais maduro, em sua tese de doutoramento, contra a própria figura de Deus. Nesse momento, encontramos um legítimo confronto entre a ciência, representada por Guedes Cabral e seu grupo, e a religiosidade, representada por todos aqueles que defendiam a idéia de um Deus criador a regular os destinos do Planeta (veja capítulo 1). Conforme tentamos demonstrar, existiam, naquele momento, dois grupos intelectuais em disputa na Bahia. Os dois discursos de professores da Faculdade, contra e a favor do materialismo, citados neste último capítulo, fornecem apoio a essa hipótese, embora a defesa do ensino de idéias materialistas não implique aceitar que seus defensores eram materialistas convictos, como Guedes Cabral. De qualquer modo, existiam duas forças contrárias dentro da própria Faculdade de Medicina da Bahia, uma querendo modernizar a ciência a partir de idéias materialistas que circulavam na Europa, e que, de certa forma, negavam a existência de Deus, e outra querendo manter a ciência atrelada às explicações religiosas oferecidas pelo modelo de ensino tradicional. Quanto à crença em Deus, Domingos Guedes Cabral foi um dos poucos que registraram com clareza suas convicções. Como afirmamos em diversos

momentos, muitos se posicionavam contra a religião católica durante o período Imperial, mas raros foram os que atacaram a própria figura de Deus.

Nesta dissertação, defendemos que o doutorando vinha de uma história de lutas deixadas por seu pai. Não estamos diante de um jovem e inexperiente estudante, que terminou por escrever uma tese que negava a figura de um Deus criador; estamos, sim, diante de um homem com um projeto de mudança para o país, possivelmente herdado do próprio pai, no qual não concebia lugar para qualquer religião. Para Cabral, a idéia de um Deus criador estava com os dias contados. Segundo ele, com o desenvolvimento da ciência, os homens não precisariam mais desses “mitos” religiosos. Os ataques contra a religião católica presentes em sua tese se justificam por ser esta a única religião oficialmente aceita no Império. Vencer Deus no Brasil significava vencer, primeiro, o catolicismo. Defendemos também a possibilidade de Cabral ser um divulgador de descobertas negativas, aquelas que o naturalista buscava para provar que não existiam de fato, tendo, por este motivo, enfrentado tanta resistência às suas idéias.

De acordo com Silvio Romero (1878/1969), Cabral seria um representante da corrente de seguidores de Haeckel no Brasil dos anos de 1870. Seguramente, Cabral conhecia o pensador alemão, em vista das citações que faz do mesmo. O doutorando baiano buscou defender a unidade do bom, belo e verdadeiro, tão indispensável para seu projeto de transformar as prisões em hospitais, sem cair no discurso religioso, como aconteceu com Haeckel no final da vida, em que terminou por defender uma religião monista ou panteísta.

O projeto de Domingos Guedes Cabral era bastante ousado e, para se concretizar, precisava passar pelo rito de passagem da Faculdade de Medicina da Bahia. Esse era o caminho para ser reconhecido como cientista e realizar seu grande sonho, que, na nossa visão, é o de poder falar como antropólogo. Acreditamos que Guedes Cabral não pretendia ser médico de um indivíduo: seu projeto era ser médico do mundo social. Para concretizar essa tarefa, precisava ser aceito como cientista natural. Este seria o passaporte para apresentar os dois livros que ele dizia já ter escrito, nos quais se lançaria de vez como antropólogo evolucionista/darwinista, seguidor da linha de Huxley e Haeckel. Diante de toda a repercussão negativa que seu trabalho teve, muito mais do que era conveniente para um pensador que

pretendia ingressar em um novo campo de estudos, o autor terminou por gastar seus poucos anos de vida na batalha contra a religião do estado, sem ter conseguido o aval de Faculdade de Medicina para seu arrojado projeto de investir contra Deus e a favor da descendência simiesca do homem.

No episódio da tese recusada, procuramos mostrar que, na Bahia Imperial, ciência e religião se enfrentavam em algumas situações, proporcionando um espetáculo de guerra entre os defensores de cada lado. Algumas vezes, a ciência saía vitoriosa, como no evento da “cemiterada”, ocorrido em 1836 e estudado por Reis (1995); outras vezes, como no caso da tese Guedes Cabral, as duas partes na contenda saíam perdendo. Os defensores de idéias “espiritualistas” conseguiram impedir que a tese fosse aceita pela Faculdade, mas não conseguiram impedir que saísse como livro no ano seguinte. A recusa e os desgastes que Cabral sofreu em consequência terminaram por impedir que ele realizasse seu projeto de escrever como antropólogo.

Como pode ser percebido, optamos por centrar nosso estudo nos antecedentes da recusa e na própria tese. Este procedimento não se deveu apenas às dificuldades de encontrar os artigos escritos contra Guedes Cabral nos jornais da época. Deveu-se, principalmente, à percepção de que os diversos autores que comentaram “Funcções do Cerebro” repetiram um discurso que tomava como ponto de partida o momento da recusa. Percebemos que os antecedentes da recusa poderiam contribuir para explicar o incidente e, por esse motivo, investimos em sua investigação, buscando na vida do pai do doutorando e em sua própria história de vida as respostas para a recusa de “Funcções do Cerebro”.

As discussões que aconteceram nos jornais após a recusa são possivelmente um material rico de informações, que planejamos trabalhar futuramente. Uma outra questão importante, que não foi abordada por escapar ao escopo dessa dissertação, diz respeito à influência das idéias de Domingos Guedes Cabral em teses futuras da Faculdade de Medicina da Bahia. Este é um fascinante trabalho, que também fica por ser realizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMAÇA, Carlos. O Darwinismo na Universidade Portuguesa (1865-1890). Lisboa: Museu Bocage, 1999, 118p.
- ALMEIDA, Sérgio L. Muricy de. Cônego Benigno José de Carvalho: Imaginário e Ciência na Bahia do Século XIX. Dissertação apresentada ao Mestrado de História da Universidade Federal da Bahia, 2003, 102p.
- AZEVEDO, Eliane S. In. Construindo Pontes Entre a Ciência e a Religião. (prefácio à edição brasileira). Peters Ted e Bennett Gaymon (org.), São Paulo: Edições Loyola, 2003, pp.15/26.
- BARBOUR, Ian G. Quando a Ciência Encontra a Religião São Paulo: Cultrix, 2004, 224p.
- BARRETO, Pereira Luís. Obras Filosóficas. São Paulo: Ed. Grijalbo Ltda, 1967, 317p.
- BEVILAQUA, Clovis. Emilio Littré. In: Obra Filosófica. São Paulo: Grijalbo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976, pp. 01-11.
- BLAKE, Augusto V. Alves Sacramento. Dicionario Bibliographico Brasileiro, V.2 Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.
- BOORSTIN, J. Daniel. O Nariz de Cleópatra: Ensaio Sobre o Inesperado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, 227p.
- BOURGUIGNON, André. História Natural do Homem: O Homem Imprevisto. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990, 283p.
- CABRAL, Domingos Guedes. Funções do Cérebro. Bahia: Imprensa Nacional, 1876, 226p.
- CAMENIETZKI, C. Z. A Cruz e a Luneta: Ciência e Religião na Europa Moderna. Rio de Janeiro: Access, 2000.
- CAMPOS, João Ferreira de. Categoria Organo Funcional do Cerebro. Salvador: (?). 1876, 165p.

- CARVALHO, Aloysio. “A Imprensa na Bahia em 100 anos” In. Diário Oficial da Bahia, Edição Comemorativa 1823/1923.
- CARVALHO, José Murilo de. A Escola de Minas de Ouro Preto: O Peso da Glória. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2002, 219p.
- A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil. Companhia das Letras, 1993.
- CASTRO, Moacir Wernec de. O Sábio e a Floresta: A Extraordinária Aventura do Alemão Fritz Müller no Trópico Brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, 139p.
- CASTRO, Dinorah D`araujo Berbert de. Idéias Filosóficas nas Teses Inaugurais da Faculdade de Medicina da Bahia. Dissertação Apresentada ao Mestrado de Ciências Sociais da UFBA. 1973, 363p.
- CHAUCHARD, Paul. A Ciência Destrói A Religião? São Paulo: Livraria Editora Flamboyant, 1962, 143p.
- COLLICHIO, Terezinha Alves Ferreira. Miranda Azevedo e o Darwinismo no Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia (ed. da USP), 1988, 166p.
- COMTE, Auguste. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p117-318.
- COUTINHO, Aluizio Bezerra. A Filosofia das Ciências Naturais na Escola do Recife. Recife: ed. Universitária UFPE, 1988, 83p.
- DAMÁSIO, António. O Mistério da Consciência: do Corpo e das Emoções ao conhecimento de si. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 474p.
- “Como o Cérebro Cria a Mente” Scientific American Edição Especial n. 4 2004.
- DANTES, Maria A. M. Ciência, Civilização e Império nos Trópicos. “As instituições imperiais na historiografia das ciências no Brasil” In: Heizer, A. e Videira, A. A. P. Rio de Janeiro: Access Editora, 2001, p. 225-234

- _____. (a) Espaços da Ciência no Brasil: 1800 – 1930. “Introdução: uma história institucional das ciências no Brasil.” In; Dantes, M. Amélia. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001, p.13-22.
- DARWIN, Charles. A Expressão das Emoções no Homem e nos Animais. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 376 p.
- DESMOND Adrian & MOORE James. Darwin: A Vida de um Evolucionista Atormentado. São Paulo: 2001, 4ª ed. 796p.
- DOMINGUES, H. M. Bertol & SÁ M. Romero. Controvérsias Evolucionistas no Brasil do Século XIX. In. A Recepção do Darwinismo no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2003, p.97-124.
- DOMINGUES, Octavio. Hereditariedade e Eugenia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936, 189p.
- DUPRÉ, John. Darwin’s Legacy: What Evolution Means Today. Oxford: Oxford University Press, 2003, 137p.
- DURKHEIM, Émile. As Regras do Método Sociológico. Coleção os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p.71-161
- _____. Sociologia e Filosofia. “Julgamentos de Valor e Julgamentos de Realidade”. Rio de Janeiro: Forense, 1970, pp.97-114.
- ENGELS, Friedrich. Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. 1876/1895/1999. Disponível em www.ebooksbrasil
- FREIRE, Felisbelo. História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil. Coleção Temas Brasileiros v. 43. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- FEYERABEND, Paul. Contra o Método. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, 467p.
- FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. Ciência Civilização e Império nos Trópicos “Para Pensar as Vidas de Nossos Cientistas Tropicais. Rio de Janeiro: ed. Access, 2001, p. 235/246

- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996, 295p.
- GAY, Peter. *O Cultivo do Ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 675p.
- GEYMONAT, Ludovico. *Galileu Galilei*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997, 348p.
- GIANNOTTI, Arthur José. In. *Coleção os Pensadores (Introdução)*, Auguste Comte. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. V a XVIII.
- GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: O Cotidiano e as Idéias de um Moleiro Perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, 271p.
- GLICK, Thomas. *A Recepção do Darwinismo no Brasil* Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2003, p 19-27.
- GOULD, Stephen Jay. *Pilares do Tempo: Ciência e Religião na Plenitude da Vida*. Rio de Janeiro: Roco, 2002, 185p.
- _____ *O Milênio em Questão: Um Guia Racionalista para uma Contagem Precisamente Arbitrária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, 181p.
- _____ (b) *A Falsa Medida do Homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1999b, 369p.
- GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. “O Evolucionismo na Produção Científica do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1876 – 1915)”. In. *A Recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2003, p.45-96.
- HAECKEL, Ernesto. *Os Enigmas do Universo*. Porto: Livraria Chardron, 2ª ed. 1919 (a), 504p.
- _____. (b) *Religião e Evolução*. Porto: Livraria Chardon, 1919, 137p.
- IHERING R. Von. *A Luta Pelo Direito*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2004, 96p.
- KEYNES, Richard Darwin. *Aventuras e Descobertas de Darwin a Bordo do Beagle* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, 390p.

- LAMARCK, Jean-Baptiste P. A de Monet de. *Filosofia Zoológica*. Barcelona: Editorial Mateu, 1971, 213p.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *História de Lince*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 249p.
- LIMA, Jackson da Silva. *Os Estudos Filosóficos em Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995 p.66/104.
- LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, 569p.
- LOMBROSO, César. *Hipnotismo e Mediunidade*. Rio de Janeiro: Federação espírita Brasileira, 1909/1945, 435p.
- LOPEZ CID, O. *Aperfeiçoamento do Homem por meio da Seleção: Miranda Azevedo e a Divulgação do Darwinismo, no Brasil, na Década de 1870*. Dissertação Apresentada ao Mestrado da Casa Oswaldo Cruz – FIOCUZ. Orientador: Prof. Dr. Ricardo F. Waizbort, 2004.
- MAGALHÃES, Domingos J. Gonçalves de. *Fatos do Espírito Humano*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004, 430p.
- MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira (1855 – 1877) vol. III* São Paulo: T. A Editora, 1996, 554p.
- MAYR, Ernst. *O Desenvolvimento do Pensamento Biológico*. Brasília: Editora UNB, 1998.
- OLIVEIRA, José Carlos de. *Os Periódicos Portugueses de Inglaterra e a Cultura Científica Brasileira (1808-1821)*. Revista da SBHC, nº 19, 1998, pp.31-62.
- OLIVEIRA, Philadelfo de. *História de Laranjeira Católica (Coleção João Ribeiro)* Casa Ávila Editora. 1942.
- PAIM, Antônio. *A Filosofia da Escola de Recife*. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1966, 217p.

- PAPAVERO, Nelson. A Recepção do Darwinismo no Brasil. “Fritz Müller e a Comprovação da Teoria de Darwin”. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, p29-44.
- PETERS, Ted e BENNETT, Gaymon (org.). Construindo Pontes Entre a Ciência e a Religião. São Paulo: Edições Loyola: Editora UNESP, 2003, 317p.
- QUADROS, Almerindo César de. Monismo X Dualismo: Deus-Universo? Ou Deus e o Universo. Salvador: CEPA, 2005, 263p.
- RAGO, Margareth. Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar (Brasil 1890 – 1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, 206p.
- _____. Os Prazeres da Noite: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890 – 1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, 322p.
- REIS, José João. A Morte é Uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 357p.
- RIBEIRO, José de Araújo. O Fim da Creação ou a natureza Interpretada pelo Senso Commum. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1876, 655p.
- ROMERO, Sylvio. Obra Filosófica, Coleção Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra. (editora da USP), 1969.
- _____. Doutrina Contra Doutrina. Ed. (?) 2ª edição 1895.
- RUSSEL, John Robert e WEGTER-McNelly, Kirk. Ciência e Teologia: Uma Interação Mútua. In. Construindo Pontes Entre a Ciência e a Religião. São Paulo: Edições Loyola: Editora UNESP, 2003, p.45-63
- SÀ, Geraldo Mateus de. O Poder em Nome de Deus e da Ciência. São João Del-Rei. Anais do 5º Congresso do Filosofia em São João Del-Rei, 1998, p.57-75.
- SANTANA, José Carlos Barreto de. Ciência e Arte: Euclides da Cunha e as Ciências Naturais. São Paulo: Hucitec – Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001, 214p.

- SHALINS, Marshall. O “Pessimismo Sentimental” e a Experiência Etnográfica: Por que a Cultura não é um “Objeto” em Via de Extinção (Parte I). Rio de Janeiro: Mana – Estudos de Antropologia Social, abril de 1997.
- SAHLINS, Marshall (b). O “Pessimismo Sentimental” e a Experiência Etnográfica: Por que a Cultura não é um “Objeto” em via de Extinção (Parte II). Rio de Janeiro: MANA – Estudos de Antropologia Social, Volume 3, Outubro de 1997.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um Monarca nos Trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, 623p.
- _____. O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 287p.
- _____. O Espetáculo da Miscigenação. In. A Recepção do Darwinismo no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FOICRUZ, 2003, p.45-96.
- SCHWARTZMAN, Simon. Um Espaço para a Ciência: A formação da Comunidade Científica no Brasil. Brasília: MCT/ CNPq/ CEE, 2001, 357p.
- SEPULVEDA, Claudia de A. Serra e. A Relação entre Religião e Ciência na Trajetória Profissional de Alunos Protestantes da Licenciatura em Ciências Biológicas. Dissertação apresentada ao Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências da UFBA/UEFS. Orientador Prof. Dr. Charbel Niño El-Hani. 2003.
- SPENCER, Herbert. Do Progresso Sua Lei e Sua Causa. (1857/1939) Disponível na Rede em www.ebooksbrasil.com
- TORRES, João Camilo de Oliveira. O Positivismo no Brasil. Petropolis. Vozes, 1943, 336p.
- VIDEIRA, Antônio A Passos. Ciência Civilização e Império nos Trópicos “Luiz Cruls e a Astronomia no Imperial Observatório do Rio de Janeiro entre 1876 e 1889. Rio de Janeiro: ed. Access, 2000.
- VIEIRA, Gueiros David. O Protestantismo, A Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil. Brasília: ed. UNB, 2ª edição, 1980, 409p.

WEBER, Beatriz Teixeira. As Artes de Curar: Medicina, Religião, magia e Positivismo na República Rio-Grandense – 1889 – 1928. Santa Maria: Ed. Da UFSM; Bauru: EDUSC, 1999, 249p.

_____. Positivismo e Ciência Médica no Rio Grande do Sul: A Faculdade de Medicina de Porto Alegre. In. História, Ciência, Saúde – Manguinhos, 1998. Disponível na Rede em www.scielo.br

XAVIER, Agliberto. Funções do Cerebro. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1909, 260p.

ZOLOTH, Laurie. A Ciência e a Ética no Judaísmo: Discernimento e Discurso. In. Construindo Pontes Entre a Ciência e a Religião. Peters Ted e Bennett Gaymon (org.), São Paulo: Edições Loyola, 2003, pp.263/271.

JORNAIS CITADOS

O HORIZONTE de 16 de agosto de 1872.

O HORIZONTE de 20 de agosto de 1872.

O HORIZONTE de 08 de outubro de 1872

CHRONICA RELIGIOSA de 22 de junho de 1873

O INCENTIVO de setembro de 1874

INSTITUTO ACADÊMICO de 01 de junho de 1874

INSTITUTO ACADÊMICO de 16 de junho de 1874

NORTE ACADÊMICO de setembro de 1875

DIÁRIO OFICIAL DO IMPÉRIO de 27 de agosto de 1875

DIÁRIO OFICIAL DO IMPÉRIO de 01 de setembro de 1875

DIÁRIO OFICIAL DO IMPÉRIO de 02 de outubro de 1875

DIÁRIO OFICIAL DO IMPÉRIO de 05 de outubro de 1875

DIÁRIO OFICIAL DO IMPÉRIO de 14 de outubro de 1875

VINTE E CINCO DE JUNHO de abril de 1876

CORREIO DA BAHIA de 18 de agosto de 1876

CATÁLOGO DOS AUTORES DISPONÍVEIS NA FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA EM 1876.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA de 02 de julho de 1923

CORREIO DA BAHIA de 29 de julho de 2003

FOLHA UNIVERSAL de 04 a 10 de setembro de 2005

REVISTA ESPÍRITA de abril de 1862. Disponível na rede em www.espirito.com.br

FONTES CONSULTADAS

DIÁRIO OFICIAL DO IMPÉRIO o ano de 1875

DIÁRIO OFICIAL DO IMPÉRIO de janeiro a junho 1876

JORNAL O MONITOR de junho a dezembro de 1876

JORNAL DA BAHIA de janeiro de 1876

JORNAL NOVA EPOCHA março 1863

JORNAL A AURORA de 1867

GAZETA MÉDICA DA BAHIA DE 1876

GAZETA MÉDICA DA BAHIA de julho de 1874

TESE INAUGURAL DE ARISTIDES GUEDES CABRAL – 1874

TESE INAUGURAL DE CARLOS AFFONSO ALVES – 1888

TESE INAUGURAL DE LANDULPHO MACHADO DE MAGALHÃES – 1889

TESE INAUGURAL DE ESTEVÃO D'OLIVEIRA PINTO - 1888

INSTITUIÇÕES CONSULTADAS

ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA

ARQUIVO PÚBLICO DE SERGIPE

ARQUIVO PÚBLICO DE ARACAJU

ARQUIVO PÚBLICO DE LARANJEIRAS

BIBLIOTECA CENTRAL DA BAHIA

BIBLIOTECA CENTRAL DA UFBA – COLEÇÕES

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS (SE)

INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

FUNDAÇÃO CLEMENTI MARIANNI

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – MICROFILMES

FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA – MEMORIAL

ACADEMIA BAIANA DE LETRAS

ANEXO

Da Especie Humana

- A geração humana constitui **apenas uma familia animal.**
- Essa familia, com as dos verdadeiros macacos e do *makis*, fórma, sob o ponto de vista das classificações zoologicas, a primeira ordem dos mamiferos, que é conhecida pelos mais adiantados naturalistas sob o nome de *primatas*.
- Tem, conseguintemente, como irmão o homem, isto é, a familia anthropiniana: 1° os *catarrhinianos* (macacos do nariz estreito do velho mundo), 2° os *platyrrhinianos* (macacos de nariz chato, da America), 3° os *arctopthecos* (saguís, etc.), 4° os *lemurianos* (lemures ou semi-macacos), 5° os *cheiromianos* (todos os outros digitados), 6° finalmente, os *galeopthecos*, ou macacos volantes.
- D'estes, são os primeiros os que mais se nos aproximam, pelo que são chamados *anthropoides* (semelhantes ao homem) os seus principaes representantes, ou *licopercos* (macacos sem cauda e de nariz estreito): *gibbon*, *chimpanzé*, *orango* e *gorillo*.
- Cada um d'estes animaes, alem da conformação geral, liga-se ao homem por um determinado grupo de semelhnças especiaes.
- O homem é, pois, **apenas um macaco aperfeiçoado** – Verdade cruciante para nosso orgulho, mas que, por mais que pareça nos humilhe, não faz senão engrandecer-nos; pois, assignalando o logar que nos compete na natureza, mostranos o que nos é licito pela sciencia aspirar. O homem!... *última verba* da animalidade! Isto, que desde mesmo antes de **Darwin** já se começava a entrever na sciencia, faz hoje parte integrante da **bagagem scientifica com que vae em busca do futuro o mundo moderno.**
- Esta verdade não assegura-a somente a zoologia: prova-a demais a anatomia e physiologia comparadas, a archeologia, a anthropologia, e, alem d'ellas, uma sciencia moderna do maior peso – a embryologia.

- A anatomia comparada, confrontando as conformidades físicas do homem e das raças simianas, chega ao resultado que – são essas nada menos do que cartas rudimentares, verdadeiros *fac-simile* da nossa organização.
- Tanto assim é que, segundo a opinião geral das summidades científicas no assumpto, está provado, como diz o **sábio alemão Hackel** e textualmente o **grande anatomista inglês Huxley**, que “as diferenças de conformação que separam o homem do *gorillo* e *chimpanzé* são menores do que as que existem entre estes e os macacos inferiores”. Tanto assim é ainda, que a anatomia humana até Vesale foi estudada em macacos, principalmente em *catarrhinianos* e *platyrrhinianos*.
- A questão da cauda esta hoje resolvida: o homem foi primitivamente animal caudato, da mesma forma que o chimpanzé e o gorillo, que não apresentam hoje também esse prolongamento.
- Ainda em nossos dias se encontram raças humanas providas d’esse **prolongamento bestial**, cuja **abolição** no geral dos homens é **apenas uma conquista da civilização sobre a natureza**.
- Demais d’isso, na vida embryonaria, o homem, como seus irmãos inferiores, offerece esse appendice.
- A questão de serem as extremidades inferiores órgãos de prehensão nos catarrhinianos, e nos homens órgãos de apoio – está também resolvida.
- O testemunho dos mais **conspicuos viajantes** fortalece os sabios na demonstração da existencia de **hordas selvagens cuja a vida passa-se sobre as arvores á laia dos macacos inferiores, e onde os pés são verdadeiros órgãos prehensis**.
- É também uma conquista, uma violencia, diríamos melhor, da civilização sobre a natureza, essa transformação das apidões do pé humano. A cavallaria de abyssinia cavalga e lucha ainda hoje servindo-se dos pés.
- Há inumeros outros exemplos.
- Por outro lado, os pés nos anthropoides servem perfeitamente de órgãos de apoio. Os gorillos andam tão aprumadamente como os homens.

- A physiologia comparada não é menos eloquente: as funções ainda mais delicadas completam-se igualmente em ambos os organismos, no nosso e no das raças simianas.

- **A aproximação accentua-se até pelo lado das funções cerebraes.** – “Ninguém duvida que, com o auxilio de tantas conformidades existentes entre o homem e o *chimpanzé*, por meio das faculdades intellectuaes que elevam este ultimo pelo menos ao nivel dos hottentotes, se chegue a desenvolver consideravelmente a razão d’esse grande bimano” **perfilhamos esta opinião de Bory st. Vincent.**

- A archeologia e a paleonthologia, que vão exhumar o homem de seu jazigo prehistorico e fazel-o resuscitar atraves de sua mortalha de milhares de seculos, - mostram-n’o ahi de par com uma raça de anthropoides mui semelhantes aos actuais, e de todo ligado ainda por esses liames implacaveis que o prendem á animalidade.

- **Adão é um mytho. Um primeiro homem é um absurdo. A historia de Moysés é falsa, como todas as cosmogonias espiritualistas.**

- O homem começou a existir antes de toda tradição e de toda historia: sua origem perde-se entre as ossadas mil vezes millenarias de animaes extinctos e que foram contemporaneos do periodo terciario da formação do globo.

- É a ultima palavra da sciencia: e para maior honra da sciencia veio ella pela bôca d’um homem da fé, ex-homem da fé, devemos nós dizer.

- Ao *Congresso Internacional de Archeologia e Anthropologia Prehistoricas*, celebrado em Pariz, em 1867, communicou o abbade Delaunay (um sabio felizmente) por intermedio do abbade Bourgenois, que achara nas camadas geologicas, em que Desnoyer encontrara os mais remotos vestigios da geração humana, um humerus e algumas costellas de *haliterium* profundamente lesados por instrumentos cortantes, animal esse que, como se sabe, é um cetaceo herbivoro que viveu no periodo *Mioceno*, ou terciario.

- **O homem d’essas epochas era quasi um macaco anthropoide, anatomica e physiologica, physica e moralmente.**

- Por um lado, seus crâneos estreitos, suas frentes fugitivas, suas maxilas prognathas, seu ângulo frontal disforme, seus humerus retro-vertidos, e outros muitos caracteres anatomicos; e por outro lado, o acanhamento de sua vida social, que bem se julga pelos vestígios de sua indústria, **sua quasi nenhuma aptidão ao progresso**, - atestam a comunhão em que viveram aqueles autoctones com seus irmãos inferiores, de de que só mais tarde se separaram, e de que depois pretenderam de todo desligar-se, para plantar sobre elles os marcos limitrophes de seus sonhados domínios sobre as gerações do globo.

- **A humanidade não começou, pois, não podia ter começado por um ser *sui generis*, por esse mytho absurdo de Moisés.**

- Mesmo estudando-o em seus typos de hoje, vê-se perfeitamente que as origens primarias do homem vêm d'essa **transição ascendente**, imperceptível da fôrma simiana, tão bem achada hoje na penumbra fugitiva das epochas prehistoricas, e que **Linneu** já tinha consignado até certo ponto em sua classificação.

- Para Linneu há trez especies de homem: *homo lar*, *homo trogloditas* e *homo sapiens*: o primeiro, pela sua descripção, é quasi, se não totalmente, o macaco *grande gibbon*; o segundo é o *negro albino*, o terceiro é o que deve ter dado nascimento ás raças européas.

- A embryologia por sua vez, demonstrando que “os diversos animaes são as fôrmas múltiplas da vida animal, presas a grãos diversos; e que em sua evolução o animal mais elevado passa pelos typos mais inferiores” (Schaafhausen), casa-se perfeitamente com os resultados archeologicos: **de modo que todos esses estados, todas essas fôrmas, todas todos esses grãos de desenvolvimento dos animaes na vida embryonaria assemelhm-se exactamente áquelles por que durante o curso das edades têm passado os typos animaes, até attingirem á perfeição do seu desenvolvimento actual.**

- D'ahi, conseguintemente , - ao homem mais um direito á partilha commum de que tão tenazmente se esforça por libertar-se.

- Louca vaidade! Tentativa baldada essa, que fez exclamar do professor de anthropologia de Pariz, o illustre Dr. **P. Broca**: “Como esses imperadores romanos

que, embriagados de sua omnipotencia, acabavam renegando sua qualidade de homens, e julgando-se semi-deuses: assim o rei do nosso planeta apraz-se em imaginar que o vil animal submettido a seus caprichos nada tem de commum á sua propria natureza. A visinhaça do macaco incommoda-o e humilha-o: não lhe basta ser o rei dos animaes; quer que um abysmo immenso o separe de seus subditos; e algumas vezes, voltando as costas á terra, vae refugiar sua magestade ameaçada na esphera nebulosa do *reino hominal*. Mas a anatomia, como aquelle escravo que seguia o carro do triumphador, repetindo: *Memento te hominem esse!* a anatomia vem perturbal-o n'essa ingenua admiração de si proprio, e lembrar-lhe que a realidade visivel e tangivel **prende-o inexoravelmente á animalidade!**"

(Os grifos em negrito são meus, os em itálico são do texto original).